

Márcia Alves da Silva
(Org.)

Coisas

D´GENERUS

Produções do núcleo de estudos feministas e de gênero



Esta obra tem como objetivo socializar e visibilizar a produção de pesquisadorxs vinculadxs ao *D'Generus: núcleo de estudos feministas e de gênero*, enquanto grupo de pesquisa da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. O D'Generus é composto de profissionais de diversas áreas de conhecimento da UFPel, mas também conta com a participação de pesquisadorxs de outras instituições. O grupo incentiva a execução de estudos e pesquisas que tratem da temática de gênero, feminismos e sexualidades, de forma interdisciplinar e aliando a prática de pesquisa com o ensino e a extensão universitária. Esta coletânea traz textos que visibilizam estudos, projetos e ações de pesquisadorxs vinculados ao grupo de pesquisa. Alguns temas tratados aqui são: educação profissional, artes e estética, violência de gênero, gastronomia, educação do campo, participação política, violência obstétrica, formação profissional, parto domiciliar, religiosidade, discursos conservadores, epistemologias feministas descoloniais. São assuntos problematizados pelxs autorxs, tendo como pano de fundo referenciais advindos da construção científica dos estudos de gênero e de teorias feministas, com diversas perspectivas teóricas e metodológicas, que retratam a perspectiva interdisciplinar que compõem o grupo.



D'Generus
Núcleo de Estudos
Feministas e de Gênero



editora  *fi*.org



Coisas D'Generus

Coisas D'Generus

Produções do núcleo de estudos feministas e de gênero

Organizadora:

Márcia Alves da Silva



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SILVA, Márcia Alves da (Org.)

Coisas D´Generus: produções do núcleo de estudos feministas e de gênero [recurso eletrônico] / Márcia Alves da Silva (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

252 p.

ISBN - 978-65-81512-61-3

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Gênero; 2. Feminismo; 3. UFPel; 4. Coletânea; 5. Universidade; I. Título.

CDD: 172

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade 172

Sumário

Apresentação	9
Márcia Alves da Silva	
1	15
Mulheres na política: pluralismo jurídico e o ponto de vista feminista	
Cassiane de Freitas Paixão	
Camila Aguiar Souto	
2.....	35
Desafios, dificuldades e tropeços no fazer pesquisa feminista descolonial Latino-Americana	
Rita de Araujo Neves	
3.....	69
Parto domiciliar: transformações e vivências do <i>ser mulher</i>	
Pricilla Porto Quadros	
Greice Carvalho de Matos	
Marilu Correa Soares	
Luíza Rocha Braga	
Susana Cecagno	
4.....	98
Mulheres na educação profissional: enfrentamentos e desafios	
Letícia Mossate Jobim	
Márcia Alves da Silva	
5.....	116
Por um pensamento des/decolonial não sexista	
Adriana Lessa Cardoso	

6.....	133
Institucionalização do parto e nascimento e a destituição do saber e poder feminino: apontamentos acerca da violência obstétrica	
Juliane Portella Ribeiro	
Jéssica Moré Pauletti	
Kelly Pires do Amaral	
7.....	157
Práticas educativas na educação do campo: resistências culturais e o movimento feminista na universidade	
Graziela Rinaldi da Rosa	
Janine Corrêa Gomes	
8	178
As mulheres emudecidas do Reino de Deus	
Paulo Gaiger	
Patrícia Mattei	
9.....	191
O discurso antigênero: uma ameaça à escola democrática	
Rogério Diniz Junqueira	
10	212
Ensaio sobre metodologia feminista descolonial: construindo uma pesquisa participante emancipatória com mulheres	
Jamile Wayne Ferreira	
11.....	225
Um olhar de gênero sobre o golpe de 2016	
Lígia Maria Ávila Chiarelli	
Autorxs	247

Apresentação

Márcia Alves da Silva

O D'Generus é um grupo de pesquisa composto de profissionais de diversas áreas de conhecimento da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, mas também conta com a participação de pesquisadorxs de outras instituições. O grupo incentiva a execução de estudos e pesquisas que tratem da temática de gênero, feminismos e sexualidades, de forma interdisciplinar e aliando a prática de pesquisa com o ensino e a extensão universitária. O origem do grupo está na criação do Observatório de Gênero e Diversidade da UFPel, no ano de 2014. Em 2017, com a extinção do Observatório, o grupo elabora a criação do D'Generus. Desde a experiência inicial, o grupo realizou dois eventos: o I e o II Simpósio de Gênero e Diversidade, nos anos de 2016 e 2018, respectivamente.

Esta obra tem como objetivo socializar e visibilizar a produção de pesquisadorxs vinculadxs ao ***D'Generus: núcleo de estudos feministas e de gênero***, enquanto grupo de pesquisa da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. A coletânea apresenta textos oriundos de projetos e ações de alguns pesquisadorxs - tanto docentes como discentes - vinculados ao grupo de pesquisa, com diversas perspectivas teóricas e metodológicas, que retratam a característica de interdisciplinaridade que compõem o grupo.

O primeiro capítulo tem como título **Mulheres na política: pluralismo jurídico e o ponto de vista feminista**, de autoria de Cassiane de Freitas Paixão e Camila Aguiar Souto. No texto, as autoras utilizam o conceito de pluralismo jurídico para buscar compreender se a atuação das mulheres no Estado tem proporcionado de fato a mudança social

necessária para a emancipação feminina. Para isso, percebem o movimento feminista como um grupo de pressão social, onde analisam a atuação feminina e a procura por direitos no Estado, com base na atuação política.

O texto **Desafios, dificuldades e tropeços no fazer pesquisa feminista descolonial latino-americana**, de autoria de Rita de Araujo Neves, é o segundo capítulo da coletânea e traz uma problematização das dificuldades enfrentadas no efetivo exercício da pesquisa, tendo como base os preceitos das epistemologias feministas descoloniais latino-americanas. Neste texto, a autora foca no momento da coleta dos dados no campo investigado, lançando olhar sobre sua investigação de doutoramento na área de educação.

O referido estudo tem como tema central a violência de gênero à mulher no currículo de uma Faculdade de Direito e as manifestações discentes produzidas nos corredores e divulgadas nas mídias virtuais, objetivando compreender os motivos que levaram estudantes da Faculdade de Direito (FADIR) da Universidade Federal do Rio Grande – FURG a tomarem determinadas atitudes de denúncia.

O terceiro capítulo tem como título **Parto domiciliar: transformações e vivências do ser mulher**, sendo as seguintes autoras: Pricilla Porto Quadros, Greice Carvalho de Matos, Marilu Correa Soares, Luiza Rocha Braga e Susana Cecagno. O texto apresenta um estudo realizado na área de enfermagem, vinculada ao Núcleo Pesquisa e Estudos com Crianças, Adolescentes, Mulheres e Famílias – NUPECAMF, núcleo de estudos da área da saúde e parceiro/participante do D'Generus. A escrita traz a trajetória histórica do parto domiciliar e apresenta dados de uma pesquisa qualitativa de caráter empírico que tratou do tema, através da realização de entrevistas com dez mulheres que optaram e planejaram a vivência de um parto domiciliar.

O próximo capítulo, denominado **Mulheres na educação profissional: enfrentamentos e desafios**, de autoria de Letícia Mossate Jobim e Márcia Alves da Silva problematiza a inserção, a partir da década de 80,

das primeiras alunas no curso Técnico em Agropecuária, do atual Instituto Federal Farroupilha - campus São Vicente do Sul/RS, cujo corpo discentes, desde a sua criação no ano de 1954, tem sido formado, majoritariamente, por homens. A problematização é feita a partir de dados de entrevistas realizadas com ex-alunas do referido curso. Nas análises, as autoras buscam evidenciar, nas expressões naturalizadas, os históricos de preconceito e discriminação que foram fortalecidos por diversos discursos (dentre eles o científico), aos quais as mulheres foram submetidas ao longo da vida.

A escrita de Adriana Lessa Cardoso, denominada **Por um pensamento des/decolonial não sexista** compõe o quinto capítulo desta obra. Seu texto trata do processo de construção de uma pesquisa científica na perspectiva des/decolonial feminista, considerando a invisibilização das mulheres na ciência, na filosofia e nas artes. Seu texto trata da tendência das práticas cotidianas de pesquisas científicas de incorrerem na reprodução do androcentrismo acadêmico, denunciando a produção/reprodução de um processo de colonialidade do conhecimento.

O sexto capítulo da coletânea se refere a temática da violência obstétrica. No texto denominado **Institucionalização do parto e nascimento e a destituição do saber e poder feminino: apontamentos acerca da violência obstétrica**, as autoras Juliane Portella Ribeiro, Jéssica Moré Pauletti e Kelly Pires do Amaral desenvolveram uma abordagem ampla e completa sobre o tema. No texto, analisam a institucionalização do parto e nascimento, como também a consequente destituição do poder e saber feminino, trazendo apontamentos acerca da Violência Obstétrica, incluindo aspectos históricos, conceituais, legais e éticos que permeiam a prevenção e combate da mesma. Além disso, atualizam a temática, trazendo a necessidade de se desenvolver mecanismos em prol de um processo de humanização dos partos, visando o empoderamento das mulheres no que se refere aos seus corpos e aos nascimentos.

O próximo capítulo, intitulado **Práticas educativas na educação do campo: resistências culturais e o movimento feminista na Universidade**, de Graziela Rinaldi da Rosa e Janine Corrêa Gomes, trata da relação

entre movimento social feminista e o espaço da Universidade. O trabalho apresenta algumas práticas realizadas pelas integrantes do Coletivo Feminista Dandaras, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG do campus São Lourenço do Sul. Tais práticas têm sido realizadas por discentes, docentes e voluntárias do coletivo e se referem a práticas de ensino, pesquisa e extensão que dialogam com os estudos de gênero, a educação popular e os feminismos.

O capítulo oito da coletânea, denominado **As mulheres emudecidas do Reino de Deus**, de Paulo Gaiger e Patrícia Mattei, aborda aspectos vinculados à religiosidade, e as formas de dominação que esta pode tomar no que se refere a um processo de dominação das mulheres. No texto, xs autorxs resgatam aspectos da história da Igreja Católica, apontando para o cenário brasileiro e o crescimento de Igrejas fundamentalistas. A relação entre instituições religiosas e a política contemporânea também são resgatadas no texto. Por fim, é problematizado o papel das instituições de ensino, especialmente da Universidade, no contexto. Dessa forma, o texto levanta as seguintes questões: que espaços os movimentos sociais de empoderamento e emancipação das mulheres poderão ter? Que sentido alcançará o discurso de direitos humanos em uma nação de crentes entorpecidos por discursos religiosos de caráter conservador? Como desconstruir a imagem de onipresença e onisciência de um Deus vigilante e aterrorizante que preenche todo o tempo? Como os processos de educação formal ou informal podem provocar a reflexão sobre estas realidades? E, enfim, como as artes e as ciências podem gerar a discussão mais fecunda sobre o pensamento?

O nono texto da coletânea é de autoria de Rogério Diniz Junqueira e tem como título **O discurso antigênero: uma ameaça à escola democrática**. Sendo um dos principais alvos dessa ofensiva reacionária transnacional, a escola tem sido colocada no centro de um debate público em que os desafios quanto as garantias ao direito à educação cedem lugar a abordagens voltadas a deslegitimar a liberdade docente e a desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação

crítica e de socialização para o convívio social, plural, cidadão e democrático. Nesta escrita, o autor aborda o tema atual que envolve os discursos neoconservadores, a partir da gênese do discurso polêmico em torno da “ideologia do gênero”, considerando as principais estratégias adotadas nessa ofensiva e elencando algumas de suas implicações no campo da educação.

O próximo texto, de autoria de Jamile Wayne Ferreira e denominado **Ensaio sobre metodologia feminista descolonial: construindo uma pesquisa participante emancipatória com mulheres**, trata do desafio de se implementar metodologias científicas com referenciais feministas, especialmente no que se refere a uma epistemologia feminista descolonial. Para isso, Jamile busca estabelecer um diálogo entre referenciais advindos da pesquisa participante, na perspectiva da educação popular; e também do feminismo visionário advindo, especialmente, da obra de bell hooks. Aborda algumas categorias importantes para a construção de um feminismo descolonial, tendo em vista a sua área de formação e atuação enquanto docente, que é a Gastronomia. Dessa forma, problematiza sua própria área de conhecimento, denunciando o caráter colonizador e eurocêntrico de sua constituição, buscando a necessária descolonização e aproximação com os estudos de gênero.

O último capítulo da coletânea é o texto **Um olhar de gênero sobre o golpe de 2016**, de autoria de Lígia Maria Ávila Chiarelli. Nesse texto, a autora analisa o golpe de estado implementado no Brasil em 2016, que depôs a presidenta do país na época, Dilma Rousseff, a partir de uma perspectiva feminista e de gênero. Nessa perspectiva, a autora desenvolve três aspectos sobre o golpe: que ele foi antinacional, anti democrático e anti povo, estruturado a partir e tendo como base a misoginia. Dessa forma, a escrita foi elaborada a partir de uma palestra proferida pela autora em 2018, enquanto parte do Curso de Extensão *O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*, organizado por docentes da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O texto foi atualizado para a momento atual, já sob o governo de Bolsonaro. Desse modo, esse artigo se propõe a identificar os

avanços sociais obtidos pelo movimento organizado, as conquistas decorrentes dessas ações, os ataques sofridos e perda de espaços e direitos decorrentes do golpe de 2016, que afastou a presidenta Dilma, sob a lente de gênero, articulando com aspectos relacionados a classe e raça.

Enfim, finalizo esta apresentação destacando a importância dessa obra ser publicada no Brasil no atual contexto histórico do país, onde a construção de um campo de estudos e pesquisas feminista e de gênero tem sofrido fortes ataques. Em tempos de avanços do neoconservadorismo, que carrega consigo um modelo misógino, racista e patriarcal de sociedade, no qual a ciência nacional de forma geral e os estudos de gênero de forma especial sofrem ataques diariamente, se impõe a necessidade de afirmarmos a importância e a seriedade do que fazemos.

Assim, encerro a apresentação da obra desejando uma boa leitura aos interessadxs pelo tema, e agradecendo profundamente a colaboração dxs autorxs, que gentilmente cederam suas escritas para que essa publicação se efetivasse. Um agradecimento especial à Universidade Federal de Pelotas/UFPel e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, por acolher nosso grupo de pesquisa e nosso trabalho.

Mulheres na política: pluralismo jurídico e o ponto de vista feminista

Cassiane de Freitas Paixão

Camila Aguiar Souto

Introdução

Partimos de uma posição que coloca as mulheres como um grupo que em todas as sociedades - independentemente de diferenças étnicas ou culturais, mas sem prejuízo das opressões interseccionais - foi marginalizado e relegado a uma posição subalterna pelo Estado, que por muito tempo garantia o direito dos homens como grupo privilegiado.

O patriarcado, ao construir um sistema de relações sociais que coloca a mulher no pólo dominado, contribui para produzir as mais diferentes formas de preconceito e discriminação a respeito das capacidades e habilidades que a parcela feminina possui para desempenhar diversas funções, dentre elas a política. Assim, a divisão sexual do trabalho ainda é um dos pontos que sustenta a permanência das desigualdades de gênero.

Hoje as mulheres não são exatamente excluídas das relações de trabalho e na esfera pública, porém ainda se encontram em condição de desvantagem. Esta desvantagem qualifica o trabalho de homens e mulheres de forma distinta, pelo que o campo do direito e da política ainda é um local de atividade primordialmente masculina.

Quando a segunda onda do feminismo trouxe a ideia de que “o pessoal é político” as esferas do político e do privado passaram a colidir. Os

problemas das mulheres passaram a ser vistos como questões atinentes a toda a sociedade, logo, passaram a ser objeto do direito.

Ocorre que, apesar das mais diversas conquistas das mulheres, ainda não alcançamos a plena igualdade, pois na prática a igualdade legal se transforma em desigualdade. Ter direitos, fazer política e fazer as leis eram – e ainda são – atividades masculinas.

Deste fato, sob o ponto de vista feminista, decorre que o modelo clássico – ainda vigente – de legalidade estatal é insuficiente para solucionar satisfatoriamente os conflitos inerentes à realidade social das mulheres. Assim, conforme preconiza o pluralismo jurídico, torna-se necessário que os novos atores sociais implementem instâncias de juridicidade descentralizadas para suprir as falhas do Estado em seu dever prestacional.

Assim, no presente trabalho, utilizaremos o conceito de Pluralismo Jurídico de Antônio Carlos Wolkmer para tentar compreender se a atuação das mulheres no estado, tem proporcionado de fato a mudança social necessária para a emancipação feminina.

Para tal, inicialmente serão conceituados o pluralismo Jurídico, o Pluralismo Jurídico Comunitário de Antonio Carlos Wolkmer e o ponto de vista feminista, ou “*feminist stand point*”.

Posteriormente, tomando o movimento feminista como um grupo de pressão social, serão analisados a atuação feminina e a busca por direitos dentro do Estado, com base na atuação política. Será também abordada a atuação feminista paraestatal.

As descritas atuações serão então relacionadas com os conceitos de Pluralismo de Estado e Pluralismo Emancipatório de forma crítica, a fim de compreender o pluralismo pode contribuir para uma participação feminina autêntica e real na construção do direito.

1. Pluralismo jurídico

Um primeiro ponto introdutório que se faz necessário é a definição de pluralismo jurídico. Não há em verdade, um conceito definido de

pluralismo jurídico, visto ser uma expressão multívoca, sem uma base comum e princípios fundamentais. O conceito pode ser compreendido em linhas gerais a partir das diversas interpretações e pelo núcleo de não admitir o Estado como única fonte do direito, priorizando outras formas de regulamentação.

O pluralismo jurídico surge portanto, como uma das implicações da Teoria Crítica em oposição à corrente monista do direito, que expressa a ideia de que o Estado, e somente ele, é fonte legítima para criação e aplicação do direito, o qual se encontra encerrado nos textos legais.

É uma concepção determinista, formalista, hierárquica e universalista do direito, a qual revelou-se limitada e pouco eficaz para repensar e incorporar novos padrões de referência e legitimação sociais diante dos novos processos de dominação e exclusão produzidos pela globalização, pelo capital financeiro e pelo neoliberalismo, os quais afetam substancialmente as relações sociais (WOLKMER, 2013, p.7).

Neste sentido, o monismo deixa de levar em conta os valores e fatos sociais que perpassam o direito, e não permite referência a quaisquer parâmetros substantivos ou análise valorativa (CARVALHO, 2013, p.14). É esta fragmentação que ocasiona o fracasso do Estado em promover soluções para questões prementes, como a proteção dos recursos naturais, programas sociais e defesa do emprego, o que provoca um sentimento de falta de representação pelo Estado, uma crise de reconhecimento político (ALBERNAZ; AZEVEDO, 2005, p.99), caracterizada

“Pela percepção de que apenas uma pequena parcela das inúmeras expectativas sociais que regem a vida nacional, e não necessariamente, as mais importantes delas, ou as mais importantes para todos os grupos sociais, encontram guarida no Direito Positivo Estatal – uma delimitação do direito estatal na qual, em sua experiência concreta, se deparam seus incluídos e seus marginais” (ALBERNAZ; AZEVEDO, 2005, p.100).

É justamente neste espaço de falha da normatividade e não representação, que o pluralismo se apresenta como uma juridicidade emancipatória, pautada na capacidade de diferentes organizações sociais e

grupos secundários de produzir direito. Elucida uma pluralidade de fontes, mais abertas, de novas sociabilidades, novos direitos relacionados a diferença e a produção alternativa de jurisdição (WOLKMER, 2013, p.7), desvinculando a legitimidade da legalidade.

Assim, o pluralismo compreende a designação dos novos direitos produzidos pelos grupos excluídos, abarca todas estas novas formas de organização, regulamentação e controle que não provêm do Estado e coexistem num mesmo espaço sócio-político, tendo sua razão de ser nas necessidades existenciais, materiais e culturais (WOLKMER, 2001, p. 219).

O pluralismo, no entanto, não se apresenta sem dificuldades, dentre as quais destacam-se: a definição e os limites do que seria tido como direito, de quais locais ou grupos sociais ele poderia se originar, e como se dariam a convivência, coexistência e as delimitações entre esses múltiplos sistemas de direito quando em conflito (ALBERNAZ; AZEVEDO, 2005, p.101).

É na tentativa de responder a estes questionamentos que diversos autores denominam a existência de diferentes tipos, formas ou vertentes do pluralismo jurídico.

Antonio Carlos Wolkmer, um dos mais importantes teóricos do pluralismo jurídico, faz uma distinção entre um pluralismo emancipatório, e um pluralismo conservador.

O projeto conservador de pluralismo é neoliberal, voltado para a privatização, e flexibilização do trabalho, tendo por consequência “a dispersão da identidade e da força política dos grupos e movimentos sociais, o que diminui o poder de organização das massas e acaba por dificultar o exercício de uma participação democrática ampla, autêntica e real” (ALBERNAZ; WOLKMER, 2008, p.68).

Já o projeto emancipatório de pluralismo se dá com base em práticas sociais insurgentes e autônomas, motivadas pela satisfação de necessidades humanas essenciais, de forma a descentralizar o espaço público, ampliando seu cunho democrático (ALBERNAZ; WOLKMER, 2008, p.69).

Outras formas de pluralismo são as definidas por Boaventura de Souza Santos (2001), quais sejam um Pluralismo Jurídico Antropológico,

o qual destaca várias unidades sociais geradoras de direito de maneira autônoma ou até mesmo isolada, e um Pluralismo Jurídico Pós-Moderno, que aborda a interlegalidade, ou seja, a multiplicidade e a intersecção de direitos incidindo sobre um mesmo espaço social (ALBERNAZ; WOLKMER, 2008, p.69 *apud* SANTOS, 2001. p. 216).

No primeiro caso, trata-se de seu trabalho acerca do pluralismo com o *Direito de Pasárgada*, que diz respeito ao estudo feito por Santos em uma comunidade no Rio de Janeiro, na qual identificou mecanismos alternativos de organização coletiva e resolução de conflitos, estes elaborados pelos moradores em razão da situação de ilegalidade da comunidade a qual originou portanto, seu próprio direito não oficial, menos formal e próximo da linguagem comum (CARVALHO, 2013, p.15-16).

O pluralismo jurídico pós-moderno por seu turno, surgiu após as diversas críticas dirigidas ao direito de Pasárgada. Aqui, Boaventura faz uma reflexão mais ampla, denotando a crise da modernidade, que é marcada por processos que silenciam saberes e práticas alternativas, bem como impõe discursos supostos únicos e universais. Esta crise, de acordo com o autor, só pode ser superada a partir da descontinuidade e mudança paradigmática pautada em uma crítica à ciência, ao direito e a política modernos, que permita reconhecer uma pluralidade de ordens jurídicas, o que não implica a perda de centralidade do direito estatal (CARVALHO, 2013, p.21-22).

Há também as concepções de diversos outros autores, como Hoekma (Pluralismo Jurídico Formal Unitário e Pluralismo Jurídico Formal Igualitário) e Griffiths (Pluralismo Jurídico Forte e o Fraco), as quais não exporemos aqui.

1.1 O Pluralismo Jurídico Comunitário Participativo de Wolkmer e os novos grupos de pressão social

A despeito de todas as formas de pluralismo acima citadas, neste texto utilizaremos como referencial o Pluralismo Jurídico Comunitário - Participativo, de Antonio Carlos Wolkmer.

Como visto anteriormente, Wolkmer distingue um pluralismo conservador e um pluralismo emancipatório. É deste último que advém o pluralismo jurídico comunitário, um novo pluralismo, comprometido com a emancipação social que tem por base principal a realidade concreta, necessidades materiais, existenciais e culturais de um novo sujeito coletivo, membro de uma sociedade solidária.

Este novo paradigma tem dois fundamentos, quais sejam: a) de efetividade material - caracterizado pela emergência de novos sujeitos coletivos e satisfação das necessidades humanas fundamentais, e b) de efetividade formal - relacionados a reordenação do espaço público, mediante uma política democrático-comunitária descentralizadora e participativa, em direção à uma racionalidade emancipatória (WOLKMER, 2001, p. 231-232).

Os novos sujeitos coletivos surgem como o oposto do sujeito individual e abstrato, são para Wolkmer personificados pelos novos movimentos sociais, que com identidade e autonomia próprios articulam-se para reivindicar novos direitos, impulsionados por suas necessidades e interesses fundamentais (WOLKMER, 2001, p.236, 238).

Estes sujeitos, são os responsáveis pela reordenação política do espaço público, que ocorrerá através da democracia, descentralização e participação. Esta reordenação aponta portanto, para a ampliação da esfera política através da descentralização em espaços públicos alternativos com uma efetiva participação e um efetivo controle do poder por parte da base, dos movimentos e grupos comunitários (WOLKMER, 2001, p. 252).

O pluralismo jurídico comunitário-participativo pode ocorrer na base estatal, através de mecanismos institucionais, como a representação em partidos políticos, sindicatos, iniciativa legislativa popular, plebiscito, (WOLKMER, 2001, p. 254 -255), dentre outras formas de democracia participativa, bem como pode se dar através da prática cotidiana e informal, fora da justiça oficial, levando à formação de novos direitos assentados nas ações dos novos sujeitos coletivos de juridicidade (WOLKMER, 2001, p. 283).

Em resumo, com o pluralismo comunitário participativo, se busca a máxima interação entre a juridicidade do Estado e as práticas sociais - o direito será controlado e tutelado pelos novos polos normativos da vida cotidiana comunitária - transformando-se em um “direito comunitário” que não se subordina à sistematização, aos dogmas e aos procedimentos pré-estabelecidos, mas sim à eficácia social.

2. O ponto de vista feminista

Um segundo tópico introdutório diz respeito ao ponto de vista feminista, ou “*feminist stand point*”.

O ponto de vista feminista, para além de uma perspectiva, indica uma vinculação com a luta política das mulheres. Se propõe assim, a deslegitimar a visão androcêntrica da realidade social, tomando a mulher como “um novo sujeito histórico, que traz consigo a capacidade de agregar novas formas de entender a natureza e a vida social (MENDES, 2012, p. 90, *apud* HARDING, 1996, p. 140).

Entende portanto, que a visão androcêntrica é limitada e parcial, enquanto que o conhecimento proposto pelo movimento feminista, crítico do discurso dominante, apresenta uma visão mais completa, ao apontar, por meio da narrativa das mulheres, acontecimentos até então invisibilizados.

Conforme Bandeira (1997, p.270) a ética feminista não se constitui a partir de um sujeito moral, abstrato e livre, e sim de seres humanos reais em condições de dominação e subordinação. “Essa ética traz o questionamento e uma tomada de consciência em torno da especificidade da mulher, de sua condição de exploração, de discriminação, de alienação, de exclusão etc. Elementos esses que constituem e possibilitam um saber inovador.”

Este ponto de vista faz parte da epistemologia feminista a qual “tor-nou-se todo um aparato teórico e ético para questionar o mundo e suas representações de gênero; as assimetrias sociais em que mulheres e homens são colocados, bem como as conseqüências que isso gera” (CERVANTES, 2015, p.245).

Infere-se assim que o ponto de vista feminista, permite uma nova visão acerca da sociedade e de seus sistemas, dentre eles o direito, e que está visão, por afastar-se do paradigma androcêntrico e revelar o sistema patriarcal de dominação/exploração, tem o condão de desencadear transformações socioculturais na realidade vigente, configurando-se um saber revolucionário e emancipatório.

3. O movimento feminista como grupo de pressão social

3.1 Mulheres na política

A primeira fase do movimento feminista no Brasil foi pautada nos direitos civis e políticos. Nossa sufragista mais famosa foi Bertha Lutz, que buscou apoio internacional e através da Federação Brasileira para o Progresso Feminino militou a favor da igualdade política feminina junto a deputados e senadores (BLAY, 2017, p. 66).

O “sufragismo à brasileira” se deu de forma individual, com cada mulher solicitando seu alistamento eleitoral ou candidatura (PINTO, 2003, p. 15), o que não impediu a união da classe feminina e a consequente conquista do direito ao voto no ano de 1932. Inicialmente, só poderiam votar mulheres casadas (com a permissão do marido), viúvas ou solteiras que tivessem renda própria. Dois anos depois, em 1934 tais restrições foram eliminadas do Código Eleitoral (BRITTO, 2018, p.71).

Finalmente, em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres, garantindo à todos os brasileiros e brasileiras o direito de votar e ser votado (BRITTO, 2018, p.71).

Anos depois, mesmo com a Constituição de 1988, a qual contemplou quase que a totalidade das propostas encaminhadas pelo movimento feminista à constituinte, e modificou o status jurídico das mulheres no Brasil, elas continuavam quase que excluídas da participação democrática no que diz respeito ao processo eleitoral.

Como forma de equilibrar a balança, as Leis nº 9.504/1997 e 12.034/2009 determinaram respectivamente o preenchimento do patamar mínimo de 30% para candidatas mulheres, (Art. 10 § 3º) e a criação, manutenção e difusão de programas para a participação política feminina (Art. 44, inciso V; Art. 45, inciso IV), as chamadas cotas de gênero nos partidos políticos.

A aplicação destas leis, efetivamente garantiu um aumento numérico da candidatura de mulheres, mas ainda assim, a inclusão política feminina não se fez plenamente cumprida. A atuação e participação política das mulheres continua sendo absolutamente desproporcional a sua presença numérica na sociedade e a sua participação nos demais setores da vida pública.

Tal se dá, pois “as formas jurídicas estão em profunda vinculação com as formas societárias das quais fazem parte” (IASI, 2005, p.170). Do ponto de vista sociológico, o fenômeno jurídico se constitui e se constrói a partir das relações sociais historicamente determinadas. Vivemos em uma sociedade patriarcal, logo, por este contexto, o direito, e conseqüentemente a política, denotam-se aparatos feitos por homens, e para homens, ainda que pretensamente neutros e garantidores de direitos para todos.

A política se situa historicamente como uma atividade de fora do campo de atuação das mulheres, entendidas como possuindo habilidades e capacidades inferiores para o mundo político, razão pela qual sofrem diversos preconceitos que “se constituem em diversas barreiras que as parlamentares devem ultrapassar em seu cotidiano” (PINHEIRO, 2007, p.178).

As dificuldades se iniciam desde logo, nos processos de candidatura e campanha no que tange a falta de estrutura e apoio partidário (PINHEIRO, 2007p.179), visto que as candidaturas femininas são entendidas como fracas e de pouco retorno. Após a entrada da candidata eleita, a dominação masculina encontra outras formas de manifestação, sendo mais comum a prática de atitudes sexistas, estereotipadas e que desqualificam a presença da mulher na esfera política, seja por conta de seus atributos femininos,

entendidos como negativos, seja pela falta deles, quando se tem a adoção de posturas masculinizadas e agressivas, na tentativa de melhor adequação, pois é o modelo masculino de fazer política que é valorizado (PINHEIRO, 2007, p. 181, 184).

Este preconceito de gênero que permeia a atividade política denota que a presença de mulheres em espaços públicos de representação não significa necessariamente um contexto igualitário. A representatividade atual não permite a plena realização da democracia pelas mulheres, o que faz com que sejam “sistematicamente submetidas a leis que vão contra seus direitos e reivindicações, pois são excluídas do poder de decidir sobre assuntos que as afetam diretamente” (ARANTES, LEMOS, 2018, p. 87).

3.2 Mulheres na atuação paraestatal

Gláucia Foley (2018, p.164) aponta que:

Da mesma forma que a democracia representativa é claramente insuficiente para a promoção de uma sociedade ética e materialmente democrática, a justiça gerenciada pelo Poder Judiciário ostenta limitações para lidar com uma realidade contemporânea, complexa e multifacetada.

O direito se apresenta como forma de proteção feminina, através da judicialização dos conflitos sociais – notadamente os relativos à violência contra a mulher - mas paradoxalmente, e por ser um instrumento de controle social, é também um poder que violenta mulheres de forma institucional ao refletir as desigualdades de sexo, classe e raça, ao manter controle do corpo feminino através da violência obstétrica, criminalização do aborto, quando pratica omissão ou quando age com desconfiança perante vítimas que tem dificuldade em provar a violência sofrida.

Nota-se assim, que as leis e o poder judiciário, por mais protetivos que se pretendam, “permanecem sendo, nessa sociedade desigual, mecanismos que fazem parte da reprodução do status quo e, ao apresentarem “salvíficas” soluções, - seja na forma de leis, seja na forma de políticas

públicas - não questionam os fundamentos dessa desigualdade” (TENÓRIO, 2018, p.127), e portanto não modificam (ao menos não por si só) as relações estruturais de opressão em nossa sociedade.

Aqui se revela a natureza contraditória entre o Estado e o movimento feminista, pois embora as mulheres tenham conseguido conquistas via políticas públicas e direitos sociais, estas são limitadas e provisórias no processo de autoemancipação das mulheres (TENÓRIO, 2018, p.125, Apud Gurgel, 2015).

Esta falha quanto a modificação estrutural das opressões sofridas pelas mulheres, o elevado número de casos de violência contra a mulher que tem se apresentado atualmente, juntamente com a falta de representação política feminina, no que diz respeito não somente ao número de parlamentares mulheres, mas ao conteúdo das leis, que como visto, quando não são prejudiciais às mulheres, acabam por não levar em conta a perspectiva de gênero, (bem como as questões de raça e classe) incitam a necessidade de atuação social para além do Estado.

O retorno do movimento e do ativismo de mulheres que vem ocorrendo, lembra a segunda onda do feminismo, onde as mulheres se reuniam nos chamados grupos de reflexão e ação feministas. Espaços de conscientização que partem desde a base, articulados por mulheres fora do estado e fora de posições de poder.

A internet potencializou a difusão do feminismo ampliando sobremaneira a força e amplitude do movimento como grupo de pressão social. No que se convencionou a chamar de uma quarta onda, através do uso das plataformas sociais como Youtube, Facebook, Instagram e Twitter, foi possível dar voz a mulheres de regiões periféricas, antes muito pouco ouvidas, as quais passaram a militar on-line por seus direitos, propagando a ideia de que mesmo diante de tantos avanços, a igualdade entre os sexos em verdade ainda não foi conquistada (Silva, 2019, p.26).

Esta união através das redes, desencadeou diversas iniciativas virtuais e protestos.

A Marcha das Vadias (SlutWalk), que surgiu no Canadá após a declaração de um policial de que as mulheres deveriam parar de se vestir como vadias para não serem vítimas de ataques (SILVA, 2019, p.26), se internacionalizou e hoje acontece por todo o mundo. Também quando na Argentina duas jovens foram brutalmente assassinadas, uma delas pelo namorado por estar grávida, e outra após ser brutalmente violentada, a campanha #NiUnaMenos (nenhuma a menos) tomou as redes sociais e as ruas em protesto contra o crime de feminicídio e a violência contra a mulher (CUÉ *et al*, 2016).

No Brasil em 2018, a candidatura para a presidência de Jair Messias Bolsonaro, conhecido por suas diversas declarações machistas, racistas e homofóbicas, ocasionou a maior manifestação de mulheres na história do Brasil. O movimento se iniciou no Facebook, com o marcador #elenão e tomou as ruas de 114 cidades, em defesa da democracia, abarcando não apenas pautas feministas, mas também direitos dos negros e da comunidade LGBT (ROSSI, DIAS, GRAGNANI, 2018).

Para além das páginas e blogs feministas, a união feminina on-line também acontece em grupos no Facebook que se tornam verdadeiras redes de apoio entre mulheres. Existem grupos que acolhem vítimas e discutem sobre violência doméstica, como o “*Lei Maria da Penha nº 11.340, contra a violência à mulher*” que conta com quase 19 mil membros, e o “*Grupo De Apoio Ao Combate À Violência Contra Mulher*”¹. Existem grupos para mulheres que procuram aprender sobre direitos sexuais e reprodutivos como o “*DIU de Cobre – O grupo*”², e também os grupos “*Economia das Minas*”³ e “*Mulheres Empreendedoras Brasil*”⁴ que falam sobre economia, investimentos e educação financeira.

Todos estes grupos denotam uma forma de manifestação e união popular que contribui para a emancipação feminina no dia a dia, suprimindo

¹Disponível em: https://www.facebook.com/groups/574514912716720/?ref=br_rs. Acesso em: 27/06/2019.

²Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/grupodiudecobre/>. Acesso em: 27/06/2019.

³Disponível em: https://www.facebook.com/groups/1004305129607627/?ref=br_rs. Acesso em: 27/06/2019.

⁴Disponível em: https://www.facebook.com/groups/mulheresempreendedorasbrasil/?ref=br_rs. Acesso em: 27/06/2019.

por vezes a carência dos serviços e políticas públicas estatais na realidade concreta das mulheres participantes.

Outra forma de atuação paraestatal do movimento que pode ser destacada é feita por ONGS – Organizações Não Governamentais de cunho feminista, que na época da transição democrática realizaram importantes articulações políticas que possibilitaram a aprovação de políticas públicas que favorecessem as mulheres.

Atualmente as ONGS desenvolvem um trabalho autônomo de apoio à mulheres em situação de violência. Destacam-se o “Mapa do Acolhimento”⁵ que através de um cadastro on line conecta mulheres com necessidade de ajuda física, jurídica ou psicológica, com mulheres que se voluntariam para prestar os referidos serviços, bem como o grupo “Tamo Juntas”⁶ que atende mulheres vítimas de violência de forma gratuita, a partir da advocacia probono.

Aqui se nota como o feminismo vai além e se transforma em prática política no cotidiano de uma infinidade de mulheres que se articulam fora do aparato estatal com o objetivo de crescimento e emancipação pessoal e conjunta, criando suas próprias redes de apoio jurídicas e materiais, suprindo em certa maneira as faltas jurídicas e políticas existentes.

4. O ponto de vista feminista e o pluralismo jurídico

Tomando por base o pluralismo jurídico conforme definido por Wolkmer, tem-se que ele se separa em duas vertentes: o “pluralismo jurídico conservador” e o “pluralismo Jurídico emancipatório”. O primeiro é controlado pelo Estado, que admite a presença de campos sociais semi-autônomos em relação ao poder centralizador, hierarquicamente superior. O segundo é onde atuam forças sociais e sujeitos coletivos com autonomias próprias e independentes do Estado, sendo este, de acordo com Wolkmer, a forma de pluralismo capaz de transformar o direito, visto que:

⁵ Mapa do Acolhimento. Disponível em: <https://www.mapadoacolhimento.org/>. Acesso em: 28/06/2019.

⁶ Tamo Juntas. Disponível em: <https://tamojuntas.org.br/>. Acesso em: 28/06/2019.

Evidencia-se um pluralismo jurídico de base comunitária, não se confundindo com o reconhecimento e impulso dado pelo pluralismo de Estado, aquele conformatado em políticas públicas advindas da constatação de insuficiência de resposta por parte do Direito tradicional às complexidades sociais, na reformulação dos conceitos dentro da ótica liberal/individualista de matriz filosófica iluminista e burguesa que procura se adequar à nova realidade para seguir hegemônica. (Leal e Fagundes, 2011, p.129).

Pode-se dizer que a participação das mulheres na política, da forma como foi retratada exemplifica o Pluralismo de Estado, pois ainda que permita a entrada no sistema de grupos excluídos e suas reivindicações, em verdade oferece uma emancipação “meramente política, na qual o direito ocupa papel central, pois se trata de uma liberdade e de uma igualdade fundamentalmente jurídica” (IASI, 2005, p.172) e não material.

Dentro desta estrutura estatal portanto, tem-se que é possível modificar algumas situações e galgar alguns direitos, como as conquistas feministas já nos mostraram, no entanto, ainda reina o legalismo, o qual “aparece não como uma real garantia do cidadão, mas como uma indicação da preservação do sistema, mantendo-o como expressão da vontade do soberano e veículo para a perpetuação dos interesses da classe politicamente dominante” (CATUSSO, 2007, p.124) , de modo que, o que se torna igualdade perante a lei, ainda se produz e se reproduz como desigualdade de fato (IASI, 2005, p.172) .

Assim, as mulheres, quando entram na política, encontram-se num sistema vertical, no qual a classe dominante é a masculina, onde “historicamente os homens estiveram localizados nas posições de maior valor simbólico e prestígio no espaço político e, como tais, desejam manter essa mesma estrutura de forças” (PINHEIRO, 2007, p.181) , pelo que, reproduzem opressões sociais que reprimem as mulheres como pessoas, e reprimem suas reivindicações como parlamentares, impedindo seu avanço ou permitindo que avancem na conquista de direitos femininos somente até um patamar determinado.

Do mesmo modo, as leis e o sistema judiciário apresentam diversas limitações quanto à garantias e proteção dos direitos das mulheres, além de reproduzirem as desigualdades de sexo, raça e classe, que ajudam a perpetuar as relações estruturais de opressão em nossa sociedade.

Tais limitações advindas do pluralismo de Estado, evidenciam que a estrutura estatal tem seu fundamento não na construção de igualdade, mas na manutenção das relações sociais estabelecidas e na contenção dos conflitos gerados por um tecido social discriminatório (GODINHO, 2004, p.56). Em consequência, o direito é um instrumento de controle social, caracterizado pela seletividade, repressividade e estigmatização, sendo que as mulheres, como grupo social foram historicamente relegadas a uma posição de subalternidade.

Assim, se buscamos alguma mudança frente aos direitos e cidadania das mulheres, a primeira coisa a fazer é interferir na pretensa “neutralidade” deste (o Estado) como propositor e articulador de uma ação política. E aqui estamos nos referindo a esta suposta “neutralidade” sob uma perspectiva de gênero (GODINHO, 2004, p.55).

Aqui reside a importância do ponto de vista feminista. É preciso fazer o direito, as leis e a atuação estatal a partir de um novo sujeito histórico – o feminino. Toda e qualquer crítica ao direito que se pretenda emancipatória deva ser realizada a partir do ponto de vista feminista, pois ele é o único que permite revelar a estrutura patriarcal de dominação/exploração e portanto desencadear transformações socioculturais na realidade vigente.

Neste cenário a emergência da quarta onda do feminismo e a atuação de mulheres desde a base social, em manifestações, grupos de apoio em redes sociais e atividades de Organizações Não Governamentais, pode ser entendida como o início do processo em direção a um pluralismo emancipatório, sob o ponto de vista feminista, pois a atuação destes grupos se dá para suprir as descritas faltas prestacionais por parte do Estado e configura uma rede de apoio horizontal entre mulheres que com identidade e autonomia próprios, articulam-se para reivindicar novos direitos, impulsionados por suas necessidades e interesses fundamentais.

Conclusão

Pode-se dizer que feminismo, democracia e pluralismo, são conceitos indissociáveis, pois historicamente o movimento feminista, alinhado à perspectiva de direitos humanos, está em constante busca por direitos civis, políticos e sociais, pela eliminação da violência contra a mulher e em direção à igualdade entre homens e mulheres.

Essa busca, no entanto, tem sido feita quase que exclusivamente a partir do aparato estatal, seja com a entrada das mulheres na política ou a partir de outras iniciativas de reivindicação por direitos e políticas públicas, os quais são necessários, mas tem efetividade limitada.

As políticas públicas, ainda longe de sua aplicação e eficiência plenas, enfrentam questões de ordem estrutural referentes à quantidade de serviços especializados, tamanho e composição das equipes profissionais, bem como na questão da gestão e elaboração destas políticas, que exige uma articulação e implementação conjunta de projetos, programas, e uma responsabilização entre diferentes setores, que ainda é incipiente.

As leis presentes em nossa sociedade, ainda que reconheçam as diversas desigualdades - de raça, classe e sexo, - são uma utilização estrita do direito e da máquina estatal, após já perpetrada a violência. Ainda, a criminalização traz o risco de tornar inativas as reivindicações feministas se entendida como a própria resolução da opressão, além de individualizar as saídas da violência por meio da punição, sem de fato abalar ou modificar o sistema patriarcal que promove violências cotidianamente, as quais podem não se enquadrar em um tipo penal.

Assim, do ponto de vista feminista, a conquista da igualdade entre homens e mulheres perpassa por desvelar o patriarcado como sistema de dominação e exploração sobre as mulheres em suas bases materiais e ideológicas a fim de compreender como se reproduz a condição de inferioridade feminina para que efetivamente se modifique. Tal

modificação, que deve ser material, se dará de forma efetiva quando partir não (somente) do estado, mas de toda a sociedade.

Neste sentido, a crítica que se faz ao pluralismo Estatal se dá pelo fato de que a recepção das expectativas e valores dos grupos marginalizados pelo Estado é feita de forma controlada, de modo a garantir direitos, mas ainda assim manter as relações desiguais entre homens e mulheres. Como consequência, a luta feminista através da atuação política das mulheres, ainda que necessária e estratégica, age nos limites do sistema, o qual reduz a questão estrutural do patriarcado – que é um sistema de dominação/exploração – a um problema jurídico, e não possibilita a emancipação feminina.

Por esta razão, entende-se que o rompimento do caráter individualista, abstrato e homogeneizador da legalidade estatal, pode se dar mais efetivamente através do chamado “pluralismo jurídico Comunitário e Participativo”, aqui exemplificado pela atuação das ONGS, manifestações do movimento feminista e diversos grupos de apoio on-line em plataformas como Facebook e Instagram, os quais permitiram uma conexão e formação de uma rede de mulheres que apoiam outras mulheres, nos locais ou no momento em que o Estado falha em fazê-lo.

Não se trata de negar o direito ou a atuação política feminina, mas de compreender que o problema se encontra em entender o direito e o Estado como a única via, transformando a luta política apenas em um direito ou uma lei, esvaziando-a de seu potencial coletivo, reivindicatório e emancipatório.

Referências

ALBERNAZ, Renata O.; WOLKMER, Antônio Carlos. “As questões delimitativas do direito no pluralismo jurídico”. In: **Revista Sequência**, n^o 57, p. 67-94, dez. 2008.

ALBERNAZ, Renata Ovenhausen; AZEVÊDO, Ariston. “A pluralidade do social e o pluralismo jurídico: a discussão acerca da atual emergência de novas unidades sociais geradoras de juridicidade”. In: **Direito, Estado e Sociedade**, v.9, n.26 - p. 97 a 124 - jan/jun 2005.

- ARANTES, Delaíde Miranda, LEMOS, Beatriz Monteiro. “O protagonismo e a representação das mulheres na sociedade contemporânea: a conquista da democracia e da igualdade”, pp. 86-91. In: PINTO, Roberto Parahyba de Arruda; CAMARANO, Alessandra; HAZAN, Ellen Mara Ferraz (Coord.) **Feminismo, Pluralismo e Democracia**. São Paulo: Ltr, 2018.
- BANDEIRA, Lourdes. SIQUEIRA, Deis. “A perspectiva feminista no pensamento moderno contemporâneo”. Pp.263-284. In: Sociedade e Estado. **Feminismos e Gênero**. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1997.
- BLAY, Eva Alterman. “Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro”. p.65-99. In: BLAY, Eva Alterman, Avelar Lúcia (Orgs.). **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. 1Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.
- BRITTO, Cezar. “A democracia e as mulheres, uma história em construção”, pp. 69-72. In: PINTO, Roberto Parahyba de Arruda; CAMARANO, Alessandra; HAZAN, Ellen Mara Ferraz (Coord.) **Feminismo, Pluralismo e Democracia**. São Paulo: Ltr, 2018.
- CARVALHO, Lucas Borges de. “Caminhos (e descaminhos) do pluralismo jurídico no Brasil”. p. 13-37. In: WOLKMER, Antonio Carlos; NETO, Francisco Q. Veras; LIXA, Ivone M. (Orgs.). **Pluralismo Jurídico: os novos caminhos da contemporaneidade**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CERVANTES, Aleida Hernández. “Crítica al pluralismo jurídico neoconservador desde la epistemología feminista”, pp. 235-259. In: **Revista Amicus Curiae – Direito – Universidade do Extremo Sul Catarinense**. Vol. 12 – nº. 2 – Jul./Dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/amicus/article/view/2333>. Acesso em: 26/06/2019.
- CUÉ, Carlos E, *et al.* Argentina se mobiliza contra os feminicídios no país. **El País**. Buenos Aires, 21 out. de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/19/internacional/1476905030_430567.html. Acesso em: 01 de Junho de 2019.
- FOLEY, Gláucia. “Por uma Justiça Feminista”, pp. 164-171. In: PINTO, Roberto Parahyba de Arruda; CAMARANO, Alessandra; HAZAN, Ellen Mara Ferraz (Coord.) **Feminismo, Pluralismo e Democracia**. São Paulo: Ltr, 2018.

GODINHO, Tatau, Construir a Igualdade Combatendo a discriminação. In: GODINHO, Tatau (org.). SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

GODINHO, Tatau, Construir a Igualdade Combatendo a discriminação. In: GODINHO, Tatau (org.). SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

IASI, Mauro Luís. “Direito e emancipação humana”. In: **Revista da Faculdade de Direito** (Universidade Metodista de São Paulo), v. 2, pp.170-192, 2005. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/view/477/474>. Acesso em: 26/06/2019.

IASI, Mauro Luis. “Direito e emancipação humana”. Pp 170-192. In: **Revista da Faculdade de Direito** (Universidade Metodista de São Paulo), v.2, 2005. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/issue/view/48>. Acesso em: 28/06/2019.

LEAL, Jackson da Silva; FAGUNDES, Lucas Machado. “Pluralismo jurídico e justiça comunitária: contribuindo para a juridicidade alternativa”. In: **Espaço jurídico**. Joaçaba, v. 12, n. 1, p. 113-136, jan./jun. 2011.

Mapa do Acolhimento. Disponível em: <https://www.mapadoacolhimento.org/>. Acesso em: 28/06/2019.

MENDES, Soraia da Rosa. **(Re)pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista**. (Tese) (Doutorado em Direito Estado e Constituição) - Universidade de Brasília, PPG/FD/UnB. Brasília - DF, 2012.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós- Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003 - Coleção História do Povo Brasileiro.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. **BBC News Brasil**. 30 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em 01 de junho de 2019.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**, 2019, p.22.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. Recife. Independently Published, 2019.

Tamo Juntas. Disponível em: <https://tamojuntas.org.br/>. Acesso em: 28/06/2019.

TENÓRIO, Emilly Marques. **Lei Maria da Penha e medidas de proteção: entre a polícia e as políticas**. Campinas: Papel Social, 2018.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico – Fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 2001.

WOLKMER, Antonio Carlos; NETO, Francisco Q. Veras; LIXA, Ivone M. (Orgs.). **Pluralismo Jurídico: os novos caminhos da contemporaneidade**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Desafios, dificuldades e tropeços no fazer pesquisa feminista descolonial Latino-Americana

Rita de Araujo Neves

Introdução

O presente artigo tem por objetivo a autorreflexão e problematização das dificuldades enfrentadas no efetivo exercício da pesquisa, a partir dos preceitos das epistemologias feministas descoloniais latino-americanas, notadamente neste texto focalizando o momento da coleta dos dados no campo investigado, lançando olhar sobre minha investigação de doutoramento em curso.

Cabe dizer que o referido estudo em nível de doutorado tem como tema central a violência de gênero à mulher no currículo de uma Faculdade de Direito e as manifestações imagéticas discentes produzidas nos corredores e divulgadas nas mídias virtuais, objetivando investigar por que estudantes da Faculdade de Direito (FADIR) da Universidade Federal do Rio Grande - FURG assim agiram contra tal forma de violência. Por essa razão, o problema de pesquisa naquela investigação é: questionar, através da análise das imagens produzidas por estudantes nos corredores da FADIR-FURG, se existe e como se dá a cultura da violência de gênero à mulher no contexto investigado e, ocorrendo, identificar quais foram/são as estratégias adotadas pelas/os sujeitas/os do espaço curricular na transgressão a ela. Metodologicamente, procuro responder a esse questionamento analisando os artefatos culturais produzidos pelas/os

alunas/os através do Método Documentário de Interpretação (MDI) de Imagens e os elementos textuais desses artefatos com a Análise Crítica do Discurso (ACD) – Teoria Social do Discurso (TSD), aliados ao aporte teórico do currículo na perspectiva da cultura, sob o olhar dos Estudos Culturais (EC), e das Epistemologias Feministas Descoloniais, com foco na Educação Jurídica. Tal estudo surgiu da percepção pessoal e observações nas mídias virtuais das expressões pictóricas produzidas no *lócus* focalizado, indiciárias da cultura de violência de gênero à mulher na FADIR-FURG, pois discentes usaram os corredores para denunciar anonimamente o vivenciado em sala de aulas à comunidade acadêmica e à sociedade, divulgando na internet seus protestos o que me levou a acreditar que talvez esse fosse o único espaço curricular de que dispunham para se manifestarem.

Nesse sentido, a fim de atender ao proposto na Tese em desenvolvimento, especialmente tendo em vista a metodologia de análise imagética com que trabalho, o MDI, no final do ano de 2017, fui a campo coletar os dados necessários para a compreensão do contexto de produção das imagens feitas e divulgadas pelas/os alunas/os e, justamente após esse momento de intervenção no *lócus* de estudo, percebi no principal instrumento de coletas utilizado, um questionário semiestruturado, que embora alicerçasse meu estudo nas epistemologias feministas descoloniais, deixei de contemplar um aspecto bastante relevante, qual seja, a interseccionalidade, simplesmente desconsiderando que entre as/os alunas/os interlocutores da investigação havia discentes negras/os, as/os quais, exatamente por essa razão, experimentaram para além da violência de gênero, também aquela decorrente e/ou asseverada em virtude da sua raça/etnia.

Tal constatação foi perturbadora e fez-me questionar se, de fato, existe uma perspectiva de pesquisa multicultural e/ou pluricultural, quando o que parece evidenciado são hierarquias dentro de cada cultura, uma vez que só os grupos não-brancos aprenderam e/ou permitiram a intersecção de outras culturas, enquanto os não-negros – onde me

enquadro – ainda não o fizeram nem fazem, pois parte das pessoas e pesquisadoras/es não-negras/os, como eu, simplesmente não exercem esse olhar interseccional, na medida em que não se entendem como representantes de uma raça.

Portanto, é desse movimento de autocrítica e percepção de dificuldades e fragilidades no meu exercício de pesquisa feminista descolonial que me proponho a tratar, de forma singela, neste texto.

Primeiras aproximações teóricas

Embasando essa prática de reflexão sobre o próprio fazer pesquisa, destaco adiante algumas autoras, a fim de com elas dialogar acerca dos desafios e dificuldades – embora a necessidade premente desse movimento – de construir uma pesquisa feminista sob a perspectiva descolonial e latino-americana.

Inicialmente penso importante referir que os obstáculos encontrados em assumir nova forma de fazer pesquisa dão-se já no acesso aos textos/produções dessas teóricas feministas descoloniais latino-americanas, em imensa maioria publicados somente em espanhol, indicando desinteresse comercial das editoras brasileiras na tradução para o português, o que dificulta a aproximação com essas obras em território nacional.

Dessa forma, no caso da minha pesquisa, o conhecimento acerca dessas importantes autoras e a aproximação com as leituras das suas produções ocorreu quase que exclusivamente no âmbito acadêmico, das universidades relacionadas ao meu estudo, através das professoras estudiosas dessa temática que dialogando com essas pesquisadoras em congressos científicos internacionais, grupos e objetos de pesquisa em comum, entre outros meios, apresentaram-me parte desse conhecimento científico.

Entre as obras a que tive acesso, elegi algumas para dialogar nesta escrita, sendo elas: o livro *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*, de Silvia Federici; o artigo *Epistemología Feminista: Temas*

Centrales de autoria Norma Blazquez Graf no livro “*Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales*”, organizado pela mesma autora, além de Fátima Flores Palacios e Maribel Ríos Everardo; o Capítulo 9, intitulado: *La utopía feminista latino-americana* de Francesca Gargallo, do livro “*Ideias Feministas Latino-americanas*”, da mesma autora; o artigo *Rumo a um feminismo descolonial* de María Lugones, na revista *Estudios Feministas*; e os capítulos 2 e 4, respectivamente intitulados: *Ojos para mirar: marcos de referencia que contornean la búsqueda* e *Que dicen los proyectos y experiencias educativos feministas? Una lectura desde la pedagogía* de Luz Maceira Ochoa, no livro “*El sueño y la práctica de sí. Pedagogía feminista: una propuesta*”, da mesma autora.

Começo a construção deste texto reconhecendo que embora a autora Silvia Federici (2017) não seja latino-americana, mas italiana, a tradução recente para o português de sua obra possibilitou não só o acesso, mas, especialmente, rememorar e trazer para a discussão dos feminismos e dos aspectos relacionados ao gênero a perspectiva marxista, defendida por essa estudiosa, sobretudo quanto ao feminismo de classe, do qual ela, juntamente com outras pesquisadoras, foi precursora. Processo semelhante já ocorrera, recentemente, com outra autora também não latino-americana, mas estadunidense, Ângela Davis (2016), pois a adoção da categoria interseccionalidades nos estudos feministas e de gênero, defendida em sua obra, em especial no que tange à discussão de classe, resgatou o marxismo como aspecto relevante nessas discussões.

Desse modo, na difícil tarefa de apresentar breve noção acerca das origens do patriarcado, atreladas às do próprio capitalismo, valho-me das brilhantes palavras de Silvia Federici (2017), para quem embora o marxismo não aceitasse e nem reconhecesse as mulheres como parte da classe trabalhadora essas sempre fizeram parte da classe das exploradas, daquelas que trabalhavam de forma invisibilizada, no âmbito doméstico, dentro dos seus lares. Referindo-se a Marx, afirma:

[...] não encontramos em seu trabalho nenhuma menção às profundas transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e

na posição social das mulheres. Na análise de Marx sobre a acumulação primitiva tampouco aparece alguma referência à “grande caça às bruxas” dos séculos XVI e XVII, ainda que essa campanha terrorista patrocinada pelo Estado tenha sido fundamental para a derrota do campesinato europeu, facilitando sua expulsão das terras anteriormente comunais (FEDERICI, 2017, p. 118).

E prossegue a mesma autora, asseverando:

Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que, tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das “bruxas”. A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi *também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora*, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno (FEDERICI, 2017, p. 119). [grifos da autora]

A autora desenvolve sua análise sobre a transição do sistema feudal de produção para o sistema capitalista pontuando que a expropriação das terras comunais por parte do Estado, através dos cercamentos, e o papel atribuído à população pobre de mão de obra assalariada somada à necessidade de controle populacional, visando justamente ao incremento dessa população, gerou uma série de efeitos nefastos nas subjetividades e mesmo na estrutura social então vigente e prejudicou, sobremaneira, as mulheres, nesse processo (FEDERICI, 2017).

Senão, vejamos:

No entanto, a principal iniciativa do Estado com o fim de restaurar a proporção populacional desejada foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres, claramente orientada a quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução. Como veremos mais adiante, essa guerra foi travada principalmente por meio da caça às bruxas, que literalmente demonizou qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa, ao mesmo tempo que acusava as mulheres de sacrificar crianças para o

demônio. Mas a guerra também recorreu a uma redefinição do que constituía um crime reprodutivo. Desse modo, a partir de meados do século XVI, ao mesmo tempo que os barcos portugueses retornavam da África com seus primeiros carregamentos humanos, todos os governos europeus começaram a impor penas mais severas à contracepção, ao aborto e ao infanticídio (FEDERICI, 2017, p. 174).

E continua dizendo que [...] o Estado não poupou esforços na sua tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando ou em que quantidade as crianças deveriam nascer (FEDERICI, 2017, p. 180) e, assim agindo, [...] privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, além de confinar as mulheres à atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores (*Ibidem*, p. 181).

Dessa forma, a partir da lúcida digressão histórica feita por essa estudiosa, parece evidenciado que toda a construção social da figura da mulher como um indivíduo inferior ao homem emerge dessa lógica, a qual estrutura não só o capitalismo como o sistema patriarcal.

A autora também destaca a alteração sofrida por esse imaginário do feminino ao longo do processo histórico de exploração e degradação das mulheres, lecionando:

Embora na época da caça às bruxas as mulheres tenham sido retratadas como seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes, insubordinadas, incapazes de autocontrole, no século XVIII o cânone foi revertido. Agora, as mulheres eram retratadas como seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles (FEDERICI, 2017, p. 205).

De acordo com ela, é aí que se cria o imaginário da naturalização da inferioridade feminina, sustentado, lógico, na invisibilização do trabalho das mulheres, a qual permitiu a própria estruturação do sistema capitalista.

Nessa senda, reforço que estou plenamente de acordo com essa pesquisadora quando afirma que toda vez que quisermos compreender a misoginia vigente em nossa sociedade voltemos nosso olhar para o processo de desenvolvimento do próprio capitalismo.

Sobre Colonialidade e Feminismos

Adentrando agora no diálogo com as autoras feministas latino-americanas que mencionei anteriormente, apresento a relação entre o colonizador e o/a colonizado/a em termos de gênero, raça e sexualidade, trazida pela filósofa feminista argentina Maria Lugones (2014), que propõe uma releitura da modernidade capitalista colonial moderna:

Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade (LUGONES, 2014, p.935).

Segundo ela, “A confissão cristã, o pecado e a divisão maniqueísta entre o bem e o mal serviam para marcar a sexualidade feminina como maligna, uma vez que as mulheres colonizadas eram figuradas em relação a Satanás, às vezes como possuídas por Satanás” (LUGONES, 2014, p.939).

A partir do conceito de colonialidade de Anibal Quijano, essa mesma estudiosa aduz que:

Ao pensar a colonialidade do gênero, eu complexifico a compreensão do autor sobre o sistema de poder capitalista global, mas também critico sua própria compreensão do gênero visto só em termos de acesso sexual às mulheres. Ao usar o termo *colonialidade*, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos (LUGONES, 2014, p.939).

E, adiante, provoca a que pensemos, nas nossas investigações, a partir de outra ótica, que não aquela colonial, na qual fomos forçadas/os e estamos “adaptadas/os”:

A subjetividade que resiste com frequência expressa-se infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade oposicionista. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. **Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder.** Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica. Se estamos exaustos/as, completamente tomados/as pelos mecanismos micro e macro e pelas circulações do poder, a “libertação” perde muito de seu significado ou deixa de ser uma questão intersubjetiva. A própria possibilidade de uma identidade baseada na política e o projeto da descolonialidade perdem sua base ancorada nas pessoas. Conforme me desloco metodologicamente dos feminismos de mulheres de cor para um feminismo descolonial, penso sobre feminismo desde as bases e nelas, e desde a diferença colonial e nela, com uma forte ênfase no terreno, em uma intersubjetividade historicizada, encarnada. A questão da *relação* entre a resistência ou a contestação à colonialidade de gênero e a descolonialidade está mais sendo posta aqui do que sendo respondida. Mas me proponho, sim, a entender a resistência à colonialidade do gênero a partir da perspectiva da diferença colonial. **Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social.** Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ↔ resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas “pela situação”. Deve incluir “aprender” sobre povos. Além disso, o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela (LUGONES, 2014, p.940). [grifos meus]

Dito de outro modo, o que essa teórica propõe é que:

[...] ao trabalhar rumo a um feminismo descolonial é, como pessoas que resistem à colonialidade do gênero na diferença colonial, aprendermos umas sobre as outras sem necessariamente termos acesso privilegiado aos mundos de sentidos dos quais surge a resistência à colonialidade. Ou seja, a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la.
 [...] ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial. A leitura move-se contra a análise sociocientífica objetificada, visando, ao invés, compreender sujeitos e enfatizar a subjetividade ativa na medida em que busca o lócus fraturado que resiste à colonialidade do gênero no ponto de partida da coalizão (LUGONES, 2014, p.948).

As importantes provocações dessa estudiosa fizeram-me olhar sob novo prisma para as ações estudantis de transgressão/resistência à violência de gênero à mulher que analiso na pesquisa de doutoramento.

Ela conclui, dizendo: “Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento” (LUGONES, 2014, p.949).

Já Francesca Gargallo (2004), escritora e docente feminista italiana, mas que desenvolve seu trabalho no México e América Latina desde 1979 e publica sua obra em espanhol, por sua vez, ao escrever sobre a utopia feminista latino-americana, compartilha conosco a história de um grupo de feministas mexicanas e chilenas que, no ano de 1993, por se identificarem com as ideias do feminismo da diferença e especialmente por reconhecerem que a lógica de igualdade entre as mulheres era apenas pretexto ideológico para submetê-las identificou, pela primeira vez na América Latina, a existência não de um, mas de vários e diversos feminismos. Esse grupo autodominava-se “As cúmplices”. Segundo elas:

[...] reconhecer a diferença entre as mulheres como algo que sustenta a liberdade e não impõe a desigualdade: um direito e uma perspectiva política. Isso solapou uma utopia feminista fundamental: a identidade das mulheres

feministas, a possibilidade de olhar uma no espelho da outra (GARGALLO, 2004, p.143)¹.

Para ela, “Ao longo de trinta anos, as feministas tiveram que marcar suas diferenças e seus pontos de convergência com as mulheres dos movimentos/organizações populares e dos partidos políticos, mas nunca tinham dito “nossa voz feminista é diferente de outras”” (GARGALLO, 2004, p.140)² [grifos da autora].

As cúmplices eram Margarita Pisano, Ximena Bedregal, Amalia Fischer, Edda Gabiola, Sandra Lidid, Rosa Rojas e a própria Francesca Gargallo e não se remetiam a nenhuma ideia europeia, francesa ou italiana, sobre autonomia feminista. Elas mesmas “se definiam “amantes da liberdade” que rechaçavam “em todas as suas expressões a cultura de dominação, separação e censura que chamamos patriarcado” (GARGALLO, 2004, p.142)³, e que no seu entendimento “[...] o sistema patriarcal como sistema dominante tem construído uma lógica, uma ética e uma estética que constantemente justificam as relações desiguais entre os sexos, as relações de inferiorização das mulheres” (GARGALLO, 2004, p.142)⁴.

Portanto, para elas:

A partir dessa rejeição ao sistema patriarcal (sistema de sistemas), desenvolveram uma estética feminista, necessariamente ligada à ética e à política, e de alguma forma anterior a uma base epistemológica: "Vamos nos recusar a considerar belo o que nos denigre ou invisibiliza: não nos inspiram as musas de Apolo. Rejeitamos as catedrais de proporções perfeitas nas quais o culto masculino enaltece a uma de nós para condenar a sexualidade de todas, mas

¹ Minha livre tradução. No original (transcrito): [...] reconocer la diferencia entre mujeres como algo que sustenta la libertad y no impone la desigualdad: un derecho y una perspectiva política. Con esto socavaban una utopía feminista fundamental: la identidad de las mujeres feministas, la posibilidad de mirarse una en el espejo de la otra.

² Minha livre tradução. No original (transcrito): A lo largo de treinta años, las feministas tuvieron que marcar sus diferencias y sus puntos de convergencias con las mujeres de las organizaciones populares y de los partidos políticos, pero nunca habían dicho “nuestra voz feminista es distinta de otras.

³ Minha livre tradução. No original (transcrito): [...] se definían “amantes de la libertad” que rechazan “en todas sus expresiones la cultura de dominación, separación y censura que llamamos patriarcado”.

⁴ Minha livre tradução. No original (transcrito): [...] el sistema patriarcal como sistema dominante ha construido una lógica, una ética y una estética que constantemente justifican las relaciones desiguales entre los sexos, las relaciones de inferiorización de las mujeres

acima de tudo não nos construímos como pedágio para sermos aceitas pelos sacerdotes da cultura patriarcal" (GARGALLO, 2004, p.142)⁵.

Ainda, afirmavam essas autoras que:

[...] os ensinamentos políticos dos homens estavam em crise e não tinham “nenhuma intenção de curar suas depressões e doenças para que continuassem a nos impedir de expressar nosso senso de existência e da relação inter-humana”. No marco da preparação obrigatória da Conferência de Pequim (1995), organizada pela ONU, que as maiores ONGs de mulheres peruanas, mexicanas, argentinas e chilenas de mulheres realizavam, o Manifesto era uma declaração e demarcação, uma primeira posição contra o que cinco anos depois viria a ser chamado de globalização (GARGALLO, 2004, p.143)⁶.

E adiante, visando pontuar a diferença das ideias que defendiam “As cúmplices” em oposição àquelas apresentadas pelo “feminismo institucionalizado”, de forma contundente, Gargallo (2004) afirma que elas:

Em seu livro, *Gestos para uma cultura tendenciosamente diferente*, tentaram explicar suas diferenças com o feminismo institucionalizado, "para continuar sentindo-nos confortáveis dentro do movimento feminista e fazer política em relação à toda a sociedade". Demonstraram, assim, que, apesar da existência de vários feminismos, na América Latina nunca houve uma cisão no movimento, similar à afirmação de que o feminismo é uma ideologia a qual não se queriam somar as escritoras da diferença sexual Hélène Cixous e Julia Kristeva na França, ou a posição arrogante da espanhola Celia Amorós rotulado de não-feministas todas as envolvidas no pensamento da diferença sexual, alegando que o feminismo é uma expressão da modernidade e,

⁵ Minha livre tradução. No original (transcrito): Desde este rechazo al sistema patriarcal (un sistema de sistemas), planteaban una estética feminista, necesariamente ligada a la ética y a la política, y de alguna manera anterior a una base epistemológica: “Neguémonos a considerar hermoso lo que nos denigra o ningunea: no nos inspiran las musas de Apolo. Rechacemos las catedrales de perfectas proporciones en las que el culto masculino ensalza a una de nosotras para condenar la sexualidad de todas, pero sobre todo no las construyamos nosotras como peaje para ser aceptadas por los sacerdotes de la cultura patriarcal”.

⁶ Minha livre tradução. No original (transcrito): [...] las enseñanzas políticas de los hombres estaban en crisis y no tenían “ninguna intención de curar sus depresiones y enfermedades para que nos sigan impidiendo expresar nuestro sentido de la existencia y de la relación interhumana”. En el marco de la preparación compulsiva de la Conferencia de Beijing (1995), organizada por la ONU, que las mayores ONG de mujeres peruanas, mexicanas, argentinas y chilenas estaban llevando a cabo, el Manifiesto era una declaración de deslindamiento, una primera posición contra lo que cinco años después vendría a llamarse globalización.

portanto, necessariamente, um movimento de reivindicação de igualdade. As cúmplices acreditavam que o feminismo tem diferentes vertentes de origem, oriundas dos cortes ou conflitos com que se constrói o sistema cultural patriarcal: mulheres pobres, camponesas, profissionais, indígenas, brancas, negras, heterossexuais, lésbicas, bissexuais, velhas, jovens, maduras, ligadas a projetos políticos socialistas, neoliberais, ligadas a ideologias religiosas. Todas igualmente mulheres, capazes de se identificar contra uma agressão patriarcal, mas não dispostas - ou simplesmente incapazes - de construir uma idéia única do que deva ser o próprio estar e agir no mundo (GARGALLO, 2004, p.144)⁷.

E diz, ainda “[...] como latino-americanas, reivindicavam sua diferença com os modelos coloniais, esses países paradigmáticos em que se origina e perpetua a xenofobia e o modelo econômico que exige a destruição ambiental, as transgressões aos direitos humanos e a cultura de dominação” (GARGALLO, 2004, p.145)⁸.

Crítica as autônomas “[...] incapazes de respeitar as diferenças que se manifestavam entre seus pensamentos e desejos, caindo assim, elas também que tanto rejeitavam o pensamento binário, na construção de uma nova dicotomia entre feministas do possível e feministas utópicas” (GARGALLO, 2004, p.147)⁹ e, de forma categórica, fala que “Com essa atitude absurda – que não reconheceram nem analisaram – exerceram

⁷ Minha livre tradução. No original (transcrito): En su libro, *Gestos para una cultura tendenciosamente diferente*, intentaron explicitar sus diferencias con el feminismo institucionalizado, “para seguir sintiéndonos cómodas dentro del movimiento feminista y para hacer política hacia el conjunto de la sociedad”. Demostraron con ello que, a pesar de la existencia de varios feminismos, en América Latina nunca hubo una escisión del movimiento, parecida a la declaración de que el feminismo es una ideología a la que no querían sumarse las escritoras de la diferencia sexual Hélène Cixous y Julia Kristeva en Francia, o a la arrogante posición de la española Celia Amorós que tildó de no feministas a todas las involucradas en el pensamiento de la diferencia sexual, pretendiendo que el feminismo es una expresión de la modernidad y por lo tanto, necesariamente, un movimiento reivindicativo de la igualdad. Las Cómplices consideraban que el feminismo tiene distintas vertientes de origen, provenientes de los cortes o conflictos con que se construye el sistema cultural patriarcal: mujeres pobres, campesinas, profesionales, indias, blancas, negras, heterossexuales, lesbianas, bissexuales, viejas, jóvenes, maduras, adscritas a proyectos políticos socialistas, neoliberales, vinculadas a ideologías religiosas. Todas igualmente mujeres, capaces de identificarse frente a una agresión patriarcal, pero no dispuestas –o simple y grandiosamente incapaces- de construir una idea única de lo que debe ser el propio estar y actuar en el mundo.

⁸ Minha livre tradução. No original (transcrito): [...] como latinoamericanas reivindicaban su diferencia con los modelos coloniales, esos países paradigmáticos en donde se originan y perpetúan las xenofobias y el modelo económico que exige la destrucción ambiental, las transgresiones a los derechos humanos y la cultura del dominio.

⁹ Minha livre tradução. No original (transcrito): [...] incapazes de respeitar las diferencias que se manifestaban entre sus pensamientos y anhelos, cayendo así, ellas también que tanto rechazaban cualquier pensamiento binario, en la construcción de una nueva dicotomía entre feministas de lo posible y feministas utópicas.

uma violência subliminar, que às vezes assumia tintas de censura moral, nos espaços comuns do feminismo ao tentarem impor o que as feministas deveriam analisar e pensar” (GARGALLO, 2004, p.14)¹⁰.

Por uma ciência feminista

No tocante à epistemologia feminista, propriamente dita, para a filósofa e professora feminista mexicana Norma Blazquez Graf (2012), os estudos científicos numa perspectiva de gênero também conhecidos como estudos feministas da ciência ou crítica feminista da ciência começaram na década de setenta do século XX e mesmo gerando uma série de diferentes investigações e reconhecendo-se diversas e heterogêneas posições feministas desde então, há dois pontos de consenso entre elas:

[...] o primeiro é que o gênero, em interação com muitas outras categorias como raça, etnia, classe, idade e preferência sexual, é um organizador chave da vida social e, o segundo, é que não é suficiente entender como funciona e como se organiza a vida social, também é necessário agir para fazer equitativo o mundo social, porque um dos compromissos centrais do feminismo é a transformação, para as mulheres em particular, e a transformação social progressiva em geral (GRAF, 2012, p.21)¹¹.

A mesma autora aponta que para as análises na epistemologia feminista são centrais os seguintes questionamentos: “como o gênero influi sobre os métodos e conceitos, teorias e estruturas de organização da ciência? E como é que a ciência reproduz os esquemas e preconceitos sociais de gênero?” (GRAF, 2012, p. 21). Para ela:

¹⁰ Minha livre tradução. No original (transcrito): [...] Con este cúmulo de actitudes –que no llegaron a reconocer y analizar- ejercieron una violencia subliminal, que en ocasiones adquirió tintes de censura moral, en los espacios comunes del feminismo al intentar imponer qué era lo que las feministas debían analizar y pensar.

¹¹ Minha livre tradução. No original (transcrito): [...] el primero es que el género, en interacción con muchas otras categorías como raza, etnia, clase, edad y preferencia sexual, es un organizador clave de la vida social y, el segundo, que no es suficiente entender cómo funciona y cómo está organizada la vida social, también es necesaria la acción para hacer equitativo ese mundo social, por lo que uno de los compromisos centrales del feminismo es el cambio para las mujeres en particular, y el cambio social progresivo en general.

A epistemologia é uma teoria do conhecimento que leva em conta o que se pode conhecer e como, ou através de que provas as crenças são legitimadas como conhecimento verdadeiro. A epistemologia feminista estuda o anterior, abordando a maneira pela qual o gênero influi nas concepções do conhecimento, na pessoa que conhece e nas práticas de investigar, perguntar e justificar. Identifica as concepções dominantes e as práticas de atribuição, aquisição e justificação do conhecimento que sistematicamente põem em desvantagem as mulheres porque as excluem da investigação, lhes é negado tenham autoridade epistêmica, denegam-se os estilos e modos cognitivos femininos de conhecimento, se produzem teorias das mulheres que as representam como inferiores ou desviadas em relação ao modelo masculino, se produzem teorias de fenômenos sociais que invisibilizam as atividades e os interesses das mulheres ou as relações de poder desiguais baseadas no gênero, e se produz conhecimento científico e tecnológico que reforça e reproduz hierarquias de gênero. A epistemologia feminista faz ver essas falhas e propõe diversas alternativas para resolvê-las; (GRAF, 2012, p.22)¹².

Segundo ela, só através da entrada de mulheres feministas nos mais distintos campos acadêmicos, especialmente nas ciências biológicas e sociais, foram possibilitados novos questionamentos, teorias e métodos figurando entre temas centrais dessa epistemologia: “a crítica aos marcos de interpretação da observação; a descrição e influência de papéis e valores sociais e políticos na investigação; a crítica aos ideais de objetividade, racionalidade, neutralidade e universalidade, assim como as propostas de reformulação das estruturas de autoridade epistêmica” (GRAF, 2012, p.22)¹³.

¹² Minha livre tradução. No original (transcrito): La epistemología es una teoría del conocimiento que considera lo que se puede conocer y cómo, o a través de qué pruebas las creencias son legitimadas como conocimiento verdadero. La epistemología feminista estudia lo anterior, abordando la manera en que el género influye en las concepciones del conocimiento, en la persona que conoce y en las prácticas de investigar, preguntar y justificar. Identifica las concepciones dominantes y las prácticas de atribución, adquisición y justificación del conocimiento que sistemáticamente ponen en desventaja a las mujeres porque se les excluye de la investigación, se les niega que tengan autoridad epistémica, se denigran los estilos y modos cognitivos femeninos de conocimiento, se producen teorías de las mujeres que las representan como inferiores o desviadas con respecto al modelo masculino, se producen teorías de fenómenos sociales que invisibilizan las actividades y los intereses de las mujeres o a las relaciones desiguales de poder genéricas, y se produce conocimiento científico y tecnológico que refuerza y reproduce jerarquías de género. La epistemología feminista hace ver estas faltas y propone diversas alternativas para resolverlas;

¹³ Minha livre tradução. No original (transcrito): la crítica a los marcos de interpretación de la observación; la descripción e influencia de roles y valores sociales y políticos en la investigación; la crítica a los ideales de objetividad, racionalidad, neutralidad y universalidad, así como las propuestas de reformulación de las estructuras de autoridad epistémica.

No tocante a esses marcos, aduz a autora (GRAF, 2012) que nas pesquisas feministas usamos os mesmos, porém aquilo que se vamos escolher observar e analisar poderá diferenciar-se muito, conforme sejamos um/a pesquisador/a que faça ciência pela maneira tradicional e, portanto, sob o ponto de vista masculino. Como exemplo do que considera como uma forma problemática de organizarmos nossas observações destaca a dependência da dicotomia lógica e a tendência de conceituar pessoas abstraíndo-as dos seus contextos sociais, o que facilita a desumanização das/dos sujeitas/os:

A desumanização é a tendência a falar ou tratar as pessoas como se fossem objetos, sem subjetividades, e não como agentes que desenvolvem análises da sua situação e trabalham para resolvê-la; são convertidas em dados, em não-pessoas, sobretudo aquelas que se encontram nas hierarquias sociais mais baixas (GRAF, 2012, p.24) ¹⁴.

E prossegue, dizendo:

A tecnologia, a linguagem da ciência e as metodologias de pesquisa são, todas, construções humanas. As pessoas que produzem ciência não só descobrem leis e identificam verdades, também elaboram hipóteses ao examinar o mundo, experimentam usando ferramentas que inventam e interpretam o que encontram dentro do contexto do que sabem; constantemente fazem julgamentos durante seu trabalho e determinam se os resultados de um experimento ou um conjunto de dados são válidos em consistência com resultados prévios e com marcos explicativos predominantes, obtidos de erros, sejam identificados ou não. Esses julgamentos dependem de suposições que podem ser influenciadas por valores e crenças individuais, culturais e científicas (GRAF, 2012, p.25) ¹⁵.

¹⁴ Minha livre tradução. No original (transcrito): La deshumanización es la tendencia a hablar o tratar a las personas como si fueran objetos, sin subjetividad, y no como agentes que desarrollan análisis de su situación y trabajan para resolverla; se les convierte en datos, en no personas, sobre todo a aquellas que se encuentran en las jerarquías sociales más bajas.

¹⁵ Minha livre tradução. No original (transcrito): La tecnología, el lenguaje de la ciencia y las estrategias de investigación son, todas, construcciones humanas. Las personas que generan ciencia no sólo descubren leyes e identifican verdades, también elaboran hipótesis al examinar el mundo, experimentan usando herramientas que inventan e interpretan lo que encuentran dentro del contexto de lo que saben; constantemente hacen juicios en el curso de su trabajo y determinan si los resultados de un experimento o el conjunto de datos son válidos en consistencia con resultados previos y con los marcos explicativos prevaletentes, que se obtienen de errores, sean identificados o no.

Assim, essa teórica desafia a compreensão de que o ato de fazer pesquisa científico-acadêmica sob a perspectiva feminista não deve ser um ato neutro, sem subjetividade e/ou sem posicionamento político, em especial quando a pesquisadora é uma mulher.

Nesse sentido:

A epistemologia feminista questiona a possibilidade e o desejo de objetividade como uma meta da pesquisa, assim como a relação que se estabelece entre a pessoa que investiga e o que investiga, entre o/a pesquisador/a e o/a pesquisado/a; critica a utilização da objetividade como meio patriarcal de controle, o desapego emocional e a suposição de que há um mundo social que pode ser observado de forma externa à consciência das pessoas.

[...] no lugar de desejar a objetividade como meta, porque dá lugar a projetos e usos racistas, imperialistas, burgueses, homofóbicos e androcêntricos, é necessário substituir a objetividade frágil da investigação não feminista, por uma objetividade forte, na qual se exige que o/a pesquisador/a se coloque no mesmo plano crítico e causal que os objetos/sujeitos que deseja conhecer (GRAF, 2012, p.26) ¹⁶.

“O feminismo tem mostrado como as grandes teorias que proclamam a universalidade são parciais e baseadas em normas masculinas, em vez de serem representações inclusivas de toda a humanidade” (GRAF, 2012, p.27)¹⁷, e, ainda, diz ela que: “[...] por exemplo, a teoria sobre o desenvolvimento moral de Lawrence Kohlberg foi elaborada a partir da observação

Estos juicios dependen de suposiciones que pueden estar influidas por valores y creencias individuales, culturales y científicas.

¹⁶ Minha livre tradução. No original (transcrito): La epistemología feminista cuestiona la posibilidad y el deseo de la objetividad como una meta de la investigación, así como la relación que se establece entre la persona que conoce y lo que se conoce, entre la persona que investiga y la que es investigada; critica la utilización de la objetividad como medio patriarcal de control, el desapego emocional y la suposición de que hay un mundo social que puede ser observado de manera externa a la conciencia de las personas.

[...] en lugar de desechar la objetividad como una meta, porque da lugar a proyectos y usos racistas, imperialistas, burgueses, homofóbicos y androcéntricos, es necesario sustituir la objetividad débil de la investigación no feminista, por una objetividad fuerte, en la que se requiere que la persona de conocimiento se coloque en el mismo plano crítico causal que los objetos de conocimiento.

¹⁷ Minha livre tradução. No original (transcrito): El feminismo ha mostrado cómo es que las grandes teorías que proclaman la universalidad son parciales y se basan en normas masculinas, en lugar de ser representaciones inclusivas de toda la humanidad.

de uma amostra de homens, sendo questionada sua universalidade por Carol Gilligan” (GRAF, 2012, p.28)¹⁸.

Embora haja vários feminismos, podemos conceber uma unicidade na teoria feminista, pois: “toda a teoria feminista considera o gênero como ordenador social e como categoria significativa que interage com outras como classe, etnia, idade ou preferência sexual, com relações estruturais entre indivíduos, entre grupos e entre a sociedade como um todo” (GRAF, 2012, p.28)¹⁹.

Acerca da epistemologia feminista, portanto, a professora conclui, manifestando:

[...] o conceito central da epistemologia feminista é que a pessoa que conhece/pesquisa está situada e, portanto, o conhecimento é situado, ou seja, reflete as perspectivas particulares da pessoa que gera o conhecimento, mostrando como é que o gênero situa as pessoas que conhecem/pesquisam. Partindo disso, considera-se que existem três principais aproximações teóricas que nos últimos anos têm atenuando as diferenças que as caracterizavam: *A teoria do ponto de vista feminista* que identifica uma situação social particular como epistemologicamente privilegiada; *O pós-modernismo feminista* que rechaça esse privilégio epistêmico e enfatiza, em vez disso, a contingência e a instabilidade da identidade social daqueles que conhecem/pesquisam, e o *empirismo feminista* que detecta quando o posicionamento gera erro e constitui uma fonte nociva para o avanço do conhecimento, com a finalidade de corrigir esses preconceitos (GRAF, 2012, p.28)²⁰.

¹⁸ Minha livre tradução. No original (transcrito): Por ejemplo, la teoría sobre el desarrollo moral de Lawrence Kohlberg fue elaborada mediante la observación de una muestra de hombres, y fue cuestionada su universalidad por Carol Gilligan.

¹⁹ Minha livre tradução. No original (transcrito): [...] toda a teoría feminista considera al género como ordenador social y como categoría significativa que interactúa con otras como clase, etnia, edad o preferencia sexual, con relaciones estructurales entre individuos, entre grupos y entre la sociedad como un todo.

²⁰ Minha livre tradução. No original (transcrito): [...] el concepto central de la epistemología feminista es que la persona que conoce está situada y por lo tanto el conocimiento es situado, es decir, refleja las perspectivas particulares de la persona que genera conocimiento, mostrando como es que el género sitúa a las personas que conocen. Partiendo de lo anterior, se considera que existen tres principales aproximaciones teóricas que en los últimos años han ido atenuando las diferencias que las caracterizaban: la teoría del Punto de vista feminista que identifica una situación social particular como epistemologicamente privilegiada; el posmodernismo feminista que rechaza ese privilegio epistêmico y enfatiza en cambio la contingencia y la inestabilidad de la identidad social de quien conoce, y el empirismo feminista que detecta cuando el posicionamiento genera error y constituye una fuente dañina para el avance del conocimiento, con el fin de corregir esos prejuicios.

E, ainda, afirma: “as três aproximações teóricas revisadas coincidem cada vez mais num pluralismo e rechaçam as teorias totalizadoras, assim como o projeto epistemológico tradicional de validade das normas epistêmicas a partir de pontos de vista universais, porque negam que se possa ter esse ponto de vista (GRAF, 2012, p.36)²¹.

Por que não uma pedagogia feminista latino-americana?

Por fim, a professora e pesquisadora feminista mexicana, Luz Ma-ceira Ochoa (2008), de forma brilhante, apresenta suas contribuições sobre o conceito de pedagogia feminista. Ela inicia sua abordagem pontu-ando:

[...] penso que é relevante esclarecer que como os discursos contemporâneos, o feminismo e a pedagogia foram atacados e desafiados a partir dessa perspectiva, e é a partir desse horizonte que se assume a inexistência de discursos únicos, estáveis, permanentes e fixos, bem como a compreensão dos interesses e vozes parciais que constroem as narrativas, os quais retomo para situar e dimensionar minha pesquisa, sabendo que parto de ideias em movimento (OCHOA, 2008, p.45)²².

Ademais, ressalta que a pedagogia não inventa/cria os ideais educa-tivos, mas codifica e expressa de maneira coerente e legível os valores e práticas aceitáveis ou desejáveis socialmente. Porém, esses ideais são apre-sentados como universais, como desejáveis por toda a sociedade, embora nem sempre o sejam. Nesse sentido, exemplifico o interesse/desejo sexual das mulheres, usualmente desconsiderado no sistema patriarcal. Por essas razões, a autora aponta que “a pedagogia não pode nem deve esquecer sua

²¹ Minha livre tradução. No original (transcrito): Las tres aproximaciones teóricas revisadas coinciden cada vez más em un pluralismo y rechazan las teorías totalizadoras, así como el proyecto epistemológico tradicional de validación de las normas epistémicas desde puntos de vista universales, porque niegan que se pueda tener ese punto de vista.

²² Minha livre tradução. No original (transcrito):[...] me parece relevante aclarar que como discursos contemporâneos, el feminismo y la pedagogia se han visto retados y rebatidos desde esta óptica, y es a partir de este horizonte que se assume la inexistencia de discursos únicos, estables, permanentes y fijos, así como la comprensión de los intereses y voces parciales que construyen las narrativas, los cuales retomo para situarme y para dimensionar mi investigación, sabendo que parto de ideas em movimiento.

dimensão filosófica-social e ceder à normativa-prescritiva” (OCHOA, 2008, p. 48)²³. E reitera:

[...] a importância da influência feminista nas configurações e nos discursos pedagógicos, pois influenciar essas grandes visões e diretrizes, nos argumentos e visões que justificam e direcionam a educação, ou seja, na construção de abordagens filosóficas, políticas, teóricas e metodológicas que eles orientam a tarefa educacional, é uma oportunidade fundamental e pendente à qual devemos nos concentrar (OCHOA, 2008, p.51)²⁴.

Ochoa opõe-se à ideia de uma pedagogia de gênero, mas é simpática ao reconhecimento de uma ou várias pedagogias feministas, pois “[...] o feminismo é uma filosofia, uma epistemologia e uma teoria muito mais ampla que a abordagem ou categoria de gênero, abrange outras categorias, razão pela qual opto por pensar na construção de uma (ou várias) pedagogias feministas e não de gênero” (OCHOA, 2008, p.89)²⁵.

A pesquisadora, porém, é enfática ao dizer que não se refere a uma única possibilidade de pedagogia feminista porque não acredita em apenas uma intersecção possível e verdadeira entre a pedagogia e o feminismo, mas aceita, sim, a ideia desse conceito de pedagogia feminista, mesmo seja ele múltiplo, pois de acordo com uma investigação desenvolvida percebeu mais elementos comuns que diferentes, entre várias práticas educativas feministas, e, portanto, acredita que existam certos princípios e elementos metodológicos comuns e compartilhados nessas experiências pedagógicas.

Assim, apresenta o que chama de fundamentos da pedagogia feminista, os quais divide em dois grupos: chaves filosófico-políticas e chaves teórico-conceituais.

²³ Minha livre tradução. No original (transcrito):[...] la pedagogía no puede ni debe olvidar su dimensión filosófica-social y ceder a la normativa-prescritiva.

²⁴ Minha livre tradução. No original (transcrito):[...] reitero la importancia de la influencia feminista en las configuraciones y discursos pedagógicos pues incidir en esas grandes visiones y lineamientos, en los argumentos y miras que justifican y dirigen la educación, es decir, en la construcción de planteamientos filosóficos, políticos, teóricos y metodológicos que orientan el quehacer educativo, es una oportunidad fundamental y una pendiente a la que hay que abocarse.

²⁵ Minha livre tradução. No original (transcrito):[...] el feminismo es una filosofía, una epistemología y una teoría mucho más amplia que el enfoque o categoría de género, abarca otras categorías, por lo que opto por pensar en la construcción de una (o varias) pedagogías feministas y no de género.

O primeiro grupo, das chaves filosófico-políticas, por sua vez, ela divide em quatro categorias, a saber: identidade e sentido da pedagogia feminista; visão sobre as e os seres humanos; concepções sobre a aprendizagem e perspectiva ética, enquanto o segundo grupo, das chaves teórico-conceituais, ela categoriza em: o feminismo; democracia genérica (de gênero); a educação popular; outras aproximações teórico-conceituais; desenvolvimento sustentável e psicologia.

Adiante, a estudiosa chama de projeto pedagógico a dimensão normativa-prescritiva da pedagogia, ou seja, aquela relacionada à orientação da ação educativa, que inclui as formas e modos de educação, as estratégias educativas para alcançar a finalidade educativa, qual seja a tradução dos princípios em critérios ou pautas de ação, formas de comunicar o conhecimento e de organizar o processo educativo (OCHOA, 2008, p. 146).

Nesse sentido:

Com base nos fundamentos identificados, nas experiências educacionais feministas foram construídos diferentes modelos educacionais e propostas metodológicas que, apesar dos diferentes quadros e ideias a dos quais são derivados, compartilham vários dos principais componentes que identifico e organizo em quatro categorias: a) Os sujeitos – as sujeitas – do processo educativo, b) Dimensões do processo educativo, c) Mediações para a aprendizagem, e d) Objetivos e conteúdos de aprendizagem (OCHOA, 2008, p.51)²⁶.

Embora a autora desenvolva ao longo de seu texto todas essas categorias teóricas, finaliza sua escrita afirmando que o reconhecimento da existência de uma pedagogia feminista não é consenso, sequer entre as pesquisadoras e educadoras feministas, tendo em vista algumas defendem que faria mais sentido incorporar a perspectiva de gênero à pedagogia para que fosse incluída em todos os espaços educacionais, pois especificar

²⁶ Minha livre tradução. No original (transcrito): A partir de los fundamentos identificados, en las experiencias educativas feministas se han construido distintos modelos educativos y propuestas metodológicas, que a pesar de los diferentes marcos e ideas de las que se derivan, comparten varios de los componentes principales que aquí identifico y organizo en cuatro categorías: a) Los sujetos – las sujetas – del proceso educativo, b) Dimensiones del proceso educativo, c) Mediaciones para el aprendizaje, y d) Objetivos y contenidos de aprendizaje.

uma pedagogia como feminista poderia significar a marginalização ou associação exclusiva ao “trabalho com mulheres”, assim, o esforço mais adequado seria transversalizar o enfoque feminista a todo projeto pedagógico.

Todavia, ela concluiu filiando-se e defendendo a ideia de construção da pedagogia feminista, pois:

Entre todas essas educadoras que reconhecem a pedagogia feminista como um objeto em construção, mas que já tem um alicerce de onde partir, reconheceram, diante da minha pergunta, a importância de desejar essa construção e de nomear a pedagogia feminista. Relembra que uma das chaves do feminismo foi nomear a realidade, então nomear a pedagogia feminista é "um elemento fundamental para reconhecê-la, para trabalhá-la, para valorizá-la, para reivindicá-la e continuar a construí-la" (OCHOA, 2008, p.51)²⁷.

A reflexão sobre o próprio modo de exercer (ou não) a pesquisa feminista descolonial

Início agora, como já anunciado, o exercício de autorreflexão teórica sobre o meu fazer pesquisa feminista descolonial e, nesse sentido, resalto a importância de três textos a seguir, os quais somam-se aos anteriormente já destacados: “*Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*”, de Aníbal Quijano, “*A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*”, de Ramón Grosfoguel e “*Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*”, de Boaventura de Souza Santos, que abordam as discussões sobre colonialidade do poder e do saber, além das Epistemologias do Sul.

Quando aproximei meu olhar ao das autoras mulheres, feministas e pesquisadoras, representantes das epistemologias descoloniais latino-

²⁷ Minha livre tradução. No original (transcrito): Entre todas estas educadoras que reconocen a la pedagogía feminista como un objeto en construcción que tiene ya antecedentes y bases firmes de donde partir, se reconoció, ante mi pregunta, la importancia de intencionar esta construcción y de nombrar la pedagogía feminista. Se recupera que una de las claves del feminismo há sido nombrar la realidad, por lo que nombrar la pedagogía feminista es “un elemento fundamental para reconocerla, para trabajarla, para valorarla, para reivindicarla y seguirla construyendo”.

americanas, percebi a importância de outro prisma sobre as questões que focalizo em meu estudo de doutoramento, em especial nessa prática e/ou exercício de outra forma de fazer pesquisa que seja capaz de sair do modelo de ciência tradicional, eminentemente masculino, branco, heterossexual e eurocentrado.

Considerando que minha pesquisa versa, entre outros aspectos, sobre a construção cultural da violência de gênero à mulher no currículo de uma Faculdade de Direito, pareceu-me, desses três textos antes destacados, que emerge um ponto comum e importante ao meu estudo: o fato de todos os autores falarem, cada um a seu modo, sobre a falácia científica e histórica de um modelo único de sociedade e conseqüentemente de sujeito, quando destacam que, de fato, isso não passa de construção política, cultural e social, a partir dos interesses daqueles que detinham o poder em determinados períodos históricos e que, desse modo, impuseram, através da colonização, os seus modelos de sociedade e de sujeitos como padrões subjugando e/ou subalternizando as demais existências societárias e culturais, bem como as/os sujeitos desses distintos grupos sociais.

Evidentemente, nesse aspecto, a mim interessa observar, por conta do que investigo no doutorado, a partir da ótica desses autores como as mulheres foram e ainda são subalternizadas e subjugadas como pessoas nessas construções patriarcais de sociedade e da própria epistemologia ocidental.

Embora Quijano (2010) apresente de forma central ao seu texto a raça como categoria mental da modernidade e afirme que esse conceito surge por ocasião da exploração europeia na América ele também tenuamente tangencia o aspecto da inferiorização e subordinação dos/das sujeitos/as a partir da categoria gênero, ponto de relevo ao meu estudo. Em meu entendimento, o mérito desse autor foi centralizar a categoria racial como marco da divisão do trabalho, tratando, portanto, de uma divisão racial do trabalho, aspecto não abordado pelo marxismo. Como já destaquei, ele também faz menção à divisão sexual do trabalho, centrada no gênero, mas neste texto estudado não o abordou de maneira aprofundada.

O autor fala do capitalismo como a nova estrutura de controle do trabalho e aponta que:

[...] todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíam-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Em tal contexto, cada umas dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórica e sociologicamente novas (QUIJANO, 2010, p. 117).

Ramón Grosfoguel (2016) a seu turno, destaca aquilo que chama de os quatro genocídios/epistemicídios havidos “contra muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus, contra povos nativos na conquista das Américas, contra povos africanos na conquista da África e a escravização dos mesmos nas Américas e, finalmente, contra as mulheres europeias queimadas vivas acusadas de bruxaria” (GROSFOGUEL, 2016, p.) os quais foram fundantes da estrutura epistêmica moderno-colonial e das universidades ocidentalizadas.

Particularmente, esse texto contribuiu de modo especial na minha percepção e reforço da crença de que os modelos epistêmicos que temos e seguimos adotando na Universidade, meu lugar de trabalho como docente e pesquisadora, foram criados a partir de uma lógica colonizadora e patriarcal, a qual, não por acaso, ainda muito se manifesta e se reproduz nos padrões de pesquisa que adotamos.

Penso que a escrita desse autor em muito colabora com meu estudo, no sentido não só de compreender essa lógica da construção epistêmica ocidental que temos na Universidade como, especialmente, sendo consciente disso, assumir outro modelo de pesquisa que possa se contrapor a esse padrão e que respeite as individualidades das pessoas que são fonte e razão das investigações no campo das ciências humanas e sociais aplicadas.

Por fim, Boaventura de Sousa Santos (2010), vai falar acerca do que nomina como pensamento abissal.

A partir das ideias que traz, é preciso que pensemos nós, em consonância aos dois textos anteriores, que o processo de injustiça social é concomitantemente um processo de injustiça cognitiva e, assim, devemos considerar a possibilidade de coexistências dos mais distintos sujeitos na sociedade.

Não é possível que dissociemos o patriarcado do colonialismo, pois ambos são sistemas que geram a exclusão de pessoas e os movimentos contra patriarcais ou contra coloniais ou descoloniais são os capazes de dar voz às minorias subalternizadas, trazendo outras lógicas e perspectivas.

Boaventura (2010) vai afirmar que o pensamento abissal consiste na possibilidade dessa coexistência: não se trata de dissolver o modelo de ciência patriarcal que temos, mas de compreender que há outras formas de existir, ver/ler o mundo e suas construções culturais, a qual não decorre da lógica hegemônica, mas é derivada de outras forças e outras lógicas oriundas, por exemplo, dos movimentos sociais de resistência contra hegemônica com suas próprias epistemologias.

O autor também desafia e chama a atenção para o fato de que o mundo que teremos no pós-capitalismo será aquele possível, mas nunca uma restituição ao mundo que tínhamos anteriormente a esse sistema.

Da síntese desses três textos, o que me parece central é a ideia que provoca a pensar sobre o quão usual é transformarmos o senso comum em ciência, mas sem transformarmos a ciência em senso comum, ou seja, sem aproximar, de fato, o conhecimento que produzimos dentro da universidade e a partir das/dos nossas/os sujeitas/os de pesquisa, das pessoas, da comunidade, sem que elas possam não só acessar, mas quiçá beneficiarem-se do conhecimento que produzimos quando estamos encasteladas/os na academia.

Devemos lembrar que é preciso lutar contra a divisão social do trabalho que desvaloriza certas categorias profissionais, formadas essas por determinados tipos de sujeitas/os bem como ter em mente que a injustiça cognitiva é análoga à injustiça social, pois nossa sociedade moderna criou

uma única forma de pensar condizente a um sistema de exploração e imposição de um modelo hegemônico.

Assim, não podemos conceber que o pensamento pós-abissal se estruture como modelo único, sob pena de voltar esse pensamento ao modelo abissal.

Nesse sentido, destaco a crítica que de acordo com Mendoza (2014) Lugones (2014) faz a Quijano (2010), quando embora reconhecendo o poder explicativo do termo colonialidade do poder cunhado pelo autor, extrai desse conceito o de colonialidade do gênero e o faz a partir de forma construtiva, pois problematiza pré-conceitos de gênero para ela implícitos na definição de colonialidade do poder daquele autor. Segundo ela:

Na narrativa lógica do conceito de colonialidade do poder, Quijano comete o erro de supor que gênero e inclusive sexualidade forçosamente são elementos estruturantes de todas as sociedades humanas. Ao supor que isso é assim aprioristicamente, Quijano aceita, sem se dar conta, as premissas patriarcais, heterossexistas e eurocentradas que existem sobre gênero (MENDOZA, 2014, p. 93).

Para essa mesma autora (MENDOZA, 2014), nos processos de colonização as mulheres de parte do mundo colonizado não só foram racializadas como reinventadas como mulheres de acordo com os códigos e princípios discriminatórios de gênero ocidentais e antes inexistentes nas sociedades subjugadas pelo processo de colonização. Por isso mesmo, para ela, é difícil para as mulheres ocidentais, nos seus países de terceiro mundo, construírem ainda hoje alianças sólidas com as mulheres não-brancas.

Esse aspecto trazido pela autora tocou-me muito, fazendo pensar sobre minha pesquisa.

Somando-se a isso a dificuldade, que eu já vislumbrava e mencionei nesta escrita, de tentar construir uma pesquisa interseccional, de fato, pois é muito difícil fazer uma leitura de mundo interseccional quando nossa cultura acadêmica é toda fragmentada.

Para tanto, parto da afirmação trazida por Bell Hooks (2017) em seu provocador livro *“Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”* quando a autora diz que “Não é fácil dar nome à nossa dor, torná-la lugar de teorização” (HOOKS, 2017, p. 102).

Logo, embora doída por perceber e reconhecer a fragilidade do meu estudo, encontrei alento nas palavras dessa estudiosa, quando ela diz que viu “pela primeira vez que pode haver, e geralmente há, uma certa dor envolvida no abandono das velhas formas de pensar e saber e no aprendizado de outras formas. Respeito essa dor” (HOOKS, 2017, p.61).

Então, assim como ela, entendi/estou entendendo esse processo e respeitando-o.

Quando retorno meu olhar e penso, reflito, sobre o momento em que mudei radicalmente o objeto de estudo da minha pesquisa, após já estar cursando regularmente o doutorado há um ano, entendo que esse foi o movimento necessário não só para dar voz – e numa tentativa pretenciosa “fazer justiça” – às/aos estudantes da FADIR/FURG, mas, especialmente, dar voz à mulher, professora, pesquisadora e ex-aluna que eu sou e que também viveu, naquele mesmo espaço acadêmico, o tipo de violência de gênero à mulher que hoje investigo.

Sim, não é novidade que muitas das pesquisas acadêmicas relacionadas ao campo das ciências humanas e sociais – como Educação e Direito – senão todas, são autobiográficas, assim como não resta dúvidas de que neutra nenhuma pesquisa é.

Acredito que há em toda a forma de escrita sempre um processo terapêutico e que, ao fim, aquilo que escrevemos serve sempre muito mais a nós mesmas/os do que a quem por ventura venha a ler nossas palavras.

Embora filiada ao que hoje se intitula como novo modelo de ciência, sem neutralidade, bem como às próprias epistemologias feministas e descoloniais que preconizam a importância da valorização das/dos sujeitas/os e das subjetividades, reconhecer, assumir e, sobretudo, fazer isso no ato de pesquisa não é tarefa fácil ou simples.

O desafio para quem assim como eu compactua com e defende as epistemologias feministas descoloniais é fazer a ruptura com o modelo patriarcal de pesquisa acadêmica ao qual estamos acostumadas/os e no qual fomos forjadas/os.

Para tanto, de acordo com as diversas autoras cujos estudos e pesquisas venho conhecendo e apropriando ao longo do processo de doutoramento, entendo como fundamental assumir essa posição de não neutralidade como pesquisador/a, além de considerar as/os sujeitas/os das nossas pesquisas como pessoas/indivíduos, únicas/os, em todas as suas circunstâncias, contextos e particularidades.

Importante, nesse movimento, é treinar o olhar, dentro do novo paradigma de investigação científica proposto não só pelas epistemologias como pelas pedagogias feministas descoloniais, além de descolonizar nosso entendimento individual como investigadoras/es e, especialmente, como produtoras/es de um conhecimento localizado, pois emergente das pesquisas desenvolvidas, via de regra, a partir do nosso *lôcus*, que é a América Latina.

Foram muitas as autoras feministas, especialmente as latino-americanas, que me ajudaram a perceber isso, essa complexidade e dificuldade de efetivar um modo de pesquisa feminista descolonial na investigação que conduzo e, portanto, questionei a mim mesma sobre a escolha e resultado das/dos sujeitas/os que dialogam comigo no meu estudo de doutorado.

Optei por, conscientemente, convidar e oportunizar a participação na minha pesquisa a todas/os as/os estudantes da Faculdade de Direito (FADIR) da FURG.

Porém, embora pessoalmente convidadas/os à participação a totalidade de estudantes matriculados nos dois Cursos de Direito (diurno e noturno), ou seja, 500 alunas/os, apenas 53 efetivamente aceitaram e estão participando do estudo.

No cabeçalho que deveriam preencher, antes de dar início às respostas do questionário semiestruturado que as/os apresentei na fase de coleta de dados, essas/es estudantes precisavam, além de escolher um

pseudônimo para serem tratadas/os durante o processo de pesquisa, indicar idade, ano e turno de curso e o seu gênero.

Na ocasião em que pensei acerca da elaboração dos questionários, discutindo essas questões com as professoras que orientam minha pesquisa – ambas assim como eu mulheres brancas – cheguei a considerar pedir que as/os interlocutoras/es também apontassem sua raça/etnia.

Contudo, acreditando que minha investigação focalizava a violência de gênero e, especialmente, a violência de gênero à mulher no ambiente acadêmico, entendi desimportante esse tipo de informação.

Evidentemente essa é uma informação que importa!

Hoje eu sei.

Após minimamente conhecer sobre o feminismo negro e seus estudos, resta evidenciado que aquela era uma informação relevante.

Do mesmo modo, também importa o fato de eu ter descartado na minha pesquisa o questionamento sobre esse aspecto.

Afinal, mesmo sendo mulher e interessando-me estudar a violência de gênero contra as mulheres, eu não sou negra e ao longo desses 17 anos de docência no ensino superior sou capaz de contar nos dedos com quantas/os alunas/os negras/os convivi dentro das salas de aula da Graduação em Direito e, sim, isso também é um dado importante, mesmo que de forma prematura eu o tenha desconsiderado na investigação.

Isso me incomoda e envergonha, portanto, me afeta e foi por isso que resolvi escrever a respeito.

Reconhecer essa fragilidade no meu estudo foi/é importante para mim.

Tenho pensado sobre as/os estudantes que efetivamente entrevistei através dos questionários.

Estive pessoalmente com todas/os elas/eles, pois os questionários foram individualmente respondidos por cada um/a, mas na minha presença.

Lembro apenas de duas estudantes negras, quanto às/aos demais não tenho certeza para precisar hoje, mas acredito que não fossem negras/os, pelo que recordo, passados quase dois anos dessa fase de coletas, e,

infelizmente, isso não me causa surpresa, pois como disse, ainda muito poucas/os estudantes da FADIR/FURG são negras/os.

Apenas para ilustrar esse fato fui buscar nos dados já coletados na minha pesquisa excerto das respostas de uma dessas alunas negras, o qual apresento a seguir.

Na ocasião, perguntada sobre o que lembrava e queria contar acerca das imagens visualizadas na Fase 1 da pesquisa (apresentação da pesquisa e coleta preliminar de dados) quando novamente as imagens que servem de fonte ao meu estudo foram disponibilizadas à aluna, essa respondeu:

Beyoncele, 3º-D, F, 20 → Lembro de ter visualizado, primeiramente, as imagens pelo “facebook”. Logo, busquei contato com outras meninas, igualmente feministas, do curso e descobri a autoria dos cartazes. Com isso, tive a oportunidade de ouvir suas razões e anseios a partir daí considerei essas completamente justas e a forma de expressão (pelas imagens) completamente competente para o fim desejado. **Lembro de ainda na semana da visualização das imagens ter discutido com dois professores acerca da temática.** Estes defendiam que os cartazes não eram o meio adequado para a discussão da questão de gênero e alegavam estarem sofrendo uma injusta exposição. **Realizei o contraponto. No mais, gerou-se um clima tenso em aula, porque, por óbvio, os cartazes deram certo e os profes estavam sendo obrigados a reverem suas próprias posturas.** [grifos meus].

Conforme já disse, o pseudônimo da interlocutora do estudo foi escolhido pela própria, de forma a garantir o sigilo quanto à sua identidade e preservar o aspecto ético exigido pelas pesquisas com seres humanos.

Curioso, nesse sentido, recordar agora como se deu pela aluna a escolha desse nome.

Inicialmente, ela desejava ser tratada na pesquisa como *Beyoncé* – reconhecidamente um ícone feminista e de mulher negra.

Porém, infelizmente tive que informar à estudante que outro/a interlocutor/a da pesquisa anteriormente a ela já havia escolhido esse mesmo pseudônimo, momento então em que essa trocou seu nome, automaticamente, para a variação *Beyoncele*. Não declinando, portanto, de um todo,

na sua inicial escolha de um ícone de mulher negra e feminista para lhe representar no estudo.

O mais curioso, todavia, foi o fato de que em momento anterior algum, senão neste, da escrita e reflexão sobre esse fato, eu própria houvesse atentado a isso e à importância dessa ocorrência.

Trata-se, portanto, de uma aluna que à época da aplicação do questionário, momento das coletas dos dados no campo da pesquisa (novembro e dezembro de 2017), cursava o terceiro ano do curso diurno, mulher, com 20 (vinte) anos de idade e negra, mesmo que esse dado não conste do acervo da pesquisa e apenas da minha memória de pesquisadora que conhece a real identidade das/dos alunas/os que dialogam comigo na investigação que conduzo.

Hoje, contemporizando a resposta da estudante à pergunta que lhe foi dirigida fico a pensar acerca da possível e especial dificuldade enfrentada por uma aluna e mulher, negra, de enfrentar os argumentos machistas de um professor e homem, branco, que confrontado pela manifestação estudantil através dos cartazes elaborados pelas estudantes do Diretório Acadêmico Ruy Barbosa (DARB) – que expuseram uma série de frases machistas ditas pelos professores da FADIR-FURG em sala de aula – ainda teve a desfaçatez de sustentar/justificar tal ato a pretexto dos dizeres machistas terem sido descontextualizados nos cartazes do seu momento de produção.

Evidentemente que até conhecer e fazer as leituras dos textos das feministas descoloniais latino-americanas, entre elas algumas não-brancas, essa questão não me ocorrera.

Afinal, só entendia relevante o fato de as estudantes serem mulheres, desimportando que além de mulheres e de alunas, portanto em relação hierárquica inferior aos autores das frases machistas, fossem também negras.

Considerações Finais

Diante de tudo que problematizei até este momento e a partir das leituras realizadas, mesmo reconhecidas as complexidades e as dificuldades apontadas pelas/os autoras/es com quem dialoguei e de acordo com os fundamentos que apresentam, concluo esta escrita acreditando possível, sim, pensar numa perspectiva de pesquisa feminista, descolonial e latino-americana, logo, mais condizente à nossa realidade como pesquisadoras/es brasileiras/os.

Nessa senda, penso, como já disse, o desafio é fazer a ruptura com o modelo patriarcal de pesquisa acadêmica ao qual estamos acostumadas/os e no qual fomos forjadas/os. Para tanto, como muito bem destacaram as/os estudiosas/os com quem me aproximei neste texto, é fundamental que se assumam uma posição de não neutralidade como pesquisador/a, além de considerar as/os sujeitas/os das nossas pesquisas como indivíduos, únicas/os, em todas as suas circunstâncias, contextos e particularidades.

Importante, para isso, é treinarmos nosso olhar, dentro deste novo paradigma de investigação científica proposto pela epistemologia e pedagogia feministas, além de descolonizarmos o nosso próprio entendimento individual como investigadoras/es e, especialmente, como produtoras/es de um conhecimento localizado, pois emergente de pesquisas que desenvolvemos a partir do nosso *locus*, que é a América Latina.

Por derradeiro, a partir dessa autorreflexão quanto à pesquisa em curso, valho-me da categoria/conceito de dororidade cunhada/o por Vilma Piedade (2017) e convenço-me do quanto esse termo é justo e potente, pois, afinal, quando considerei em meu estudo a categoria mulheres como um todo único, pois o que me interessava discutir e problematizar era e é a violência de gênero sofrida por essas pessoas, desconsiderei as peculiaridades das mulheres não-brancas. Desconsiderei um tipo de dor que eu, de fato e por ser uma mulher não-negra, nunca experimentei.

Reconhecer isso agora, mesmo após concluídas as coletas, foi fundamental, inclusive a fim de considerar esse aspecto na análise dos dados colhidos.

Nessa mesma problematização, também recorro à categoria de lugar de fala, trazida por Djamila Ribeiro (2017).

Não me acho, de modo algum, desautorizada a discutir/problematizar a violência de gênero praticada contra mulheres, inclusive as não-brancas, numa faculdade de Direito onde eu, também mulher, fui estudante e hoje sou professora e onde ouvi a mesma sorte de impropérios que minhas alunas ainda hoje escutam e que, do mesmo modo, foram episódios de violência que sofri em virtude do gênero comum ao delas.

Porém, sei do fundamental que é contextualizar não só meu estudo, mas individualizar o olhar como pesquisadora e meu lugar, de mulher, branca, cisgênera, heterossexual, nascida e criada numa família de classe média, residente em zona urbana de uma cidade do interior, mas de porte médio, marcadores sociais e culturais que, por si só, me fazem privilegiada em comparação a tantas outras mulheres, notadamente no caso do meu estudo às minhas alunas não-brancas e negras.

Concluo, portanto, reconhecendo/assumindo que não enxerguei no momento da coleta dos dados o quão poderia ter sido rico perquirir das/dos minhas/meus interlocutores acerca da sua raça/etnia. Evidentemente, essa atitude não constitui pedido de desculpas, justamente por não se tratar de culpa, mas sim de admitir e assumir essa falha na estratégia da investigação e, a partir disso, levar adiante as análises do melhor modo possível, alicerçada em grandes pesquisadoras, mulheres, algumas delas negras, que me fizeram perceber essa fragilidade no meu estudo.

Embora na nossa sociedade patriarcal e sendo mulher eu ainda sinta a dor da culpa por isso, a qual, todavia, prefiro continuar sentindo, pois sou mulher e não quero ser como pesquisadora quem nunca fui como pessoa nessa mesma sociedade.

Referências

- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1ed. São Paulo-SP: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017. *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*, primeira edição: Autonomia, 2004.
- GALINDO, María. **No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: teoría y propuesta de la despatriarcalización**. La Paz: Mujeres Creando.
- GARGALLO, Francesca. **Las ideas feministas latino-americanas**. 1 ed.; México, DF: Ed. Fem-elibros (creatividadfeminista.org), 2004.
- GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos (coordinadoras). **Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales** – México : UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades : Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias :Facultad de Psicología, 407p., 2012.
- GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistêmicos do longo do século XVI. Decolonialidade e Perspectiva Negra. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 31. Número 1. Janeiro/Abril 2016, p. 25 a 50.
- LAFARGA, Luz Elena Galván; PÉREZ, Oresta López (Org.). **Entre Imaginarios y Utopías: Historias de Maestras**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Programa Universitario de Estudios de Género: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social: El Colegio de San Luis, 2008.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas**, Florianópolis, v.22, n.30, set./dez. 2014, p. 935-952.
- MENDONZA, Breny. La Epistemología del sur, la colonialidad del género, Y el feminismo latinoamericano. **Tejendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniais in Abya Yala**. Disponível em:<<http://seminariodefeminismo.nuestroamericano.blogspot.com.br/2015/04/pdf-tejiendo-deotro-modo-feminismo.html>> Acesso em: 04/05/2018.

OCHOA, Luz Maceira. **El sueño y la práctica de sí. Pedagogía feminista: una propuesta.** 1 ed.; México, DF: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, 304p., 2008.

PAREDES, Julieta; GUSMÁN, Adriana. **El tejido de la rebeldía: qué es el feminismo comunitário?** La Paz: Mujeres Creando, 2014.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade.** São Paulo: Editora Nós, 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

WALSH, Catherine; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S.l.], v. 26, p. 83, jul. 2018. ISSN 1068-2341. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/3874>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16, p.115-136, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em 22/10/2016.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. Violência de Gênero no Brasil Atual. **Estudos Feministas**, UFSC: Florianópolis-SC, no. Especial, Colóquio Brasil, França e Quebec, p. 1-19, 2º semestre de 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16177/14728>>. Acesso em 15 de julho de 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

**Parto domiciliar:
transformações e vivências do *ser mulher***

Pricilla Porto Quadros
Greice Carvalho de Matos
Marilu Correa Soares
Luiza Rocha Braga
Susana Cecagno

Introdução

A existência da humanidade está intrinsecamente relacionada ao feminino e sua relação com o parto e a maternidade. A mulher, desde os primórdios, era a protagonista no processo de nascimento do seu filho e escolhia, instintivamente, o modo como se daria o evento, ou seja, escolhia o lugar e a posição que a deixasse mais confortável para parir (DUARTE, 2013).

Entendido como um evento natural e fisiológico, o parto acontecia na casa da mulher, aos cuidados de parteiras perante a presença de familiares e caracterizava-se como um acontecimento íntimo e familiar (MAMEDE; MAMEDE; DOTTO, 2007).

Aos médicos cabiam os casos voltados às patologias obstétricas e trabalhos de parto difíceis. Dessa forma, estes profissionais adentram a cena do nascimento com vantagens sobre a atuação da parteira já que estes detinham conhecidos técnicos especializados a respeito da fisiologia humana

e as parteiras seu saber construído na experiência e conhecimentos transmitidos através das gerações (SANTOS, 2002).

Em meados do século 20, o parto tornou-se um processo institucionalizado, mesmo sem evidências de que a assistência hospitalar fosse mais segura que o parto domiciliar ou em casas de parto. A partir deste momento, abre-se espaço para outros personagens no cenário do nascimento e a mulher que deveria ser protagonista do evento, passa a ser apenas um objeto do processo de parturição (DINIZ, 2005; MAMAEDE; MAMEDE; DOTTO, 2007).

Dentro dos hospitais, as mulheres passaram a ser submetidas a uma cascata de procedimentos invasivos, eram imobilizadas, suas pernas levantadas e abertas, apartadas de seus entes e de seus pertences pessoais. Tais intervenções refletem na despersonalização da mulher e há uma desconsideração aos componentes emocionais que envolvem o nascimento, e os avanços tecnológicos passam a ser essenciais no processo de parturição (KRUNO, 2004).

Neste contexto Collaço (2013) faz referência ao início de um novo ciclo no cuidado ao nascimento: a contemporaneidade na obstetrícia que, baseada nos avanços tecnológicos da área, consolidaram a autoridade médica, que detinha o conhecimento e, a instituição hospitalar, os meios necessários para manter mãe e bebê em segurança.

O modelo de assistência obstétrica atual está baseado na medicalização do processo de parturição, no excesso de adventos tecnológicos e cesáreas eletivas. Além desses aspectos, surge a submissão da mulher às normas e rotinas impostas pelas instituições hospitalares sem levar em consideração as peculiaridades de cada ser (APOLINÁRIO et al., 2016).

Desta forma, tal modelo está sendo interpelado por uma fração da sociedade que acredita ser o parto não somente um evento fisiológico, mas também um ritual que celebra a vida e a família (FEYER, 2012). Casais estão realizando um movimento de resgate do parto como um evento natural optando por trazê-lo para o seio familiar, ou seja, para o lar, a

concretização do nascimento de mais um membro do núcleo (LESSA et al., 2014).

No Brasil, o parto domiciliar (PD) não é disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) embora não sejam desencorajadas as mulheres que optam por ele desde que as mesmas tenham acesso à instituição hospitalar em tempo hábil para intervenções à mãe e ao bebê caso haja necessidade (BRASIL, 2017).

Diferentemente da atenção intervencionista que caracteriza o parto hospitalar, Feyer (2012) refere o PD como um modelo de assistência em que não se prioriza o uso dos avanços tecnológicos da obstetrícia, mas sim o emprego de terapias que não envolvam medicamentos bem como formas alternativas de cuidado. Neste processo utilizam-se terapias complementares como acupuntura, banho de imersão e chuveiro e massagens para relaxamento, respeitando então, as particularidades de cada gestante, seu filho e sua família.

Desta forma, para Souza (2005), a casa torna-se novamente um lugar para se nascer demonstrando para a sociedade contemporânea, mais que apenas a transposição do lugar de nascimentos, pois envolve mudanças comportamentais, de valores e sentimentos quanto ao ato de parir. O objetivo deste capítulo é conhecer as transformações interiores deixadas pela experiência do parto domiciliar.

Revisão de Literatura

I - História do nascer: a evolução do parto dos primórdios aos dias atuais.

Conhecer a história da assistência ao parto desde sua origem torna-se o ponto de partida para a compreensão das práticas de cuidado do sistema obstétrico atual.

Inicialmente o isolamento da mulher durante o processo de nascer era baseado no instinto. Aos poucos as mulheres passaram a se ajudar apoiadas nas experiências pessoais (SCAVONE, 2004).

Odent (2016) no seu livro intitulado *Pode a humanidade sobreviver à medicina* trás a situação da mulher Pirahã¹ que pari seus filhos geralmente sozinha escolhe o lugar conforme a estação do ano. Por exemplo, na estação de seca em que aparecem praias às margens do rio a mulher adentra a água sozinha ou com a ajuda de outra mulher da família e quando estiver com água até a cintura ela se posiciona de cócoras e tem seu filho.

Este relato demonstra não somente a falta da necessidade de ajuda no processo de parir como também o fato de que a procura da mulher por companhia nesse momento está arraigada na biografia do desenvolvimento humano e pautado no medo, na ansiedade, na dor e na intenção de corresponder à regras de comportamento (ODENT, 2016).

Para Scavone (2004), o isolamento espontâneo no momento de parir deu lugar à ajuda mútua entre as mulheres partilhando conhecimentos pessoais, aprendizados e costumes.

Já para Helman (2003), os bebês vinham ao mundo pelas mãos das assistentes tradicionais de parto, mulheres que viviam geralmente nas zonas rurais das cidades. Estas mulheres além de atender o parto, assistiam as parturientes antes e após o nascimento, respeitando os rituais que envolvem o processo de parturição conforme a cultura local.

O gestar, parir e criar filhos é capaz de unir as mulheres possibilitando que se concretize amizades, gere afetos e dividam-se crenças que permeiam o universo da mulher e, principalmente, da maternidade (ACKER et al., 2006).

Outrora, o parto era realizado por curandeiras, parteiras ou comadres que tinham seu conhecimento baseado em suas próprias experiências a respeito do processo de parto, pós-parto e puerpério e no saber transmitido entre gerações, sendo o parto um evento marcado pelo envolvimento

¹ Índios que vivem na Amazônia brasileira às margens do Rio Maici (ODENT, 2016).

sentimental e a permissão para que a natureza agisse sem intercessões (ACKER et al., 2006; MORAIS, 2010; SENA et al., 2012).

Dentro da comunidade, a parteira era identificada como sendo aquela mulher mais versada, que tinha conhecimento empírico a respeito dos mecanismos de parto, e utilizava-o por meio de talismãs, orações e poções secretas na finalidade de amenizar a dor das contrações. Com o tempo as parteiras passaram a assistir partos como forma de sustento (SEIBERT et al. 2005; KOETTKER, 2010).

Segundo Acker et al. (2006) a parteira era determinada com antecedência para que fosse possível a consolidação da ligação entre ela e a parturiente já que o desfecho satisfatório no parto estaria relacionado a afinidade entre o bebê e a mãe e desta com a parteira.

Os homens, na cena do nascimento, eram consultados em momentos difíceis e situações complicadas em que, dependendo da cultura, eram shamans, padres ou rabinos, barbeiros-cirurgiões e, por fim, os médicos sendo que a presença de qualquer desses personagens significava que a situação não estava em harmonia (KOETTKER, 2010).

Embora já houvessem sido criadas universidades em torno dos séculos XII e XIII, não fazia parte do currículo da medicina o atendimento à gestação e parto pelo fato de não serem tratados como patologias (KOPERECK, 2017).

Nesse contexto a assistência ao nascimento era uma questão restrita às mulheres, ou seja, a presença masculina era coibida nesse espaço (CECAGNO; ALMEIDA, 2004).

A partir do fim do século XVI o raciocínio de que parto era um evento exclusivamente feminino mudou em virtude da criação, pelo inglês Peter Chamberlen, do fórceps obstétrico. Esta invenção elevou a obstetrícia do patamar de irrelevante e feminina do ponto de vista científico para o conceito de que parto era um evento arriscado e portanto necessitava da presença do profissional médico detentor da técnica necessária para o atendimento iniciando, assim, o declínio da profissão de parteira

(CECAGNO; ALMEIDA, 2004; MAMEDE; MAMEDE; DOTTO, 2007a; SENA et al., 2012).

Nesta conjuntura Osawa e Tanaka (1997) demonstram que a criação do fórceps foi o marco que dividiu a prática baseada no cuidar das parteiras pela assistência intervencionista de atenção ao parto reforçando a subjugação da natureza pelo homem. O fórceps, conhecido entre as parteiras como o segredo da família Chamberlen ou mãos de ferro, não era comumente utilizado por elas, visto a dificuldade econômica para adquiri-lo. Além disso, mulheres eram consideradas inferiores intelectualmente em relação aos homens sendo, então, difícil que compreendessem novas práticas na assistência obstétrica em expansão (OSAWA; TANAKA, 1997).

Para Vieira (2002), médicos e parteiras disputaram a arte de partejar ao longo dos anos, de um lado o acesso ao conhecimento restrito aos médicos, nessa época somente homens, de outro lado as parteiras e seus conhecimentos baseados em experiências que, sem possibilidade de ingresso nas instituições universitárias ficaram subordinadas a classe médica.

Em meio à disputa entre cirurgiões e parteiras, surgem nos Estados Unidos maternidades no intuito de abrigar mulheres sem condições financeiras para custear um parto domiciliar. Porém nesta época, as instituições hospitalares não eram consideradas o melhor lugar para se parir em virtude da febre puerperal que vinha acometendo um número expressivo de mulheres. Tal patologia tornou a maternidade sinônimo de perigo para as parturientes sendo o recurso disponível para aquelas que viviam à margem da sociedade. Já as mulheres de condição social superior mantinham a tradição de parir no seu domicílio (SANTOS, 2002).

No fim do século XIX, a febre puerperal foi controlada dentro das instituições e os índices de mortes maternas diminuíram. Os médicos passaram a ter mais credibilidade frente à sociedade conseguindo trazer para as maternidades mulheres de todas as classes sociais que passaram a acreditar ser o hospital um lugar mais seguro que seu lar para parir (VIEIRA, 2002).

Ainda no século XIX, a formação acadêmica dos médicos na área obstétrica resumia-se a aulas práticas de simulação em bonecos, o que formou profissionais sem a mínima experiência de assistir um parto ou realizar acompanhamento obstétrico. Neste momento, teve início uma campanha de desprestígio às práticas das parteiras com o intuito de motivar as mulheres a procurarem a instituição hospitalar para parir, desta forma favorecendo que os estudantes de medicina pudessem acompanhar e estudar as transformações do corpo feminino (VIEIRA, 2002; MOTT, 2002).

Embora a atuação médica aos partos estivesse se tornando cada vez mais frequente a desconfiança das mulheres ainda era grande fomentada pelo ceticismo relacionado às práticas médicas e ao novo lugar para nascer (TORNQUIST, 2004; AMORIM, 2010).

A partir de então, o parto deixa de ser um evento íntimo, particular e familiar para se tornar público, com a presença de pessoas desconhecidas da mulher que é apartada dos seus entes e isolada dentro de um quarto ou com outras mulheres sem privacidade alguma (MAMEDE; MAMEDE; DOTTO, 2007a; MATOS et al., 2013).

Embora a hospitalização das mulheres para o parto tenha trazido benefícios no que se refere a mortalidade materno-infantil, tal acontecimento, cheio de significados na vida tanto da mulher como da família, torna-se impessoal, prático, técnico e científico, sem levar em consideração a singularidade de cada parturiente convertendo esse momento único em lembranças frias e traumáticas para a mulher (CECAGNO; ALMEIDA, 2004; MATOS et al., 2013).

A partir do momento que as parteiras passaram a ser reconhecidas pelo governo imperial, e levaram seu saber e sua paciência em respeitar o processo fisiológico do nascimento para dentro do hospital, despertou a simpatia das mulheres, que se sentiam seguras na presença destas profissionais do parto (SOUZA, 2005).

No entanto, os anos 20 foram marcados pela resistência dos médicos para atender partos domiciliares, pois os julgavam trabalhosos, visto a necessidade de acompanhamento constante e o inconveniente de transportar

os utensílios necessários para o atendimento à mulher além de julgarem comprometer seu status profissional. Nesse contexto médicos abriam mão desses atendimentos para as parteiras (SANTOS, 2002).

Embora a internação não fosse recomendada para todas as mulheres, com exceção daquelas de classe social inferior que não dispunham das condições de higiene necessárias para um PD, a partir da década de 30 a indicação era de coibir essa prática e, a partir de então, as parturientes deveriam ser internadas nas maternidades de forma organizada e sistemática (MOTT, 2002).

No que se refere ao contexto mundial a institucionalização do parto ficou evidenciada a partir da Segunda Guerra Mundial quando os governos viram a necessidade de reduzir mortes maternas e infantis. No Brasil, não foi diferente, a parturiente passa a ser paciente e suas subjetividades irrelevantes. Dessa maneira, o controle do ciclo gravídico puerperal passou das mãos das mulheres para os profissionais de saúde (MATOS, et al., 2013).

A assistência à mulher durante o processo de parturição sofreu diversas transformações no decorrer dos anos que envolvem desde os avanços tecnológicos na área da obstetrícia à medicalização e institucionalização do parto contribuindo para que um evento natural na vida da mulher que é o ato de parir torne-se patológico portanto, necessitando de intervenções (SEIBERT et al., 2005).

O modelo de assistência tecnocrático que se faz vigente até os dias de hoje, transformou o parto num processo patológico em que a mulher perde os direitos sobre o próprio corpo, é separada do seu filho após o nascimento, submetida a procedimentos rotineiros e nem sempre assegurados por evidências científicas e a mulher passa a ser obediente às normas sociais preestabelecidas (SEIBERT et al., 2005).

Avaliando o cenário obstétrico atual nota-se a necessidade de haver uma reflexão acerca desse contexto com a finalidade de devolver a mulher o protagonismo dos nascimentos já que, como mostra Apolinário et al. (2016), as mulheres desconhecem seus direitos e dessa forma tornam-se passivas no seu processo de parturição.

II - Parto Domiciliar: conhecendo a história para respeitar as escolhas.

A história do parto domiciliar relaciona-se diretamente ao conhecimento empírico transmitido entre as gerações e que respeita as culturas e tradições de uma sociedade (GALVÃO; DE MENEZES, 2011).

O corpo feminino é delineado para perpetuar a espécie, porém a maneira como o fenômeno do nascimento acontece está intrinsecamente ligado às diferenças culturais, não se restringindo somente ao fisiológico da mulher, mas, estende-se às questões espirituais, emocionais e sociais (MOTT, 2002).

Na segunda metade do século XX, o Brasil passou a adotar um modelo de atenção obstétrica baseado nos avanços tecnológicos enfatizando a ascensão das instituições hospitalares no atendimento à mulher em trabalho de parto e parto. Desta forma, acontece a transferência do parto, historicamente realizado nos domicílios, para o hospital transformando o ato de parir num evento medicalizado e invasivo perdendo-se então as questões singulares que fazem parte desta experiência (SEIBERT et al., 2005).

Entretanto, na última década, movimento de mulheres assim como de profissionais de saúde que questionam o modelo hospitalar tecnocrático, tem se voltado a buscar alternativas ao processo de nascimento. Nessa perspectiva a internet torna-se uma aliada para difundir e encontrar informações a respeito do processo de gestação, parto e puerpério o que possibilita uma percepção e entendimento do evento e sentimentos de maneira que a experiência seja benéfica e proveitosa para todos os envolvidos (LOPES et al., 2009; VICTORA et al., 2011; FEYER et al., 2013).

O parto natural realizado no domicílio oferece uma vivência positiva para a mulher e sua família, pois pressupõe que as etapas do trabalho de parto e o parto aconteçam de forma mais natural e sem intervenções desnecessárias, ao passo que quando realizados nas instituições hospitalares, na maioria das vezes, as mulheres são submetidas à procedimentos

rotineiros utilizados nos hospitais e se tornam passivas no processo (CRIZÓSTOMO et al., 2007).

A experiência de parir no domicílio vem se tornando uma alternativa ao modelo hospitalar vigente. Planejar e vivenciar o parto no ambiente acolhedor do lar, com conforto, autonomia, privacidade, liberdade para se movimentar, ter apoio de pessoas que a mulher escolhe além de sua família, faz parte da construção de um novo olhar acerca do nascimento e que envolve as experiências de vida da mulher do nascimento até o parto dos filhos (MEDEIROS et al., 2008; FEYER et al., 2013a).

Até que se concretize a escolha pelo PD a mulher e seu companheiro buscam informações sobre o processo de parturição principalmente no que diz respeito aos riscos, benefícios e logística. Nesse processo de enfrentamento ao modelo tecnocrático a mulher não é isenta dos medos e inseguranças que permeiam o processo de parturição associado também à realização no domicílio (MEDEIROS et al., 2008; TARQUI-MAMANI; BARREDA-GALLEGOS, 2006; KRUNO et al., 2004; PIMENTA et al., 2013; FEYER et al., 2013).

Nesta perspectiva, a permuta do local de nascimento, do espaço hospitalar para o domiciliar, exige cuidados como os preparativos essenciais no domicílio, a disposição de água limpa, ambiente aquecido, higiene das mãos, materiais para primeiro atendimento da mãe e do bebê assim como a disponibilidade de transporte imediato para instituição de referência, e profissionais preparados e atentos para detectar sinais precoces de complicações (FRANK; PELLOSO, 2013).

Para a medicina moderna o PD significa um retrocesso frente a todos os avanços tecnológicos alcançados até o momento e, a mulher que escolhe essa assistência não está atentando para os riscos à sua saúde e de seu filho. Esse olhar intervencionista gera polêmicas e confrontos com a parcela de casais que veem o parto e nascimento com outra perspectiva (SANFELICE; SHIMO, 2014).

O Brasil é um país grande e por isso de diversas culturas e realidades. Dados do DATASUS (2009) mostram que o Acre é o estado com a maior

porcentagem de PD, com 11,22% e o Distrito Federal com o menor índice, apenas 0,06%. Estudos científicos internacionais demonstram que os quocientes obstétricos e perinatais com relação aos locais de parto não apresentam discrepância. Para uma gestação de risco habitual, o PD quando planejado e assistido de maneira comprometida e respeitosa pode ser uma experiência gratificante e prazerosa para a mãe, bebê e familiares desconstruindo a concepção que atrela segurança ao atendimento hospitalar (JONGE et al., 2009; KENNARE et al., 2009).

Mesmo com tantas controvérsias acerca do assunto, Sanfelice e Shimo (2014) ressaltam que o PD planejado acontece, mesmo que em pequenas proporções, sendo assistidos por profissionais de saúde habilitados e preparados para tal atendimento embora muitas vezes, eles sejam alvo de perseguições, inclusive, pelos próprios conselhos regulamentadores. Já as mulheres e famílias, são caracterizadas pela sociedade como insequente e adeptas de um modismo.

Acredita-se que o parto domiciliar possa voltar a ser uma realidade para as mulheres que por quaisquer que sejam os motivos, não gostariam de adentrar às instituições hospitalares para parir. Assegurar às mulheres um atendimento de excelência na segurança dos seus lares é mudar muito mais do que o lugar dos nascimentos, é devolver o privilégio da escolha, é permitir que essa família desfrute na totalidade os sentimentos que podem ser experienciados no evento mais marcante na vida de uma mulher, é devolver ao pai o lugar que lhe é de direito: ao lado da mulher de forma que não haja julgamentos de conduta. Enfim, é deixar a natureza seguir seu curso e nos permitir ser espectadores do milagre da vida.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como qualitativo e descritivo. Os resultados apresentados fazem parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Enfermagem em 2018 intitulado “Parto Domiciliar: retrocesso, modismo ou busca por respeito”. A coleta de dados

foi mediante a realização de entrevista, no domicílio das mulheres contatadas a partir dos grupos de apoio à gestação, parto e puerpério, do ambiente virtual das redes sociais como Facebook e Messenger. Participaram do estudo dez mulheres que optaram e planejaram a vivência de um parto domiciliar.

O número de participantes foi determinado após a saturação teórica que é definida como o momento em que pouco de consideravelmente novo aparece, levando em consideração as questões abordadas e/ou identificadas durante a análise das entrevistas¹². Os princípios éticos que nortearam esta pesquisa são correspondentes a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde do Brasil, que dispõe sobre Pesquisas com seres humanos e o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem¹⁴. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas, com parecer número 2.386.190 e CAAE 79112817.1.0000.5617. A análise dos dados se deu através da Análise Textual Discursiva.

Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

I - Apresentando as mulheres deste estudo

As mulheres que participaram deste estudo que foram identificadas por nomes de flores escolhidos por elas e durante as entrevistas foi possível perceber que esta escolha mostra muito da personalidade de cada uma.

Girassol: 25 anos, advogada, sem companheiro, espírita com influência budista e holística, sofreu um aborto, tem um filho de três anos que nasceu naturalmente, no domicílio dentro de um centro budista, com parteira da tradição.

Gerânio: 37 anos, naturóloga, acupunturista e doula, com companheiro, espiritualista, sofreu um aborto, tem um filho de três anos que veio ao mundo em casa, com equipe de profissionais que atendem parto domiciliar.

Violeta: 27 anos, empresária, reside com companheiro, espiritualista, tem dois filhos, um de dois anos e outro de três meses, ambos recebidos no aconchego do lar, assistido por equipe de atendimento de parto domiciliar.

Tulipa: 27 anos, consultora financeira com ensino superior incompleto, reside com companheiro, vivenciou dois abortos, tem dois filhos de seis e três anos e no momento está gestando um novo ser. Vivenciou parto normal hospitalar na primeira gestação e decidiu receber a segunda filha no lar, sem assistência profissional somente ela e o companheiro. Na gestação atual planeja novamente um parto domiciliar, porém, neste momento optou por procurar assistência qualificada.

Caliandra: 35 anos, coach de evolução pessoal para mulheres, geógrafa com Mestrado, reside com companheiro, espiritualista, vivenciou um aborto, tem três filhos de 12, seis e três anos. A primeira filha nasceu por cesariana, fruto de um relacionamento abusivo e não mora com a ela. Já vivendo um outro momento da sua vida, experienciou dois partos domiciliares que proporcionaram mudanças internas marcantes na sua vida.

Rosa: 44 anos, psicóloga e doula, com companheiro, espiritualista, sofreu um aborto enquanto fazia tratamento para engravidar, tem dois filhos. O filho mais velho, de 13 anos, foi muito planejado e esperado e para sua chegada, a melhor recepção: o lar. Um parto domiciliar numa época em que muito pouco se ouvia falar em humanizar os nascimentos. Dez anos depois, a surpresa de um novo bebê, que apressada para conhecer o mundo, chegou num parto natural hospitalar.

Margarida: 32 anos, analista de sistemas, reside com companheiro, espírita, um filho de um ano. Construiu a ideia de receber seu filho em casa depois de muito estudo, conversas, discussões e mais estudo. Uma “nerd” como se autodenomina, uma mulher que precisa de evidências e comprovações antes de tomar qualquer decisão, nesta busca por informações percebeu ser o parto domiciliar a melhor opção para a chegada do novo membro da família.

Estrelítzia: 28 anos, estudante de psicologia, reside com companheiro, espiritualista, sofreu um aborto, tem uma filha de sete meses. O primeiro contato com as discussões sobre parto humanizado foi dentro da academia e, quando ela e o companheiro decidiram engravidar depois de um acidente que o deixou um período em coma, já sabiam como queriam receber o bebê: em casa. Além disso optaram pelo parto lótotus em que não houve clameamento do cordão umbilical que ficou conectado à bebê por seis dias até se desprender naturalmente.

Begônia: 35 anos, economista com mestrado na área abriu mão da carreira profissional para se dedicar à família. Tem duas filhas, uma de três anos e outra que ainda tem cheirinho de “recém cheguei” com um mês de vida. Gestações planejadas, ambas tiveram a assistência de equipes capacitadas para atender e entender às escolhas da família tanto no primeiro parto conduzido naturalmente dentro do hospital quanto no segundo, no aconchego do ambiente familiar.

Jasmim: 40 anos, administradora e empresária, mudou sua vida e suas certezas quando conheceu seu companheiro numa festa regional, foi pedida em casamento no mesmo final de semana, aceitou e cedeu à vontade dele de ter filhos, fato este ocorrido há quase vinte anos atrás. Hoje eles têm quatro filhos, 13 anos, seis anos, três anos e três meses. Uma família cúmplice. Sem muita informação na primeira gestação acabou vivenciando uma cesárea do primeiro filho e nas outras gestações, estudou muito e seu empoderamento lhe deu segurança e tranquilidade para receber os outros três em casa com a ajuda unicamente do marido. No decorrer da apresentação das participantes da presente pesquisa, é notório que as mulheres possuem características sociais bem parecidas de forma que todas tem escolaridade elevada, estão inseridas no mercado de trabalho ou optaram sair dele no intuito de vivenciar na íntegra a maternagem. Além disso, na rede de apoio é unânime a presença e respaldo do companheiro das mulheres que, quando gestantes, disfrutavam de estabilidade na relação conjugal. Neste sentido, Colacioppo et al. (2010) atribuem que as condições de empoderamento da mulher é resultado da facilidade em

obter informações e da rede de apoio que possuem que possibilitam uma escolha consciente e a busca pelo respeito aos seus direitos.

II - Discussão dos resultados

Parir é um ritual de passagem. A mulher é um indivíduo de características biopsicossociais e pode ser afetada pelo simbolismo sócio cultural que advêm com o rito do nascimento (CECHIN, 2002).

Segundo Helmann (2003) os rituais de transição são caracterizados pela passagem de um momento da vida para outro como acontece com o nascimento, sendo este um evento que desencadeia mudanças nos comportamentos em suas diferentes esferas física, psicológica, espiritual, social e cultural.

Para Cechin (2002), de acordo com a base filosófica da obstetrícia moderna, o modelo cartesiano dualista mente-corpo preconiza ser o corpo uma máquina, muitas vezes imperfeita, tal pensamento justificaria o excesso do uso de tecnologias nos nascimentos, visto ser este um evento considerado patológico pela medicina atual.

No entanto, a propagação do conhecimento acerca dos processos fisiológicos que envolvem gestação e parto evidenciam os benefícios da não intervenção colocando o modelo de assistência atual em discussão. Além destes aspectos, é notório que a facilidade na busca por informações nos diversos meios (livros, grupos de parto presenciais ou virtuais, relatos de parto disponíveis em redes sócias, artigos científicos) possam a influenciar de forma significativa o empoderamento da mulher acerca do seu processo de parturição devolvendo à ela o protagonismo de gestar e parir (KRUNO; SILVA; TRINDADE, 2017)

Neste processo de transformações, a decisão de parir no ambiente familiar das participantes deste estudo, demonstra e reforça um estilo de vida adotado pela família, em que é priorizada uma forma mais natural de viver.

Eu já sabia dos benefícios do parto normal, até pela minha formação em naturologia e acupuntura, de ser o menos farmacológico possível eu queria um parto com menos intervenções também. (Gerânio)

A gente foi percebendo que o parto domiciliar se encaixava mais no nosso estilo de vida, que a gente uma coisa mais privada, muito segura, que a gente queria respeito, a gente não queria ninguém interferindo, a gente queria tudo muito natural então acho que as coisas só foram acontecendo, uma levando à outra. (Estrelítzia)

No contexto do parto domiciliar é devolvido à mulher o poder de decisão e o vínculo entre mãe e bebê é fortalecido pela falta de limites no tempo de permanecerem juntos após o parto. Neste interím há benefícios que irão propagar-se pelo resto da vida tanto da mãe, quanto do filho, entre estes o benefício do contato pele a pele que facilita o processo do aleitamento materno já estimulado na primeira hora de vida do bebê.

Permite-se a ambos, mãe e filho, que desfrutam do prazer dos sentidos, ou seja, à mãe é dada a oportunidade de segurar, tocar, observar, sentir o cheiro do seu filho; e ao filho, a oportunidade de aproveitar o acolcho dos braços da mãe, sentir-se acolhido pelo som da voz que já conhece e agora lhe deseja boas vindas, enfim, é permitir que os carinhos da mãe lhe mostrem o quanto é amado (ANTUNES et al., 2008; MATOS et al., 2010; FEITOSA; PEREIRA; CAMPOS, 2014).

Foi tão instintivo que eu não racionalizei nada. Peguei ele no colo, quando ele já estava no colo já ofereci o peito, em seguida eu lembro de olhar aqueles olhinhos assim me olhando porque ele chorou quando nasceu e quando ele me olhou eu disse “Ninguém te tirou de mim” e ele parou de chorar no mesmo instante. (Girassol)

Foi muito rápido (o parto) e tinha mecônio, na hora que ela saiu toda saiu o resto do líquido com bastante mecônio, e ela estava meio hipotônica, hipoativa não sei se é assim que chama mas ela demorou um pouquinho para chorar e respirar, estava bem quietinha e a enfermeira pegou ela deu uma massageada, ela chorou e ela já me entregou, colocou no meu colo e tivemos nossa hora dourada e ficamos muito tempo ali ligadas, e a gente optou por fazer um parto de Lótus então a gente manteve a placenta dela conectada até cair naturalmente e isso foi na noite do sexto para o sétimo dia de vida dela que o cordãozinho finalmente se desprendeu. (Estrelítzia)

E ele nasceu e eu já peguei no colo e ele me olhou, ele me deu uma olhada muito forte e já fez aquela coisinha de bebê procurando o peito, já abriu a boca e eu fui botando, deixei ele ficar ali lambendo e em seguida já veio a placenta e eu nem lembro mas ele ficou muito tempo comigo, o meu marido cortou o cordão.
(Gerânio)

Por meio dos discursos supracitados percebe-se que o parto domiciliar favoreceu que os sentimentos e sensações mais instintivas da mulher fossem desencadeados e o evento do parto se desenrolasse da forma fisiológica, sem a necessidade de quaisquer interferências. É notório a transformação que o processo de parir desencadeou nas entrevistadas, pois a formação de vínculo mãe-filho iniciou na vida de Girassol, Estrelitzia e Gerânio desde a primeira troca de olhar para com seus bebês.

Neste sentido, Odent (2002) esclarece que no trabalho de parto e parto é imprescindível para que a mulher sinta-se segura e confortável e para que os mecanismos fisiológicos necessários para o momento atuem, é preciso que o “cérebro primitivo” responsável pelos instintos predomine em relação ao “cérebro racional” ou neocórtex que gerencia as funções cognitivas. Já Antunes et al. (2008) reforçam que quando o contato pele a pele é permitido e vivenciado por essas duas pessoas que acabaram de se conhecer, existe uma conexão na pureza de sensações que possibilita que não só as necessidades fisiológicas sejam satisfeitas, mas também as necessidades emocionais.

As mulheres deste estudo relatam o parto domiciliar como algo transcendental, uma experiência que ultrapassa os sentidos das palavras.

Teve momentos que quando a gente chega ali na partolândia eu virei uma mulher selvagem, eu virei bicho, não queria que ninguém me tocasse, estava concentrada no meu corpo, na abertura, em tudo o que eu estava sentindo, era uma emoção, um negócio tão forte que eu não consigo nem te dizer. Era uma onda avassaladora. Parir é um negócio muito louco, mas é viciante. É muito louco esse negócio de ser uma mulher selvagem, forte demais, eu me senti muito forte. (Tulipa)

Quando ela (parteira) chegou veio até mim e não falou nada, só me abraçou olhou bem dentro dos meus olhos e disse “Chegou a hora” e eu comecei a

chorar. Eu chorei muito no meu trabalho de parto e não era de dor. Teve uma hora que eu estava na piscina e todo o tempo muito consciente, eu não me deixei fugir, eu tive medo da dor e nessa hora ela chegou perto de mim e disse assim “Do que tu tá com medo? Porque o teu trabalho de parto tá estagnado” e eu olhei pra ela e disse “Eu acho que estou com medo da dor” e eu nunca tinha parado para pensar nisso, mas aquele momento me deu medo da dor e daí ela disse “Dá adeus para filha e deixa a mãe vir”. Foi um portal mágico na minha vida ter trazido meu filho ao mundo da maneira que foi. (Girassol)

O trabalho de parto foi evoluindo e eu senti que muitas algemas tinham sido quebradas e aí realmente ele nasceu. (Margarida)

O parto da minha primeira filha foi um portal, uma transformação muito radical na minha vida, me trouxe para onde eu estou hoje e foi tão tranquilo que ela não chorou, o médico brincou que foi um parto tão tranquilo que ela não tinha nem se dado conta que tinha nascido, e eu e meu marido preocupados porque ela não tinha chorado e o médico dizendo que a gente se acalmasse que estava tudo bem, ela estava só dormindo. Foi incrível. Já da segunda filha eu demorei muito para me entregar para o parto, para aceitar as dores e quando eu me entreguei mesmo, quando me liberei ela veio, veio inteira numa contração só, foi sensacional. (Begônia)

Os depoimentos acima mostram o quanto a questão psicológica pode ser fator determinante para o trabalho de parto. Encaixar todas as mulheres nos padrões descritos nos livros é perder a sensibilidade que o momento proporciona, é não perceber a mulher como um todo e que não somente a fisiologia está trabalhando para trazer aquele bebê ao mundo, mas também todos os mistérios que até então estavam ocultos dentro de cada mulher e, assim, sentimentos afloram, transformando mulher e familiares.

Parir é deixar muita coisa pra trás e não ter medo de seguir em frente. Na busca pelo resgate do primitivo despertado a partir do parto domiciliar também aparece o cuidado com a placenta. Embora não existam estudos na área sobre as indicações terapêuticas da placenta, muitas mulheres ingerem o órgão que é preparado das mais diversas formas por acreditarem ter efeito revigorante, anti-hemorrágico, antidepressivo e estimulante da produção de leite (KRUNO; SILVA; TRINDADE, 2017).

A gente fez o ritual da placenta, eu ingeri um pedaço optei por comer com “shoyo” até pela questão de reposição de nutrientes e na energia e ela (parteira) e meu marido comeram como rito de passagem. (Girassol)

Antes mesmo do parto nós já deixamos tudo preparado até o liquidificador para fazer uma vitamina de placenta. (Violeta)

Na realidade hospitalar brasileira essa é uma prática considerada atípica já que o órgão é descartado sem que a mulher seja questionada. Mas existem, em alguns lugares do mundo, culturas em que a placenta é considerada sagrada como na África, Nova Zelândia e Austrália onde as mulheres enterram a placenta como um presente à terra que trouxe o novo bebê à vida. Além disso, existem documentos, datados de 1578 relacionados à medicina tradicional chinesa que mencionam o uso da placenta. Na Europa, desde 1700 era realizada a secagem do órgão e a utilização da mesma como remédio. Na China acontece o consumo da placenta após o nascimento e, na Coreia, a placenta é aplicada em injeções na intenção de estimular o sistema imunológico e restabelecer o cansaço físico (IPEN, 2010).

Diferentemente dos relatos de partos hospitalares, em que a grande maioria das mulheres faz referência às intervenções e abusos a que foram submetidas (CRIZÓSTOMO; NERY; LUZ, 2007), mulheres que vivenciaram o parto domiciliar relatam transformações únicas que a experiência deixou marcada em suas vidas.

Lá foi a vivência mais linda da minha vida desde o dia que eu cheguei...nós (ela e o namorado) tínhamos passado a gestação inteira preocupados com grana, com como a gente ia bancar esse filho, como a gente ia fazer esse parto, eu não queria sofrer violência...e quando a gente chegou lá a gente só viveu aquele momento. E durante meu trabalho de parto me senti uma leoa. Eu nunca mais senti medo de nada na vida, eu tinha certeza que depois que eu pari meu filho eu era capaz de qualquer coisa. (Girassol)

Eu me senti livre, eu estava dentro da minha casa, minhas necessidades estavam sendo atendidas mesmo quando eu não conseguia falar. No primeiro parto eu entrei em transe, entrei e viajei. No segundo foi na dor, foram três horas de trabalho de parto e eu me lembro de cada segundo, foi intenso, foi corrido, foi doído, mas foi rápido e eu me senti poderosa. (Caliandra)

O parto da primeira foi para mim uma preocupação espiritual, eu me entreguei num processo de conexão com o trabalho de quando eu nasci, ela me trouxe uma forma de rever todos os meus valores, o que eu queria pra minha vida. A segunda foi um parto físico, um trabalho de parto que foi uma superação física, de transpor barreiras. Na primeira eu mudei a minha vida e na segunda foi para eu transpor todos os meus limites, passar por cima de tudo o que eu tinha medo, eu liberei todos os meus medos e os meus limites porque eu achava que não era capaz. Foi lindo. (Begônia)

Até que ele nascesse foi um momento de renascimento meu, eu acho que ele trouxe uma consciência, minha consciência como mulher, percepção do meu corpo, até do ponto de autoestima que sempre foi uma coisa difícil pra mim até isso melhorou. Foi bom estar ali com o companheiro vivenciando tudo aquilo, por mais que o puerpério não seja fácil, por mais que a relação do casal se modifique depois da chegada do filho, eu percebo que aquela mulher que eu era antes dele (filho) ficou e chegou uma outra com mais consciência de corpo e de ser mulher. (Margarida)

Os sentimentos desencadeados pela experiência do parto domiciliar são muito particulares, mas as consequências dos mesmos, as transformações pessoais se perpetuam no despertar da nova concepção de vida que as mulheres passam a ter. Para Collaço et al. (2017), o processo de parturição é marcante não somente para o casal, pois se trata de um evento social que na sua singularidade envolve outros membros da família assim como outras pessoas queridas do convívio social da família. Nesta perspectiva, as entrevistadas neste estudo relatam que o parto domiciliar permitiu que outros membros da família participassem da experiência, reforçando o parto como um evento familiar.

Ele saiu com um olho meio fechadinho e outro aberto e não chorou. E eu dizia pro meu marido “Amor essa criança não chora” ainda tem aquilo que cada parto tu vai descobrindo os mitos bestas de que o bebê tem que chorar para o pulmão funcionar e ele (bebê) supertranquilo e eu naquele nervoso que o guri não chorava. Aí meu filho mais velho chegou do lado dele e falou “Oi eu sou o teu irmãozinho que falava contigo pelo umbigo” e ele virou o rosto para o lado do irmão, a voz que ele conheceu foi a do irmão (Choro). O meu filho mais velho filmou todo o nascimento do irmão, ele viu o irmão nascer, participou de um

momento tão maravilhoso e se sentiu tão importante por ter participado filmando o nascimento. (Jasmim)

Parto domiciliar é muito amor. Ele tem essa questão de ter amor mesmo, de reunião, de família. Que não tem em outro lugar onde tu vai ter isso a não ser na tua casa? A tua casa é o lugar onde tu moras, o lugar onde estão todas as tuas coisinhas, onde tu estás investindo teu tempo para ter a tua família. Então ter um parto em casa traz essa questão muito singela e muito bonita do aconchego, do amor, sabe aquela coisa de casa, tu faz um cafezinho depois...eu estava em trabalho de parto e minha irmã estava na cozinha com a minha filha mais velha fazendo bolo de chocolate para comemorar a chegada da irmã, do bebê e aí depois de tarde, depois que ela nasceu nós todos comemos o bolo, juntos. Então assim, são pequenas coisas que é uma construção, que outro lugar não vai te proporcionar. (Begônia)

A busca legítima destas mulheres por trazer o parto para o ambiente familiar preserva a consciência de que os elos de cumplicidade que se formam, quando a família participa do evento como um todo, são vínculos que se refletirão na vida destas famílias e, dentro desta concepção de ideais não haverá lugar melhor no mundo para receber uma nova vida que no lar. Neste sentido, para Kruno, Silva e Trindade (2017) a sensação de plenitude, a aura que circunda a atmosfera do parto como um todo se refere não somente à beleza do ato fisiológico de parir, mas também toda a carga emocional, energética, espiritual e até sexual emanada no momento. A vivência do parto domiciliar transforma os envolvidos em propagadores e apoiadores da causa.

Para as pessoas que conversam com a gente na rua e que daqui a pouco perguntam do nascimento da minha filha eu conto com todo o orgulho que ela nasceu em casa e tento desmistificar. Onde eu posso plantar a sementinha do parto domiciliar estou tentando. (Estrelítzia)

Depois da experiência do parto domiciliar estou enfiada em coletivo feminista. Disparou uma série de processos internos meus, foi o início de um processo que me modificou totalmente. (Margarida)

Acredita-se que o conhecimento a respeito do processo de parturição está intimamente ligado ao senso comum, as mulheres têm acesso às

informações, se embasam no conhecimento socialmente compartilhado para nortear suas escolhas, sejam para a cesariana ou para o parto normal. Os discursos de Estrelítzia e Margarida trazem à tona a disseminação do conhecimento acerca do parto domiciliar, com o propósito de empoderar mulheres que optem pelo mesmo.

Lessa et al. (2014) reforçam que na atual sociedade a mulher permanece submergida numa cultura em que renunciou seus direitos de cidadã e a realização de cesáreas eletivas não causa estranhezas, ao contrário do que acontece quando a escolha é pelo parto domiciliar. Na contracultura estão os casais que optam por parir em casa e, exercem o desenvolvimento do senso crítico em relação aos processos que envolvem a maternidade e as questões da sociedade na qual vivem.

A maternidade é um universo que a gente não discute, porque a gente acredita que falar sobre parto e algumas outras coisas que dizem respeito ao parto é exclusividade dos profissionais de saúde quando na verdade diz respeito a toda a sociedade. Uma vez ouvi uma fala da Lúcia Senna e ela dizia que se tem algo que conecta a todos é que nós viemos de mulheres que nos deram à luz então enquanto cidadãos críticos nós precisamos falar sobre parto e sobre a qualidade do parto, sobre como nós estamos tratando a mulher hoje no sistema obstétrico atual. (Girassol)

No entanto, quando questionadas acerca de ser o parto domiciliar uma possibilidade para todas as mulheres, os depoimentos foram cautelosos

No meu ideal romântico o parto domiciliar é para todas, mas racionalmente eu sei que não. Vejo que tem questões emocionais e psicológicas que muitas vezes são maiores. Tem mulheres que romantizam o parto domiciliar, mas que não tem estrutura emocional suficiente para dar conta porque carrega ainda muitos medos, muitas inseguranças ou ainda, carrega muitos compromissos com o que a família pensa e as vezes a família não apoia, então a mulher quer mas ao mesmo tempo não quer contrariar a família. Então eu vejo que não é para todas, mas muito mais por questões emocionais e psicológicas do que pela questão fisiológica ou financeira. (Rosa)

Acredito que com empoderamento suficiente mais mulheres possam se beneficiar e aproveitar mesmo um parto domiciliar não só por ser seguro, mas também como transformação pessoal. Mas acredito que não seja para todas, eu acho o parto domiciliar o modelo ouro e me sentia segura em casa, mas vai ter mulheres que vão preferir o hospital, além disso ainda tem as gestações de risco. (Estrelitzia)

Eu acho que não é uma realidade para todas. Certamente que tenho noção dos privilégios que tive e por isso acredito ser uma realidade para poucas mulheres. Como política de saúde eu vejo um longo caminho, mas acho que uma outra forma de abordagem seria tornando o ambiente hospitalar mais seguro do ponto de vista do protagonismo da mulher, de respeito. (Margarida).

Embora, na unanimidade, as mulheres deste estudo tenham vivenciado uma experiência marcante e positiva e, por isso, indiquem o parto domiciliar, todas têm conhecimento das dificuldades quando o assunto é parir em casa. As questões emocionais, fisiológicas e financeiras foram referidas como impedimento da concretização do parto domiciliar. As mulheres, deste estudo, são conscientes de que a experiência vivida não faz parte do cotidiano das gestantes, assim como não vêm como alternativa viável para o sistema de saúde brasileiro.

Os casais que elegem o parto domiciliar arcam financeiramente e emocionalmente com esta escolha, já que a prática, por não ser abarcada pelas políticas públicas de saúde mantém aos envolvidos praticamente na ilegalidade dentro do cenário brasileiro (CASTRO, 2015; MATTOS; VANDENBERGHE; MARTINS, 2016). No entanto, as mulheres entrevistadas apontam alternativas para que as instituições hospitalares favoreçam a mulher no processo de parturição como, por exemplo, no fator da ambiência, proporcionando à parturiente um lugar em que ela sinta-se segura, confortável, em que ela possa se conectar, no momento do parto, com sua parte mais instintiva e dessa forma tenha a possibilidade de ter memórias agradáveis e positivas do parto.

De acordo com Lessa et al. (2014), em qualquer situação que tenha se dado o parto domiciliar existe uma questão muito maior que deve ser considerada como reconhecer a autoridade de quem viveu a experiência,

o reconhecimento deste poder inerente ao gênero feminino, bem-estar, integridade, sensação de poder expressos pelas mulheres que vivenciaram esta experiência.

Acredita-se que reconhecer o poderio feminino ajuda as mulheres a perceberem a gestação e parto como eventos nos quais são as únicas responsáveis por trazerem o bebê ao mundo. Quando as mulheres adotam a posição de protagonistas no processo de gestar, parir e nascer desenvolvem também consciência do próprio corpo, a responsabilidade e a busca pelo melhor para ela e o bebê, tornando o momento um período de descobertas

Considerações finais

Os resultados deste estudo apontam que as mulheres querem de volta a possibilidade de escolha acerca do processo de parir, e que esta, seja respeitada. O conhecimento está disponível, na tela do computador à um toque de distância, para quem quiser ler. Estes “novos” pais lêem muito, debatem, questionam e não se contentam com as escassas e falhas informações disponibilizadas pelos profissionais de saúde. As entrevistadas demonstraram consciência de saber o que é melhor para elas e seus filhos e basearam suas escolhas nas referências mais atualizadas sobre o assunto e cercaram-se de todo cuidado para vivenciarem o nascimento de seus filhos. Acredita-se que a mulher esclarecida de seus direitos, de seu papel na sociedade desenvolve autonomia para uma vivência mais participativa no seu parto tornando este momento em uma experiência enriquecedora. Na opção pelo parto domiciliar as mulheres referenciam que este cenário despertou sentimentos positivos na vivência do processo de parturição, independente da concepção social de que o parto no domicílio é perigoso ou inseguro. Justificam o ambiente do seu domicílio como o mais favorável para acontecer o cuidado, a atenção, a consideração em relação a seus temores, angústias e possibilidade da presença de pessoas que realmente lhes são importantes em um momento tão significativo de suas vidas.

Referências

- ALMEIDA, Keurolainy Cristine Silva; SIQUEIRA, Hedi Crecencia Heckler de; PEREIRA, Queli Lisiane Castro. Benefícios de acompanhante treinada durante o processo de parturição: revisão integrativa. *Journal Nursing Health*, v.7, n.2, p.199-212, 2017.
- ANTUNES, Leonardo dos Santos; ANTUNES, Livia Azeredo Alves; CORVINO, Marcos Paulo Fonseca; MAIA, Lucianne Cople. Amamentação natural como fonte de prevenção em saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.13, n.1, p.103-109, 2008.
- APOLINÁRIO, Débora; RABELO, Marcelexandra; WOLFF, Lillian Daisy Gonçalves; SOUZA, Silvana Regina Rossi Kissula; LEAL, Giseli Campos Gaioski. Práticas na atenção ao parto e nascimento sob a perspectiva das puérperas. *Revista REME*, v.17, n.1, p. 20-28, 2016.
- ACKER, Justina Inês Brunetto Verruck; ANNONI, Fabrina; CARRENO, Ioná; HAHN, Giselda Veronice; MEDEIROS, Cássia Regina Gotler. As parteiras e o cuidado com o nascimento. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 59, n. 5, p. 647-651, out. 2006.
- AMORIM, Torcata. O resgate da formação e inserção da enfermeira obstétrica na assistência ao parto no Brasil. 2010. 290 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 53p
- CASTRO, Cláudia Medeiros de. Os sentidos do parto domiciliar planejado para mulheres do município de São Paulo, São Paulo. *Caderno de Saúde Coletiva*, v.23 n.1, p.69-75, 2015.
- CECAGNO, Susana; ALMEIDA, Francisca Dias de Oliveira de. Parto domiciliar assistido por parteiras em meados do século XX numa ótica cultural. *Texto Contexto Enfermagem*, v.13, n.3, p. 409-413, Jul-Set. 2004.
- CECHIN, Petronila Libana. Reflexões sobre o resgate do parto natural na era da tecnologia. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v.55, n.4, p.444-448, jul./ago., 2002.

COLLAÇO, Vania Sorgatto. Parir e nascer num novo tempo: o significado para o casal do parto domiciliar planejado atendido por enfermeiras obstétricas da Equipe Hanami, 2013. 365 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, 2013.

CRIZÓSTOMO, Cilene Delgado; NERY, Inez Sampaio; LUZ, Maria Helena Barros. A vivência de mulheres no parto domiciliar e hospitalar. Esc. Anna Nery Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 98-04, mar. 2007.

DATASUS. Indicadores de cobertura. Proporção de partos hospitalares. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2010/fo7.def>

DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. Ciência e Saúde Coletiva, v. 10, n. 3, p. 627- 637, 2005.

DUARTE, Fernanda Lacerda. Movimentos identitários: associações entre o feminismo e a escolha pelo parto humanizado. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11. 2013, Maringá. Anais eletrônico. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Ciências Sociais, 2013.

FEITOSA, Aline Machado Monte; PEREIRA, Márcio da Silva; CAMPOS, Jocileide Sales. Importância do contato precoce mãe-filho e sua contribuição para o sucesso do aleitamento materno. Journal Health Biological Science, v.2, n.3, p.120-124, 2014.

FEYER, Iara Simoni Silveira. Rituais de cuidado das famílias no parto domiciliar em Florianópolis, 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, 2012.

FRANK, Tatianne Cavalcanti; PELLOSO, Sandra Marisa. A percepção dos profissionais sobre a assistência ao parto domiciliar planejado. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 22-29, 2013.

GALVÃO, Mary Lúcia Souto; MENEZES, Paula Fernanda Almeida de. Parto domiciliar: uma alternativa ao modelo institucional nos centros urbanos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E NEONATAL, 7 e CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E NEONATAL, 1. 2011, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ABENFO-MG, 2011.

HELMAN, CECIL G. Cultura, Saúde e Doença. Porto Alegre (RS): ARTMED, 2003. 432p

IPEN. Independent Placenta Encapsulation Network. My Placenta Experience. Disponível em: <https://www.placentanetwork.com/my-placenta-experience/> Acesso em: 20 jan. 2018.

JONGE, A.; VAN DER GOES, B.Y.; RAVELLI, A.C.J.; AMELINK-VERBURG, M.P.; M2OL, B.W.; NIJHUIS, J.G.; BENNEBROEK GRAVENHORST, J.; BUITENDIJKA, S.E. Perinatal mortality and morbidity in a nationwide cohort of 529 688 low-risk planned home and hospital births. *BJOG International Journal of Obstetrics and Gynaecology*, p. 1177-1184, 2009.

KENNARE, Robyn M.; KEIRSE, Graeme R. Tucker; CHAN, Annabelle C. Planned home and hospital births in South Australia, 1991-2006: differences in outcomes. *MJA*, v. 192, n. 2, jan. 2009.

KOETTKER, Joyce Green. Parto domiciliar planejado assistido por enfermeiras, 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, 2010.

KOPERECK, Cristine Silva. A violência obstétrica no contexto nacional e internacional: uma revisão integrativa, 2017. 131 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

KRUNO, Rosimery Barão. Parto domiciliar na voz das mulheres: uma perspectiva à luz da humanização. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. 106f.

LESSA, Heloisa Ferreira; TYRREL, Maria Antonieta Rubio; ALVES, Valdecyr Herdy; RODRIGUES, Diego Pereira. Informação para a opção pelo parto domiciliar planejado: um direito de escolha das mulheres. *Texto e Contexto Enfermagem*, v. 23, n. 3, p. 665-672, Florianópolis, 2014.

LOPES, Caroline Vasconcellos; MEINCKE, Sonia Maria Könzgen; CARRARO, Telma Elisa; SOARES, Marilu Correa; REIS, Simone Pieren dos; HECK, Rita Maria. Experiências vivenciadas pela mulher no momento do parto e nascimento de seu filho. *Cogitare Enfermagem*, v. 14, n. 3, p. 484-490, 2009.

MAMEDE, Fabiana Villela; MAMEDE, Marli Villela; DOTTO, Leila Maria Geromel. Reflexões sobre deambulação e posição materna no trabalho de parto e parto. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, v. 11, n. 2, p. 331-336, 2007.

- MAMEDE, Fabiana Villela et al. O efeito da deambulação na duração da fase ativa do trabalho de parto. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, v. 11, n. 3, p. 466-71, 2007a.
- MATOS, Greice Carvalho de; ESCOBAL, Ana Paula; SOARES, Marilu Correa; HÄRTER, Jenifer; GONZALES, Roxana Isabel Cardozo. A trajetória histórica das políticas de atenção ao parto no Brasil: uma revisão integrativa. *Revista de Enfermagem UFPE online, Recife*, v. 7, n. esp., p. 870-878, mar., 2013
- MEDEIROS, Renata Marien Knupp; SANTOS, Inês Maria Meneses dos; SILVA, Leil Rangel da. A escolha pelo parto domiciliar: história de vida de mulheres que ivenciaram esta experiência. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, Rio de aneiro, v. 12, n. 4, p.765-72, dez. 2008.
- MORAIS, Fatima Raquel Rosado. A humanização no parto e no nascimento: os saberes e as práticas no contexto de uma maternidade pública brasileira. 2010. 271 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2010
- MOTT, Maria Lúcia. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960). Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo*, v. 25, p. 197-219, dez. 2002.
- ODENT, Michel. A cientificação do amor. Ed. Momento Atual, 2002. 142p.
- ODENT, Michel. Pode a humanidade sobreviver à medicina? Rio de Janeiro: Instituto Michel Odent, 2016. 204p
- OSAVA, Ruth Hitomi. Autonomia na atenção ao parto e nascimento: espaço físico e político do enfermeiro obstetra e obstetrix. In: VI Congresso Brasileiro de Enfermagem Obstétrica e Neonatal – Qualificação da Atenção e dos Recursos Humanos de Enfermagem em Saúde da Mulher e do Recém-nascido. Teresina, 2009.
- PIMENTA, Déborah Giovana; CUNHA, Marcela Azevedo; BARBOSA, Thiago Luis de Andrade; SILVA, Carla Silvana de Oliveira e; GOMES, Ludmila Mourão Xavier. El parto realizado por matronas: una revisión integradora. *Enfermería Global, Múrcia*, v. 312, n. 30, p. 482-93, abr. 2013.

- SANTOS, Marcos Leite dos. Humanização da assistência ao parto e nascimento. Um modelo teórico. 2002. 271 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.
- SANFELICE, Clara Fróes de Oliveira; SHIMO, Antonieta Keiko Kakuda. Parto domiciliar: avanço ou retrocesso? Revista Gaúcha de Enfermagem, v.35, n.1, p. 157-160, mar. 2014.
- SCAVONE, Lucila. Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SENA, Chalana Duarte de; SANTOS, Tialla Cardeal Simão; CARVALHO, Cássia Menaia França; SÁ, Aline Costa de Moraes; PAIXÃO, Gilvânia Patrícia do Nascimento. Avanços e retrocessos da enfermagem obstétrica no Brasil. Revista de enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria, v. 2, n. 3, p. 523-529, set.- dez. 2012.
- SEIBERT, Sabrina Lins; BARBOSA, Jéssica Louise da Silva; SANTOS, Joares Maia dos; VARGENS, Octavio Muniz da Costa. Medicalização x humanização: o cuidado ao parto na história. Revista de enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 245-251, 2005.
- SOUZA, Heloisa Regina. A arte de nascer em casa: Um olhar antropológico sobre a ética, a estética e a sociabilidade no parto domiciliar contemporâneo, 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005
- TARQUI-MAMANI, Carolina; BARREDA-GALLEGOS, Alejandro. Elección y preferéncia del parto domiciliario en Callao, Perú. Revista Salud Pública, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 214-22, dez. 2006
- TORNQUIST, Carmen Susana. Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil. 2004. 429 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- VIEIRA, Elizabeth Meloni. A medicalização do corpo feminino. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.
- VICTORA, Cesar Gomes; AQUINO, Estela Maria Motta Lima Leão de; LEAL, Maria do Carmo; MONTEIRO, Carlos Augusto; BARROS, Fernando C.; SZWARCOWALD, Celia Landmann. Maternal and child health in Brazil: progress and challenges. The Lancet, v. 377, p. 1863-1876, maio, 2011.

Mulheres na educação profissional: enfrentamentos e desafios

Letícia Mossate Jobim

Márcia Alves da Silva

Várias pesquisas¹ vem demonstrando que a tensão ocasionada pela inserção de mulheres em espaços até então ocupados somente por homens, provocam reações de conflito, resistências e discriminações em diferentes instâncias: educacional, política, social e também familiar. Tais reações são frutos de um longo processo histórico de inferiorização, opressão e segregação das mulheres, referendadas e legitimadas por construções culturais e discursivas, que foram produzindo homens e mulheres a partir de diferentes papéis, tarefas e posições, instituindo-lhes lugares que deveriam, ou não, ser ocupados por um e outro.

A fim de ampliar estas discussões e evidenciar os desafios enfrentados por estas mulheres, este texto busca problematizar a inserção, a partir da década de 80, das primeiras alunas no curso Técnico em Agropecuária, do atual Instituto Federal Farroupilha - campus São Vicente do Sul/RS²,

¹ Podemos destacar a pesquisa de LOHMANN, Líliana; VOTRE, J. Sebastião. **A inserção acadêmica e esportiva da primeira turma feminina no colégio militar do Rio de Janeiro**. In: Estudos feministas: UFSC. Centro de filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. V.t.,n.1-2 (1999)- Florianópolis: UFSC. Também o trabalho de SMITH, D. *The everyday world as problematic*: a feminist sociology. Toronto: University of Toronto Press, 1987, no qual a autora questiona a forma como o conhecimento sociológico é construído, quase exclusivamente por homens; e o de Andrea Moraes e Patrícia Silveira: **Na academia**. In: Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade. Heloisa Buarque de Holanda. 1ªed. São Paulo. Cia das Letras, 2018.

² O Instituto Federal Farroupilha- Câmpus São Vicente do Sul/RS, foi fundado em 17 de novembro de 1954, primeiramente como Escola de Iniciação Agrícola General Vargas. Em 25 de janeiro de 1968, foi transferido para a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, sob a denominação de Colégio Agrícola. A primeira turma de Técnicos Agrícolas, formada pela Instituição, foi composta por 24 alunos, no ano de 1973. Em 1976, o Curso Técnico Agrícola

cujo público, desde a sua criação no ano de 1954, foi majoritariamente masculino.

A problematização é feita a partir de frases ditas - para e sobre - as meninas que ingressaram neste curso, e, retiradas de entrevistas realizadas no ano de 2015, com as ex-alunas que foram possíveis de serem contatadas.

Nas análises buscamos evidenciar, nas frases naturalizadas, os históricos de preconceito e discriminação que foram fortalecidos por diversos discursos (dentre eles o científico), aos quais as mulheres foram submetidas ao longo da vida.

Ciência e educação androcêntricas

Ao realizar um estudo sobre a construção histórica do corpo feminino, Ana Maria Colling (2014) foi evidenciando os discursos misóginos nos quais as mulheres foram submetidas em diferentes momentos da História, produzindo ‘verdades’ sobre o feminino e reforçando uma suposta supremacia masculina. Tais discursos, foram definindo espaços que homens e mulheres deveriam ocupar na sociedade, colaborando para que a diferença entre os sexos se transformasse em paradoxos de desigualdades: *“A mulher verá crescer sua identidade em discursos que ela não formulou, caminhará com a palavra emprestada, como uma estrangeira; definindo-se em uma linguagem feita por outro, em uma trama de razões que outros pensaram”* (COLLING, 2014, p.15).

A autora mostra que a inferiorização da mulher é muito antiga, originada no pensamento grego, tendo continuidade no discurso religioso e posteriormente, respaldada pelos discursos médicos, psiquiátricos e

passou a denominar-se Curso Técnico em Agropecuária, oferecido de forma subsequente ao ensino médio. A Lei 8.731, de 16 de novembro de 1993, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em Autarquias Federais, dando-lhes autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar. Em novembro de 2002, a Escola Agrotécnica foi credenciada como Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, passando à denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - CEFET/SVS. A mudança do antigo CEFET/SVS ocorreu em 29 de dezembro de 2008, com o reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPECT, transformando-o em Instituto Federal (DONADEL, 2010).

psicanalíticos. No decorrer de suas análises, vai evidenciando que a revolução científica não serviu para demonstrar a falsidade dos argumentos filosóficos e religiosos sobre a inferioridade das mulheres. Discursos médicos e psiquiátricos, também respaldaram as antigas tradições sobre as mulheres com novos conhecimentos “científicos”. A menstruação, a gravidez e o parto, são os aspectos priorizados na definição e no diagnóstico das doenças mentais que as afetavam. No sexo feminino o diagnóstico concentrava-se na esfera da sua natureza e da sexualidade, enquanto no sexo masculino, os motivos eram relacionados ao trabalho e a política. (COLLING, 2014)

Ao refletir sobre a ciência, Latour (1994) aponta que, a partir da invenção do humanismo, da irrupção da ciência, da laicização da sociedade e mecanização do mundo, acredita-se numa prática de ‘purificação’ do humano. A ciência irrompe supostamente livre de subjetividades, livre da fé, separada da natureza e da política; surge como possibilidade de controle sobre a natureza, situada nos domínios da certeza; é segura, objetiva e fria; está assentada em um conjunto de fatos isentos de qualquer valor ou julgamento de valor, sem ligações com a política e sociedade; limitada aos fatos e sem discussão dos mesmos.

Ao mesmo tempo que caracteriza a modernidade, Latour (1994) vai colocando em dúvida sua real possibilidade de existência, ao trazer exemplos carregados de transcendência e imanência, no qual o mundo dito moderno, vive uma mistura híbrida entre os fatos naturalizados, o poder sociologizado e os efeitos da verdade. O autor, provoca-nos a pensar sobre como a visão cristalizada da ciência e a possível crença na sua objetividade e isenção, na sua pureza ao produzir ‘verdades’ sobre os objetos de pesquisa, pode produzir resultados enviesados e contribuir para a perpetuação de assimetrias.

Tais provocações possibilitam uma reflexão sobre as relações de gênero - cuja assimetria, também foi legitimada pela ciência, tendo em vista o androcentrismo que por muito tempo condicionou as produções científicas. A ciência, que adquiriu status de verdade absoluta e, de neutralidade,

foi feita por homens brancos, ocidentais e de classe dominante. Boaventura (2000), também caracteriza a ciência moderna como sexista, ao dizer que *“o falso (e hegemônico) universalismo da sua racionalidade cognitivo-instrumental se presta particularmente a transformar experiências dominantes (experiências de uma classe, gênero, sexo, raça ou etnia dominante) em experiências universais (verdades objetivas)”* (p.88).

Ao analisarmos historicamente o fazer científico, percebemos o processo de exclusão das mulheres no decorrer de todo processo de pesquisa. Por muito tempo, coube aos homens fazerem perguntas que considerassem importantes e de interesse geral e, da mesma forma, produziram respostas abrangentes e consideradas universais. Daí a importância de questionarmos: *“Como o conhecimento adquiriu gênero e como pode ser desprovido de gênero? Como devem os conceitos de verdade, racionalidade, objetividade, certeza, etc. ser repensados de modo a livrá-los da mácula do masculinismo?”* (LONGINO, 2012, p. 513). Perguntas com esta, que desafiam a ciência hegemônica, produzindo fissuras e incertezas no conhecimento científico (considerado até então, sólido e imutável), são necessárias para colocar em cheque os conhecimentos considerados assentados e indiscutíveis. De acordo com Bachelard (1996, p.18), *“se não há pergunta não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído e transformado”*.

Entende-se, que seja neste sentido que o autor diz que toda cultura científica deve ser colocada em estado de mobilização permanente, que devemos refletir sobre os espaços de configuração e de construção do pensamento científico, permitindo assim, uma melhor apreensão e compreensão dos fatos. Segundo ele, o conhecimento que não é apresentado junto com as condições de sua determinação precisa, não é conhecimento científico. Ruth Berman (1997, p. 248) referenda:

[...] quando a ciência de uma sociedade é reconhecida como expressão da sua ideologia, o repetido ressurgimento em nossa mídia de hipóteses biológicas deterministas [...] não constitui mais um fenômeno misterioso ou

aberrante. Representa a maneira de pensar necessária à preservação de uma sociedade baseada na hegemonia de uma elite.

Deste modo, revisitar e questionar a ciência e o conhecimento produzido por ela é ação fundamental para que o androcentrismo hegemônico seja superado. Produzir uma visão de mundo que inclua as mulheres, que resgatem a contribuição ou denunciem o silenciamento que as mulheres foram submetidas em diversos campos, certamente afetarão os fenômenos analisados, possibilitando, assim, tecer novas epistemologias e produzir um conhecimento mais dialético, dinâmico, plural e descolonial.

No âmbito educacional, a intensa produção discursiva que legitimou sua inferioridade, por muito tempo foi negado à mulher o acesso ao conhecimento e o direito à educação formal. Quando lhe era concedida, era de forma controlada e limitada. Conforme Carla Bonfim (2009), somente após o advento da República no final do século XIX, e o anseio pela modernização do país, a educação passa a ser vista como instrumento para se construir uma sociedade civilizada.

A Lei de 1827³, que estabelecia as escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império, não se mostrava eficaz, e a maioria da população brasileira não tinha acesso à educação. As poucas escolas existentes recebiam mais meninos do que meninas. Funcionavam em casas decentes e ensinavam a ler, a escrever, a contar e a resolver as quatro operações matemáticas. Porém, cumpridos esses primeiros ensinamentos, os meninos passavam a se aprofundar em noções de geometria, enquanto as meninas iam praticar o bordado e a costura. Vale dizer, ainda, que as aulas de geometria eram ministradas por homens, que recebiam um salário maior do que o das professoras de bordado e costura. (BONFIM, 2009, p.58)

Rocha (2009) aponta que a partir do séc. XIX, a educação passou a ser vista como indispensável para o aprimoramento social, e a sociedade tomou consciência da importância do papel materno na educação infantil

³A Lei de 1827 representa um marco na história da educação da mulher, pois reconhece o direito de instrução feminina, embora permitisse o ingresso somente nas escolas oficiais de "primeiras letras", reservando os níveis mais altos (liceus, ginásios e academias) para os homens.

e a formação da mulher passou a ser considerada fundamental para o aperfeiçoamento físico e moral das futuras gerações.

As jovens bem educadas eram mais atraentes como futuras esposas, competindo em pé de igualdade com os bens materiais oferecidos. Essa preocupação com a educação feminina devia-se ao fato de as mulheres serem reconhecidas como “pouco racionais”, não podendo ser responsáveis por seus atos; portanto, o melhor a fazer era dar-lhes esmerada educação para que cumprissem sua principal função: a maternidade. (ROCHA, 2009, p.53)

As profissões das mulheres, em sua maioria, tornaram-se uma extensão do lar: secretárias, professoras, enfermeiras, decoradoras, cabelereiras, costureiras, etc.

Desta forma, a divisão social do trabalho também foi pautado por estes discursos que eram usados para justificar a valorização de um determinado trabalho em detrimento do outro. Conforme Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho reservou para os homens uma esfera produtiva e valorizada pela sociedade, enquanto às mulheres coube a esfera reprodutiva: *“Essa forma de divisão do trabalho surgiu a partir de dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (o trabalho do homem vale mais do que o de uma mulher)”* (KERGOAT, 2009, p. 67).

Essa cultura sexista e sexualizada refletiu-se também nas escolas que passaram a oferecer uma educação diferenciada e separada para meninos e meninas. Em estudos realizados por Colling e Tedeschi (2015, p. 644) sobre a década de 1960, *“enquanto homens cursavam matérias que lhes poderiam render um processo seletivo vantajoso nas universidades, às meninas recebiam além do português, matemática, ciências e didática, cursavam também puericultura, bordado, canto, etc.”*.

Percebe-se, nesse processo educativo que, por muito tempo, ficou reservado às mulheres o conhecimento mínimo necessário para tornar-se uma boa esposa e mãe. A partir do entendimento de que o destino natural da mulher era o de ser mãe, foi se construindo a ideia de que a educação constituía o espaço da mulher, ou seja, o magistério é reconhecido como

uma “extensão da maternidade”. A escola passa a ser vista como um espaço em que a mulher dará continuidade ao cuidado e à educação das crianças, tornando-se então, um lugar onde ela poderia exercer suas características “naturais” como a paciência, o amor, a afetividade e a doação.

Sobre as mulheres na educação profissional

No que diz respeito à educação profissional, conforme Carla Bonfim (2009),

As informações acerca da participação feminina na Educação Profissional em nível médio são praticamente inexistentes, sobretudo no que concerne às primeiras décadas do século XX. Num estudo realizado pelo Ministério do Trabalho sobre a Formação Profissional da Mulher Trabalhadora no Brasil, em 1976, consta a informação de que, até 1930, as mulheres se concentravam em certos ramos do ensino menos valorizados socialmente. (BONFIM, 2009, p. 68)

De acordo com a autora, não foram encontrados dados numéricos sobre a presença da mulher na Educação Profissional durante a década de 1940. Barroso (1982) afirma que até 1970 muitos dados sobre a educação brasileira simplesmente não foram processados levando-se em conta a variável sexo. Somente a partir de 2001, a Diretoria de Estatísticas da Educação Básica (DEEB), responsável pela coordenação do Censo Escolar, vem coletando dados da Educação Profissional técnica de nível médio, em um bloco específico para essa modalidade.

Em busca por dados mais recentes no site do INEP, podemos verificar que até 2003 predominavam na educação profissional estudantes do sexo masculino. Nos anos de 2004, 2005 e 2006, porém, a quantidade de mulheres foi maior do que a de homens. Nas áreas profissionais de Saúde, Gestão, Artes, Comunicação, Desenvolvimento Social e Lazer e Turismo e

Hospitalidade também predominam as mulheres. Em outras áreas, notadamente na Indústria e Agropecuária, a grande maioria são homens⁴.

Percebemos que a ‘generificação’ das profissões é histórica e que ainda hoje há muita dificuldade em desvincular as mulheres dos lugares que lhes foram historicamente instituídos⁵. As instituições educacionais, seus conhecimentos e suas normas ainda estão atravessadas por representações do feminino e masculino, ao mesmo tempo em que estão centralmente implicadas em sua produção, manutenção ou ressignificação.

A história mostra que por muito tempo o espaço delegado à mulher foi o lar. Toda mulher que ousou negar o lar como único espaço possível para si enfrentou muitas resistências.

Fortino (2009), ao problematizar os impasses da ‘coexistência dos sexos’⁶ na escola, bem como no trabalho, movimentos sociais, etc., afirma que há uma evolução relativa das relações entre homens e mulheres que pode ser resumida da seguinte forma: “*onde termina a exclusão começa a discriminação*” (p. 46). As mudanças e o desequilíbrio nos espaços de poder e de dominação masculina, vão provocar respostas sociais diferentes.

Ao analisarmos algumas falas ditas para e sobre as meninas que ousaram ‘invadir’ espaços secularmente considerados masculinos, percebemos que velhos discursos foram acionados, a fim de justificar a exclusão das alunas de determinadas atividades ou também para responsabilizá-las por estas. Conforme diz Bachelard (1996): “*mesmo no novo homem, permanecem vestígios do homem velho*”. Em nós, o séc. XVIII prossegue sua vida latente, *infelizmente pode até voltar*” (p.10).

Podemos perceber que tais vestígios ressurgem em discursos que parecem estar desgastados e já superados, mas, como veremos a seguir, ainda conservam pontos de permanência.

⁴INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2016. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinposes-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/11/2017.

⁵ Exemplo disso na atualidade, é o espaço recente conquistado na mídia pelas jogadoras de futebol da seleção brasileira feminina, trazendo ao conhecimento do público suas histórias de resistência e enfrentamentos do preconceito.

⁶ Termo que apresenta divergências entre diferentes autoras.

⁷ Para melhor adequar a ideia do texto, podemos substituir na frase a palavra ‘homem’, pela palavra ‘mulher’.

“Essa vai lá só pra pegar barriga”⁸: o corpo biológico como fator de exclusão

A frase “*Essa vai lá só pra pegar barriga*”, conforme depoimento de uma das entrevistadas, era dita pelo pessoal da cidade, quando ficavam sabendo que alguma menina ia estudar na escola Agrotécnica. Como pode ser percebido, as diferenças biológicas, fisiológicas e anatômicas entre mulheres e homens, frequentemente são acionadas para justificar a exclusão e discriminação das mulheres em diferentes espaços e profissões. A possível maternidade é utilizada como uma justificativa para excluí-las de lugares, de direitos⁹ e de oportunidades, sendo que o mesmo não ocorre com a paternidade, para os homens.

É neste sentido que Colling (2014) diz que os valores tidos como inerentes à natureza feminina, tais como “aptas para a maternidade” e para a reprodução, foram fixando-as a lugares e posições sociais específicas, e legitimando sua sujeição e exclusão do mundo do pensamento e do conhecimento.

Conforme Lagarde (2005), a sexualidade é um complexo cultural que possibilita (ou não) o acesso a saberes, linguagens, conhecimentos e crenças específicas; impõe destinos aos sujeitos, pois está incorporada na sociedade e nas culturas, na organização das relações sociais, econômicas e políticas, sendo decisiva do lugar que homens e mulheres ocupam no mundo e de suas possibilidades de experiências e posições de poder:

Tener una u otra definición genérica implica para los seres humanos, ocupar un lugar en el mundo y, aún ahora, tener un destino más o menos previsible. Independentemente de la voluntad, la adscripción genérica ubica: es una forma de integración en la jerarquía social, y es uno de sus criterios de

⁸ Trecho de depoimento de uma ex aluna entrevistada em 2015, que ingressou no referido Instituto em 1989.

⁹ Um exemplo atual é a fala do atual Presidente da República quando disse que “mulher tem que ganhar menos porque engravida” In: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravada/>. Acesso em: 03/09/2019

reproducción; significa también, tener e ejercer poder sobre otros, o no tener siquiera, poder sobre la propia existencia. (p.184-185)

De acordo com a autora, a centralidade do corpo e da sexualidade feminina fazem das mulheres estranhos entes naturais que vivem em sociedade. Ainda estão atreladas social, política e culturalmente a sua natureza biológica e não as suas competências e habilidades específicas, fazendo com que seu sexo, lhes delimite oportunidades e dificulte o acesso ao trabalho e a determinadas profissões.

Por ter sido, desde muito tempo, tratada e considerada como um corpo-para-outros, tendo como função primordial à humanidade- a reprodução- a mulher ficou aprisionada ao seu corpo biológico. Enxergá-las com novas lentes, vê-las por suas capacidades e não somente por suas características biológicas, sexuais e reprodutivas ainda é uma barreira a ser derrubada.

Lagarde (2005) caracteriza a relação mulher-natureza um dos fundamentos dos cativoiro¹⁰ das mulheres, caracterizado por concepções apreendidas socialmente tais como: a mulher é parte da natureza e compartilha suas qualidades com outros seres da natureza; a mulher, diferentemente do homem, não modifica a natureza, e sim atua e existe ao cumprir suas leis: ser mulher implica ser natureza. Como o homem tem poder de transformá-la, fica subentendido seu poder sobre a mulher.

Entretanto, sabemos que a relação mulher-natureza, embora ainda seja acionada como uma explicação lógica, vem sendo desnaturalizada há tempos por cientistas e movimentos feministas, que vêm pautando que a desigualdade não é natural e sim o resultado de uma trama de relações sociais e de estruturas de poder. E que, por trás de uma justificativa que não se sustenta mais, como a que ouvimos *‘vai lá pegar barriga*, existem outros fatores que vem assombrando o mundo masculino, como o desalояamento das hierarquias. A supremacia masculina vem se fragilizando,

¹⁰A autora caracteriza como cativoiros, as diferentes formas de opressão e falta de liberdade enfrentadas pelas mulheres enquanto sujeitos sociais na história, cuja norma hegemônica da liberdade é classista e patriarcal.

devido as liberdades que tem sido conquistadas pelas mulheres, seja no campo educacional, econômico, sexual e também reprodutivo.

A igualdade entre os gêneros assusta, desacomoda e desestabiliza os homens, fazendo-os sair de sua zona de conforto. Sua soberania está em risco, e para que o seu *status quo* seja mantido, as mulheres são submetidas a diferentes situações: inferiorização, humilhação, desmoralização, chegando até a violência física.

O fato delas resistirem a essas reações e não intimidarem-se com os ditames androcêntricos, abriu caminhos para que outras mulheres pudessem fazer suas escolhas profissionais, desvinculadas daquilo que lhes era previsto: 'habilidades naturais para', 'vocação para', 'mais aptas para', como será discutido logo mais. Porém, sabemos que existem formas diferentes das mulheres resistirem nesses espaços: pela transgressão ou pela submissão. Conforme Lagarde (2005), em cada fato decisivo da vida das mulheres é preciso analisar quais destes comportamentos prevalecem, a fim de entender quais são os espaços de transformação da condição feminina e quais somente transformam fatos de sua situação.

Na fala das entrevistadas encontramos momentos de aceitação com suas 'fragilidades' e cuidados recebidos por parte dos meninos, mas também encontramos tentativas de desconstruir estes estereótipos. O trecho do depoimento abaixo mostra isso.

“Quando eu entrei aqui tinha processo seletivo, e aí um professor me perguntou na entrevista se eu iria precisar colocar luvas nas mãos pra ir para as aulas práticas. Eu disse que não ... se eu tivesse que colocar a mão na massa eu coloco a mão na massa. Iria pra prática com muito gosto e pego pesado como qualquer outro... Então na hora que eu tinha que fazer isso, até porque eu era muito birrenta e pra evitar dele falar.... eu ia lá e fazia”. (Narrativa de uma ex-aluna entrevistada no ano de 2015, que ingressou na instituição no ano de 1998).

Estas narrativas exemplificam as inúmeras cobranças, bem como o exercício constante de resistência empregado pelas mulheres quando optam por não seguir os padrões e normas sociais que lhes são impostas. É

preciso a todo momento estarem afirmando suas capacidades e competências para funções que socialmente não lhes são ‘adequadas’.

Diferentemente, na pesquisa de *Lohmann e Votre (1999)*, foi constatado que sucesso e méritos pelo sucesso das meninas foram atribuídos aos ditames androcêntricos da escola: *“No que diz respeito às diferenças de gênero, com foco na performance e estímulo à determinação, as alunas, mais uma vez, dobraram-se inconscientemente aos ditames androcêntricos e deram glória e visibilidade ao comando do Colégio”* (p. 675).

Possivelmente este pensamento seja resultado de uma ideologia patriarcal instaurada nas diversas relações e instituições sociais, políticas, culturais, familiares, etc., as quais as mulheres estão suscetíveis, e que influenciam comportamentos de submissão ou resistências. A naturalização da inferioridade feminina como fato natural e o trabalho masculino como fato social e cultural faz com que muitas mulheres, ainda resignem-se à ‘superioridade’ masculina. Reconhecer o patriarcado possibilita a compreensão de que o corpo biológico possui uma história e que, ele não pré-determina um ‘destino’ para as mulheres, não fixa lugares, posições ou pertencimentos, contribuindo desta forma, para que adquiram maior mobilidade em diferentes espaços sociais.

O patriarcado é um sistema muito poderoso que atua de forma sutil e silenciosa em cada uma de nós. E, por mais que sejamos críticas sobre nossa condição de gênero, em algum momento de nossas vidas, somos pegadas, mesmo que involuntariamente, em situações de servidão, cobrando e exigindo de nós mesmas, posturas e atribuições advindas desse pensamento. Exemplo disso é a fala, de uma das primeiras professoras a chegar no campus São Vicente do Sul, referindo-se ao seu namoro com um aluno:

“- Nunca fui uma pessoa que se preocupa demais com o que os outros pensam... mas também não sou de ter um comportamento totalmente inadequado para o lugar onde eu trabalho, ando, estou. Acho que nosso namoro não foi bem aceito mas ninguém me falou nada. Ninguém chegou pra mim assim e disse: - Olha, tu não deve, isso não fica bem. Porque a gente tinha um comportamento que não dava pra dizer: - Olha tu tá sendo inadequada aqui dentro. Porque eu tinha uma linha de comportamento, apesar de eu não me importar que eu tava

indo além em namorar um aluno". (Docente do Instituto- entrevista realizada no ano de 2015).

Na fala desta professora evidencia-se uma afirmação contraditória, ao dizer que não se preocupava com o pensamento alheio sobre ela. Pois, apesar do seu ato 'impróprio' para uma professora, ela seguia uma linha de 'comportamento adequado', afinal, sabemos que, na ideologia patriarcal, mulher que se preze, não pode demonstrar seu erotismo.

Transformar nossas mentalidades, ainda colonizadas, é um exercício contínuo de vigilância, de crítica e autocrítica, pois fomos ensinadas a pensar dentro de uma lógica patriarcal, e abandoná-la não é tarefa fácil. É preciso que estejamos atentas à sua presença, para assim, combatê-la em suas diferentes formas.

A divisão sexual do trabalho: “vai dirigir trator, vão pra lavoura quebrar milho... isso é coisa de menino! por que não faz magistério”?¹¹

Da mesma forma como se produziu uma 'essência' feminina, na qual a mulher é percebida como ser que possui características consideradas inatas, tais como sensibilidade, fragilidade, afetividade, cuidado, organização, etc., as profissões também foram sendo 'genericadas'. Se analisarmos as funções desempenhadas pelas mulheres em diferentes instituições sociais, sejam elas religiosas, esportivas, políticas, acadêmicas, etc., todas elas se constituíram por práticas e discursos sexistas e foram atravessadas por relações desiguais de gênero que, combinadas com outras características tais como idade, cor da pele, classe social, etnia, algumas atividades são permitidas, obrigadas ou proibidas.

“-Minha família não me incentivou a vir, minha mãe me colocou a fazer o magistério e eu fugi..[...]As meninas que ficavam nas pensões os colegas ficavam falando: Ah, meninas morando sozinhas. Era um horror sabe... até quando eu passei, meu pai que já trabalhava aqui, me perguntou se era realmente o que eu

¹¹ Trecho da fala de uma ex aluna que ingressou em 1989.

queria. Pois eram atividades mais voltadas pra meninos...e se realmente eu ia ter condições de encarar o preconceito na cidade. Porque as meninas que vinham pra cá ficavam mal faladas e ficavam com características masculinas. O pessoal da cidade (da família) falava pra gente: Ai que horror vai dirigir trator, vai pra lavoura quebrar milho! Isso é coisa de menino! Por que não faz magistério?” (Discente entrevistada em 2015, que ingressou na instituição no ano de 1989)

Para Lagarde (2005), o trabalho sempre caracterizou-se por uma ideologia sexista, sendo considerado um atributo sexual masculino. A divisão sexual do trabalho foi historicamente determinada para homens e mulheres, sendo a diferença física um princípio classificador por sexos para definir o acesso ao trabalho, estando diretamente relacionado com a posse e com a carência de qualidades físicas, intelectuais, emocionais e com destrezas específicas para cada sexo. Qualquer diferença dos sujeitos e grupos é razão para possibilidades distintas de acesso ao trabalho, sendo tais divisões, muitas vezes, consensualizadas socialmente como naturais ou como criações divinas.

Tendo sido o casamento e a maternidade considerados, por muito tempo, funções sociais das mulheres, quaisquer atividades profissionais que se distanciassem destas eram vistas como imprópria para as mulheres. Por isso, as profissões que se aproximam destas funções são consideradas adequadas para as mulheres. Dentre elas, está o magistério¹², por ser responsável pelo cuidado, vigilância e educação das crianças, ou seja, uma extensão da maternidade.

A qualquer desajuste ou desvio de suas funções e seus lugares, a qualquer transgressão de espaços a ela demarcados, a qualquer desestabilidade nos arranjos sociais, recorre-se ao refúgio científico, religioso ou biológico evitando problematizações mais amplas sobre a complexidade social e cultural na qual essa divisão foi construída e naturalizada.

¹²No Brasil a instituição escolar foi primeiramente masculina e religiosa, voltada para a formação de um católico exemplar, cujos sujeitos de escolarização eram meninos e jovens brancos dos setores dominantes. Devido a algumas transformações sociais na segunda metade do século XIX, crescem argumentos a favor da instrução feminina, vinculando-a a educação dos filhos e filhas. Essa argumentação irá direta ou indiretamente afetar o caráter do magistério-inicialmente impondo a necessidade de professoras mulheres e, posteriormente, favorecendo a feminização da docência (LOURO, 2013).

A dissolução da divisão sexual do trabalho certamente não se dará sem embates e resistências, pois relações de poder estão em jogo. Localizar o poder em sua especificidade histórica e geográfica não é tarefa fácil, pois somos condicionados por discursos e práticas sociais que nos apresentam e instituem ‘verdades’ sobre homens e mulheres. Conquistar uma efetiva igualdade social entre homens e mulheres, implica combater privilégios seculares, derrubar estereótipos consolidados em diferentes instituições sociais, culturais, políticas, etc. É preciso empregar muita energia, força e coragem para enfrentar e combater diariamente as opressões as quais somos vítimas. Por isso, ser feminista é uma ato de coragem, pois exige de cada uma de nós, romper com correntes, sair da passividade, desacomodar-se, incomodar-se, enfrentar, transgredir e principalmente, resistir.

Desafios atuais: considerações finais

Reconhecemos que, para que as assimetrias e desigualdades entre os gêneros sejam minimizadas, há um longo e espinhoso caminho a ser percorrido. Caminho que pode resultar em incontáveis idas e vindas, porém, é um exercício necessário. É preciso revisitarmos o passado e olhar para tudo o que já foi produzido; olhar para o presente e perceber o que já foi transformado. Mas também é fundamental que possamos olhar para o futuro e elaborarmos nossas ações. É preciso atentarmos para a naturalização social e cultural produzida sobre o corpo sexuado; é preciso tencionarmos as epistemologias, questionarmos as teorias universalistas, duvidar daquilo que é tido como natural, pensar como as hierarquias de gênero interagem com as de raça e classe em diferentes instituições sociais, e que outras configurações produzem a partir disso; refletir e problematizar sobre os mecanismos sociais de diferenciação entre os sexos; reconhecer quais as ideologias que atravessam as diferentes instituições sociais.

O Brasil vive, atualmente, um período de retrocesso político e corte de recursos em importantes áreas sociais, como a educação. Nós, como

mulheres e docentes, tanto de cursos de graduação como do ensino profissional, não podemos estar alienadas dessa conjuntura. Trata-se de uma ofensiva conservadora, que surge como uma resposta aos avanços das políticas públicas sociais, voltadas especialmente para as classes populares, e que vinham sendo implementadas no país nas últimas décadas. Tendo como pano de fundo o contexto de construção de nossa sociedade baseada no trabalho escravo, nas relações patriarcais e no capitalismo oligárquico, as mulheres pobres e negras serão as grandes atingidas.

O fato é que o país hoje sofre um processo de fortalecimento do conservadorismo, que tem feito com que as conquistas sociais e as políticas de inclusão implementadas no país nos últimos quinze anos, que pareciam tão sólidas e permanentes, estejam se desfazendo em um ritmo muito rápido. As políticas de inclusão das mulheres no ensino profissionalizante (com Programa Mulheres Mil, por exemplo) tendem a desaparecer, abrindo-se uma perspectiva de retirada das mesmas nos espaços de formação, especialmente na educação profissional.

Ao longo do texto foi possível perceber que a divisão sexual do trabalho se mantém na atualidade brasileira, ressignificando os valores patriarcais e atualizando velhos preconceitos, o que de certa forma garante a manutenção da exclusão das mulheres do mercado de trabalho ou as coloca em posições de trabalho precarizados. Sabemos que muitas mulheres que chegam a se formar acabam por não exercerem suas profissões, pois o acesso a um processo de escolarização não garante, a priori, o ingresso e a permanência no mercado de trabalho.

Pesquisas atuais mostram a grande inserção das mulheres na educação profissional, e também na educação superior, conforme dados do Censo Escolar de 2018, realizado pelo INEP¹³, onde mostram que as mulheres são atualmente a maioria das discentes nestes espaços.

Temos a compreensão que, embora as mulheres estão presentes hoje em grande número nos Institutos Federais que mantêm cursos técnicos e

¹³ http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQVqzFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-profissional-e-nos-cursos-de-graduacao/21206

profissionalizantes, tanto como docentes como estudantes, ainda se mantêm pensamentos e valores patriarcais, o que remete a necessidade de enfrentamento e superação dessas concepções tradicionais de feminino, que alimentam a divisão sexual do trabalho. Sabemos que apenas garantir a formação não é suficiente, embora seja fundamental. Mas é preciso agregar elementos que possam garantir que essa mulher possa ser inserida no mercado de trabalho de forma adequada, tendo seu trabalho devidamente valorizado, e não de forma precária. Por isso, lutar contra as mais diversas formas de opressão e discriminação de gênero na sociedade em geral é fundamental, pois a sociedade precisar superar o patriarcado para que concretamente as mulheres possam se inserir no mercado de trabalho com dignidade.

O grande desafio na atualidade é, além de garantir o acesso das mulheres nos espaços educacionais, especialmente das mulheres pobres, elaborarmos formas de enfrentamento ao pensamento androcêntrico patriarcal que, como vimos, tem sido majoritário tanto no mundo acadêmico como na sociedade como um todo.

Referências

- BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BERMAN, R. **Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista**: a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Orgs.). *Gênero/corpo/conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 241-25
- BONFIM, Carla Márcia Paiva Assis: **A situação das mulheres na educação profissional de nível médio**: uma análise dos dados do censo escolar - 2001 a 2006. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): Belo Horizonte, 2009.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: A construção histórica do feminino. Dourados, MS. Ed. UFG, 2014.

- COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, A. Leandro. (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 1ªed. Dourados MS. Ed. UFGD, 2015.
- DONADEL, Nelci José. **Expectativas profissionais dos alunos dos cursos Técnicos de nível médio da área de agropecuária do Campus são Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS**. 2010. Dissertação (mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ.
- FORTINO, Sabine. Coexistência dos sexos. **In:** HIRATA, H; LABORIE, F; LE DOARÉ e SENOTIER, D. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo Ed. da UNESP, 2009.
- KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. **In:** HIRATA, H; LABORIE, F; LE DOARÉ e SENOTIER, D. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo Ed. da UNESP, 2009.
- LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. *Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed. México: UNAM, 2005, 884 p.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 1.ed. Rio de Janeiro : Editora 34, 1994. Capítulos 1 (Crise) e 2 (Constituição), p. 7-52.
- LOHMANN, Liliana; VOTRE, J. Sebastião. **A inserção acadêmica e esportiva da primeira turma feminina no colégio militar do Rio de Janeiro**. **In:** Estudos feministas: UFSC. Centro de filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. V.t,n1-2 (1999)- Florianópolis: UFSC.
- LONGINO, H. **Epistemologia Feminista**. **In:** GRECO, J.; SOSA, E. *Compêndio de Epistemologia*. Tradutores Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Loyola, 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes**. A emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado. Ed. Leitura, Belo Horizonte. 2009.
- SOUSA S. Boaventura. **Da ciência moderna ao novo senso comum**. **In:** SOUSA, S. Boaventura. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Por um pensamento des/decolonial não sexista

Adriana Lessa Cardoso

Neste ensaio busco refletir sobre as dificuldades das escolhas bibliográficas no processo de pesquisa situada na perspectiva des/decolonial feminista. Início apontando a minha motivação, que parte de uma perplexidade ao me deparar com um conjunto expressivo de autores homens nas leituras que vinha realizando no aprofundamento da referida perspectiva. Ao estruturar a argumentação, me pareceu natural utilizar uma sequência de conceitos iniciais e, quando percebi, todos estes conceitos tinham sua afiliação masculina. Senti um constrangimento, um certo abalo, pois mesmo sabendo da invisibilização das mulheres na ciência, na filosofia e nas artes, recorri ao equívoco clássico da ciência tradicional: apresentar em primeiro plano um Homem para falar. De priorizar o masculino, além de garantir sua predominância estruturante. Escrevo aqui Homem com H maiúsculo e no singular para marcar o sujeito do patriarcado, ou seja, o Homem universal, a imagem e semelhança de Deus, aquele que tudo pode e tudo tem, esse Homem com H maiúsculo se difere daquele com h minúsculo, esse entendo que reproduz a lógica patriarcal, as vezes até pode se beneficiar, mas no geral sofre com as opressões patriarcal.

Assim, me propus a escrever a respeito da provável tendência das práticas cotidianas de pesquisa incorrerem na reprodução do androcen-trismo acadêmico, já que não existe uma obrigação de começar ou utilizar um referencial masculino. Com isto, não se quer dizer que um trabalho científico ou filosófico deva ter apenas autoras. No entanto, sabemos que

existe uma invisibilização histórica das mulheres na ciência e, se considerarmos as mulheres negras e indígenas (e se compõem o sul global), são mais invisibilizadas ainda. Portanto, penso que partir de uma crítica sobre este problema é justificado e importante. Me fez pensar e seguir caminhando rumo a um feminismo descolonial, como ensina Lugones (2014).

Concordo com a bell hooks (2017), quando diz que não devemos eclipsar os pesquisadores que nos ajudam a tomar consciência crítica das opressões. Não obstante, reafirmo que reconhecer as ideologias raciais e patriarcais nos ajudam a ver mais profundamente as opressões, e talvez transgredir com mais eficiência. Entendo que um trabalho na perspectiva descolonial busca a priori questionar os pressupostos da ciência clássica eurocêntrica, racista, colonizadora e todas as suas formas de dominação e opressão. Ainda entendo que temos muitas dificuldades, afinal estamos imersas/os nesta formação, mesmo as/os pesquisadoras/es que tentamos transgredir. Reconhecer essa formação acadêmica sexista, racista, eurocêntrica, colonizadora pode nos ajudar a transgredir e ter autonomia intelectual mais inclusiva. Assim como é bem conhecida a capacidade do capitalismo de se adaptar e incorporar críticas para seguir lucrando, acumulando e excluindo ao longo da história, proponho que o patriarcado também tenha semelhante capacidade.

Posso inferir que as mulheres, porém nem todas (se considerar as mulheres negras e indígenas) conquistaram de certa maneira alguns espaços, antes dominados e exclusivos dos homens, contudo, são instáveis essas conquistas. Sobre os avanços, por exemplo, podemos constatar uma forte presença de mulheres nos espaços acadêmicos. De acordo com Moraes e Farias (2018) é inegável o crescimento de mulheres nos espaços acadêmicos, embora sejam maioria formadas por estudantes, técnicas administrativas, docentes e pesquisadoras. Já o quadro muda em cargos de poder e/ou chefias, onde elas são minoria. Também podemos constatar a ausência de mulheres em algumas situações acadêmicas de destaque, como mesas redondas e palestras (2018, p.209). Diante da inserção, ainda que parcial das mulheres nos espaços acadêmicos, seria justo que elas

tivessem o protagonismo e o reconhecimento, assim dando sentido a uma prática feminista combativa à matriz de dominação, e não um grupo de mulheres reproduzindo a lógica patriarcal e sendo invisibilizadas econômica e intelectualmente.

Curiel (2007) propõe que categorias de opressão como gênero e sexualidade não foram percebidas nas teorizações sobre os efeitos do imperialismo nas colônias. Para a autora, Cesaire e Fanon denunciaram o racismo sem se ater suficientemente nas imbricações geradas pelo patriarcado. Foi preciso que novos sujeitos e movimentos complexificassem a abrangência da dominação. A autora em seu artigo, esboça um estado da arte das mulheres que resistiram e teorizaram sobre as opressões interseccionais e a colonialidade.

Para continuar a reflexão trago dois exemplos de pensadores pioneiros em suas contribuições, voltadas à construção de uma epistemologia descolonial ou decolonial, Albert Memmi e Aníbal Quijano. Escolho esses dois pesquisadores devido a sua contribuição para o campo acadêmico, político e social, por eles nos fazerem refletir, repensar aspectos da colonização e a permanência das opressões mesmo após as independências das colônias. Diante da vasta obra destes, realizo alguns recortes para poder pensar, e dessa forma, fazer o diálogo com a perspectiva feminista, enfatizando a importância da representatividade das mulheres nos estudos descoloniais.

Pensar a colonização e um sentido de (re)existência para as mulheres

A colonização sem dúvida é uma forma de dominação, opressão e discriminação. Curiel (2009) aponta como um tema entre outros tantos, a relação da produção do conhecimento e a descolonização. A autora se refere a produção teórica e produção editorial, compara feminismo do norte e do sul, e considera que nossas referências, em sua maioria são feitas fundamentalmente por europeias e norte-americanas. Escolhendo um autor peruano e outro franco-tunisiano, a partir deles questiono as suas

referências de/descoloniais, ainda centradas em homens, que pouco pensaram sobre as mulheres como (re)existência desse processo. Mulheres desconsideradas ou secundarizadas, visto que muitas vezes “não aparecemos nem em notas de rodapé”. Para não dizer que estou eclipsando suas obras, apresento uma síntese de suas contribuições, dialogando com feministas e visibilizando outras maneiras de nos inserir em primeiro plano. Semelhante à política de Estado, para que haja a democratização da ciência é preciso equilibrar o protagonismo, a participação e a representação na produção científica.

Albert Memmi (1977), em seu ensaio *Retrato do colonizador precedido pelo retrato do colonizado*, apresenta uma argumentação importante para as bases teóricas das teorias pós-coloniais, descoloniais e/ou decoloniais. Ao expor o colonizador como um usurpador, aquele que toma o lugar do habitante e outorgam-se privilégios, deixa evidências de suas experiências na colônia, além de trazer a ideia que a colonização é um fenômeno social e global, tem em seu discurso que para colonizar é necessário criar um Outro e o racismo se estabelece não como biológico, mas social e cultural.

Mesmo que Memmi esteja se referindo em seu ensaio especificamente à colonização da Tunísia, podemos perceber que a colonização possui suas semelhanças em todos os territórios e tempos históricos, pois o Europeu é um beneficiário do colonialismo, em todos os processos de colonização, mesmo os países que não colonizaram se beneficiam de alguma maneira. Desse modo, nos leva a pensar sobre o que significa ter privilégios, para o autor seria a miséria do colonizado em relação com o bem-estar do colonizador, ao outorgar-se os privilégios torna-se um usurpador, do corpo, do trabalho, dos recursos naturais, cria formas de desqualificar a cultura e impõe sua superioridade¹.

Outro aspecto importante é a reflexão feita sobre a esquerda, pois seus ideais de trabalhar pela igualdade econômica e pela liberdade social, não se estabelece na colônia. Para Memmi “enquanto militante de

¹ (MEMMI, 1977)

esquerda, o colonizador encontra-se praticamente excluído do movimento de libertação colonial”². Para o autor, o colonialista julga-se superior, portanto vive na contradição, sem nunca abrir mão dos privilégios.

A colônia é marcada pela miséria, neste lugar falta tudo, educação, saúde, segurança, negligência aos direitos humanos, e o Colonizador finge esquecer de que detém o poder administrativo³, pois não é do interesse do colonizador respeitar e/ou criar condições de empoderar e permitir que um povo construa suas próprias condições de vida.

Aníbal Quijano (1992), desenvolve o conceito de colonialidade de poder, isto é, significa compreender que as relações de colonialidade nas esferas política, econômicas e sociais não terminaram com a independências dos países colonizados, pois permanecem ao longo do tempo sobre a forma de colonialidade. Para o autor, não haveria uma economia capitalista sem as Américas. A ideia de que as construções sociais, produto da dominação colonial por parte dos Europeus, foram assumidas como categorias científicas universais, sendo um produto da natureza e não um produto da história. Assim, construíram a modernidade como uma verdade absoluta para operar uma estrutura de poder colonial de dominação a-histórica.

De acordo com Quijano (2005), são três esferas estruturadoras do domínio: a) A empresa capitalista, com o controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos; b) A família burguesa, no controle do sexo, seus recursos e produtos; c) O Estado nação, controle da autoridade, seus recursos e produtos. Essas três estruturas mantêm relações de poder hegemônicas e de interdependência, constituindo a partir de seus núcleos o primeiro sistema mundo global conhecido, de modo a formação e a colonização da América com elementos em comum, a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo. Aqui cabe fazer uma aproximação dos entendimentos de colonialidade e eurocentrismo que procuramos expressar. A colonialidade do poder segundo Quijano pode ser definida como,

² (MEMMI, 1977, p. 44)

³ (MEMMI, 1977)

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial moderno, capitalista eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p. 126).

Ainda de acordo com o autor, o eurocentrismo não se refere a toda Europa, mas à supremacia de um núcleo territorial que se expandiu partindo por meio da força bélica e do discurso da razão, um modelo de pensamento que incluiu os processos culturais e linguísticos.

Portanto, a modernidade se apresenta como um conceito fundamental para compreender a colonização, pois sem a colonização não teríamos a modernidade. Segundo Walsh, Oliveira e Candau, “a modernidade foi uma invenção das classes dominantes europeias a partir do contato com a América. A modernidade não foi fruto de uma auto emancipação interna da Europa que saiu de uma imaturidade por esforço autóctone da razão” (2018, p.3).

A modernidade e os modelos universais de pensamento eurocêntrico que se têm como pressuposto uma linha evolutiva, na qual a Europa ocidental se auto representa como o estágio mais civilizado e mais avançado do Homem e de todas as espécies. Os outros/as são seres inferiores e primitivos. E, assim, por meio deste modelo cultural foi-se criando estruturas de poder, como as instituições sociais que sob sua aparência formal serviam para homogeneizar as formas básicas de existência humana

Para discutir epistemologias se pressupõe um paradigma que oriente a percepção de mundo. A concepção de paradigma que defendo indica questionar e se posicionar contra a ciência tradicional que ganhou *status* valorizando aspectos como a neutralidade, a objetividade a racionalidade e a universalidade. Também precisamos questionar a concepção sexista dos nossos autores pós-coloniais, descoloniais e decoloniais, pois as suas denúncias e críticas ao colonialismo ainda permanece no paradigma masculino e heteronormativo, embora se admita que possibilite olhar vários outros aspectos da colonialidade.

Memmi (1977), apesar de toda a sua contribuição para pensar a colonialismo, pouco fala sobre a outra parte da população, as mulheres, e quando direciona uma breve reflexão as inferioriza, no trecho a seguir a comparação seria entre os homens europeus e as mulheres europeias, ou melhor dizendo, os colonizadores e colonizadoras.

As mulheres têm menos preocupação da humanidade, abstrata e confessa os colonizados nada significam para ela e só se sente à vontade entre os europeus (1977, p. 36).

Ao se reportar as mulheres colonizadoras em apenas uma frase, nem chega a um parágrafo, traz a lógica de que as mulheres não são importantes para pensar a colonialidade, esquece-se de apresentar as contradições humanas e que essas mesmas mulheres que oprimem as/os colonizadas/os reproduzem a lógica de dominação patriarcal, visto que foram levadas às fogueiras da inquisição. Silvia Federici (2017), em seu livro *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, apresenta uma teorização para explicar a execução de centenas de milhares de bruxas, mulheres que eram principalmente pobres e velhas, no surgimento do capitalismo e da era moderna, impondo um sistema patriarcal mais dominador e opressor que não fica no território Europeu, mas se estende para as colônias. Não pretendo realizar uma defesa sobre as mulheres colonizadoras, portanto opressoras. A intenção talvez seja apenas dizer que não podemos reduzir as mulheres ou universalizar, mesmo as que se beneficiam com a colonização.

As pautas específicas de inclusão e equidade das mulheres normalmente (quase sempre) são secundarizadas em vários espaços políticos de tomada de decisões e nós, mulheres brancas não eurocêntricas e de cor (me refiro as mulheres de várias etnias, negras, indígenas), que têm uma condição de acúmulo de opressões, continuamos nas notas de rodapé, ausentes das bibliografias e das tomadas de decisões. Mesmo neste período em que Memmi escreveu o ensaio, não 'dizer' ou 'mencionar' as mulheres diz muito, afinal das contas desde Olympe de Gouges e Mary

Wollstonecraft a invisibilidade é denunciada como forma de opressão mais constante em nossas vidas, não é mesmo?

Vejamos, o autor franco-tunisiano era professor da Universidade de Paris, e escreveu seu ensaio num período histórico em que o mundo começava a vivenciar a segunda onda feminista⁴, já existia uma efervescência social e política sobre o tema, por exemplo, a obra de Simone de Beauvoir⁵ de 1949 ‘O segundo sexo’, já era uma referência importante para algumas e alguns intelectuais daquele período. Obviamente não para todas/os, pois a marca patriarcal de manutenção dos privilégios do Homem (com H maiúsculo, como forma de referência ao Homem universal, Branco, Eurocêntrico e proprietário dos meios de produção) é invisibilizar as lutas e opressões das mulheres, portanto, desconsidera a participação social, política e a produção intelectual das mulheres.

bell hooks (2017) considera que o sexismo na obra de autores que são importantes para uma prática transgressora é motivo de angústia, pois representa um ponto cego na visão de homens que tem uma percepção profunda. Como já mencionado, a autora sugere que tenhamos a sabedoria de ler criticamente e aprender sem eclipsar as suas contribuições de leitura de mundo, a autora utiliza a metáfora da água, diz que em um país do Primeiro Mundo pode-se desperdiçar, mas nós não podemos desperdiçar. Assim como a autora, passei a entender que é necessária a leitura dos clássicos, por exemplo, Memmi e Quijano, entre outros, mas desde que não se desconsidere o sexismo. E assim, que possamos seguir caminhando e criando outras epistemologias. Um eclipse, de acordo com Schäffer e colabs (2005), é o momento em que a Lua se interpõe entre a Terra e o Sol, ocultando total ou parcialmente a sua luz. Realmente um eclipse pode escurecer ou ocultar, mas os astros existem. O eclipse é um efeito óptico do movimento, e é neste sentido que considero uma boa metáfora, pois neste movimento entre relações de poder não devemos “projetar sombras” para

⁴ Importante destacar que o pensamento feminista descolonial e o feminismo negro se opõem as ondas feministas, pois entendem que as ondas são eurocêntricas e que ocultam a resistências de mulheres não europeias. Mesmo assim, elas representam as resistências de alguns grupos de mulheres e teve uma visibilidade que outras lutas não tiveram.

⁵ Obra publicada pela *Éditions Gallimard* em 1949, sob título original *Le Deuxième Sexe*.

os autores que contribuem com uma visão crítica, da mesma forma que também não as devemos projetar para as mulheres, estas, que são historicamente invisibilizadas.

Produzir perspectivas feministas a partir dos argumentos de autores que não incluíram uma profunda discussão sobre gênero não é um demérito, muito pelo contrário, é uma forma de questionar paradigmas e (re)escrever por outras perspectivas, incluir 'novos' elementos que antes devido a motivos pessoais e de contexto histórico não foram possíveis.

María Lugones (2014) reconhece a importância de Aníbal Quijano para pensar sobre a colonialidade. Entretanto, amplia o conceito ao propor que não só a raça produziu a colonialidade, mas o gênero enquanto categoria moderna também contribuiu. Segundo Lugones, durante o processo de colonização, as mulheres não só foram racializadas, como também foram reinventadas como mulheres de acordo com os códigos e princípios discriminatórios de gênero. Esse processo produziu uma ruptura entre as identidades de gênero ao determinar papéis sociais com uma base naturalística hierarquizada, a qual sujeita as mulheres à subalternização, além de não permitir práticas de colaboração entre as mulheres e entre homens e mulheres. Para a autora, a perspectiva eurocêntrica e moderna entende homens e mulheres colonizados como não humanos, ou seja, sujeitos a serem subalternizados pelos binarismos da modernidade, que cria e reforça distinções e estruturas de hierarquias arbitrarias entre homens e mulheres.

O projeto de civilização eurocêntrico e moderno que profetiza um sujeito universal 'criou' o sujeito colonial, fundado na raça e no sexo para subalternizar, expropriar seus recursos e suas culturas. Desse modo, a autora propõe olhar a colonialidade do gênero na resistência, especialmente em práticas que as comunidades de oprimidos têm entre si para construir significados que recusam a organização social estruturados pelo poder eurocêntrico/moderno (LUGONES, 2014).

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada colonial e capitalista heterossexualizada

visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva de a relação oprimir - resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. [...] O feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela. (LUGONES, 2014, p. 914).

O feminismo que a autora se refere tem a marca metodológica do feminismo descolonial, que recusa a colonialidade e as opressões que perduram após a independência das nações. Esse processo de olhar a colonialidade do ponto de vista do vivido coloca as mulheres como protagonistas de suas vidas e da ação social. O gênero como categoria moderna traz em sua concepção a pureza e a presença de uma categoria hierarquizada.

A relação entre pureza categorial e dicotomias hierárquicas funciona assim: cada categoria homogênea, separável, atomizada caracteriza-se em referência ao membro superior da dicotomia. Assim, “mulheres” refere-se a mulheres brancas, “negro” refere-se a homens negros (LUGONES, 2014, p. 942).

Para o feminismo descolonial a interconexão entre raça, gênero e classe social é central. Segundo a autora, o sistema de gênero não é só hierarquizado, mas racialmente diferenciado, e a diferença racial nega a humanidade. Sugerindo ela usar o sistema de gênero entre colchetes, o que considero uma boa opção, pois a “mulher universal” inventada pela modernidade deve ser abandonada enquanto categoria, o feminismo negro vem contribuindo na desconstrução desse paradigma da mulher universal, tendo como ponto de referência o discurso de Sojourner Truth realizado em 1831, que afirmou “Por acaso não sou uma mulher?”⁶, fazendo com que feministas brancas pensem as multiplicidades de opressões.

Segundo Collins (2017) o conceito de intersexualidade surge dos movimentos sociais, e é aprofundado teoricamente por Kimberlé Crenshaw, numa necessidade de dizer que não é mais possível separar as categorias

⁶ Discurso disponível em <https://clariceseitarias.com/2018/03/24/e-nao-sou-eu-uma-mulher-de-sojourner-truth/>
Acessado em 06/09/2019.

de opressão, estando entre as mais citadas raça, gênero e classe, mas podemos inserir outros marcadores, como idade, nacionalidade. Lagarde y de Los Rios (2015) também complexifica a categoria gênero ao propor uma 'perspectiva de gênero'. Essa perspectiva, enquanto conceito, inclui uma visão de mundo e uma política feminista que se afasta do essencialismo e da fixidez. Para a autora, “Dicha perspectiva se funda en procesos históricos y alternativas paradigmáticas a la dominación y a la opreción de género, edad, clase, étnia, religiosa, política y cultural, de condición socioeconómica, de legalidade, de salud y capacidades”⁷. Assim, estudar sobre a vida das mulheres implica complexificar a própria categoria que compõe o conceito de gênero, “La mujer es más que las mujeres, y las mujeres son más que el género”⁸, isto é, a categoria *mulher* é histórica e representa a individualidade e o grupo social. A categoria *mulher* se constitui por mulheres concretas e suas relações econômicas, sociais, políticas, de cor, religiosidade, entre outros marcadores sociais.

La situación expresa la existencia concreta de las mujeres particulares, a partir de sus condiciones reales de vida: desde la formación social em que nasce, vive y muere cada una, las relaciones de producción-reproducción y com ello la clase, el grupo de clase, el tipo de trabajo o de actividad vital, su definición em relación con la materialidade, la conjugalidad y a la filialidad, su adscripción familiar, así como los niveles de vida y el acceso a los bienes materiales y simbólicos, la etnia, la lengua, la religión, las definiciones políticas, el grupo de edad, las relaciones con las otras mujeres, las tradiciones propias, los conocimientos y la sabiduría, las capacidades de aprendizaje, creadoras y de cambio, y la capacidad de sobrevivir, la subjetividad personal, la autoidentidad y la particular concepción del mundo y de vida. Las Mujeres comparten como género la misma condición genérica, pero difieren en cuanto a sus situaciones de vida y em los grados y niveles de la opresión (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2015, p.88).

Entendo como a autora, que as diferenças de raça, sexualidade, nacionalidade, idade, classe social são sobreposições que devem ser respeitadas e consideradas para análises, entretanto, compreendemos também que

⁷ (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2015, p. 88)

⁸ (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2015, p. 91)

todas as mulheres têm uma identidade feminina comum expressa no corpo, sua sexualidade para os outros, seja como procriadora ou erótica, e a sexualidade como uma marca historicamente construída (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2015).

A autora, ao complexificar gênero, mulher e mulheres enquanto categorias que não são sinônimos mas se complementam, contribui para elaborar e constituir práticas de um feminismo descolonial, visto que desloca categorias antes ditas como universais e neutras. A autora assume o risco das contradições, ao mesmo tempo constrói uma narrativa não autoritária ou determinística, ao denunciar os processos de dominação patriarcal, intrínsecas a todas as mulheres e homens.

A teoria feminista descolonial, também conhecida como feminismo periférico, discute não só as questões de gênero, mais também classe social, raça, sexualidade, nacionalidade, idade e outras marcas identitárias de opressão, não só mas também põem em evidência a práxis social, elaborando o exercício de pesquisa que envolve a relação pesquisador e pesquisado, rompendo com a hierarquia do sujeito universal, dono do conhecimento. A perspectiva teórica descolonial recupera o feminismo crítico e produz uma complexificação dos conceitos, ao reconhecer seu aporte político de luta contra um sistema opressor e discriminador (CURIEL, 2007). Tem como referência para pensar o feminismo, a “la historia de muchas mujeres en muchos lugares-tiempos”⁹, ao passo que nem todas as mulheres têm a mesma experiência no espaço-tempo, portanto, o feminismo datado a partir da revolução francesa, além de ter uma história linear, oculta outras tantas experiências de resistência. É certo pensar que o conceito feminismo, assim como Estado e República foram nomeados na Europa, contudo existiam anteriormente, deste modo, podemos afirmar que a luta das mulheres começou muito antes de existir o Feminismo (CURIEL, 2009).

Segundo a autora, a colonialidade produziu uma lógica que as mulheres não eurocêntricas são representadas como objeto e não como

⁹ (CURIEL, 2009, p. 1)

sujeitos de sua própria história. Assim temos uma autorepresentação das feministas do primeiro mundo, que percebem as mulheres do Sul global como vítimas somente, ao desconsiderar as experiências importantes de resistência, lutas e teorizações.

Outro aspecto para pensarmos o processo de colonialidade se refere às contribuições do feminismo afrodescendente e indígena, que vêm trazendo importantes aportes para teorização, de acordo com Curiel,

Son ellas (nosotras) las que no han respondido al paradigma de la modernidade universal: hombre-blanco-heterossexual; pero también las que desde su subalternidade, desde su experiencia situada, han impulsado un nuevo discurso y una práctica política crítica y transformadora (CURIEL, 2007, p. 94)

Assim, o feminismo descolonial possui forte influência do feminismo antirracista e, conjuntamente, tem buscando outros caminhos para compreender a sociedade de maneira sistêmica, integrada e dialógica. Para isso, é necessário transgredir o modelo patriarcal, racista, heteronormativo e sexista. Diante do pluralismo das teorias feministas, a maioria rejeita as teorias totalizadoras e os processos tradicionais de validação das normas epistêmicas baseadas em pontos de vista universais. De acordo com Graf (2012), um outro consenso entre as diversas teorias atuais indica que não é suficiente entender como está organizada a vida social, sendo necessária a ação para fazer equitativo esse mundo, onde um dos compromissos do feminismo é a mudança para as mulheres em particular e a mudança social progressiva em geral.

Considerações finais

Posso concluir que esse ensaio também é uma reflexão para minha formação acadêmica. O “rótulo” de feminista ou o desejo por um mundo com equidade de gênero não garante práticas não sexistas, afinal estamos imersos numa cultura patriarcal, racista, colonialista, e ter consciência implica estar em constante formação, repensando nossas ações e escritas.

Entendo que o caminho envolve a coletividade, seja no âmbito institucional, público ou privado ou mesmo nas organizações autogestionadas. Ouvir atentamente as críticas e se repensar a práxis pode nos ajudar nessa caminhada. Para isso, precisamos mais que nunca ser radicais na construção de espaços de empoderamento social.

O fato de ainda não sermos suficientemente consideradas como sujeitos desse processo de des/decolonização tende a nos levar a reprodução de práticas sexistas, mesmo que intencionemos romper com tal situação de invisibilidade. Realmente, não podemos menosprezar os “fundadores”, aqueles autores homens que abriram espaço para muitas das nossas reflexões. Sendo que um olhar histórico crítico dessa perspectiva tem nos mostrado a importância da presença do sujeito da opressão. A representação e a empatia podem estimar, mas não substituir a experiência do sofrimento e da exclusão, pois não há como viver no lugar de outra pessoa os efeitos da violência, da discriminação e da opressão. O que não nos impede de nos solidarizar com diferentes grupos subalternizados e procurar soluções em comum.

Ainda para ilustrar minha necessidade de pensar sobre o machismo na tradição de pesquisa, existe uma argumentação frequentemente ouvida pelas mulheres que ousam criticar ou evidenciar a invisibilidade das mulheres em pesquisas ou tratados filosóficos clássicos, “precisamos respeitar o autor, cientista, filósofo, artista e compreendê-lo em seu tempo”. Certamente não é difícil elaborar respostas, se pensarmos na democratização da ciência, ainda que tal argumentação possa ser pouco sensibilizadora para os conservadores, pois haveria um risco de questionar a sua formação intelectual, indicando o comodismo ou o desprezo, e até mesmo agir prescrevendo ironicamente que não devemos criticar os cânones. Nesse sentido, precisamos firmar uma posição radical em reconhecer a existência hegemônica do sexismo e suas formas de opressão e a falta de representação das mulheres e grupos racializados. E este fato me incentivou a escrever este ensaio e dizer que não é mais possível haver segregação interseccional, especialmente no contexto trazido - na pesquisa e na escrita

acadêmica - desconsiderar, invisibilizar a contribuição das mulheres para a ciência e para a sociedade. Queremos estar presentes na história, uma história que não será contada pelo vencedor, mas uma outra história, complexa, imperfeita e humanizadora, sem heróis ou heroínas.

No entanto, por vezes é mais fácil omitir ou simplesmente utilizar aquilo que referencia momentaneamente o que queremos expressar. A escrita acadêmica tem dessas coisas, citações, referências, bajulações de autores como se uma única pessoa ou corrente teórica pudesse dar conta da complexidade da vida. E assim, se estabelece um paradoxo, realmente não podemos desconsiderar os clássicos, mas nem por isso precisamos tê-los como intocáveis. Entendo que uma das contribuições da teoria feminista é colocar em destaque as múltiplas formas de opressão, não só a fome, violência doméstica, direito de decidir sobre seu corpo, em que pese sua importância, mas também as violências cotidianas institucionais, até mesmo nas instâncias privilegiadas dos espaços de produção de conhecimento, que são praticadas por pesquisadoras/es que desejam subverter a ideologia dominante.

Observemos, nos exemplos aqui analisados, que mesmo a teorização descolonial ou decolonial, ao se basear na denúncia dos efeitos nefastos da conjunção do capitalismo, colonialismo, racismo e patriarcado, traz em muitas das suas obras resquícios e contradições, não problematizados ou percebidos. Contudo ao questionar a ciência normativa, o sujeito universal, a representatividade, a neutralidade..., vem possibilitando a construção de novos caminhos científicos.

Para concluir, recorro a Maria Galindo¹⁰ *'No se puede descolonizar sin despatriarcalizar'*, a autora questiona os privilégios patriarcais e que o colonialismo implica uma aliança inconsciente entre colonizador e colonizado em torno a opressão das mulheres, uma certa cumplicidade machista de longa duração, quase que ancestral. Portanto, podemos estar ao lado de autores que não pensaram nas mulheres como protagonistas de um processo de colonialidade e de resistência, contudo, não podemos esquecer da

¹⁰ (O livro não apresenta a data de publicação, página 122).

cumplicidade do colonizador e do colonizado ao oprimir as mulheres. Por fim, María Lugones em seu excelente trabalho, faz uma crítica justa e ao mesmo tempo amplia as discussões do campo do saber ao visibilizar a colonialidade do gênero. Por pensar em todas estas contribuições da ciência, por almejarmos um mundo melhor, precisamos mais que nunca combater politicamente o sexismo e o patriarcado.

Referências

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.** PARÁGRAFO. jan/jun. 2017 - V.5, N.1, 2017, p. 6-17.

CURIEL, Ochy. **Crítica pós-colonial desde las practicas politicas del feminismo antirracista.** Revista Nómadas, n. 26, abril, 2007, p. 92 - 101.

_____. **Descolonizando el Feminismo: Una perspectiva desde América Latina y el Caribe.** In: Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista, Junio 2009, Buenos Aires, p. 1-8.

GALINDO, Maria. **No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: teoría y propuesta de la despatriarcalización.**

GRAF, Norma Blazquez. Epistemología feminista: temas centrales. In: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos, coord. **Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales.** - México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias: Facultad de Psicología, 2012.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los Cautiveiros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas.** México: Siglo XXI Editores, 2 ED., 2015.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial.** Estudos Feministas. *Florianópolis*, v. 22., n. 03. Set.-dez. 2014.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MORAES, Andrea, FARIAS, Patrícia Silveira de. **Na academia** In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso. 2005, p. 117 - 142.

_____. **Colonialidad y Modernidad/racionalidade**. In: HERACLIO BONILL (org). **LOS CONQUISTADOS 1492 y la población indígena de las Américas**. Ediciones Libri Mundi e FLACSO, 1992, p. 437-447.

SCHÄFFER, Neiva Otero [et al]. **Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula**. 2 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

WALSH Catherine; OLIVEIRA Luiz Fernandez; CANDAU Vera Maria. **Colonialidade e pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra**. Arquivos de Políticas Educativas, 2018.

Institucionalização do parto e nascimento e a destituição do saber e poder feminino: apontamentos acerca da violência obstétrica

Juliane Portella Ribeiro

Jéssica Moré Pauletti

Kelly Pires do Amaral

Introdução

A história do parto e nascimento revela que em tempos passados os mesmos eram relacionados ao processo fisiológico natural de uma mulher. A medicina ainda não era incorporada a esse acontecimento e ele ocorria nas próprias casas das gestantes e era feito por mulheres mais velhas da família e parteiras conhecidas (MELO, 2017).

Por não existirem muitos conhecimentos, o número de mortes maternas e de neonatos era alto. Com o passar dos anos, observou-se o processo de hospitalização e medicalização do parto, com ênfase em cesarianas e uso de anestésias. Esse processo teve por objetivo tornar o parto mais seguro para o binômio mãe-bebê e, assim, reduzir o número de óbitos (MELO, 2017).

Mas, se por um lado o avanço da obstetrícia moderna contribuiu com a melhoria dos indicadores de morbidade e mortalidade materna e perinatais, por outro permitiu a concretização de um modelo que considera a gravidez, o parto e o nascimento como doenças, e não como expressões de saúde, expondo as mulheres e recém-nascidos a altas taxas de

intervenções. Além disso, destituiu a mulher de seus direitos, de privacidade, do poder de decisão sobre como e onde será o parto e quem a acompanha durante esse processo (TORNQUIST, 2002).

As mulheres perderam sua autonomia e empoderamento no momento do parto, seus corpos passaram a serem violados e comandados pelos profissionais da saúde. No entanto, atualmente, nota-se que há movimentos para que haja uma mudança na assistência às mulheres e para que isso seja possível é necessário discutir e debater sobre a Violência Obstétrica, dando maior visibilidade à temática e empoderando as mulheres acerca de seus direitos.

Diante do exposto, o presente estudo analisa a institucionalização do parto e nascimento, como também a consequente destituição do poder e saber feminino, trazendo apontamentos acerca da Violência Obstétrica, os aspectos éticos e legais que permeiam a prevenção e combate da mesma, além de ações para Humanização do parto e nascimento.

Aspectos históricos acerca da institucionalização do parto e nascimento: apontamentos de práticas violentas

A Sagrada Escritura descreve as dores durante o parto como punições que a mulher deve sentir por ter cometido o pecado original, interferindo, dessa forma, nos sentimentos e percepções acerca desse momento (BEZERRA; CARDOSO, 2006). Mesmo a dor sendo inerente ao processo de parturição, a reprodução desse pensamento pela sociedade e por profissionais de saúde acabou por expor, e ainda hoje expõe, a mulher à violência obstétrica (ANDRADE; AGGIO, 2014).

No século XVIII, o parto era uma experiência das mulheres, realizado nas casas das famílias com o acompanhamento de parteiras. Era considerado um assunto de mulheres, resolvido de modo caseiro, com a presença de uma parteira experiente. A medicina não tinha muito conhecimento em relação ao parto e as parteiras eram as representantes do que havia de melhor no conhecimento e assistência no parto (STORTI, 2004).

Normalmente, os partos eram atendidos em domicílio, quando ocorria a necessidade de nascimento dos bebês fora de casa era considerado um evento anormal, que assustava muito as mulheres, pois ocorria realmente em situações extremas, quando a parteira não conseguia resolver o problema (LEISTER; RIESCO, 2013). Nessas situações, o médico era chamado, mas, ainda assim, o poder de decisão continuava sendo da mulher e sua família (HELMAN, 2003).

A mudança de concepção começou quando foi inventado o fórceps, paralelamente ocorreu a entrada dos médicos cirurgiões no atendimento ao parto. O inglês Peter Chamberlen com os outros cirurgiões de sua família inventou esse instrumento que inicialmente era acoplado à cabeça da criança de forma que fosse possível sua extração do corpo materno. Essa intervenção, embora ajudasse no desfecho de muitos partos, também causou muito sofrimento para as mulheres, causando danos a elas e às crianças (MARTINS, 2004).

Com o surgimento da figura do cirurgião na assistência ao parto (MALDONADO, 2002), as mulheres foram desapropriadas de seus saberes (TORNUIST, 2002). Logo, parto e nascimento, que eram vistos como um evento fisiológico e feminino, começam a ser encarados como um evento médico e masculino (ZARNADO *et al.*, 2017).

A partir do século XX, observou-se o movimento de transição do parto domiciliar para o hospitalar, as gestantes começaram a realizar acompanhamentos em consultórios de obstetrícia, visto que foram ampliadas as ofertas dos serviços públicos de Saúde Materno-Infantil. Esses acontecimentos ocorreram de forma universal em diversos países, sendo os ocidentais ocorridos de forma mais precoce (LEISTER; RIESCO, 2013).

Junto com a transição do processo de parturição para os hospitais, houve a inserção do parto em um modelo masculino de cuidado. Tal modelo foi marcado pela criação de instrumental próprio e de práticas intervencionistas como forma de evidenciar conhecimento científico, em oposição ao cuidado das parteiras, cujo conhecimento era empírico e o instrumento de trabalho eram as mãos (PONTES *et al.*, 2014).

Esse modelo de parturição não foi bem aceito pelas mulheres da época e houve uma grande resistência das mesmas, pois queriam seguir tendo seus filhos em suas casas, local de maior confiabilidade para o desencadeamento do parto devido aos vínculos familiares e presença da parteira conhecida (LEISTER; RIESCO, 2013).

Com a hospitalização do nascimento, esses vínculos foram se fragilizando, fazendo com que a maioria dos contatos com os médicos durante o período gestacional ocorresse de forma superficial (PONTES *et al.*, 2014). Além disso, o saber médico culminou no estabelecimento da medicalização do corpo feminino (NAGAHAMA; SANTIAGO, 2005) por meio da inserção de procedimentos desnecessários durante o processo de parto das mulheres (STORTI, 2004).

Em 1950, nos Estados Unidos da América, a revista Ladies Home Journal publicou uma matéria cujo título era “Crueldade nas Maternidades”, descrevendo o tratamento recebido pelas parturientes, como tortura, citando a assistência realizada através de submissão das mulheres a uma combinação de morfina e escopolamina, que produzia sedação profunda, além de agitação psicomotora e eventuais alucinações. Além disso, as mulheres eram amarradas pelos pés e mãos para que as mesmas não caíssem do leito e após parto eram frequentes hematomas pelo corpo e lesões nos pulsos (DINIZ *et al.*, 2015).

Percebe-se que, com a institucionalização do parto e nascimento, muito se perdeu em relação ao ambiente acolhedor do domicílio e protagonismo da mulher e sua família (STORTI, 2004). Ainda hoje, procedimentos e intervenções são impostos de forma rotineira às mulheres em trabalho de parto e interferem no desenvolvimento fisiológico normal do mesmo (PONTES *et al.*, 2014).

Entre os procedimentos realizados, destaca-se a episiotomia, que é caracterizada pela realização de um corte cirúrgico no períneo durante o segundo período do trabalho de parto. Tal procedimento é indicado em casos que não haja a evolução do parto naturalmente, prevenindo, assim, o sofrimento materno-fetal (COSTA *et al.*, 2015).

No entanto, a realização da episiotomia é recorrente na assistência ao parto no Brasil. A Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que deve ocorrer esse procedimento em apenas 10% dos partos, entretanto a Pesquisa nacional de demografia da saúde da criança e da mulher constatou que em 71,6% dos partos normais ocorridos no Brasil houve esse tipo de intervenção. No Rio Grande do Sul, os dados são ainda mais alarmantes, ocorrendo em 78,5% dos partos (BRASIL, 2006).

Além disso, na maioria das vezes, o procedimento é realizado sem que a parturiente seja informada e possa se negar ou não para a realização do mesmo. Ressalta-se que a mulher deve ser sempre informada sobre os riscos, necessidade e possíveis consequências dos procedimentos para, então, consentir ou não sua realização (POMPEU *et al.*, 2017).

Outro procedimento realizado é a manobra de Kristeller, que se constitui na aplicação de pressão no fundo do útero a fim de acelerar o nascimento (MACEDO, 2015). Mesmo não havendo indicação dessa manobra, a pesquisa Nascer Brasil apontou a ocorrência dessa intervenção em 36,1% das mulheres brasileiras (LEAL *et al.*, 2014). Ressalta-se que a realização dessa manobra pode causar diversos problemas à mãe e à criança, tais como sérios danos cerebrais ao recém-nascido, além de fraturas de costelas, descolamento de placenta e ruptura dos órgãos da mulher.

Já o Fórceps é indicado apenas em casos específicos, quando a retirada do feto necessita de ajuda por alguma razão, como a não suficiência da contração natural e quando há o cansaço da mãe colocando em risco a vida da parturiente e do feto. Esse procedimento pode causar danos temporários e permanentes tanto na parturiente quanto na criança, sendo esse fator de risco para trauma vaginal ou perineal aumentado em relação ao parto espontâneo sem a utilização desse procedimento (MACEDO, 2015). Além disso, podem ocorrer lacerações do couro cabeludo da criança, afetar o nervo facial, causando a paralisia do mesmo, lesões na córnea, fraturas cranianas, lesões no corpo e na coluna cervical (MACHADO; NETO, 2018).

Diante do exposto, constata-se que a realização de intervenções acarretou não só a mecanização do parto e nascimento, como o receio das

mulheres em relação ao parto vaginal e à dor (PONTES *et al.*, 2014). Muitas vezes os partos vaginais são manejados agressivamente, assim oferecendo às mulheres duas opções disponíveis para o nascimento de seus filhos, sendo elas o parto vaginal com intervenções e o parto cirúrgico, funcionando como uma forma de coerção à cesárea (DINIZ *et al.*, 2015).

Conseqüentemente, tendencionando para a realização de cesarianas, bem como sua aceitação entre as mulheres, justificada como uma forma mais tranquila e sem dor de trazer seu filho ao mundo (PONTES *et al.*, 2014). Ressalta-se que a OMS indica que a cesariana ocorra somente em eventos essenciais, quando não há possibilidade que o parto fisiológico ocorra sem riscos para o binômio mãe-bebê. Por essa razão, o percentual da mesma deve ser entre 10% e 15% dos partos (OMS, 2015).

No entanto, o estudo “Nascer no Brasil: inquérito nacional sobre parto e nascimento”, realizado nos anos de 2011 e 2012, cujo objetivo foi oferecer um panorama nacional sobre a situação da atenção ao parto e nascimento no Brasil, apontou que 52% das mulheres tiveram um parto cesariano. Na rede privada de Saúde, os números foram ainda maiores, cerca de 88% dos partos foram cesarianas, sem que houvesse indicação da mesma (LEAL *et al.*, 2014).

Diniz *et al.* (2015) aponta que grande parte das mortes maternas no Brasil pode ser atribuída apenas ao aumento ocorrido nas taxas de cesárea (DINIZ *et al.*, 2015). Assim sendo, chama atenção o fato de que como qualquer procedimento médico a realização da cesariana, um ato cirúrgico, deve ser realizada mediante a análise dos riscos e benefícios envolvidos (ROSA, 2018).

Enfatiza-se que a cesariana pode trazer diversos riscos ao binômio mãe-bebê. Para as mães, a realização do parto pela via cesárea aumenta o risco de infecção, o risco de hemorragia é bem mais frequente em puérperas que tiveram esse tipo de parto, além disso há vários outros riscos ligados principalmente a partos futuros, como ruptura uterina, placenta prévia, descolamento prematuro da placenta e gestação ectópica. Para o recém-nascido, há um grande risco do nascimento prematuro, o que causa

risco de distúrbios respiratórios, icterícia, prematuridade iatrogênica, hipoglicemia, anóxia, além de ocorrer a interferência do vínculo entre mãe e filho, dificultando a descida do leite, o contato pele a pele e a amamentação (MASCARELLO; HORTA; SILVEIRA, 2017).

No sentido de qualificar o modo de nascer no Brasil, atualmente caracterizado pela adoção de várias tecnologias e procedimentos, o Ministério da Saúde publicou as diretrizes do parto normal trazendo as boas práticas como forma de humanizar a assistência e garantir o protagonismo da mulher, resultando, dessa forma, em benefícios à saúde do binômio mãe-bebê. Essas diretrizes têm como objetivo sintetizar e avaliar sistematicamente a informação científica disponível em relação às práticas mais comuns na assistência ao parto e ao nascimento fornecendo subsídios e orientação a todos os envolvidos no cuidado, tendo o intuito de promover, proteger e incentivar o parto normal (BRASIL, 2017).

Essas diretrizes têm o propósito de promover mudanças na prática clínica uniformizando e padronizando a assistência ao parto normal, diminuindo a variabilidade de condutas entre os profissionais, reduzindo intervenções desnecessárias e conseqüentemente seus agravos, através de práticas baseadas em evidências, recomendando determinadas práticas sem substituir o acompanhamento individual de cada parturiente, lembrando que cada parto é único e deve evoluir espontaneamente (BRASIL, 2017).

Para tanto, apontam-se recomendações à assistência a mulher em trabalho de parto, considerando as especificidades de cada período, bem como os cuidados a serem implementados imediatamente após o parto para a mulher e recém-nascido (BRASIL, 2017).

No sentido de prevenir intervenções desnecessárias que não contribuem para a redução dos efeitos adversos ao parto e nascimento, especificamente em relação às práticas direcionadas ao recém-nascido, recomenda-se a recepção do recém-nascido no local de nascimento e implementação das boas práticas, como contato pele a pele, amamentação na primeira hora de vida e clampeamento do cordão em tempo oportuno (BRASIL, 2018).

Seguindo as recomendações da OMS, o MS indica que deve ser assegurado aos bebês nascidos saudáveis e com ritmo respiratório normal o contato pele a pele da mãe com o recém-nascido imediatamente após o seu nascimento. O recém-nascido deve ser colocado de acordo com a preferência de sua mãe em seu abdome ou tórax de bruços e ser coberto por algum tecido seco e aquecido (BRASIL, 2014).

O Ministério da Saúde aponta que o clampeamento do cordão umbilical do recém-nascido deve ser feito após cessadas as pulsações (de 1 a 3 minutos), exceto em casos de mães isoimunizadas ou HIV / HTLV positivas, em que o clampeamento deve ser feito imediatamente. Além disso, é recomendado que o exame físico, pesagem e vacinação do recém-nascido, entre outros procedimentos, sejam feitos apenas depois da sua primeira hora de vida a fim de que possa ocorrer esse contato mãe-bebê nessa primeira hora (BRASIL, 2014).

De acordo com isso, pode-se perceber a importância do contato pele a pele com o recém-nascido em sua primeira hora de vida, fortalecendo, desse modo, o vínculo mãe-filho desde o nascimento. É notória a percepção do calor mãe-bebê, acalmando, assim, o recém-nascido e ajudando a mãe no processo de expulsão da placenta (LEISTER; RIESCO, 2013). No entanto, dados da Pesquisa Nascer no Brasil mostraram que, apesar de o contato pele a pele relatado pelas mães ter sido em torno de apenas 28% em todo o Brasil, as taxas de amamentação na sala de parto foram ainda mais baixas, variando de 11,5% a 22,4% entre as regiões (MOREIRA *et al.*, 2014).

Por essa razão, as mudanças propostas pela instituição de boas práticas busca humanizar a assistência ao parto e nascimento, garantindo à mulher o protagonismo e ao recém-nascido um nascimento digno de acordo com os seus direitos perante as diretrizes de parto e nascimento.

Violência obstétrica: aspectos conceituais

Ao resgatar os aspectos históricos acerca do parto e nascimento, percebe-se que as mulheres sofreram e ainda sofrem com a realização de

intervenções em seus corpos. Tais intervenções podem ser caracterizadas como atos de violência; violência de gênero, que ocorre no exercício da reprodução feminina violando os direitos garantidos constitucionalmente e internacionalmente à mulher (MELO, 2017).

O termo “Violência de Gênero” é embasado em relações entre os sexos feminino e masculino, em que há um maior empoderamento da classe dominante e um controle do detentor do poder sobre o corpo da mulher, no momento em que as obrigam a serem submissas e aceitarem o que lhe é imposto (PÉREZ; OLIVEIRA; LAGO, 2015).

Nesse íterim, destaca-se a violência institucional, que se caracteriza pela violência exercida pelos serviços públicos, por ação ou omissão de atendimento, além de má qualidade de serviços ofertados às mulheres (PÉREZ; OLIVEIRA; LAGO, 2015). No Brasil, o tema vem sendo alvo de discussões desde a década de 1980, especificamente em relação ao período gravídico-puerperal, descrevendo o parto institucionalizado como uma vivência violenta (DINIZ *et al.*, 2015).

Tal vivência denomina-se de Violência Obstétrica (VO), pois envolve a apropriação dos processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais da saúde, realizando uma assistência mecanizada ao parto, com desrespeito aos direitos das mulheres grávidas, em trabalho de parto ou em situação de abortamento, incluindo a perda da autonomia e decisão sobre seus corpos (ZANARDO *et al.*, 2017).

A VO pode ser física, psicológica, verbal, simbólica e/ou sexual, além de negligência, discriminação e/ou condutas excessivas ou desnecessárias ou desaconselhadas, muitas vezes prejudiciais e sem embasamento em evidências científicas. Essas práticas submetem mulheres a normas e rotinas rígidas e muitas vezes desnecessárias, que não respeitam os seus corpos e os seus ritmos naturais e as impedem de exercer seu protagonismo (BRASIL, 2017).

A partir disso, a VO pode ser definida como qualquer ato de invasão ou intervenções desnecessárias realizadas por profissionais da saúde direcionadas à gestante, parturiente, puérpera e até mesmo ao recém-nascido

(violência neonatal), se realizado sem o consentimento das mesmas, através de desrespeito físico, psicológico, moral e alterando o processo fisiológico natural da mulher (JUAREZ *et al.*, 2012).

A VO pode ser identificada de diversas formas, sendo elas: a peregrinação por diversos serviços até receber atendimento; falta de escuta e de tempo para com usuários; frieza; rispidez; falta de atenção; negligência dos profissionais através de discriminação, de acordo com a idade, orientação sexual, deficiência física, gênero, racismo, doença mental; violação dos direitos reprodutivos (mulheres em situação de abortamento); aceleração do parto para liberar leitos; preconceitos acerca dos papéis sexuais e desqualificação do saber científico (SANTOS; SOUZA, 2015). Incluindo condutas como mentir para a paciente quanto a sua condição de saúde para induzir cesariana eletiva ou de não informar a paciente sobre a sua situação de saúde e procedimentos necessários (ZARNADO *et al.*, 2017).

Autores apontam que ao longo da história do parto e nascimento as mulheres foram submetidas a diversas intervenções como forma de treinamento médico, como é o caso da episiotomia, do uso de fórceps e até mesmo a realização de cesarianas conforme o ordenamento hierárquico do valor social das mesmas. Sendo assim, mulheres pobres, negras, adolescentes, que não realizaram o acompanhamento pré-natal, profissionais do sexo, usuárias de drogas, moradoras de rua ou encarceradas, de modo que quanto maior fosse a vulnerabilidade da mulher, mais grosseiro e humilhante tende a ser o tratamento oferecido a ela, configurando, assim, a existência de uma hierarquia sexual (DINIZ *et al.*, 2015).

Estudo que investigou a experiência de mulheres que deram à luz no estado de São Paulo nas décadas de 1940 a 1980 apontou que as memórias maternas são narrativas da diversidade de práticas e sentimentos, de como as mulheres se apropriam das convenções sociais sobre a maternidade, como buscam soluções para os problemas cotidianos e da multiplicidade de sentimentos relacionados à experiência de dar à luz (LEISTER; RIESCO, 2013).

Nesse contexto, a violência obstétrica ocorre historicamente sobre os corpos femininos, já que as relações assimétricas de poder fazem parte da

vida rotineira das pessoas (BANDEIRA, 2014). Hoje, ainda observamos que muitas vezes a mulher não é escutada em relação a sua escolha, tampouco é respeitado o processo fisiológico de parturição de cada gestante (MELO, 2017).

No Brasil, uma em cada quatro mulheres sofre violência no parto (AMBRAMO, 2010). As altas taxas de intervenções empregadas na atenção ao parto e ao nascimento foram evidenciadas nos resultados da Pesquisa Nascer no Brasil, realizada entre 2011 e 2012, que teve como um de seus objetivos analisar as intervenções obstétricas em mulheres de risco habitual. Esse estudo nacional de base hospitalar, composto por puérperas e seus recém-nascidos das diferentes regiões do país, revelou que, da amostra total da pesquisa de 23.940 mulheres, 56,8% foram consideradas como casos de risco obstétrico habitual, ou seja, sem condições de saúde que indicassem o uso de procedimentos e intervenção cirúrgica. Dentre essas mulheres, 45,5% realizaram cesárea e 54,5% tiveram parto vaginal, porém apenas 5,6% tiveram parto normal sem nenhuma intervenção (LEAL *et al.*, 2014).

Em relação às intervenções realizadas durante o trabalho de parto, a pesquisa revelou que em mais de 70% das mulheres foi realizada punção venosa; cerca de 40% receberam ocitocina e realizaram aminiotomia (ruptura da membrana que envolve o feto) para aceleração do parto; e 30% receberam analgesia raqui/peridural. Quanto às intervenções realizadas durante o parto, a posição de litotomia (deitada com a face para cima e joelhos flexionados) foi utilizada em 92% dos casos; a manobra de Kristeller (aplicação de pressão na parte superior do útero) teve uma ocorrência de 37%; e a episiotomia (corte na região do períneo) ocorreu em 56% dos partos. Esse número de intervenções foi considerado excessivo e não encontra respaldo científico em estudos internacionais (LEAL *et al.*, 2014).

O abuso de intervenções desnecessárias na assistência ao parto tem sido visto como uma violação aos direitos humanos das mulheres. Apesar das preconizações da OMS, desde 1996, acerca do mínimo de intervenções na assistência ao parto, os dados disponíveis no Brasil apontam para o descumprimento dessas recomendações (WHO, 2018).

Violência Obstétrica: Aspectos legais

No Brasil, embora se constate que a o abuso de intervenções, que culminam na VO, constitui uma violação dos direitos das mulheres por envolver a perda da autonomia e do poder de decisão sobre seus corpos não há nenhuma lei federal que as protejam.

Ressalta-se que dos países da América Latina, a Venezuela é vanguarda na temática. Em 2007, publicou a lei intitulada “Ley Orgánica sobre el Derecho de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia”, que defende os direitos das mulheres (VENEZUELA, 2007). Tal lei constitui-se em um marco de repúdio à assistência obstétrica assinalada pela VO e, também, como principal fonte de subsídios para o desenvolvimento de leis e ações em outros países, como o Brasil.

No âmbito nacional, há uma expectativa em relação a projetos de lei que buscam tornar lei federal a humanização na assistência obstétrica (Quadro 1).

Quadro 1 - Projetos que buscam tornar lei federal a humanização na assistência obstétrica

Projeto	Descrição da proposta
Projeto de Lei do Senado nº 8, de 10 de outubro de 2013	Do ex-senador Jorge Affonso Argello, institui a obrigatoriedade à obediência às diretrizes e às orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitam a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos do SUS.
Projeto de Emenda Constitucional nº 100, de 14 de julho de 2015	Na Câmara, do deputado Veneziano Vital do Rêgo, disponibiliza equipe multiprofissional para atenção integral no pré-natal, no parto e no pós-parto do SUS.
Projeto de Lei de nº 359, de 11 de fevereiro de 2015	Na Câmara, da deputada Janete Capiberibe, propõe fornecer curso de qualificação básica para as parteiras tradicionais e incluir sua atividade no âmbito do SUS.

Fonte: Adaptado de Steck (2016).

Destacam-se, também, iniciativas pioneiras de estados e municípios que possuem leis direcionadas à proteção da mulher e ao combate da violência obstétrica no Brasil (Quadro 2).

Quadro 2- Legislações Estaduais e Municipais que abordam a violência obstétrica no Brasil

Lei	Ementa
Lei nº 13.061, de 17 de julho de 2015, município de João Pessoa/PB	Dispõe sobre a implantação de medidas de informação à gestante e à parturiente sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal visando à proteção destas contra a violência obstétrica no município.
Lei nº 2.956, de 9 de agosto de 2016, do município de Novo Hamburgo/RS	Dispõe sobre a implantação de medidas de informação à gestante e à parturiente sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal visando à proteção destas contra a violência obstétrica no município.
Projeto de Lei nº 00022, de 20 de maio de 2014, do município de Boituva/SP	Dispõe sobre a implantação de medidas de informação à gestante e à parturiente sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal visando à proteção destas contra a violência obstétrica no município.
Lei Ordinária nº 14.598, de 22 de dezembro de 2015, do município de Curitiba/PR	Dispõe sobre a obrigação de informar os direitos das gestantes por meio de cartilhas ou cartazes.
Lei nº 14.824, de 18 de abril de 2016, do município de Curitiba/PR	Dispõe sobre a presença de doulas durante o trabalho de parto, parto e pós-parto nas maternidades públicas e privadas de Curitiba.
Lei nº 7.193, de 7 de janeiro de 2016, do estado do Rio de Janeiro	Dispõe sobre a proibição da utilização de algemas em parturientes em privação de liberdade.
Lei Estadual nº 17.097, de 17 de janeiro de 2017, do estado de Santa Catarina	Define violência obstétrica e seus autores (médicos, equipe de saúde, familiares ou acompanhante da gestante, mulheres em trabalho de parto ou no puerpério).
Lei nº 13.434, de 12 de abril de 2017	Acrescenta parágrafo único ao art. 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato.

Fonte: Adaptado de Steck (2016).

Mesmo sem legislação específica, no âmbito nacional, que aborde a violência obstétrica, há legislações brasileiras que são possíveis de serem utilizadas, como o Código Civil, o Código Penal e o Código de Defesa do Consumidor.

O Código Civil de 2002 determina: Art. 15 – “Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica”; Art. 186 – “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

Da mesma maneira, o Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, pode ser aplicado à situação de violência obstétrica. Art. 129 – “Submeter a mulher a procedimento desnecessário, que lhe cause dor ou dano físico, sem seu consentimento, pode configurar lesão corporal” – ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem, cujas

penalidades podem variar de 3 meses a 1 ano até 4 a 12 anos de reclusão, conforme as consequências de lesão e/ou morte.

Outra legislação que pode ser utilizada na relação médica/paciente é o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Por exemplo, na falta de informações sobre os riscos do parto cirúrgico, como forma de induzir a gestante a optar pela cesariana, pode ser entendida como ofensa ao princípio da informação: art. 6º - “São direitos básicos do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços”.

Violência obstétrica: aspectos éticos envolvidos na atuação do profissional de enfermagem

Toda mulher, durante acompanhamento obstétrico (antes, durante e após o parto), tem o direito legal a receber tratamento livre de danos e maus-tratos; obter informação, consentimento esclarecido com possibilidade de recusa e garantia de respeito às suas escolhas e preferências; acompanhante durante toda a internação na unidade obstétrica, privacidade e sigilo; ser tratada com dignidade e respeito; receber tratamento igual, livre de discriminação e atenção equitativa, bem como cuidados profissionais; e ter acesso ao mais alto nível possível de saúde com liberdade, autonomia, autodeterminação e não coerção (SILVA; SILVEIR; MORAIS, 2017).

No entanto, autores apontam que o desrespeito e abuso cometido por parte dos profissionais de saúde contra as mulheres na gestação e no parto ainda estão fortemente presentes na assistência (SANFELICE *et al.*, 2014). Nesse sentido, a OMS reconhece, desde 1996, que a atuação da enfermeira obstetra na assistência ao trabalho de parto, parto e nascimento, além de qualificar o cuidado, é uma medida capaz de reduzir práticas intervencionistas (WHO, 2018).

Como forma de respaldar a conduta dos profissionais de enfermagem durante o processo de parturição, o Código de Ética Profissional reúne normas e princípios, direitos e deveres. Em consonância com a Política de

Humanização do Parto e Nascimento (PHPN), o código é direcionado à clientela e pressupõe que os agentes de Trabalho da Enfermagem estejam aliados aos usuários na luta por uma assistência de qualidade, acessível e livre de riscos (COFEN, 2017).

O mesmo dispõe em seu Art.16º que é dever do profissional proteger o cliente contra danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência por parte de qualquer membro da equipe de saúde. O Art.26º determina que é dever do profissional fornecer adequadas informações ao cliente e família a respeito da assistência de Enfermagem, possíveis benefícios, riscos e consequências que possam ocorrer (COFEN, 2017).

No que se refere às proibições, o código define em seu Art.44º que é vedada a participação dos profissionais em tratamento sem consentimento do cliente ou representante legal, exceto em iminente risco de vida. O Art.52º veta ao profissional provocar, cooperar ou ser conivente com maus-tratos (COFEN, 2017).

Outro marco importante para a humanização da assistência ao parto foi a decisão do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul (COREN-RS) de

vedar a participação de profissionais de enfermagem na realização da Manobra de Kristeller. Determinando ainda que os profissionais de enfermagem registrem a não participação na realização da Manobra de Kristeller no prontuário da mulher, de modo a assegurar seus direitos e evitar qualquer tipo de responsabilidade pelo ato (COREN/RS, 2016, p.02).

É importante salientar que todo profissional no campo da assistência à saúde da mulher, especificamente no pré-natal e parto, conheça e respeite os direitos reprodutivos femininos. Esses direitos fazem parte de uma conquista histórica no plano político para a redução das desigualdades de gênero e melhoria dos indicadores de saúde das mulheres e bebês, e essas conquistas devem direcionar as práticas de cuidado (ZORZAM, 2016).

Humanização do parto e nascimento: apontamentos para a prevenção e o combate à violência obstétrica

A violência obstétrica, apesar de não ser um crime específico no Brasil, infringe a portaria nº 569 de 2000 do Ministério da Saúde, que instituiu o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN) cujos princípios e diretrizes apontam que toda mulher tem direito à assistência digna e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério, bem como que esta seja realizada de forma humanizada e segura (BRASIL, 2000).

Compreende-se que humanizar a assistência ao parto e ao nascimento implica na mudança de atitudes e de condutas por meio de ações que garantem o respeito à mulher, à criança e à família (POSSATI *et al.*, 2017). É confiar na fisiologia da gestação e do parto, deixando que os mesmos transcorram naturalmente, sem intervenções ou procedimentos desnecessários (LIMA *et al.*, 2017).

Para tanto, é imperativo o investimento na prevenção quaternária, uma vez que a mesma engloba ações que visam evitar danos associados às intervenções médicas e de outros profissionais da saúde (SOUZA; CASTRO, 2014). Trata-se do bloqueio das cascatas de intervenções desnecessárias, o que implica na resistência firme ante a medicalização e a iatrogênica do cuidado, suscitando a reforma das práticas obstétricas (NORMAN; TESSER, 2009).

No período gravídico-puerperal, uma das ações que pode ser realizada na forma de prevenção é a oferta de orientações durante as consultas de pré-natal, elucidando dúvidas sobre a gestação e possíveis problemas durante o período gestacional e parto (BRASIL, 2017). É importante explicar e demonstrar os benefícios do parto natural, incentivando sua execução e as possíveis complicações de intervenções, contribuindo, portanto, para o empoderamento das mulheres e suas famílias a fim de que possam exigir um atendimento obstétrico seguro e humanizado (TESSER *et al.*, 2015).

O enfermeiro tem um papel muito importante nesse meio, pois além de atuar na atenção primária à saúde e realizar consultas de pré-natal, ele pode ajudar a gestante fornecendo conhecimentos e estratégias que auxiliem a mulher durante o ciclo gravídico-puerperal. Já o enfermeiro obstetra, que atua nas maternidades, é um profissional legalmente habilitado e capacitado para a assistência ao parto de baixo risco, ele tem o papel fundamental de ajudar na redução das intervenções desnecessárias durante o trabalho de parto e parto oferecendo um cuidado integral e humanizado à parturiente (FEITOZA *et al.*, 2017).

Outra ferramenta que tem força nos dias de hoje para ajudar na disseminação de informações sobre os direitos das gestantes é a internet. Por meio das redes sociais, *blogs* e *sites* de notícias sobre o tema, é possível divulgar informações e orientações quanto às atitudes de violência, sobre os direitos das mulheres e, ainda, compartilhar os relatos de diversas mulheres que passaram por esse acontecimento, servindo como suporte para outras (FEITOZA *et al.*, 2017).

Nesse cenário, Sena e Tesser (2017) afirmam que a questão do acesso das mulheres ao meio digital tem sido uma das prioridades de atores políticos globais, que consideram que se trata de uma ferramenta crucial para empoderamento feminino. Ao fortalecer a participação da mulher no meio digital, fortalece-se também a participação política; expande-se o acesso às informações e as trocas de experiências podem estar ao alcance de um maior número de mulheres, que conscientes sobre seus corpos e sua saúde podem exigir mudanças fundamentais e urgentes na assistência ao parto no Brasil (GOLÇALVES, 2014).

Independente da ação de prevenção quaternária desenvolvida para o combate à violência obstétrica, a participação dos profissionais é fundamental, tanto na atuação clínica do cuidado como na participação social, para que as mulheres tenham suas reivindicações atendidas em prol da humanização da assistência ao longo do período gravídico-puerperal (TESSER *et al.*, 2015).

Considerações Finais

A violência obstétrica, de forma geral, está relacionada aos profissionais que deveriam passar segurança e conforto para a parturiente durante o processo de gestação, parto e puerpério, mas, ao invés disso, são os que com maior frequência realizam práticas violentas. Portanto, para identificar, prevenir e diminuir a ocorrência da violência obstétrica nos serviços de saúde, são necessárias algumas mudanças em relação à formação dos recursos humanos por meio da discussão do tema no âmbito acadêmico. E, no âmbito institucional, faz-se imperativo analisar a prática da prevenção quaternária, visto que envolve ações para a melhoria da qualidade do atendimento por meio da realização de auditorias clínicas no cotidiano dos profissionais que atuam em hospitais e maternidades, além de treinamentos nos serviços de saúde.

Referências

- ABRAMO. Fundação Perseu Abramo. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: FPA, 2010.
- ANDRADE, B.P; AGGIO, C.M. Violência obstétrica: a dor que cala. In: III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, UEL, 2014, Londrina –PR. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Londrina (PR): Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Briena%20Padilha%20Andrade.pdf>. Acesso em: 11 mai 2018.
- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun 2019.
- BEZERRA, M. G. A.; CARDOSO, M. V. L. M. L. Fatores culturais que interferem nas experiências das mulheres durante o trabalho de parto e partos. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, n. 3, v. 14, p. 14-21, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-11692006000300016>. Acesso em: 19 jun 2018.

Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** 1a edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 569, de 1º de junho 2000.** Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prto569_01_06_2000_rep.html>. Acesso em: 10 mai 2019.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Brasília, DF, 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/at02004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 11 mai 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde.** 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. **Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal:** versão resumida. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 51p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Parto Humanizado:** humanizar é? Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução **COFEN nº 564 de 5 de dezembro de 2017.** Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília, DF: COFEN, 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html>. Acesso em: 24 mai 2018.

COREN/RS. Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul. **COREN-RS Nº 095/2016.** Disponível em: <https://www.portalcoren-rs.gov.br/docs/Legislacoes/legislacao_cdae2dc629c8089b0948e9eea4c7491.pdf>. Acesso em: 11 mai 2018.

- COSTA, M. L.; PINHEIRO, N. M.; SANTOS, L. F. P.; COSTA, S. A. A.; FERNANDES, A. M. G. Episiotomia no parto normal: incidência e complicações. **Carpe Diem: Revista Cultural e Científica do UNIFACEX**, v. 13, n. 1, p. 173-187, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifacex.com.br/Revista/article/view/655>>. Acesso em 27 mai 2019.
- DINIZ, S. G.; SALGADO, H. O.; ANDREZZO, H. F. A.; CARVALHO, P. G. C.; CARVALHO, P. C. A.; AGUIAR, C. A. Violência Obstétrica como questão para saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna e propostas para sua prevenção. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, n. 25, v. 3, p. 377-84, 2015. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-12822015000300019&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 27 mai 2019.
- FEITOZA, S. R.; DAMASCENO, A. K. C.; RODRIGUES, F. A. C.; CASTRO, R. C. M. B.; FEITOZA, A. R.; BEZERRA, L. D. A.; AMORIM, M. L. S.; COELHO, T. S. Violência Obstétrica: uma revisão da produção científica. **Revista Tendência da Enfermagem Profissional**, n. 2, v. 9, p. 2196-2203, 2017. Disponível em: <<http://www.coren-ce.org.br/wp-content/uploads/2019/02/VIOL%C3%8ANCIA-OBST%C3%89TRICA-UMA-REVIS%C3%83O-DA-PRODU%C3%87%C3%83O-CIENT%C3%8DFICA.pdf>> Acesso em: 27 mai 2019.
- GONÇALVES; A. O. **Da internet às ruas: a marcha do parto em casa** [dissertação]. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43335/R%20-%20D%20-%20ALINE%20DE%20OLIVEIRA%20GONCALVES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 04 jul 2018.
- HELMAN, C. G. **Cultura, saúde e doença**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- JUÁREZ, D. P.; BAGNASCO, M. E.; CANDAL, W.; GYGLI, M.S.; QUIROGA, M.; SANTANDREA, C. **Violencia sobre las mujeres: herramientas para el trabajo de los equipos comunitarios**. – 1ª ed. - Buenos Aires: Ministerio de Salud de la Nación, 2012. Disponível em: <<http://www.msal.gob.ar/images/stories/bes/graficos/000000943cnt-Violencia Sobre Mujeres 17.pdf>>. Acesso em: 10 mai 2019.
- LEAL, M. C.; PEREIRA, A. P. E.; DOMINGUES, R. M. S. M.; FILHA, M. M. T.; DIAS, M. A. B.; PEREIRA, M. N.; BASTOS, M. H.; GAMA, S. G. N. Intervenções obstétricas durante o trabalho de parto em brasileiras de risco habitual. **Caderno Saúde Pública**, v. 30, supl. 1, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-311X2014001300005&lng=pt&tling=pt>. Acesso em: 11 mai 2018.

- LEISTER, N.; RIESCO, M. L. G. Assistência ao parto: história oral de mulheres que deram à luz nas décadas de 1940 a 1980. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 166-174, Mar. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072013000100020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mai 2019.
- LIMA, M. F. G.; PEQUENO, A. M. C.; RODRIGUES, D. P.; CARNEIRO, C.; MORAIS, A. P. P. Desenvolvendo competências no ensino em enfermagem obstétrica: aproximações entre teoria e prática. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 7, n. 5, p. 1110-6, 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/reben/v7on5/pt_0034-7167-reben-70-05-1054.pdf>. Acesso em: 23 mai 2018.
- MALDONADO, M. T. **Psicologia da Gravidez**: parto e puerpério. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MACHADO, L. O.; NETO, M. S. Uso do fórceps: uma revisão de literatura. **Revista de Patologia do Tocantins**, v. 5, n. 3, p. 56-59, 2018. Disponível em: < <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/patologia/article/view/5707>>. Acesso em: 29 jun 2019.
- MACEDO, T. S. B. **Na sala de parto**: a necessidade de uma reportagem sobre violência obstétrica. 2015. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2015. Disponível em: < <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43475/TCC-I-Na-sala-de-parto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 Jun.2019.
- MARTINS, A. P. V. A ciência obstétrica. **In: Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX [online]**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 63-106. História e Saúde collection. ISBN 978-85-7541-451-4. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/jnzhd/pdf/martins-9788575414514-04.pdf>>. Acesso em 18 jun 2019.
- MASCARELLO, K. C.; HORTA, B. L.; SILVEIRA, M. F. Complicações maternas e cesárea sem indicação: revisão sistemática e meta-análise. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 1-12, 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872017051000389.pdf>. Acesso em: 20 jun 2019.
- MELO, R. C. **Violência obstétrica**: violação à dignidade humana e à saúde. 2017. Monografia (bacharelado em direito) – Centro Universitário Tabosa de Almeida, Faculdade Acesunita, Caruaru, 2017. Disponível em: < <http://repositorio.asces.edu.br/bitstream/123456789/945/1/Monografia%20oRayanny%20Campos%20Melo%20abnt%2026-06.pdf>>. Acesso em 23 mai 2019.

- MOREIRA, M. E. L. GAMA, S. G. N.; PEREIRA, A. P. E.; SILVA, A. A. M.; LANSKY, S.; PINHEIRO, R. S.; GONÇALVES, A. C.; LEAL, M. C. Práticas de Atenção Hospitalar ao recém-nascido saudável no Brasil. Pesquisa Nascer no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, Suplemento 1, v. 30, p. S128-139, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-311X2014001300019 > Acesso em: 27 mai 2019.
- NAGAHAMA, E. E. I.; SANTIAGO, S. M. A institucionalização médica do parto no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 651-657, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-81232005000300021&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 20 jun 2018.
- NORMAN, A. H.; TESSER, C. D. Prevenção quaternária na atenção primária à saúde: uma necessidade do Sistema Único de Saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 2012-2020, Set. 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-311X2009000900015&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 16 jul 2019.
- OMS. **Declaração da OMS sobre Taxas de Cesáreas**. 2015. Disponível em: < https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/161442/WHO_RHR_15.02_por.pdf;jsessionid=C559F7DFC585F5D28D75EA5AB3F3B26B?sequence=3 >. Acesso em: 20 mai 2019.
- PÉREZ, B. A. G.; OLIVEIRA, E. V.; LAGO, M. S. Percepções de puerperas vítimas de violência institucional durante o trabalho de parto e parto: revisão integrativa. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: < <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/472> >. Acesso em: 14 jun 2019.
- POMPEU, K. C. SCARTON, J.; CREMONESE, L.; FLORES, R. G.; LANDERDAHL, M. C.; RESSEL, L. B. Prática da episiotomia no parto: desafios para a enfermagem. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, v. 7, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1142/1302>>. Acesso em: 27 MAI 2019.
- PONTES, M. G. A.; LIMA, G. M. B.; FEITOSA, I. P.; TRIGUEIRO, J. V. S. Parto nosso de cada dia: um olhar sobre as transformações e perspectivas da assistência. **Revista Ciência da Saúde Nova Esperança**, n. 1, v. 12, p. 69-78, 2014. Disponível em: < <http://www.facene.com.br/wp-content/uploads/2010/11/Parto-nosso-de-cada-dia.pdf> >. Acesso em: 28 nov 2018.

POSSATI, A. B.; PRATES, L. A.; CREMONESE, L.; SCARTON, J.; ALVES, C. N.; RESSEL, L. B. Humanização do parto: significados e percepções de enfermeiras. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1-6, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n4/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2016-0366.pdf>. Acesso em: 23 mai 2018.

ROSA, M.W. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde: Ginecologia e Obstetrícia. **Desfechos Neonatais em cesarianas eletivas em um hospital privada do sul do Brasil**, 96 f. 2018. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/181085/001073659.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 mai 2019.

SANFELICE, C.; ABBUD, F.; PREGNOLATTO, O.; SILVA, M.; SHIMO, A. Do parto institucionalizado ao parto domiciliar. **Revista da Rede de Enfermagem do Noroeste - Rene**, v. 15, n., p. 362-70, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/3170/2433>>. Acesso em: 23 mai 2018.

SANTOS, R.C.S; SOUZA, N.F. Violência institucional obstétrica no Brasil: revisão sistemática. **Estação Científica**, v.5, n.1, p. 57-68, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/1592/rafaelv5n1.pdf>>. Acesso em: 11 mai 2018.

SENA, L.M; TESSER, C.D. Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências. **Interfase comunicação Saúde e Educação**, v. 21, n. 30, p. 209-20, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832017000100209&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 27 jun 2018.

SILVA, L. N. M.; SILVEIRA, A. P. K. F.; MORAIS, F. R. R. Programa de Humanização do Parto e Nascimento: aspectos institucionais na qualidade da assistência. **Revista de Enfermagem UFPE**, n. 11, supl. 8, p. 3890-94, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/110195/22085>> Acesso em> 27 mai 2019.

SOUZA, J. P.; CASTRO, C. P. Sobre o parto e o nascer: a importância da prevenção quaternária. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. S11-S13, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X2014000700003&script=sci_abstract>. Acesso em: 27 mai 2019.

STECK, J.M. **Congresso combate violência obstétrica**. Brasil: Senado Federal, 2016.

STORTI, J. P. **O papel do acompanhante no trabalho de parto e parto**: expectativas e vivências do casal. 2004. 118f. Dissertação (Mestrado Materno Infantil e Saúde Pública) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Saúde Pública, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

TESSER, C.D.; KNOBEL, R.; ANDREZZO, H. F. A.; DINIZ, S. G. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 10, n. 35, p. 1-12, 2015. Disponível em: < <https://www.rbmf.org.br/rbmfc/article/view/1013> > Acesso em: 27 mai 2019.

TORNQUIST, C. S. Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 483-492, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000200016&script=sci_abstract&tlng=es >. Acesso em: 19 jun 2018.

VENEZUELA. **Ley nº. 38668, de 23 /4/2007**. LEY ORGANICA SOBRE EL DERECHO DE LAS MUJERES A UNA VIDA LIBRE DE VIOLENCIA, Venezuela, Caracas, abril 2007. Disponível em: < <http://observatoriointernacional.com/?p=732> >. Acesso em: 11 mai 2018.

ZANARDO, G. L. P.; URIBE, M. C.; NADAL, A. H. R.; HABIGZANG, L. F. Violência Obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. 01-11, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e155043.pdf> >. Acesso em: 11 mai 2018.

ZORZAM, B; CAVALCANTI, P. Direito das mulheres no parto: conversando com profissionais da saúde e do direito.1. ed. São Paulo: **Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde**, 2016. Disponível em: <http://mulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/09/cartilha-WEB.pdf>. Acesso em: 17 jun 2018.

WHO. World Health Organization. **Recomendaciones de la OMS para los cuidados durante el parto, para una experiencia de parto positiva**. Geneva: World Health Organization; 2018.

**Práticas educativas na educação do campo:
resistências culturais e
o movimento feminista na universidade ¹**

Graziela Rinaldi da Rosa

Janine Corrêa Gomes

Para a mulher, sua participação política vem ganhando espaço e envolvendo um trabalho de emancipação que, através de lutas dos grupos feministas, levou o Estado a desenvolver políticas de debate as desigualdades reproduzidas pelo sistema, principalmente de gênero, sendo importante a presença e mobilização de cada vez mais mulheres para alcançar representatividade e serem ouvidas. (CARVALHO, 2011, p.150)

Como a Universidade pode contribuir para o fortalecimento do Movimento Feminista e para a valorização dos saberes e fazeres de Mulheres? Permitam-nos iniciar trazendo um questionamento, que consideramos que ele deve nortear nossos estudos no campo da Educação, especialmente quando nos propomos estudar gênero e feminismos. Nesse trabalho nos propomos apresentar um pouco do que temos feito para isso numa Universidade Pública, localizada ao Sul do Sul do Brasil, e que possui uma diversidade natural e cultural significativa.

Temos estudado o que as mulheres disseram na história da educação, na história do pensamento, e lido o que as mulheres produziram, no entanto, acreditamos que para a superação dos problemas de gênero no

¹ Uma primeira versão desse texto foi apresentada pelas autoras no XIX ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, realizado em Salvador- Bahia, nos dias 3, 4, 5 e 6 de setembro de 2018.

campo da educação, e para a erradicação das desigualdades sociais, não basta estudar e ler *nosotras*², nós, educadoras feministas temos nos movimentado junto com outras mulheres, e nesse movimento, temos ressignificado nosso fazer pedagógico.

O presente trabalho busca apresentar algumas práticas realizadas pelas integrantes do Coletivo Feminista Dandaras – FURG/SLS. Tais práticas têm sido realizadas por discentes, docente e voluntárias do coletivo. São práticas de ensino, pesquisa e extensão que dialogam com os estudos de gênero, educação popular e feminismos.

O Coletivo foi criado no ano de 2015, na Universidade Federal do Rio Grande-FURG/Campus São Lourenço do Sul/RS, tendo como alguns de seus objetivos contribuir para o fortalecimento e auto-organização das mulheres, o empoderamento e emancipação de mulheres, bem como para protagonizar nas lutas feministas e denunciar os silenciamentos das mulheres³, as práticas machistas, eurocêntricas, xenofóbicas, androcêntricas, transfóbicas, patriarcais.

Sobre o patriarcado, cabe destacar que esse conceito aqui é pensado numa perspectiva feminista, e assim:

[...] por um lado, designa, no espírito daquelas que o utilizam, um **sistema e não relações individuais ou um estado de espírito**; por outro lado, em sua argumentação, as feministas opuseram 'patriarcado' a 'capitalismo' – o primeiro é diferente do segundo, um não se reduz ao outro. Isso se reveste de uma grande importância política num momento de reemergência do feminismo, em que as militantes são confrontadas a homens e mulheres de organizações políticas para quem a subordinação das mulheres não é mais que uma das consequências do capitalismo⁴.

² Utilizamos *nosotras* para explicitar o nosso território. Somos mulheres latino-americanas e nesse território identificamos similitudes em nossas vivências e movimentos sociais. Nesse sentido, acreditamos que nosso olhar deve estar voltado para o Sul, e por isso lemos pensadoras da América Latina, e com elas buscamos construir nossas práticas educativas escolares e comunitárias.

³ Sobre esse tema, ler: PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história* (2005).

⁴ Ver *Dicionário Crítico do Feminismo* (2009, p. 175-176).

Sendo assim, nossas concepções e práticas feministas unem-se as críticas ao capitalismo, um sistema que subordina e explora uma significativa população feminina. Entendemos gênero, não apenas como uma categoria crítica de análise, e nesse sentido, temos problematizado as desigualdades de gênero, que assola a população feminina, a partir dos estudos feministas e também dos estudos de gênero, visto que os/as excluídos/as da história são muitos/as, e que:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 2017, p. 224).

O Coletivo tem atuado especialmente no campo da educação popular, trabalhando com o senso crítico da população acadêmica e comunidade em geral sobre as graves questões de violência contra as mulheres, seus direitos, exclusões culturais e a desigualdades de gênero, buscando potencializar a participação das mulheres na sociedade e na universidade com equidade de gênero, incentivando a importância, a autonomia e participação das mulheres. São práticas educativas que potencializam as resistências das mulheres frente aos preconceitos e violências que essas denunciam nos encontros, e que nas bases dos Feminismos da América Latina e da Educação Popular fortalecem os processos de ensino-aprendizagens na formação docente. Nesse sentido, nossas bases epistemológicas tem sido da educação popular construída numa perspectiva latino-americana, “desde abajo y desde el Sur” (CARRILO, 2014).

O Coletivo desde sua criação tem também denunciado o preconceito e as violências que as mulheres acadêmicas, têm sofrido ao regressar à universidade, o abuso e a violência psicológica do companheiro, namorado, marido e da família. Mulheres que na sua maioria são oriundas do

campo, e de povos tradicionais, como: pomeranas, agricultoras familiares, indígenas, negras, quilombolas⁵, ribeirinhas, pescadoras, ciganas, curandeiras e outras.

São práticas educativas que potencializam as resistências das mulheres frente aos preconceitos e violências que sofrem, e que nas bases dos Feminismos da América Latina e da Educação Popular fortalecem os processos de ensino-aprendizagem na formação docente, além de estimular as mulheres a construir espaços auto-organizados por elas mesmas, na concepção da economia feminista.

Além da crítica ao paradigma dominante, o aporte da economia feminista é tornar visível a contribuição das mulheres à economia. São pesquisas que consideram o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, e integram a reprodução como fundamental à nossa existência, incorporando saúde, educação e outros aspectos relacionados como temas legítimos da economia (FARIA; NOBRE, 2002, p. 13).

Tem sido um espaço para as mulheres, acadêmicas do campus de São Lourenço do Sul, da Universidade Federal do Rio Grande/FURG e comunidade lourenciana discutirem e debaterem questões acerca dos direitos humanos, feminismos, machismos e patriarcado⁶ presentes na nossa sociedade, bem como os problemas de gênero, preconceitos e racismos.

É um grupo que organiza espaços em que onde as mulheres podem discutir esses temas a partir das práticas educativas escolares e comunitárias na perspectiva das pedagogias feministas⁷, e em diálogo com as questões de gênero, diversidade, trabalho e educação. Como nos ensina Korol (2007, p. 3):

⁵ Para saber mais sobre o tema, ler Evelin dos Santos Ferreira (2019), que escreve sobre “Direitos das Mulheres do campo: avanços e retrocessos”. Nesse artigo essa advogada negra, que tem sido parceira do Coletivo Feminista Dandaras também relata sua atuação em um projeto de pesquisa, intitulado “Mulheres Quilombolas: Identidades, vivências e memórias” (FAPERGS/CNPq), coordenado pela professora Graziela Rinaldi da Rosa.

⁶ Sobre Patriarcado, ver: SAFFIOTI (2001); (2013).

⁷ Para saber mais sobre “Pedagogia Feminista”, ler: Claudia Korol (org^a). **Hacia una pedagogia feminista. Géneros y educación popular** (2007).

Como feministas y educadoras populares, nos proponemos elaborar colectivamente herramientas y caminos que apunten a la construcción de relaciones sociales emancipatorias. Pensamos, imaginamos y proyectamos una emancipación integral, múltiple, compleja, dialéctica, alegre, colorida, diversa, ruidosa, desafiante, libertaria, ética, polifónica, insumisa, rebelde, personal, colectiva, solidaria. Buscamos una emancipación que cuestione y vaya quebrando las miradas, prácticas y representaciones sociales dicotómicas, opressivas [...].

O que temos realizado, através de práticas educativas escolares e comunitárias e nos encontros com a comunidade, sejam eles em praças públicas, eventos culturais, feiras, eventos acadêmicos (científicos e não científicos), escolas, e outras instituições, tem nos possibilitado (re)pensar a Universidade e a formação de professores/as, buscando contribuir para uma formação capaz de romper com as amarras patriarcais e coloniais. Paulo Freire inspirou nós, feministas, a pensarmos e construirmos uma educação libertária e autônoma, também para nós mulheres, cunhada numa pedagogia da libertação, que não oprima mais *nosotras*.

No entanto, os estudos descoloniais e feministas⁸, especialmente a partir de epistemologias latino-americanas, nos motivam a denunciar que não fomos inseridas e reconhecidas (e será que estamos sendo?), nas fontes do pensamento pedagógico e na própria produção do conhecimento da Educação Popular. Estamos conscientes de que não iremos descolonizar o pensamento latino-americano, se não descatriarcalizarmos, e “descautivar” o pensamento e as metodologias que nós mulheres construímos dentro do campo da Educação⁹.

Amorós (2000); (2006); Gargallo (2004); Hierro (1990); Korol (2007); Lagarde (1994;2005;2006); Lugones (2008 e 2014); Magda (1997); Ochoa (2008); Saffioti (2004 e 2013) nos apontam que estamos construindo o que chamamos nos estudos feministas na perspectiva da “ética feminista” (Hierro, 1990) e Sororidade (Lagarde, 2006). A

⁸ Ler: Francesca Gargallo. *Las ideas feministas latino-americanas*. Disponível em: http://pmayo-bre.webs.uvigo.es/descargar_libros/las%20ideas%20feministas%20latinoamericanas.pdf

⁹ Esse tema foi problematizado e publicado no artigo intitulado *Descautivar o pensamento pedagógico Latino-Americano: (Des) colonização e (Des) patriarcalização a partir da crítica feminista* (Moretti; Rosa, 2018). Ver referências.

sororidade está presente em nossas práticas e trocas de saberes. Entendemos por sororidade as nossas “alianças”, os nossos “pactos” que fortalecem nossas lutas e conquistas.

Aprendemos a dialogar primeiramente entre nós, e com outras mulheres no processo dialógico dos encontros, geralmente proposto em formas de rodas de diálogos, oficinas dialogadas, buscando outros caminhos metodológicos e epistemológicos para conhecer as mulheres de nossa região e município que a Universidade está instalada, acreditando que:

Não devo julgar-me, como profissional, “habitante” de um mundo estranho; mundo de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos “ignorantes e incapazes”. Habitantes de um gueto, de onde saio messianicamente para salvar os “perdidos”, que estão fora. Se procedo assim, não me comprometo verdadeiramente como profissional nem como homem. Simplesmente me alieno (FREIRE, 1979, p. 20-21).

Acreditamos que tencionando os feminismos e problematizando gênero na Educação, estamos contribuindo para que novas metodologias sejam criadas. Nos estágios supervisionados e nas salas de aulas, temos tensionado que outros temas sejam inseridos, bem como nos currículos, e que outras leituras e métodos contribuam para que outras pedagogias sejam trabalhadas, especialmente quando nossas interlocutoras são mulheres de povos tradicionais, como quilombolas, pomeranas, agricultoras familiares, indígenas.

Trabalhamos na perspectiva de que não há apenas um feminismo, e, portanto, não podemos singularizar. Estudamos e trabalhamos os feminismos e as epistemologias feministas¹⁰ na mesma perspectiva da diversidade de mulheres com que atuamos. Nesse sentido, estamos recentemente tenho publicações no Brasil que falam numa perspectiva dos “Feminismos Plurais”, como por exemplo, a coleção coordenada por Djamilia Ribeiro, que tem como autores/as mulheres negras e indígenas, e

¹⁰ Ler: **Epistemologia Feminista, Gênero e História**. Descobrindo historicamente o gênero, de Margareth Rago (2012).

homens negros. Tal coleção tem como objetivo trazer para o público questões diversas sobre os diferentes feminismos, como por exemplo, os feminismos negros, “encarceramento, racismo estrutural, branquitude, mulheres indígenas e caribenhas, transexualidade, afetividade, interseccionalidade¹¹, empoderamento, masculinidades” (RIBEIRO, 2019, p. 14-15).

Estamos aprendendo com as feministas Latino-Americanas a pensar as referências teóricas que dão sustentação para as práticas, ações, estudos e pesquisas que temos desenvolvido. Muitas dessas são oriundas da Educação Popular. As mulheres negras, especialmente as militantes feministas tem nos ensinado muito, tanto na prática cotidiana, quando as lemos. Nesse sentido, também estamos aprendendo com os Feminismos negros:

Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual. Logo, é pensar projetos, novos marcos civilizatórios, para que pensemos um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm fazendo resistência e reexistências (RIBEIRO, 2019, p. 14).

A Educação do campo e Educação popular em diálogos com outros/as teóricos/as da América Latina tem nos auxiliado a construir práticas educativas emancipatórias. No entanto, reconhecemos que as feministas (educadoras populares feministas) têm avançado em diferentes aspectos – metodológicos, epistemológicos e práticas, na medida que apontam no campo da educação popular outras categorias, e colocam em cena outras sujeitas e outras pedagogias.

La esperanza de las educadoras populares feministas es que toda la educación popular sea feminista y antirracista, incorporando un análisis de género, usando una metodología integrada y enfocándose en la persona entera. Esta es una metodología que puede usarse con mujeres y hombres en todo tipo de lucha y que representa un paso más en la transformación en marcha de la educación popular (NADEAU, 1996, p. 35).

¹¹ Sugerimos a leitura da obra de Carla Akotirene (2019), intitulada **Interseccionalidade**.

Temos estudados conceitos a partir da crítica feminista (AMARAL; MACEDO, 2005). Saffioti (2001, 2013) nos auxilia a (re) pensar as relações de poder, o patriarcado e a sociedade de classes, enquanto Sanderberg (2011) e Korol (2007) nos ensinam sobre a Pedagogia Feminista¹². Lemos feministas que tem (re) pensado o trabalho artesanal de mulheres, (re) criado outras possibilidades metodológicas de pesquisa e de extensão (Meira; Silva, 2012); Silva e Negretto (2016); Silva e Eggert (2009; 2010; 2011). São autoras que nos provocam repensar nossos trabalhos que envolvem “Arte e mulheres”, “Mulheres e Artesanato quilombola”; “Trabalho feminino e Emancipação”, “Educação e Feminismos”; “Gênero e Educação”¹³.

Nesse sentido, aceitamos a “invitación” (convite) de Ochoa (2008) e começamos a sonhar e olhar novas experiências e propostas de práticas educativas que contribuam para o debate, as ideias e para construirmos juntas práticas de uma Pedagogia Popular Feminista, construída a partir de estudos de gênero e dos diferentes feminismos.

Práticas educativas feministas e a construção de uma pedagogia feminista

As práticas educativas escolares e comunitárias vêm sendo desenvolvidas em diferentes locais, como universidades, escolas, eventos científicos e não científicos, eventos da cidade, praças públicas e instituições públicas e privadas. Tais ações têm contribuído no empoderamento e sororidade das ministrantes e participantes. Sarita Amaro (2019) nos faz um “Convite a um empoderamento urgente”, e ela nos provoca a pensar que até hoje não temos nossos direitos garantidos, e que muitas vezes a dita “cidadania” das mulheres é superficial, e ainda nos lembra que:

¹² Sugerimos a leitura do livro *Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas*, organizado por Márcia Alves da Silva e Graziela Rinaldi da Rosa (2019).

¹³ Sobre mulheres e artesanato sugerimos a leitura da obra da filósofa Mexicana Eli Bartra, intitulada *Mujeres en arte popular. De promesas, traiciones, monstruos y celebridades* (2005).

O empoderamento, enquanto categoria analítica, é ainda recente no meio acadêmico, mas no contexto dos movimentos sociais tem já um longo trajeto. Ativistas negras americanas e feministas no mundo todo, em especial desde a década de 60, têm adotado essa expressão para situar a força feminina (girl Power) empreendida em suas lutas e mobilizações sociais (AMARO, 2019, p. 15).

A partir do desenvolvimento das ações realizadas em oficinas e rodas de diálogos, pelo Coletivo Feminista Dandaras, as mulheres passam a falar, debater e compartilhar as dificuldades que passam em casa denunciando assim, a não aceitação de seus familiares por terem se inserindo em uma Universidade ou na área de trabalho. Entende-se por empoderamento, como um “mecanismo pelo qual as pessoas, organizações, as comunidades, tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (COSTA, 2008, p.07).

Muitas destas mulheres passam a relatar violências, principalmente a psicológica, e a discriminação de seus parentes por estudarem e por trabalharem fora. Elas passam a pedir ajuda e ao mesmo tempo se empoderam para lutar contra as violências e preconceitos e aprendem através das ações e práticas do coletivo a terem uma renda extra.

Em oficinas, cine-debates, palestras, roda de diálogos, intervenções, estudos e organização de eventos, entre outras atividades, incentivamos e construímos ações com mulheres e homens para que juntos, possam ter um entendimento melhor sobre equidade de gênero, visando garantir o debate e acesso aos direitos humanos. Desde as primeiras reivindicações feministas ou ainda pré feministas, as mulheres denunciavam as injustiças dos homens e reivindicavam seus direitos. Como exemplos lembramos a pensadora brasileira, Nísia Floresta¹⁴. No entanto, sabemos que ainda temos muito o que reivindicar e denunciar.

As práticas realizadas como: rodas de diálogo, cine-debates e palestras, são momentos e encontros, realizados com o intuito de promover o

¹⁴ Sobre o tema, ler *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1989). Ver também: *Nísia Floresta e a reforma na educação no Brasil em busca da equidade de gênero* (Rosa, 2010).

diálogo entre ministrantes e participantes. É um momento onde todas/os envolvidas/os possam trocar vivências, experiências, planejamentos, e escuta. Costa (2008), ressaltou que as mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais", proporcionando, assim, sua libertação.

As intervenções realizadas em praças públicas e universidades, tem o intuito e objetivo de chamar a atenção da comunidade acadêmica e principalmente da comunidade lourenciana, sobre as graves questões e desafios das mulheres na sociedade tão opressora e patriarcal. Discutimos as diferentes formas de violência doméstica, amparadas pela Lei Maria da Penha¹⁵, que estipula quatro tipos, sendo elas: psicológica, física, sexual, patrimonial e moral. O tema das Violências contra às mulheres é tratado aqui como um problema social, como diz Blasi¹⁶ (2012, p.15, grifamos):

Violência doméstica é aquela praticada dentro de casa por pessoas ligadas por laço afetivo, tendo como vítima, na sua maioria, mulheres e crianças. Violência doméstica não é assunto nem problema da mulher: é assunto de toda sociedade, e um **problema social, jurídico, político, religioso, cultural e de saúde pública**.

Sendo assim, as intervenções tencionam para que novas políticas públicas de proteção a mulher e a criança sejam construídas e principalmente que elas sejam cumpridas, e para isso, estabelecemos diálogos e parcerias com o cartório da mulher, com a delegacia de polícia e com outros órgãos que devem atender as mulheres vítimas de violência.

Dentre outras práticas e ações realizadas temos quatro edições do *Seminário Regional das Mulheres do Campo, das Águas, Florestas e Cidades*, evento que busca proporcionar e realizar uma organização conjunta com as mulheres dos povos tradicionais locais, e também com lideranças femininas de movimentos sociais. Temos conseguido envolver lideranças do

¹⁵Lei decretada pelo Congresso Nacional e sancionada, em 07 de agosto ano de 2006, entrando em vigor no dia 22 de setembro de 2006.

¹⁶ Ministra pastoral da IECLB, bacharel e mestre em Teologia, coordenadora do Programa de Intercambio da Faculdade EST.

Movimento Sem Terra, da Via Campesina, da Marcha Mundial das Mulheres; da Marcha das Mulheres Negras, Marcha das Mulheres indígenas, Marcha das Margaridas, Marcha das Vadias, e da população LGBTs.

Nas programações dos seminários, foram realizados painéis, atividades culturais e artísticas, apresentações e grupos de trabalhos, palestras, rodas de diálogo, oficinas, teatro, feira solidaria e comunitária da cidade e região; Ciranda das crianças, mostra audiovisual, venda e lançamentos de livros sobre os direitos das mulheres, feminismo e relações de gênero. Também tivemos em algumas edições, distribuição de brindes e ações voluntárias como: maquiagem, cortes de cabelo, tranças, oficinas de autocuidado, e outras que contribuísse para a valorização dos saberes das mulheres e para saúde e bem estar, buscando trabalhar aspectos que fossem além da estética e beleza.

Os painéis tem contribuído com a discussão e tiveram a participação das diferentes etnias, povos tradicionais e líderes comunitárias, onde puderam ser debatidos diferentes temas. No I Seminário, foram discutidas questões relacionadas à saúde das mulheres, trabalho, violência contra as mulheres, direitos humanos e Educação. No II, buscamos discutir e pensar preconceitos, racismos, empoderamento e o fortalecimento ente os grupos e povos tradicionais de mulheres de São Lourenço do Sul e da comunidade acadêmica do Campus da Universidade Federal de Rio Grande, da cidade de São Lourenço do Sul/RS.

Os encontros proporcionaram um amplo debate com as/os participantes, discutindo os diferentes assuntos como: o preconceito, o racismo, as diferentes formas de violências contra a mulher (a pomerana, a agricultora, a negra, a quilombola, a indígena, a ribeirinhas e a trans), as leis, seus direitos, a educação. Discutimos e debatemos também os preconceitos, inclusive da mulher com a mulher.

No III Seminário, ocupamos um espaço mais amplo e com mais atividades, proporcionamos através dos painéis, um amplo debate com a comunidade acadêmica de diferentes regiões e comunidade Lourenciana sobre o feminismo e questões relacionadas os direitos humanos, saúde,

educação, leis, trabalho, renda extra, violências contra as mulheres. Tivemos a participação da comunidade LGBTs, e uma belíssima exposição do “Nem Tão Doce Lar” (FLD)¹⁷, em parceria com a Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul e Fundação Luterana de Diaconia. Espaço este criado como uma típica casa familiar, com diversas informações e imagens que contribuíram e possibilitaram uma ampla discussão e denúncias sobre a violência doméstica.

Todos os três eventos surgem da necessidade de se debater e discutir as demandas locais das mulheres, dos povos tradicionais existentes do campo e da Cidade de São Lourenço do Sul/RS e região. Além disso, precisamos urgentemente divulgar ações e projetos das mulheres: quilombolas; negras, ribeirinhas, pescadoras, ciganas, pomeranas, agricultoras, indígenas, dentre tantas outras existentes em nossa comunidade, e este evento contribui para que essas mulheres se conheçam e planejem, (re) pensem suas práticas cotidianas. O seminário contribui para o fortalecimento do protagonismo e das lutas desses grupos de mulheres, em busca (entre outras coisas), do fortalecimento do protagonismo feminino, da auto-organização de mulheres, e da sororidade feminina.

Nesse sentido:

[...] considero que las prácticas de educación no formal tienen características particulares muy valiosas, pueden ser espacios idóneos para la identificación de necesidades sociales y la experimentación pedagógica. Son prácticas educativas alternativas a partir de las cuales se han podido desarrollar cuerpos de conocimiento y métodos de trabajo fundamental es dentro de los movimientos educativos contemporáneos, como la educación popular y la educación para la paz y los derechos humanos. Assim ismo son experiências mucho más abiertas a la incorporación de nuevas inquietudes, a la transformación de los sentidos y métodos pedagógicos, por lo que el feminismo ha podido impactar la sem mayor medida que em el caso de las experiencias escolarizadas. Esto no implica que las reflexiones pedagógicas elaboradas desde este campo no puedan ser extensivas y aplicables a otros ámbitos, **la pedagogia freireana, surgida em un contexto muy particular ha podido ser retomada em práticas**

¹⁷ Projeto da Fundação Luterana de Diaconia (FLD), onde propõe a denúncia da violência doméstica e familiar.

educativas de lo más diversas, por lo que reflexionar y teorizar desde este campo, abierto y más flexible, no excluye desde mi punto de vista, que el campo de acción inicial pueda y deba ampliarse a orros. (grifos nossos, OCHOA, 2008, p. 29-30).

As práticas também são realizadas através das oficinas com uso de diversas técnicas. Através da arte, "integram-se o campo dos saberes e das práticas com o dos afetos, essencial a uma relação de amor com o cuidado, a espiritualidade, cura para a depressão, a tristeza, a mágoa, a raiva e a solidão, a reverência diante da vida" (MEIRA, 2003). Essas, contribuem para o senso crítico das ministrantes e participantes, promovendo sempre o diálogo com a comunidade Lourenciana e comunidades acadêmicas da região, contribuindo para que todas as participantes se reconheçam como detentoras de saberes através da “*Arte do Stencil*”, do “*Bordado Feminista*”, da “*Oficina de Reciclagem*” e da “*Confecção de Bonecas Negras*”.

Na história do movimento, as oficinas tem sido o espaço privilegiado no qual as feministas latino-americanas não apenas trocam vivências e experiências de vida e trabalho (e aprofundam a autoconsciência), como, também, pensam coletivamente, elaboram estratégias e definem ações. Revivem, assim, no contexto dos encontros, a prática dos grupos de autoconsciência e ações que marcam a retomada do movimento. Esta prática tem sido apropriada para o trabalho com mulheres de setores populares, incorporando-se técnicas da dinâmica de grupos utilizadas em outros contextos (SARDENBERG, 2011, p.25).

Acreditamos que através das Oficinas que oferecemos em diferentes espaços, contribuímos e trabalhamos o senso crítico, promovendo a interação e o diálogo com a população acadêmica e lourenciana. E a prática através da arte ajuda no fortalecimento de novas ideias, criações, mostrando que através da arte, do artesanato de mulheres as vozes femininas e as lutas feministas tomam outros tons e cores... outros significados.

Com as práticas (re) criadas num processo de hibridização de métodos, as ações também contribuem para a valorização de si mesmas e para o fortalecimento dos grupos de mulheres locais. Nesse sentido, temos apostado nas rodas de diálogos, e com elas temos trabalhado com as narrativas de

vida e formação, que aprendemos com a história oral¹⁸. Tais métodos e ações nos aproximam de uma educação que é popular e feminista.

Para seguir acreditando!

As práticas educativas escolares e comunitárias apresentadas, contam sempre com o envolvimento significativo da comunidade acadêmica, escolar e lourenciana. Além disso, cabe destacar que as práticas, como as rodas de diálogo, cine debates, oficinas e as ações sócios educativas, proporcionam e impulsionam novas possibilidades de diálogos com as comunidades, bem como um olhar mais amplo para as questões de gênero e feminismo no município de São Lourenço do Sul e regiões próximas, abrindo campo para trocas interinstitucionais e a realização de novos estudos e pesquisas na área de gênero e feminismos.

As mulheres, independentemente da idade e etnia, sejam elas da cidade ou do campo, são carentes de vivências como essas, e são sedentas por compartilhar seus saberes e fazeres. Devido suas ocupações diárias com a família, os seus estudos e a dificuldade de conciliar o trabalho com encontros que falem sobre si mesmas, percebemos que todas nós, necessitamos de apoio e valorização daquilo que estamos desenvolvendo e criando. Através das práticas educativas e comunitárias que temos realizado, temos contribuído intensamente para que a comunidade olhe para essa diversidade de mulheres, e valorize o que pensam, fazem e criam.

Muitas vezes, as mulheres de povos tradicionais, ao serem convidadas para falar na Universidade, não conseguem entender como podem contribuir. Elas desconhecem a importância e relevância dos seus saberes populares, muitos desses saberes voltados para a preservação ambiental, e melhoramento da qualidade de vida.

As práticas realizadas pelas estudantes do Curso em Licenciatura em Educação do Campo e pelo Coletivo feminista Dandaras-FURG/SLS, vem contribuindo no fortalecimento de identidade coletiva de suas

¹⁸ Ver: JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

participantes. Nas oficinas, nas rodas de diálogo, nas ações sócio educativas, como: intervenções e cine debates, procuramos fortalecer os grupos de mulheres, jovens e adultas, independente de idade ou etnia, promovendo cada vez mais ações que contribuam para orientar, incentivar e melhorar a vida das mulheres, envolvendo-as nos movimentos feministas, contribuindo assim, nas lutas por seus direitos enquanto mulheres.

Acreditamos numa educação que contribua para a equidade de gênero e que, através da organização de eventos, intervenções, rodas de diálogos, das oficinas de *Arte do Stencil*, *Bordado feminista*, *Oficina de Bonecas Negras* e *Oficina de Reciclagem*, e outras, fortalecemos a caminhada dessas mulheres, na luta por seus direitos, melhorias da qualidade de vida, fortalecendo os laços e trocas de saberes, entre as acadêmicas do Campus São Lourenço/FURG e cidadãs lourencianas e da região Sul do Rio Grande do Sul, sejam elas do campo ou da cidade¹⁹.

Tais ações são formas de reivindicação e incentivo para que, nós mulheres, juntas, possamos nos fortalecer e seguir *em luta até que todas sejamos livres*. E nesse sentido, sabemos que temos o nosso jeito de construir a luta, estudos e pesquisas que rompam com os paradigmas dominantes que nos aprisionam. E por isso, queremos encerrar nosso texto, com uma poesia, pois ela também carrega nossa rebeldia!

Moço, eu já fiz tanta coisa
 Que eu nem sabia que sabia
 Trabalhei de bóia fria
 Cozinhei, lavei, passei
 Eu fiz coisa que nem sei
 Dia e noite, noite e dia.

Mas, eu queria dizê
 Que das coisas que já fiz
 A que mais me deixa feliz
 Talvez você não vai crê.

¹⁹ Para saber mais dessas ações, ler: ROSA, Graziela Rinaldi da; SILVA, Márcia Alves da. Práticas educativas feministas no Brasil: perspectivas epistemológicas antipatriarcais e a pedagogia feminista (2017).

Eu espero que tu entenda
Um pouco do meu porquê
O mundo precisa sabe
Que a minha causa é justa
Moço, espera, não se assusta
Vou confessar para você

Foi no dia 8 e março
O tão comentado fato
Onde mulheres num ato
Destruíram um monstro forte,
Estratégia e esperteza
Foi pelo universo e natureza
E, contra um projeto de morte!

Meu grito ainda ta preso
Mas é uma questão de dias
Penso que a rebeldia
Esta luta vai vence
Seu moço, você vai tê
Um novo sol como guia.

As mulheres organizadas
De fato representam perigo
Ainda mais quando o inimigo
É provocador e algoz
Por mais que ele seja feroz
Elas o esmagaram à mão

Qual fúria de um furacão
Fizeram ouvir sua voz.
O que era gigante tombou
O que era valente não veio
O bicho que era tão feio
Soltou bramidos de dor
E, elas mostraram que o amor
À vida está acima de tudo
Mostraram elas pro mundo
O que se faz com o opressor!

Referências

- AMARAL, Ana Luísa, MACEDO, Ana Gabriela. **Dicionário da Crítica Feminista**. Edições: Afrontamento, 2005.
- AMARO, Sarita. Convite a um empoderamento urgente. In: ROSA, Graziela Rinaldi da. (org^a). **Mulheres em Movimento: perspectivas em educação, ativismo e empoderamento**. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2019, p. 13-21.
- AMORÓS, Celia. **Hacia una Crítica de La Razón Patriarcal**. Barcelona: Anthropos, 1991.
- AKOTIRENE; Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARTRA, Eli. **Mujeres en arte popular. De promesas, traiciones, monstruos y celebridades**. Mujeres en el Arte Popular. Universidade Autónoma Metropolitana: México, 2005.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CARRILO, Alfonso Torres. **Hacer historia desde Abajo y desde el Sur**. Colômbia: Ediciones desde abajo. 2014.
- CARVALHO, Debora J. **A conquista da cidadania feminista**. Saber acadêmico, n 11, 2011.
- CONTE, Isaura Isabel. Seu moço, eu nem Sabia que Sabia. In.: PALUDO, Conceição (Org^a)**Mulheres. Resistência e Luta em Defesa da Vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009, p. 168-169.
- COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf. Acesso em abril de 2018.
- FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Organizadoras). **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

FERREIRA, Evelin dos Santos. Direitos das mulheres do campo: avanços e retrocessos. In: ROSA, Graziela Rinaldi da. (org^a). **Mulheres em Movimento: perspectivas em educação, ativismo e empoderamento**. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2019, p.75-86.

FLORESTA, Nisia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. Introdução e Notas de Constância Lima Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários á pratica educativa**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 2014.

GARGALLO, Francesca. **Las ideas feministas latino-americanas**. México: Creatividad feminista, 2004. Disponível em: <http://pmayobre.webs.uvigo.es/descargar_libros/las%20ideas%20ofeministas%20latinoamericanas.pdf>. Acesso: agosto, 2019.

HIERRO, Graciela. **Ética y Feminismo**. México: Universidad Nacional Autónoma de México. 1990.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KOROL, Claudia (org^a). **Hacia una pedagogia feminista. Géneros y educación popular**. Cuadernos de Educación Popular. Editorial El Colectivo/América Libre: Buenos Aires, 2007.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Democracia genérica**. Red Latinoamericana de Educación Popular entre Mujeres. REPEM. México: 1994.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: De madresposas, monjas, presas, putas y locas**. México: UNAM, 2005.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Pacto entre mujeres sororidad**. Aportes para el Debate: México. 2006, p. 123-135. Disponível em: <<https://www.asociacionag.org.ar/pdfaportes/25/09.pdf>>. Acesso, Março 2018.

- LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa. Revista de Humanidades**. Nº9, julio-diciembre.2008, p.73-101. Colômbia: Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Colombia. Disponível em www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600906. Acesso em maio, 2018.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**. Nº 22, setembro-dezembro, 2014, p. 935-952.
- MAGDA, Rosa Maria Rodriguez (Ed.). **Mujeres en la historia del pensamiento**. Barcelona: Editorial Anthropos. 1997.
- MEIRA, Mirela Ribeiro; SILVA, Márcia Alves. **Mulheres Trabalhadoras: olhares sobre fazeres feminismo**, Pelotas. Editora e gráfica Universal – UFPel, 2012.
- MENEZES, Marilu Nornberg. **Nem tão doce lar: uma vida sem violência – direito de mulher e de homens**. São Leopoldo/Porto Alegre/Genebra: Sino-dal/FLD/IECLB/LWF, 2012.
- MORETTI, Cheron Z; ROSA, Graziela R. **Descautivar o pensamento pedagógico Latino-Americano: (Des) colonização e (Des) patriarcalização a partir da crítica feminista**. In: ROSA, Graziela Rinaldi da. MORETTI, Cheron Zanini. Dossiê: Epistemologia de “nosotras”: mulheres do campo, das águas e das florestas. V. 3, n.4 (2018), p. 1105-1127. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/6318> >. Acesso: Setembro 2019.
- NADEAU, Denise. **Educación Popular Feminista: Creando una nueva teoría y práctica**. Palabra de mujer: Aquelarre. Summer/Fall, 1996, p. 33-35.
- OCHOA, Luz Maceira. **El sueño y la práctica de sí. Pedagogía Feminista: una propuesta**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, 2008.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.
- RAGO, Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e História**. Descobrimo historicamente o gênero. CNT: Compostela, 2012.

RIBEIRO, Djamilia. **Quem tem medo do Feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. Apresentação. In: AKOTIRENE; Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p. 13-15.

ROSA, Graziela Rinaldi da; SILVA, Márcia Alves da. Práticas educativas feministas no Brasil: perspectivas epistemológicas antipatriarcais e a pedagogia feminista. In: Sarita Amaro; Véronique Durand. (Org.). **Veias feministas: memória, desafios e perspectivas para a mulher no século 21**. 1ed. Porto Alegre: Bonecker, 2017, p. 121-146.

ROSA, Graziela Rinaldi da. Despatriarcalizar e descolonizar o conhecimento: um desafio para a Pedagogia Latino Americana. In.: PEREIRA, Lisani da Conceição Patrocínio; GRANDO, Beleni Saléte; CUNHA, Tereza; FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara. (Organizadoras) **Mulheres, territórios e Identidades. Despatriarcalizando e descolonizando conceitos**. Vol. 1. Curitiba: Editora CRV, 2018, p. 41-52.

ROSA, Graziela Rinaldi da. Nísia Floresta e a reforma na educação no Brasil em busca da equidade de gênero. In: STRECK, Danilo R. (Org.). **Fontes da Pedagogia Latino-Americana. Uma Antologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 88-103.

SAFFIOTI, Heleieth. I.B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

_____. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna Ltda. 2001.

SANDERBERG, C. **Considerações introdutórias às Pedagogias Feministas**. In: Costa, A. et al. (orgs.). Ensino e gênero: perspectivas transversais. Salvador: NEIM, 2011. p. 17-32

SOUZA, Edileuza Penha de Souza; NUNES, Georgina H. Lima; MELO, Willivane F. de. **Memória, territorialidade e experiências de educação escolar quilombola no Brasil**. Pelotas: UFPEL, 2016.

SILVA, Márcia Alves da; EGGERT, Edla. **Des-costurar o doméstico e a 'madresposa' - a busca por autonomia através do trabalho artesanal**. Trabalho & Educação (UFMG), v. 19, p. 39-52, 2010.

SILVA, Márcia Alves da; EGGERT, Edla. Descosturar o doméstico e a 'madresposa' - a busca de autonomia por meio do trabalho artesanal. In: Edla Eggert. (Org.). **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul**. 1ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, v. p. 41-59.

SILVA, Márcia Alves da. EGGERT, Edla. A pesquisa biográfica e a importância das narrativas nos estudos sobre o trabalho feminino. In: PERES, Lúcia Maria Vaz; EGGERT, Edla; KUREK, Deonir. (Org.). **Essas coisas do imaginário: diferentes abordagens sobre narrativas [auto]formadoras**. 1ed. São Leopoldo - Brasília: Oikos - Liber Livro, 2009, v. p. 41-57.

SILVA, Márcia Alves da; NEGRETTO, Carla. **Trabalho artesanal, feminismo e movimentos sociais**. In: 4º Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos, y 2º Congreso Internacional de Identidades, 2016, La Prata. Actas 4º Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos, y 2º Congreso Internacional de Identidades. La Prata: Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género, 2016.

SILVA, Márcia Alves da; ROSA, Graziela Rinaldi da. (Organizadoras). **Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas**. Curitiba: Editora Brazil Publishing. 2019.

As mulheres emudecidas do Reino de Deus ¹

Paulo Gaiger

Patrícia Mattei

Durante muitos anos, o Brasil foi considerado o país mais católico das Américas e, talvez, de grande parte do mundo. De fato, uma visita à história revela o quanto da Igreja Católica foi semeado e colhido em terras brasileiras ao longo de mais de quinhentos anos, internalizando valores, comportamentos, visão de mundo, desejos e regras na compleição e definição do povo brasileiro. Ao olharmos para o passado do país percorrendo de norte a sul cidades históricas, monumentos e ruínas da intervenção cristã, realizada através de suas mais diferentes ordens religiosas, iremos nos deparar com centenas de igrejas e santuários, mas, sobretudo, com a ainda influente marca de santos protetores, de sacrifícios expiatórios, de lendas de mistérios e milagres que cobram a devoção, a penitência, a fé e a caridade para o perdão dos pecados. Negros foram escravizados e índios exterminados em nome da santa fé e do santo Cristo. Escravos ergueram templos ao senhor, mas não tiveram seus pecados perdoados e foram jogados à sorte do preconceito, do desprezo e da indigência. A política e a religião de um Brasil desigual e injusto desde sua origem, da colônia ao império e à república, inocularam na cultura e condutas de brasileiros, de forma indolor e indelével, a naturalização da própria injustiça e desigualdade, daqueles irremediavelmente condenados por Deus e daqueles eleitos

¹ Ensaio escrito a partir de comunicações realizadas no V SIGAM (Centro de Artes/UFPEL); 25º Seminário Nacional de Arte e Educação da FUNDARTE; 1º Congresso de Gênero e Diversidade Sexual - NUGEN/UFPEL.

e escolhidos por Deus. Porque, de todas as formas, a fé e a religião só conseguem preencher as lacunas da existência, se precedidas e acompanhadas do medo, da pobreza e da ignorância e, por outro lado, da adulação e admiração aos escolhidos.

A Teologia da Libertação, forjada a partir dos anos 60 por padres, bispos, cardeais, agentes, pastores e teólogos contrários às práticas oficiais da igreja, buscou construir entre as populações mais pobres da América Latina uma consciência política capaz de abrir caminhos para a emancipação e novos modelos de relação comunitária, onde a injustiça, o egoísmo, a exploração do homem pelo homem e a desigualdade não tivessem assento. Jesus deixava de ser um ícone ao qual todos deviam devoção cega, para ser o símbolo de liberdade e de justiça. Diante da expansão das ações da Teologia de Libertação, o papa João Paulo II assumiu a tarefa de minar pouco a pouco o trabalho e as conquistas, perseguindo, pressionando e censurando os principais nomes, entre os quais Ernesto Cardenal, Pedro Casaldáliga, Evaristo Arns, Leonardo Boff, Frei Beto, Gutierrez, Pedro Arrupe, Hélder Câmara e Oscar Romero. Aquilo que durante algumas poucas décadas foi um novo oxigênio para um povo em um país de joelhos, foi definhando e sendo substituído pela retomada da doutrina dogmática e fundamentalista originária dos EUA e disseminada na América Latina especialmente pelas confissões neopentecostais.

Nos últimos anos, a Igreja Católica vem perdendo devotos, mas a permanente naturalização da injustiça e da desigualdade através do pecado original, do temor a Deus e da condenação, está sendo exercida e inoculada pelas igrejas neopentecostais, disseminadas por todos os cantos do país. E é mais uma vez sobre as mulheres e os pobres que recaem em fluxo constante as pregações e as verdades incontestáveis da fé em forma de repressão e controle do corpo, do que estão autorizadas a ver, fazer e pensar.

A discriminação e o preconceito contra a mulher, frequentemente são justificados como parte da natureza humana e dos desígnios de Deus. Culpa-se a natureza pela sina e justificam-se a iniquidade e o tolhimento na palavra de um psicopata fantasmal e divinizado, gravada por perversos

reais no torá, na bíblia e no alcorão. As três confissões falocráticas mono-teístas são hábeis nas artes do despotismo e do embuste, especialmente quando se trata de justiça e de mulheres.

As consequências da falocracia divinizada são visíveis, daninhas e revelam a miséria humana oculta detrás dos discursos machistas e ontológicos representados na família, na escola, nas igrejas e no Estado, instituições eficazes de convencimento e preservação do sentido natural e deificado da iniquidade. A introdução da cultura de perpetuação de estados de bestialidade.

Reprodução e obscuridade

Nestas duas primeiras décadas do século XXI, ao contrário do que se supunha em razão dos avanços tecnológicos, da globalização, dos movimentos sociais e dos espaços públicos e privados conquistados por mulheres, foi o crescimento e o alastramento de diversas igrejas cristãs neopentecostais e fundamentalistas o mais surpreendente. O que todas têm em comum, são os discursos coercitivos que visam à imobilidade e o retorno das mulheres a um estado de sujeição e emudecimento. A elas, novamente, é atribuído o perigo de todos os vícios desviantes, considerando, obviamente, que as virtudes estão do outro lado, daqueles que assim determinam, isto é, dos homens que representam o poder divino: “A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio” (I Timóteo 2:11-12). Segundo os cristãos e a bíblia, Deus criou primeiramente Adão, o varão. Portanto, a escritura legitima o papel subalterno das mulheres pela mão do criador. Ainda que atualmente algumas mulheres possam ser pastoras e conduzir os ministérios pastorais, a linguagem e as mensagens dogmáticas da fé tendem a reforçar a condição de sujeição e os mecanismos de repressão.

A partir da ideia incubada de que a bíblia é sagrada porque é a palavra de Deus, todas as mensagens que advém dela adquirem o peso de verdade

inquestionável. Dela ninguém pode duvidar sob pena da condenação aos infernos no dia do grande tribunal e júízo final. O medo é uma das artimanhas de dominação. Especialmente, quando a infância se perpetua na vida adulta. Estranhamos um adulto que, por ventura, segue acreditando na fada do dente, no papai Noel ou no coelhinho da Páscoa. Contudo, somos condescendentes com o adulto que acredita na morte e ressurreição de Cristo, em Deus e em milagres.

A repressão e o controle começam e se dão pelo constrangimento e condenação do corpo e da sexualidade, numa imagem sagrada de inferioridade e inaptidão. As mulheres são responsáveis pelo incitamento do desejo sexual, da luxúria e do pecado. Por isso, devem ser afastadas o quanto necessário dos espaços públicos, do leito conjugal e cobertas com vestes para não colocarem em perigo a retidão e a fé dos homens, “porque seu corpo não manifesta nem a imagem nem a glória de Deus”².

Esta breve análise poderia soar sem sentido, mas não. A questão que desassossega se refere ao fato de que as igrejas cristãs, em particular no Brasil, de fato, vêm se multiplicando e tomando assento, inclusive, nos fóruns legislativos, ou seja, nas câmaras de vereadores municipais, assembleias legislativas estaduais, congresso e senado, lugares onde se criam as normas e leis que regem uma nação. Não raro, os poderes executivos, especialmente das pequenas cidades, estão sob a mão de algum pastor. Assim, democraticamente, através de eleições, vão transformando os espaços laicos e de pensamento, em templos de controle e fé. Já temos um presidente assumidamente evangélico e uma ministra pastora.

Então, a força das bancadas cristãs conseguiu afastar os temas de gênero e sexualidade das escolas públicas de várias regiões do país. Da mesma forma, conseguiu a alteração do estatuto da família, regressando a tempos de obscuridade. Trabalhando em conjunto com representações das forças da indústria bélica, do agronegócio e da propriedade da terra, a chamada bancada BBB, da bala, do boi e da bíblia, vem se opondo aos avanços sociais e querendo (re)cristianizar o Brasil. Não somente através de uma

² Chauí, p. 98, 1987.

nova legislação repressora e controladora, mas também através de eventos midiáticos de grande aceitação e participação popular: a marcha para Jesus, convocada pela igreja Renascer, reúne milhares de fiéis em todas as principais capitais.

Como um contrassenso que apenas pode ser justificado por uma visão política pragmática e torpe, diversos fatos vêm demonstrando como está se dando a (re)cristianização do país, resgatando valores ligados a uma determinada configuração de família, à “moral e os bons costumes”, de forma muito bem arquitetada, na contramão de um estado laico e democrático de direito. Em 2014, a inauguração do Templo de Salomão, da Igreja Universal, um dos empreendimentos religiosos mais lucrativos e poderosos do país, contou com a presença da presidente da república, Dilma Rousseff, do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin e do prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, entre outras tantas autoridades. Quando em 2011, em seu primeiro mandato, Dilma Rousseff decidiu-se por não receber a Nobel da Paz, Shirin Ebadi, militante iraniana dos direitos humanos, para não comprometer as relações econômicas com o tirano Mahmoud Ahmadinejad, escreveu, simbolicamente, que a ignomínia não tem limites quando os interesses de manutenção do poder subjugam os direitos humanos e a liberdade. Em 2017, o então presidente interino, Michel Temer, em uma cerimônia pela passagem do Dia Internacional da Mulher afirmou que “ninguém mais é capaz de indicar os desajustes de preços nos supermercados do que a mulher” e que “se a sociedade vai bem é porque as pessoas tiveram boa formação em casa, e quem faz isso é a mulher”. Neste mesmo período, uma revista de grande circulação se referiu à esposa de Temer, como um exemplo de mulher: a mulher bela, recatada e do lar. Jair Bolsonaro, atual presidente da república, declarou que “não empregaria homens e mulheres com o mesmo salário” e chamou de “férias” a licença-maternidade. Ao ser questionado sobre o que faria se tivesse um filho gay, Bolsonaro disse, em 2011, que isso não aconteceria por que “eles tiveram uma boa educação”.

Na Pelotas de fins do século XIX, como herança de gerações anteriores e como berço de décadas por vir, as mulheres eram consideradas seres

sensíveis e dóceis, regradas e submissas e os homens como naturalmente dotados de poder de decisão, de capacidades administrativas e com maior necessidade de prazer sexual. A Frenologia, pseudociência que conquistou a medicina do século XIX, trouxe à superfície absurdos que foram ao encontro da afirmação andocêntrica, racista e religiosa e, por consequência, da inferioridade natural das mulheres e dos negros. Quanto às mulheres, os pseudocientistas afirmaram que nelas predominavam as “faculdades afetivas” e nos homens, “as intelectuais”. Não é novidade, porque na Grécia Clássica de mais de dois mil anos atrás, era esse o pensamento.

Dois santos importantes para as igrejas alimentaram por séculos ideias misóginas: Santo Agostinho nutria um profundo desprezo pelas mulheres, sendo um dos responsáveis por fundir o Cristianismo com o ódio ao sexo e ao prazer. São Tomás de Aquino ajudou a naturalizar a ideia de que a mulher é útil na procriação, na criação dos filhos e para cuidar da casa, sendo completamente desqualificada e desnecessária à vida intelectual do homem. A castidade, assim como na Antiguidade, é supervalorizada e tenta varrer um passado pecador – Maria é pura e não teve relação sexual com José, e Jesus é fruto desta concepção livre de “pecado”. Eis que o mito se tornou história: fez crer que uma virgem concebeu e, até hoje, é utilizada para justificar comportamentos opressivos, de dominação masculina, de subserviência e de emudecimento da mulher. A mulher-mãe, obediente, zelosa e casta.

O autocontrole e o ascetismo sobre a vivência do prazer já estavam presentes nas civilizações muito antes do “advento” do cristianismo, mas foi na “era Cristã” que essa repressão foi mais marcante. De acordo com Uta Ranke-Heinemann (1996) a história do cristianismo é praticamente a história de como as mulheres foram silenciadas e privadas dos seus direitos, seja através dos homens, seja através do divino.

Estamos revivendo uma velha era no Brasil: “menino veste azul, menina veste rosa!”. Uma frase aparentemente inocente, dita com entusiasmo pela controversa ministra Damares Alves e aplaudida entusiasticamente por seus apoiadores nos primeiros dias frente ao Ministério

da Mulher, Família e Direitos Humanos. O que poderia ser uma proposta inocente é um reflexo da ascensão nacional de uma onda ultraconservadora, desastrosa e perigosa. A polêmica em torno da fala da ministra evangélica revela de forma cristalina a influência da igreja para a criação e a manutenção das iniquidades de gênero.

Outra faceta da fala da ministra Damares, é a de que, ao ressaltar positivamente uma visão binária na sociedade, a partir do corpo biológico, pressupondo que todo indivíduo vive o corpo da mesma maneira, acentua como anormal quem o vive de uma forma diferente. Um dos retrocessos mais preocupantes do Brasil atual, para além do controle social dos corpos e vidas das mulheres, é a condenação das comunidades LGBTQI como conduta desviante e, portanto, um mal que, em nome da moral, dos bons costumes, da família brasileira e da harmonia social, deve ser erradicado. Em fevereiro deste ano, o Grupo Gay da Bahia divulgou seu relatório anual de 2018 de Mortes Violentas de LGBT no Brasil. Os dados são assustadores: a cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida, vítima de LGBTfobia, colocando o Brasil como o vergonhoso campeão mundial de crimes contra minorias sexuais. Agências internacionais de Direitos Humanos apontam que se mata mais homo e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte para LGBTs. E o panorama não é animador: as políticas do atual governo e as pregações das igrejas procuram estigmatizar os temas de gênero e sexualidade.

Educação e contradições

Os autores e referenciais teóricos deste ensaio se debruçaram sobre questões históricas e culturais relativas à compreensão e respeito aos temas de gênero e sexualidade. Se por um lado, percebem avanços, por outro, são quase unânimes em perceber na religião e nas igrejas os principais obstáculos para as mesmas conquistas e aberturas sociais ao longo dos tempos. As religiões e as igrejas, em grande parte, não conseguiram avançar e propor mudanças substanciais na forma como entendem o ser humano,

especialmente, naquilo que costumam chamar de ordem e valores morais. Para a maioria, não há nada mais o que se saber e conhecer além da palavra de Deus impressa na Bíblia. A ciência e a pesquisa, portanto, devem ser dirigidos preferencialmente para deificar os mitos bíblicos. Algumas lideranças e fiéis das igrejas neopentecostais quando afirmam que algumas práticas e desejos sexuais contrariam a natureza, entram em contradição, pois qualquer coisa que seja contra as leis da natureza não pode acontecer. A maçã de Newton não deixará de cair quando se desprender da macieira mesmo sob ordens do papa; a Terra continuará girando em torno do sol mesmo que Malafaia seja contra; quando o coração parar de bater por um tempo demasiado, a pessoa morrerá, em que pese as orações dos devotos; quando Benjamin Franklin descobriu a razão do raio e do trovão, as divindades atribuídas a esta forças da natureza perderam o emprego. Diante deste fato evidente, as igrejas apelam à vontade de Deus. Contudo, se esse Deus, onipotente, criou a natureza e a natureza não interpõe e nem julga as múltiplas formas de sexualidade e gênero, ou Deus é mais uma fantasmagoria ou as igrejas mentem sobre a sua vontade. A preocupação em relação aos possíveis retrocessos advém da multiplicação de templos e pregações fundamentalistas e de como o discurso seduz parcelas da população, estudantes, pais e docentes das escolas, em nome de uma hipotética família cristã. Todos lucram e têm por objetivo principal, o controle e a sujeição das mulheres através do temor a Deus.

Nesse mapa de contornos e paisagens cinza, que espaços os movimentos sociais de empoderamento e emancipação das mulheres poderão ter? Que sentido alcançará o discurso de direitos humanos em uma nação de crentes entorpecidos pela homilia religiosa? Como obstar e desconstruir a imagem fantasmal de onipresença, onisciência e todo-poder de um Deus vigilante e aterrorizante que preenche todas as horas de todos os dias e noites? Nesse sentido, como os processos de educação formal ou informal podem provocar a reflexão sobre estas realidades? Como as artes e as ciências podem gerar a discussão mais fecunda sobre o pensamento que se pensa e a conduta?

A universidade, que tem um papel fundamental e necessariamente transformador, também é alvo das políticas deste governo despótico e conservador. Ela que tem que perceber o ser humano em todas as suas expressões e potencialidades, em um caminho de devir, de se estar sendo todos os dias. Ela que deve estimular a pesquisa e a compreensão do trabalho, da inteligência, do afeto, da política, do amor, do jogo, do sexo, da solidão, do respeito, do conflito, do ócio, da coletividade, da diferença, da preguiça, da individualidade, do conhecimento, da transcendência e da arte, está sendo seriamente ameaçada, especialmente, em suas áreas de humanas e das artes.

O Brasil, infelizmente, é um dos países onde a população é muito pobre quando se fala de leitura de livros, de poesia e, inclusive, de periódicos. Dados de 2016³ apontam que 44% dos brasileiros não leem, e que 30% nunca adquiriu um livro. O ensino fundamental e médio sofre no esforço para a leitura e, talvez, por isso, o país tenha um dos indicadores mais vergonhosos e baixos de rendimento escolar. Esta realidade invade os espaços universitários à medida que se percebe o número de estudantes que mal sabem ler e interpretar um texto. Nesse sentido, é razoável inferir que a compreensão das diferentes realidades, a qualidade das decisões e o rumo das escolhas, estejam mais vinculadas à doutrina e à fé, do que à razão e ao pensamento.

As artes

A arte tem a força de resignificar a ação humana, de revelar as realidades ocultas, de provocar mudanças de visão de mundo e de sensibilização. Igualmente, de desenvolver a consciência estética e ética, conquista imprescindível para as decisões políticas e da justiça. Se tomarmos, por exemplo, a trilogia de Garcia Lorca como objeto para a reflexão para o tema de gênero⁴, se poderá identificar em sua obra, a provocação e a reflexão

³ Rodrigues, Maria F. O Estadão, 16.05.16 (<https://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/44-da-populacao-brasileira-nao-le-e-30-nunca-comprou-um-livro-aponta-pesquisa-retratos-da-leitura/>)

⁴ Parte do artigo publicado nos anais da VIII Jornada Latino-Americana de Estudos Teatrais (Arte e invisibilidade: o feminino no teatro e no real - Autores: Daniele Almeida Pestano (Bolsista PBIP) e Paulo Gaiger (Prof. Dr. do CEARTE/UFPEL). FURB, Blumenau, SC, 2014.

desestabilizadora de paisagens humanas recorrentes. Lorca desequilibra o mundo masculino acomodado e escorado nos costumes, na religião, na força e nas heranças, trazendo à luz e refletindo a sofreada pulsão feminina, de forma lírica, sensível e aguda. Represas que se rompem. As diferentes personagens/mulheres na trilogia “Bodas de sangue”, “Yerma” e “A casa de Bernarda Alba”, reveladas através de sua pena, nos trazem universos femininos retesados e velados pela ação da mão masculina. O poeta andaluz bebeu na fonte da experiência vivida, da terra onde pisavam seus pés, das histórias orais e tradições, das canções e bailes, das cercanias e povoados.

A mulher, em tempos de Lorca, vivia sob rígidos padrões e sob constante vigilância familiar e das demais instituições (igreja e estado) que lhe impediam construir sua individualidade, manifestar suas paixões e desejos, tomar decisões. A ela estava destinado um marido, a quem devia obediência, uma prole gigantesca, os cuidados domésticos e a mudez. Para dizer o mesmo, somente sob a tutela de um homem/macho, gerando e educando filhos para este, entregando-se à faina doméstica, observando os dias santos e as orações, uma mulher poderia se considerar realizada como mulher. Era tradição e é bíblico. Todavia, o feminino estava banido, a mulher em devir estava mutilada.

A tentativa de ruptura, em subverter a ordem masculina das coisas, em conquistar o direito de liberdade e emancipação se vê na trajetória das personagens “Noiva” (Bodas de Sangue), “Yerma” (Yerma) e “Adela” (A Casa de Bernarda Alba). As três estão “mortas em vida” e irão buscar a “vida na morte”. Embora a “Noiva” e “Yerma” não morram ao final do drama, ao contrário de Adela, ambas encontram a morte simbólica e definitiva na destruição do “objeto” de suas pulsões vitais. O sonho que é interrompido e o pesadelo que cobra vida. A desobediência tem seu preço. A mulher em Lorca fala por todas as mulheres em condição semelhante de obliteração.

Nos dramas *A Dama das Camélias*, de Dumas Filho, *A casa de bonecas*, de Ibsen e *Senhorita Júlia*, de Strindberg⁵, têm em comum o recorte

⁵ Comunicação apresentado no 7º SENALLP – Seminário Nacional de Linguística e Ensino de Língua Portuguesa – FURG – 2019.

da vida de três mulheres encerradas em um universo social, religioso e político hegemonicamente masculino. Margarida é a personagem central de *A Dama das Camélias*, melodrama romântico muito apreciado. Vivendo no meio de aristocratas, entre nobres e condes, frivolidades, galanteios e assédio constantes, Margarida se vê obrigada a manter um estilo de vida de aparente opulência e caprichos, que a leva à falência e à morte por tuberculose. Armand Duval, apaixonado, tenta de todos os modos pagar as dívidas de Margarida condicionando, como outros, a relação à exclusividade e, ao mesmo tempo, à reclusão. Margarida revela-se perdida em meio ao tumulto da testosterona que a cerca, que a deseja, mas não a respeita. Em *A Casa de Bonecas*, Nora é tratada por Helmer, seu marido, como uma criança, uma incapaz. Aquilo que em uma primeira leitura poderia ser entendido como carinho, respeito e afeto, é expressão de menosprezo, violência dissimulada e cerceamento. São as contradições e ingratidão de Helmer que fazem despertar em Nora a consciência de seu cárcere. Ela abandona o lar, marido, filhos e os privilégios burgueses que a detém, e ruma para um lugar indefinido. Júlia, insegura e presa aos costumes e à propriedade de seu pai, embora busque subverter sua condição de mulher, ao mesmo tempo aristocrática e submissa, comete suicídio, menos pelas possibilidades esfumaçadas de emancipação, mas, sobretudo, pelo sentimento de culpa vivido após ter tido relações sexuais com um empregado. Se as histórias destas personagens, as Lorca e as de Ibsen, Dumas e Strindberg aconteceram no século XIX e começos do XX, podemos intuir as relações entre estas personagens, o contexto masculino que as cerca e as mulheres e contextos de nosso tempo. Em que medida, a Noiva, Adela, Yerma, Júlia, Nora e Margarida renascem no Brasil estimuladas pelas novas igrejas confessionais, pela retomada de dogmas e doutrinas que veem na mulher, um ser de sujeição e obediência?

Uma ação educativa que acolha e perceba as diferentes realidades de cada comunidade e, sobretudo, fecunda uma proposta de reflexão sobre o tema de gênero e o empoderamento das mulheres é urgente. A descristianização, portanto, passa a ser um tema a ser considerado, sob pena de o

Brasil viver os próximos anos tempos de obscurantismo e repressão às mulheres. Uma distopia na carne como se pode ler em o Conto da Aia, de Margaret Atwood. A arte no calabouço.

Referências

ACUÑA, Orlando Manotas. La mujer en la obra de García Lorca. <http://www.uniatlantico.edu.co/uatlantico/publicaciones/revista-chichamaya-n07>.

BARROS, Chalena de Arruda. *La mujer bajo la visión de Federico García Lorca y Pedro Almodóvar*. Trabalho de conclusão de curso. B277m. Graduação em Letras e Artes. CEDUC. Universidade da Paraíba. 21ed.CDD778.52. Paraíba, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *La dominación masculina*. Anagrama. Barcelona. España, 2000.

CHAUÍ, M. *Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão Sexual. Essa nossa (des)conhecida*. 10ª edição. Brasiliense São Paulo. SP. Brasil, 1987.

DAWKINS, Richard. *Deus, um delírio*. Editora Schwarcz. São Paulo. SP, Brasil, 2007.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GAIGER, Paulo. *Educar para vivir: reflexiones desde el ocio humanista, el arte y la corporeidad*. Tesina. Programa de Doctorado de Ocio y Potencial Humano del Instituto de Estudios de Ocio de la Universidad de Deusto. Bilbao. España, 2003-2004. 2005.

_____, Paulo. Um ensaio sobre a corporeidade. In: Revista Perfil, pp. 95-102. Publicação do Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano Mestrado/Doutorado – Esef/Ufrgs – Ano IV Nº 4 – Brasil, 2/2000.

GGB - Grupo Gay da Bahia – População LGBT morta no Brasil #Relatório 2018. Acesso em 16.07.2019.

GLUKSMANN, André. *O discurso do ódio*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. RJ. Brasil, 2007.

GREINER, Christine. *O corpo – pistas para estudos indisciplinados*. 2ª edição. Annablume. São Paulo. SP. Brasil, 2005.

HEINEMANN, Uta Ranke. *Eunucos pelo Reino de Deus. Mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*. Editora Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro. RJ, 1996.

LOURO, G L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Minas Gerais: Autêntica, 2000.

MARIANO, R. *Os neopentecostais e a teologia da prosperidade*. Novos Estudos, n. 44, p. 210, 1996.

MAY, Rollo. *Minha busca de beleza*. Ed. Vozes. Petrópolis. RJ. Brasil, 1985.

MATTEI, Patrícia. *A sexualidade da fêmea humana à luz da Evolução*. In: DREHMER, C.J.; DORNELLES, J.E.F.; SILVEIRA, T.L.R. *Contribuições da evolução biológica ao pensamento humano*. Pelotas: Editora UFPel, 2018..

PASSOS, Simone Aparecida dos. *Mulher, desejo e morte: dramaturgia e sociedade no inseparável triângulo de García Lorca*. Dissertação de Mestrado. P289m. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Uberlândia. CDU 86o(091). Minas Gerais, 2009.

RANKE-HEINEMANN, U. *Eunucos pelo reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

RICHARDS, J. *Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993..

TELLO, Manuel Lineros. *La mujer en el teatro de Lorca*. www.contraclave.org

TIBURI, Márcia. *Ético-política feminista*. Revista CULT. <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/07/etico-politica-feminista/>, 2015.

UNICEF / ONU. *Estado Mundial de la Infancia. La mujer y la infancia*. Honduras, 2007.

O discurso antigênero: uma ameaça à escola democrática

Rogério Diniz Junqueira

Assistimos nos últimos anos à emergência de um discurso reacionário que afirma, entre outras coisas, haver uma conspiração mundial contra a família. Segundo os promotores desse discurso, os autodenominados “defensores da família”, a escola tornou-se o espaço estratégico para a imposição de uma ideologia contrária à natureza humana: a assim dita “ideologia do gênero”. E não param aí. Segundo eles, os professores, engajados nessa agenda global anti-família, em vez de cumprirem o currículo, buscariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral de seus filhos para doutriná-los com ideias contrárias às convicções e aos valores da família tradicional cristã. Para aniquilá-la por meio do cancelamento das diferenças naturais entre homens e mulheres, esses inimigos da família procurariam confundir as crianças, obrigando, por exemplo, os meninos a vestirem saias e a brincarem de bonecas, enquanto as meninas seriam instigadas a se livrarem de sua natural propensão a cuidar dos outros. Em um esforço de “erotização das crianças” desde a mais tenra idade, os alunos seriam estimulados a se interessarem por masturbação, homossexualidade, transexualidade, prostituição, aborto, poligamia, pornografia, pedofilia, bestialismo, etc. Alarmados, pais são convocados a se unirem em uma cruzada em “defesa da família” (referida sempre no singular), embaçados em lemas como: “Abaixo a ideologia de gênero!”, “Salvemos a

família!” , “Respeitem a inocência das crianças”, “Meninos vestem azul; meninas vestem rosa!”, e assim por diante.

Esses “defensores da família” organizam verdadeiras cruzadas com vistas a reafirmar e impor valores morais tradicionais e concepções religiosas em diversos âmbitos sociais. Trata-se de um projeto de poder regressivo que busca reforçar o estatuto de autoridade moral das instituições religiosas e salvaguardar sua influência na vida social, cultural e política, desde a esfera íntima, privada, até a gestão pública. Ao sabor de intensos embates em torno de controvérsias morais, essas ofensivas anti-gênero¹ têm se mostrado eficazes para bloquear avanços e impor retrocessos nos campos das políticas públicas e no mundo da vida.

De fato, a arena pública de dezenas de países tem sido tomada por mobilizações voltadas a eliminar ou reduzir as conquistas feministas, a obstruir a adoção de medidas de equidade de gênero, a reduzir garantias de não discriminação, a entravar o reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos, e, por outro lado, a fortalecer visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários.

Esse ativismo ultraconservador, geralmente religioso, mostra-se obstinado em contrapor-se à afirmação dos direitos humanos e sexuais de mulheres e lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI). Entre outras coisas, esses ativistas engajam-se contra a adoção da perspectiva de equidade de gênero e o enfrentamento ao preconceito, à discriminação e à violência sexista, heterossexista e transfóbica. Opõem-se ao reconhecimento da diversidade sexual e da pluralidade dos arranjos familiares, à educação para sexualidade, ao acesso de adolescentes à informação sobre saúde sexual, à proibição das terapias de reconversão sexual (popularmente conhecida como “cura gay”), à despatologização das transgeneridades e assim por diante. Segundo eles, tais adoções seriam vetores

¹ “Antigênero”: a posição contrária à adoção da perspectiva de gênero e à promoção do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas políticas sociais, no mundo do trabalho, na vida cotidiana, etc.

da assim dita “ideologia de gênero”, uma ameaça à “família natural” e à sociedade.

Neste artigo, procurarei abordar sinteticamente o tema, considerando a gênese do discurso polêmico em torno da “ideologia do gênero”, as principais estratégias adotadas nessa ofensiva e algumas de suas implicações no campo da educação. Afinal, escolhida como um dos principais alvos dessa ofensiva reacionária transnacional, a escola foi colocada no centro de um debate público em que os desafios relativos às garantias ao direito à educação cedem lugar a abordagens voltadas a deslegitimar a liberdade docente e a desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica e de socialização para o convívio social, plural, cidadão e democrático.

“Ideologia de gênero”: uma invenção católica

A maioria dos estudiosos² do tema concorda que o sintagma “ideologia de gênero” é um neologismo produzido a partir da segunda metade da década de 1990 em reação às deliberações aprovadas na Conferência Internacional sobre População, no Cairo (de 1994), e na Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim (de 1995). Convocadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), ambas as conferências são marcos importantes em favor da igualdade entre homens e mulheres e na prevenção e eliminação das injustiças e da opressão sexual e de gênero. No entanto, setores religiosos mais conservadores enxergaram nessas deliberações novas ameaças a seu poder político e prestígio social. Diante disso, o Vaticano conduziu um conjunto de ações com vistas a reafirmar a doutrina católica (reforçar posições religiosas tradicionalistas, seus pontos doutrinários dogmáticos e seus princípios “não negociáveis”), produzir e disseminar discursos de naturalização da ordem social e moral tradicional que

² Ver: Case (2011), Garbagnoli (2014), Junqueira (2016, 2017, 2018, 2019), Paternotte, Dussen, Piette (2015), Rosado-Nunes (2015), entre outros.

contribuíssem para conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade.

Mais precisamente, pode-se afirmar que “ideologia de gênero” é uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000. A expressão foi, assim, urdida no âmbito da formulação de uma retórica reacionária antifeminista, sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyła (papa João Paulo II). O pontificado do papa polonês marcou-se pela radicalização do discurso da Santa Sé sobre moralidade sexual (especialmente quanto a aborto, contracepção e homossexualidade) e por um virulento ataque à “modernidade”. Essa teologia foi reunida em *Homem e Mulher o Criou*, de 1984, e encontrou uma de suas mais nítidas formulações na *Carta às Famílias*, de 1994. O pontífice, ao fazer da heterossexualidade e da família heterossexual o centro de sua “antropologia” e de sua doutrina, produziu uma teologia cujos postulados situam a heterossexualidade na origem da sociedade e definem a complementaridade heterossexual no casamento como fundamento da harmonia social. A Teologia do Corpo forneceu fundamentos e parâmetros para a elaboração de uma retórica antifeminista que animaria a ofensiva antigênero. Atualmente, mesmo quando acionado por atores de diversas orientações religiosas ou laicos, o discurso antigênero permanece pautado por sua matriz católica.

Para a construção do sintagma e da retórica antigênero, além da Cúria Romana, foram mobilizadas figuras ultraconservadoras de conferências episcopais de diversos países, movimentos pró-vida, pró-família, associações de terapias reparativas da homossexualidade e grupos de ultradireita. Nesse processo, foi marcante a atuação de grupos religiosos radicais estadunidenses e de movimentos eclesiais, dentre os quais a Opus Dei. E, embora se trate de um fenômeno urdido de maneira transnacional, é importante também observar a nem sempre suficientemente considerada contribuição da América Latina nesse processo. Era colombiano o cardeal que presidiu o Pontifício Conselho para a Família, de 1991 a

2008, exatamente nos períodos de construção e emergência do discurso antigênero: o ultraconservador Alfonso Lopez Trujillo. Ostensivamente reacionário em relação à sexualidade e bioética, na fase mais aguda da epidemia de Aids o cardeal manteve oposição intransigente quanto à proibição do uso de preservativos e a campanhas de prevenção não circunscritas à abstinência e fidelidade conjugal. Juntamente com a Congregação para a Doutrina da Fé, o colombiano sustentou um ataque contumaz à Teologia da Libertação em todo o continente.

Outra figura importante foi Michel Schooyans, um jesuíta belga que viveu no Brasil de 1959 a 1969. Anticomunista, se destacou pelas críticas ao aborto e ao uso de contraceptivos. Em seu livro *O Evangelho perante a desordem mundial*, de 1997 (a edição em português é de 2000), que conta com prefácio de Ratzinger, dedicou amplo espaço à denúncia de um complot da “ideologia de gênero”: os organismos internacionais estariam à deriva do interesse de minorias sexuais subversivas, promotoras de uma cultura antifamília, do colonialismo sexual e da ideologia da morte. Nessa obra, Schooyans reserva um capítulo específico para expor o que considera ser a coligação ideológica do “gênero” com o socialismo, o malthusianismo, o eugenismo e o liberalismo. Nota-se, ali, um dos primeiros empregos do sintagma – ou talvez o primeiro. Essa possibilidade, aliás, não autoriza desconsiderar que processos de incubação, emergência e circulação do sintagma e da retórica a ele relacionada, se desdobraram a partir da formação e articulação de redes de atores, significados e representações, segundo tramas que ainda exigem estudos. Mais do que demarcar esse (ou outro) como o possível primeiro emprego do sintagma, é oportuno notar que, ali, ele aparece revestido de sentidos e amparado em elementos retóricos que encontrarão eco em futuras manifestações antigênero.

Em abril de 1998, a Conferência Episcopal do Peru publicou a nota *A ideologia de gênero: seus perigos e seus alcances*, produzida pelo ultraconservador monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, Bispo Auxiliar de Lima, opusdeísta. Foi a primeira vez em que o sintagma foi empregado em um

documento eclesiástico. A nota teve ampla divulgação e se tornou uma referência central na construção do discurso antigênero.

O documento do episcopado peruano teve como base um artigo redigido pela estadunidense Dale O'Leary para subsidiar os trabalhos preparatórios de grupos pró-vida e pró-família para a Conferência de Pequim. Também ligada à Opus Dei, a atuação dessa jornalista e ensaísta católica foi extremamente importante no processo de construção e disseminação do discurso antigênero. Por anos, ela esteve ligada a um poderoso *lobby* católico dedicado à defesa da “cura gay”, o *Family Research Council* e da *National Association for Research & Therapy of Homosexuality* e manteve intenso trânsito junto à Cúria Vaticana, inclusive em interlocução direta com o cardeal Ratzinger. Seu principal livro, o *Agenda de Gênero*, de 1997, foi traduzido em várias línguas e é uma das bíblias do movimento antigênero. Grande parte dos argumentos e estratégias retóricas empregados na ofensiva antigênero em todo o mundo já estão presentes nessa obra.

Na esteira dessas articulações, sob a batuta do cardeal Trujillo, o sintagma compareceu pela primeira vez em um documento da Cúria Romana com a publicação de *Família, Matrimônio e “uniões de fato”*, em julho de 2000. Nesse ínterim, o colombiano já vinha trabalhando para conduzir a elaboração do mais amplo, incisivo e polêmico documento sobre o tema: o *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*. Publicado em 2003 pelo Pontifício Conselho para a Família, trata-se de uma espécie de dicionário enciclopédico sobre temas relativos a gênero, sexualidade e bioética, para o qual colaboraram mais de 70 autores conselheiros do Vaticano ou atuantes em suas instituições de ensino. O *Lexicon*, a suma teórica do discurso antigênero, ataca vigorosamente todo um conjunto de valores e referências que se consolidou sobretudo em sociedades secularizadas e que se disseminava pelo mundo. Seus verbetes tornaram-se textos de iniciação para interessados em aprender sobre a “ideologia de gênero” e a combatê-la. Suas traduções em português e espanhol foram publicadas em 2004.

O cardeal colombiano se valeu de dois textos para orientar o grupo encarregado de redigir os verbetes do *Lexicon*: o artigo acima mencionado de Alzamora Revoredo e um artigo da teóloga alemã Jutta Burggraf intitulado “¿Qué quiere decir género? En torno a un nuevo modo de hablar” publicado em 2001 pela editora Promesa, em São José da Costa Rica. O artigo de Burggraf, professora da Universidade de Navarra e numerária opusdeísta, depois de revisto pelo Vaticano, recebeu novo título [“Gênero (*Gender*)”] e passou a integrar o *Lexicon*, juntamente com o artigo de Alzamora.

Nos anos que antecederam a produção do *Lexicon* e nos seguintes, não se registraram muitas manifestações públicas contra a “ideologia do gênero”. Em geral, elas se restringiam a pronunciamentos de Ratzinger, da Congregação para a Doutrina da Fé, por ele presidida (com a crucial *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo*), e de alguns episcopados. Desse período, vale destacar a fala do alemão na abertura da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, em maio de 2007, em Aparecida, no Brasil. A moralidade sexual foi um dos temas abordados nesse discurso e recebeu várias menções no “Documento de Aparecida”. O enfoque reverberava disposições da Teologia do Corpo e já se mostrava engrenado na retórica antigênero. Ainda no mesmo ano, o livro *Agenda de Gênero* foi publicado em espanhol pela Promesa e em português pela Canção Nova. Nos anos seguintes, presenciou-se um gradual e sustentado acionamento desse discurso antigênero.

Uma tematização mais intensa sobre a questão começou a se dar a partir de 2008, com forte empenhada a partir de 2012, especialmente na Europa. Em 2008, Ratzinger, na condição de papa Bento XVI, proferiu discursos sobre o tema, nos quais, mesmo expressando uma ideologia religiosa, abordava-o de maneira a soar como algo de interesse público universal. Como já tinha feito em *O Sal da Terra* (publicado em 1996, na Alemanha), ele defendeu que a reflexão sobre a identidade sexual e as construções sociais relativas ao gênero poderiam desintegrar o ser

humano. A Igreja teria a responsabilidade de intervir para impedir isso. Os seus pronunciamentos por ocasião do Natal em 2008 e, especialmente, o de 2012 parecem ter representado um sinal verde para a eclosão em moldes transnacionais da ofensiva antigênero, que, em pouco tempo, conquistou a arena política de diversos países, com manifestações oceânicas³.

Não há elementos que nos levem a crer que o Brasil tenha desempenhado uma liderança no alvorecer do movimento antigênero no continente. No entanto, pode-se dizer que havia traços da retórica antigênero em circulação no país pelo menos desde 2004, especialmente entre religiosos e defensores das terapias de reorientação sexual – ou, de certa forma, nas publicações do ativista católico Júlio Severo, desde o fim dos anos 1990. Ao sabor da oposição ao programa do governo federal Brasil Sem Homofobia (2004), ao projeto de lei sobre a criminalização da homofobia (PLC 122/2006), às normas deontológicas que proibiam a “cura gay” e ao Plano Nacional de Direitos Humanos III (2009), houve um gradativo acionamento desse discurso. Embora detratores das políticas de equidade de gênero e reconhecimento da diversidade sexual nas escolas viessem fazendo um uso enfático da retórica antigênero desde novembro de 2010, o sintagma “ideologia de gênero” não apareceu quando houve o veto ao kit anti-homofobia do Ministério da Educação, em maio de 2011.

Ainda naquele mês, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo e, em agosto, religiosos começaram a falar publicamente em “ideologia de gênero”. O ativismo religioso antigênero intensificou-se nos anos seguintes, com ataques às políticas públicas de educação e saúde, por meio, por exemplo, da disseminação de informações imprecisas e acusações infundadas, do questionamento dos

³ A galáxia antigênero possui diversos nomes que também se destacaram nesse processo e que cumprem papel importante na ampliação da ofensiva. Dentre eles: o monsenhor francês Tony Anatrella, a escritora alemã Gabriele Kuby, a jornalista estadunidense Marguerite Peeters, o cardeal guineense Robert Sarah. No caso da América Latina, entre os vários nomes que se destacam, vale lembrar os de Jorge Scala, Elida Solórzano, Marco Fidel Ramírez, Marisa Lobo, Felipe Nery, Rozangela Alves Justino, Ives Gandra da Silva Martins, Paulo de Barros Carvalho, Olavo de Carvalho, Nicolás Márquez e Agustín Laje. São, entre outros, atores importantes na disseminação da *vulgata* do discurso vaticano sobre a “ideologia de gênero” no continente. Em maior ou menor medida, segundo cada caso, suas obras tendem a alcançar públicos conservadores de diferentes níveis de instrução e de distintas orientações religiosas ou sem religião.

indicadores sobre violações de direitos humanos de mulheres e pessoas LGBTI e do pânico moral. Nesse ínterim, em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou resolução obrigando os cartórios a registrar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e a converter em casamento as uniões estáveis.

O sintagma “ideologia de gênero” evidenciou-se de modo ostensivo no Brasil em março de 2014, no curso das mobilizações de fundamentalistas e ultraconservadores pela exclusão das menções a gênero e orientação sexual dos planos nacional, estaduais e municipais de Educação (Coelho & Santos, 2016). No final do mês, o cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro Orani Tempesta publicou a primeira nota sobre o tema, no site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Rosado-Nunes, 2015). A partir de então, a ofensiva espalhou-se pelo país, com forte protagonismo de lideranças neopentecostais.

Principais estratégias discursivas dos movimentos antigênero

Nos mais de 50 países em que ocorrem, as mobilizações antigênero adotam a mesma premissa: existiria uma conspiração mundial conduzida por feministas, ativistas LGBTI, políticos de esquerda, organismos internacionais e seus aliados, todos eles empenhados em disseminar a “ideologia de gênero”. Segundo os cruzados morais, por meio de discursos sedutores sobre emancipação, liberdade, igualdade, combate à violência e à discriminação, os “ideólogos do gênero” ansiariam, na verdade, extinguir a “diferença sexual natural” entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, inculcando a crença enganosa de que tais diferenças seriam meros produtos de processos de construção social e que poderiam ser alvo de simples escolha do indivíduo. A “ideologia de gênero” seria, tal como o “cavalo de Tróia”, um artifício sedutor e perigoso a serviço de uma agenda político-ideológica astuciosa que, ao pretender subverter a ordem natural da sexualidade, ameaçaria a “família natural” (composta de pai, mãe e filhos), o bem-estar das crianças, a sociedade e a inteira civilização.

Uma das estratégias centrais do discurso antigênero é, portanto, *renaturalizar a ordem social, moral e sexual tradicional e apontar como antinaturais crenças, ideias ou atitudes que contrariem essa ordem*. Nas suas arremetidas polêmicas, esses cruzados morais investem esforços na rebiologização essencializadora das concepções de família, maternidade, filiação, parentesco, sexualidade, heterossexualidade, identidade e diferença sexual⁴ e rechaçam toda e qualquer compreensão fornecida pelas Ciências Sociais acerca dos processos sociais, históricos e culturais de construção da realidade.

Não por acaso, observa-se por parte desses cruzados uma frequente preocupação em ocultar a origem católica do discurso e do movimento antigênero, tornando o discurso o mais “desconfessionalizado” possível. Assim, para evitar que suas ofensivas sejam percebidas como uma resposta religiosa tradicionalista, procuram conferir a elas uma feição universalista, à altura dos desafios éticos contemporâneos. Daí os seus frequentes apelos à “ciência”. Os “defensores da vida, da família e da inocência das crianças” partiriam de bases científicas e técnicas, enquanto os “adeptos do gênero” apenas propagariam uma enganosa e infundada “ideologia”. Sem jamais submeter suas teses a escrutínio acadêmico, os “defensores da família” costumam chamar de “ciência” aquilo que cuidadosamente selecionam para tentar confirmar suas formulações e legitimar seus posicionamentos políticos e morais.

Ora, cabe, entre outras coisas, ressaltar que, ao contrário do que os polemizadores antigênero afirmam, as compreensões teóricas construcionistas sociais, nas quais os Estudos de Gênero se baseiam, longe de defenderem teses voluntaristas sobre a possibilidade de produção individual e idiossincrática de corpos, sujeitos e identidades, na verdade enfatizam a dimensão *social* dos processos complexos, sutis e profundos em que indivíduos, grupos, culturas, instituições se veem social e historicamente implicados.

⁴ Ver, por exemplo: Butler (2004), Fassin (2009), Garbagnoli (2014).

Cada ordem social estabelecida empenha-se para que suas assimetrias e arbitrariedades históricas e contingentes sejam apresentadas e percebidas como ordenamentos naturais para continuarem a ser impostas e perpetuadas como legítimas, necessárias, imutáveis ou inevitáveis. De fato, nota-se um interesse desses “defensores da família natural” em promover a restauração ou, ainda, uma remodelagem conservadora do estatuto da ordem sexual tradicional, de modo a reafirmar sua hegemonia, reiterar seus postulados, hierarquias, sistemas de poder e estruturas de privilégios e, assim, permitir uma re-legitimação das normas de gênero sintonizadas com a dominação masculina, a heterossexualização compulsória e a configuração de hierarquias sociais. Na esteira desse processo, tais ativistas buscam legitimar e fortalecer as instituições responsáveis pela “moralização” da sociedade, ao mesmo tempo em que se empenham na ridicularização e estigmatização de quem, segundo eles, promove, dissemina ou apoia a “ideologia de gênero”, taxando-os como: adeptos do gênero, destruidores da família, familiofóbicos, gayzistas, feminazis, pedófilos, heterofóbicos, cristofóbicos, etc.

Não por acaso, nessas ofensivas, é intensa a construção de narrativas acerca de uma suposta atuação ignominiosa dos “adeptos do gênero”. É recorrente a disseminação de notícias falsas, escandalísticas e caluniosas com vistas a suscitar alarme, adesão e mobilização política. Em relação às escolas, os alvos preferenciais dessas difamações caluniosas são os docentes, apontados como conspiradores, doutrinadores, que, em vez de ensinar o conteúdo programático, estariam se dedicando a inculcar “ideologia do gênero”, a tirar a inocência das crianças, a erotizá-las e colocá-las contra seus pais.

Assim, considerando a ênfase em buscar promover alarmes em torno a questões relativas a questões morais e à sexualidade, evidencia-se por parte de seus cruzados antigênero o propósito de instaurar ou alimentar um *pânico moral* (Cohen, 2011). Nesse caso, os “adeptos do gênero” devem ser rotulados, ridicularizados, demonizados e estigmatizados. A ideia é encurralá-los em posições defensivas, sem mal conseguir esclarecer ou

desmentir as acusações. Assim, os “defensores da família” podem ter maiores chances de seguir indômitos, sem serem nem sequer constringidos a expor e a debater suas ideias e propósitos. Em geral, a eles basta seguir um roteiro: manter um ataque alarmista e rotulador do adversário e agregar a isso um discurso vago e impreciso em nome de algo supostamente autoevidente, incontestável e universal: a “família natural”, a “educação dos filhos”, o “bem-estar das crianças” etc.

Para agravar o cenário, essas ações podem ser acompanhadas de campanhas de difamação, rotinas de intimidações, assédios e ameaças, produzindo um difuso assujeitamento conformista, que, no cotidiano escolar, não raro, se expressa por meio da adoção de estratégias de autocensura por parte de dirigentes e docentes imersos em ambiências hostis instauradas ao sabor da ofensiva. Com isso, contribui-se para amortecer ou minar os potenciais transformadores e emancipatórios das relações pedagógicas e das políticas orientadas pelo direito à educação de qualidade.

Deste modo, a escola tem sido colocada no centro de um debate público em que discussões de fundo sobre os desafios relativos às garantias ao direito à educação cedem lugar a abordagens voltadas a deslegitimar a liberdade docente e a desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica e de socialização para o convívio social, plural, cidadão e democrático.

Em diversos países, os movimentos antigênero têm se empenhado para obstruir propostas educacionais inclusivas, antidiscriminatórias e de afirmação dos direitos humanos, especialmente em relação aos direitos de mulheres e LGBTI. Tais propostas são denunciadas como “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” das famílias, cujos valores morais e religiosos seriam incompatíveis com as normativas impostas por governos e organismos internacionais. Segundo eles, escolas e docentes sintonizados com a “ideologia de gênero” visariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral e sexual de seus filhos para submetê-los à *propaganda* do “gênero” e doutriná-los conforme crenças e valores de um

sistema de “pensamento único”, ambíguo, sedutor, enganoso, danoso e manipulador da natureza humana.

Evidencia-se, assim, por parte desses cruzados morais, um propósito em favor da *colonização da esfera pública por interesses privados, familistas e religiosos*. Os cruzados antigênero alegam agir em “defesa das crianças” e do “direito dos pais a educar seus filhos”. Um direito que estaria ameaçado pela “expropriação dos filhos” por parte das escolas e do Estado. Essa defesa da primazia da família na educação dos filhos se desdobra em ataques a currículos, à autonomia docente, às políticas inclusivas, às instâncias de administração e regulação da educação, a escolas e docentes, em nome do “direito a uma escola não ideológica”, uma “escola sem gênero”, “sem doutrinação” ou “sem partido” – *slogans* em torno dos quais podem se agregar atores com diferentes objetivos e, não raro, concepções antipolíticas, autoritárias e antilaicas.

Na América Latina, circulam *slogans* como: “Con Mis Hijos No Te Metas”, “Mis Hijos Mi Decision”. De modo semelhante, o lema “Meus filhos, minhas regras”, entoado repetidas vezes pelos cruzados do movimento político reacionário brasileiro “Escola Sem Partido”, reitera o familismo e o privatismo dessa ofensiva. Além disso, ao parodiar o mote “Meu corpo, minhas regras” (bandeira histórica feminista em favor da autonomia e dos direitos individuais das mulheres), inverte-o, preconizando a submissão absoluta das crianças a seus pais (Miguel, 2016).

Esses posicionamentos violam direitos e garantias constitucionais, diretrizes educacionais e normativas internacionais de direitos humanos (Ximenes, 2016). Isso, porém, não impede que os movimentos antigênero procurem, ardidamente, forjar um amparo jurídico para suas teses. Os membros do “Escola Sem Partido” e seus congêneres latino-americanos citam reiteradamente o artigo 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Sem nem sequer mencionar o seu título (“Liberdade de consciência e de religião”), limitam-se a afirmar que a Convenção dispõe que: “Os pais (...) têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação

religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções” (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 1969).

É preciso, no entanto, observar que esse artigo é, na verdade, uma normativa que se refere à esfera da intimidade, voltada a proteger a formação não formal e informal da intervenção indevida do Estado. Portanto, o artigo não fornece nenhum apoio jurídico às famílias interessadas em fazer com que a educação formal, a política pública de educação e o mundo da escola se ajustem a seus interesses e valores particulares ou às suas ideologias político-religiosas privadas.

Mais precisamente e bem diferentemente do que afirmam os cruzados “defensores da família”, as normativas pertinentes ao tema, ao definirem o papel da educação escolar, fazem prevalecer uma concepção democrática, pluralista e inclusiva de educação. Vale lembrar, por exemplo, o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1988. Nele, o seu artigo 13, intitulado “Direito à educação”, dispõe que:

1. Toda pessoa tem direito à educação.

2. Os Estados Partes neste Protocolo convêm em que a educação deverá orientar-se para o *pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e deverá fortalecer o respeito pelos direitos humanos, pelo pluralismo ideológico, pelas liberdades fundamentais, pela justiça e pela paz*. Convêm, também, em que a educação deve capacitar todas as pessoas para participar efetivamente de uma *sociedade democrática e pluralista*, conseguir uma subsistência digna, favorecer a compreensão, a *tolerância* e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades em prol da manutenção da paz. (...)

- (...)

4. (...) os pais terão direito a escolher o tipo de educação a ser dada aos seus filhos, *desde que esteja de acordo com os princípios enunciados acima* (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 1988, grifos nossos).

Embora sejam patentes a fragilidade e a inconsistência da argumentação dos cruzados antigênero, gestores públicos, legisladores, juristas e outros atores sintonizados com essa ofensiva buscam nela amparo para cercear e interditar a perspectiva de gênero nas escolas. Com base nela, são propostas medidas voltadas a inibir ou impedir a inclusão dos temas relativos a gênero e sexualidade nas diretrizes educacionais, nos currículos escolares, nas discussões em sala de aula, nos materiais didáticos, nos acervos das bibliotecas e assim por diante. Por desconsiderarem os estudantes como sujeitos de direito dotados de capacidade reflexiva, chegam a cogitar a restrição da atuação e a punição de docentes acusados de promover uma juridicamente indefinível “doutrinação ideológica”⁵.

“Ideologia de gênero” existe, mas não é o que dizem que é

Fica claro que aquilo que os defensores da “família natural” chamam pejorativamente de “ideologia de gênero” não encontra correspondência com o que o feminismo e os estudos de gênero fazem e defendem. Por isso, diante da promoção sistemática de desinformação, intimidação, estigmatização do adversário e pânico moral por parte desses cruzados antigênero, muitos podem ser levados a concluir que a “ideologia de gênero” não exista ou sirva apenas como um espantalho. Essa postura, porém, tende a colocar em uma posição defensiva aqueles que são acusados de promover essa “ideologia”, que gastam tempo e energia desmentindo acusações e fornecendo respostas para as quais os “defensores da família” já dispõem de réplicas pré-confeccionadas. Assim, sem expor ou debater suas ideias e propósitos, eles mantêm o ataque alarmista contra o adversário e a defesa

⁵ No Brasil, em 2018, tramitavam mais de 200 proposições legislativas voltadas a coibir a “doutrinação ideológica” e abordagens das temáticas de gênero na educação, elaboradas à luz das orientações ideológicas das lideranças do movimento “Escola Sem Partido”, que não hesitam comparar o professor à figura do “sequestrador intelectual” (Penna, 2016) ou retratá-lo como um agente de violação moral, um profissional militante que deve ser controlado (Ximenes, 2018). Uma delas propõe tornar crime o “assédio ideológico” em ambiente escolar, prevendo pena de detenção de três meses a um ano e multa, com possibilidade de aumento da punição, caso o ato seja praticado por educadores ou afete a vida acadêmica da vítima.

de algo supostamente universal e incontestável, como a “família”, a “inocência das crianças”, etc.

Em vez disso, valeria afirmar: a “ideologia de gênero” existe. Existe, mas não como a descrevem os cruzados antigênero. A “ideologia de gênero” é uma invenção vaticana. Um objeto construído e evidenciado pelo discurso que o denuncia. Um sintagma, um neologismo, um rótulo estigmatizante, um slogan, categoria política (Garbagnoli, 2014) forjada para operar como arma retórica e para animar mobilizações em favor de um projeto de sociedade regressivo, antidemocrático e antilaico.

Diferentemente do sintagma retórico inventado pelos “defensores da família”, o conceito sociológico de ideologia de gênero (sem aspas) pode ser útil para identificar, compreender e criticar a naturalização das relações de gênero, as hierarquizações sexuais, a heterossexualização compulsória, a inculcação das normas de gênero, entre outras coisas. São exemplos de manifestações da ideologia de gênero o machismo, o sexismo, a misoginia, o heterossexismo, a transfobia, assim como a pugna religioso-moralista e antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Podemos dizer, portanto, que são eles, os cruzados antigênero, que agem como genuínos promotores da ideologia de gênero. Paradoxalmente, a partir de uma manobra de inversão, estes “defensores da família” atribuem a outrem exatamente aquilo que praticam. O discurso antigênero nomeia como “ideologia de gênero” aquilo que é precisamente a sua crítica.

Por uma educação de qualidade: escolas democráticas e liberdade de ensinar

Para nomear esse bloco final desse artigo, tomo explicitamente de empréstimo o subtítulo de um livro organizado por Fernando Cássio (2019), que tem o feliz título “Educação contra a barbárie”. Afinal, é disso que se trata e, como observa o autor, é preciso identificar os inimigos da educação, defender a educação como projeto coletivo e contrapor-se tanto

às agendas educacionais ultraliberais centradas na competitividade, quanto às ultraconservadoras e reacionárias, que consagram a família tradicional como unidade elementar de organização da sociedade (Cássio, 2019, p. 16).

Assim, entre tantas ofensivas que tomam de mira a escola e a educação democráticas, é importante atentar-se para estratégias discursivas e campanhas de desinformação da ofensiva antigênero e denunciar o caráter autoritário, discriminatório, reacionário e antilaico de um projeto de poder antagonico à democracia, aos direitos humanos. A ofensiva antigênero colide com o direito à educação de qualidade⁶. Entre outras coisas, seus promotores ambicionam instituir uma docência mutilada⁷, amordaçada, sem condições de ser desempenhada, reduzida à mera reprodução acrítica e descontextualizada de conteúdos estanques, com base em métodos anacrônicos, alheios ao processo de ensino-aprendizagem e às necessidades dos educandos, exercida em uma ambiência sufocante, hostil e contraproducente em termos pedagógicos. Os seus cruzados almejam uma escola sitiada, a serviço de valores, interesses e preceitos ideológicos sintonizados com um projeto político regressivo de sociedade. Um projeto que pressupõe a recusa do reconhecimento da legitimidade de “objetivos educacionais públicos que devem ser assegurados pelo poder público a despeito dos limites de compreensões e das concepções morais, políticas e religiosas das famílias” (Ximenes, 2016, p. 53). É uma nítida violação do direito dos estudantes de ver ampliados os seus referenciais a partir de concepções diversas, democráticas, científicas, necessárias ao exercício da autonomia e da cidadania. Esses cruzados sonham com uma educação sem autonomia, liberdade e pluralidade, que não valorize a reflexão, o diálogo, a divergência e a diversidade⁸, que não permita aos estudantes se apropriarem da cultura e se constituírem cidadãos. Querem uma escola sem

⁶ Para uma reflexão sobre educação de qualidade, ver: Santos, Horta Neto, Junqueira (2017).

⁷ Membros do movimento “Escola Sem Partido” afirmam repetidamente: “professor não é educador”.

⁸ Nessas ofensivas, é recorrente a oposição ao reconhecimento da diversidade religiosa, entre outras.

educação, impedida de exercer seu potencial transformador (Cara, 2016). Uma educação, enfim, sem qualidade.

A fim de fortalecer as possibilidades de a escola se constituir em um espaço estratégico para a formação cidadã, a emancipação política e a transformação social, é preciso observar que, ao construir e transmitir conhecimento, ela também fabrica sujeitos e subjetividades. Ao fazê-lo, geralmente reproduz padrões sociais iníquos, perpetua concepções e valores hegemônicos, naturaliza relações autoritárias, reitera hierarquias opressivas, sanciona diferenças sociais e legitima a acumulação desigual de recursos, poder e prestígio. A heteronormatividade está na ordem da política de educação e da escola e tende a estar presente em suas normas, currículos, espaços, ritos, rotinas, conteúdos e práticas pedagógicas. A instituição normativa e normalizadora da heterossexualidade como única possibilidade natural e legítima de expressão sexual e de gênero envolve toda a escola e os sujeitos que a animam (Junqueira, 2013).

Diante disso, considerar “doutrinação”, “propaganda” ou promoção da “ideologia de gênero” políticas públicas e ações pedagógicas com a perspectiva de gênero, voltadas a enfrentar preconceitos e discriminações relacionadas a gênero e sexualidade, equivale a ignorar os processos de heterossexualização compulsória, a artificialidade e a imposição socioinstitucional das normas de gênero. Esse entendimento negligencia a centralidade que assumem, na escola, os processos de normalização, ajustamento e marginalização de sujeitos, saberes e práticas dissidentes em relação à matriz heterossexual.

É insuficiente denunciar o preconceito e apregoar maior liberdade sem desafiar as normas e os processos sociais, políticos e epistemológicos por meio dos quais alguns indivíduos são normalizados enquanto outros são marginalizados. Assim, especialmente frente a uma ofensiva reacionária antigênero, em vez de buscar uma respeitabilidade domesticada, importa desafiar códigos dominantes de significação, desestabilizar relações de poder violentas, fender hierarquizações opressivas, perturbar classificações e questionar a produção de identidades reificadas e segregações.

Sigamos, pois, o nosso trabalho de sujeitos da educação cientes de que, mesmo com dificuldades, a escola é um espaço onde podem ser construídos e experimentados novos padrões de aprendizado, convivência e produção de conhecimento. Em vez de ameaças, intimidações, medo, dor e violência, vislumbremos uma escola pulsante, um cenário de construção de liberdade e de dignificação da vida, em favor de uma educação de qualidade para todas as pessoas: pública, gratuita, democrática, inclusiva, laica, antidiscriminatória, emancipatória e presencial. Para isso, Daniel Cara indica a bússola:

Em termos práticos, o caminho para o enfrentamento à barbárie na educação é a união política em torno da consagração do direito à educação, na forma do cumprimento inequívoco da Constituição Federal de 1988. Ou seja, tanto não podemos permitir que a educação seja barbarizada, como devemos utilizar a educação precisamente como instrumento de luta e de liberdade contra a barbárie. Para isso, o direito à educação deve ser nossa pauta de ação (Cara, 2019, p. 31).

Referências

- Butler, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.
- Cara, Daniel. O programa escola Sem Partido quer uma escola sem educação. In: Ação Educativa (Org.). *A Ideologia do movimento Escola Sem Partido*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- Cara, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. In: Cássio, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 25-31.
- Case, Mary A. After gender the destruction of man? The Vatican's nightmare vision of the "gender agenda" for law. *Pace Law Review*, New York, v. 31, n. 3, p. 802-817, 2011.
- Cássio, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- Coelho, Fernanda M. F. & Santos, Naira P. dos. A mobilização católica contra a "ideologia de gênero" nas tramitações do plano nacional de educação brasileiro. *Religare*, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 27-48, 2016.

Cohen, Stanley. Whose side were we on? The undeclared politics of moral panic theory. *Crime, Media, Culture*, Thousand Oaks, v. 7, n. 3, p. 237-243, 2011.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. San José, 22 nov. 1969.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, “Protocolo de San Salvador”. San Salvador, 11 nov. 1988.

Fassin, Éric. Entre famille et nation: la filiation naturalisée. *Droit et société*, Paris, v. 2, n. 72, p. 373-382, 2009.

Garbagnoli, Sara. “L’ideologia del genere”: l’irresistibile ascesa di un’invenzione retorica vaticana contro la denaturalizzazione dell’ordine sessuale. *AG About Gender*, Genova, v. 3, n. 6, p. 250-263, 2014.

Junqueira, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: normatividade em ação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, 2013.

Junqueira, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: uma categoria de mobilização política. In: Silva, Márcia Alves da (Org.). *Gênero e diversidade: debatendo identidades*. São Paulo: Perse, 2016. p. 229-245.

Junqueira, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: Ribeiro, Paula R. Costa; Magalhães, Joanalira C. (Orgs.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande: FURG, 2017.

Junqueira, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v.18, n.43, p. 449-502, 2018.

Junqueira, Rogério Diniz. O discurso reacionário antigênero e a educação. In: Costa, Frederico Alves; Mesquista, Marcos Ribeiro (Orgs.). *Psicologia política no Brasil e enfrentamentos a processos antidemocráticos*. Maceió, Edufal, 2019. p. 159-180.

- Miguel, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.
- Paternotte, David; Dussen, Sophie van der; Piette, Valérie (Dir.). *Habemus gender! Autopsie d'une obsession vaticane*. Bruxelas: EUB, 2015.
- Penna, Fernando. Programa “Escola Sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: Gabriel, Carmen; Monteiro, Ana; Martins, Marcus (Org.). *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- Rosado-Nunes, Maria J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, 2015.
- Santos, Alexandre A. dos; Horta Neto, João; Junqueira, Rogério D. *O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb): proposta para atender ao disposto no Plano Nacional de Educação*. Brasília: Inep, 2017.
- Ximenes, Salomão B. O que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola Sem Partido”? In: Ação Educativa (Org.). *A Ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- Ximenes, Salomão B. *Desvendando o Relatório do PL “Escola Sem Partido”*. São Paulo: Centro de Referência em Educação Integral, 2018.

**Ensaio sobre metodologia feminista descolonial:
construindo uma pesquisa participante
emancipatória *com* mulheres**

Jamile Wayne Ferreira

Introdução

A escolha do tipo de pesquisa é parte essencial das investigações acadêmicas, pois o método escolhido funciona como um tipo de guia no campo. Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, o método pode ser definido como uma série de regras para tentar resolver um problema, contudo, essas regras não são infalíveis e não suprem o apelo à imaginação e a intuição do cientista (ALVES- MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 3).

No que diz respeito à pesquisa com episteme feminista, é preciso levar em conta múltiplas questões para não colher resultados essencialistas. Assim, é necessário pensar na teoria feminista a partir do contexto de onde iremos pesquisar, além de encontrar o melhor método ou tipo de pesquisa para isso.

Neste ensaio serão apresentadas algumas contribuições para o desenvolvimento de pesquisas feministas, na perspectiva do feminismo descolonial. Para isso, será feito um diálogo entre referenciais advindos da pesquisa participante, na perspectiva da educação popular, e do feminismo visionário advindo, especialmente, da obra de bell hooks.

Algumas referências importantes: construindo novas categorias

Saba Mahmood foi uma antropóloga que fez uma etnografia a partir da experiência do movimento feminino das mesquitas do Cairo. O que ela defende é uma separação na noção de resistência e agência, para dar conta de uma realidade de mulheres que fogem da “regra” do feminismo ocidental. No caso da pesquisa dela, foi observado que as mulheres ultrapassaram a fronteira que a estrutura patriarcal a qual estavam inseridas delimitavam, mas não romperam com a lógica de opressão. Sobre sua pesquisa:

Concretamente, apesar de este movimento ter permitido que as mulheres entrassem em área da pedagogia islâmica no contexto institucional das mesquitas, a sua participação é criticamente suportada por - e procura por sua vez apoiar - os limites de uma tradição discursiva que olha para a subordinação a uma vontade transcendente (e em consequência, em muitas instâncias, a autoridade masculina) como seu grande objetivo (MAHMOOD, 2006, p. 124).

A autora abre uma discussão entre os impasses que pesquisas desenvolvidas em realidades não ocidentais podem criar na teoria feminista, principalmente no que diz respeito à liberdade. Segundo a autora:

Os sujeitos devotos do movimento feminino das mesquitas ocupam um lugar incômodo na teoria feminista: eles promovem práticas e ideais implantados numa tradição que historicamente atribuiu um estatuto subordinada à mulher, e procuram cultivar virtudes associadas à passividade e subalternização feminina (MAHMOOD, 2006, p. 126).

Não se trata de concluir que as mulheres devem criar uma rede de apoio sem critérios, mas de questionar a universalidade de relações de subordinação e desejo de ser livre construída pelo teoria feminista liberal. O olhar para o mundo não ocidental abre questionamentos que podem dar suporte às pesquisas na América Latina, isso porque aqui há uma diversidade de realidades e grupos de mulheres; há, também, diversidade nos feminismos, por exemplo, os que não se enquadram nessa palavra, mas buscam uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, questões de

especificidade histórica e cultural podem afetar tanto a análise como a política de qualquer projeto feminista (MAHMOOD, 2006, p. 121).

Julietta Paredes é uma escritora aymara boliviana, ela traz a ideia de um feminismo comunitário que, segundo ela, é a luta de qualquer mulher, em qualquer tempo da história, em qualquer parte do mundo, que luta e se rebela contra um patriarcado que lhe oprime ou quer oprimir (PAREDES, 2004, p.67, tradução nossa). O que ela propõe é a acumulação de feminismos para a descoberta de uma unidade.

Além disso, a autora questiona o universalismo dentro da teoria feminista. A noção de tempo, por exemplo, é posta por ela como algo circular, que volta atrás para (re)significar. Para o povo aymara, segundo a autora:

El tiempo siempre viene y va, es constante, así como el círculo que no tiene punto de partida ni meta, no hay principio ni fin, todo es energía en movimiento. Por eso nuestras abuelas y abuelos nos dicen que hay que caminar mirando al pasado porque el pasado está adelante, lo puedes ver y el futuro está detrás, no lo conoces no lo puedes ver (PAREDES, 2004, p.26).

A noção de tempo, no entendimento aymara, parte de uma outra cosmologia e relação com o universo. O feminismo, para ela, quando não é descolonizado, fala a língua do colonizador. De acordo com Julieta Paredes:

Y a esas luchas queremos referirnos, para reafirmar que no hay historia universal, que nadie dice cuándo y dónde comienza la historia sino que hay historias y vamos a recuperar este tiempo que para algunas académicas es parte de un feminismo incipiente, intuitivo, tal vez elemental, feminismo clase B, que no las refleja porque no cabe en los parámetros del "verdadero" feminismo (PAREDES, 2004, p.22).

A questão racial também é contestada por uma frente feminista descolonial. A pesquisadora brasileira Lélia Gonzales propôs um feminismo afro-latino. De acordo com a autora, o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa

região (GONZALES, 2001, p.14). Lélia trabalha com conceitos como *pretuguês*, onde coloca questões da linguagem oriundas da cultura dos escravizados presentes no modo de falar brasileiro em contraponto com a “língua culta”, e *amefricanidade* para pensar no contexto das mulheres negras na América do Sul. Segundo ela:

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região -assim como para as ameríndias- a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada (GONZALES, 2001, p. 16).

As questões interseccionais se mostram imprescindíveis para a construção de um feminismo que consiga enxergar por várias lentes. Ochy Curiel, teórica feminista afro-dominicana, se apresenta como ativista lésbico-feminista e antiracista. A autora atravessa o pensamento feminista a partir da perspectiva da sexualidade, sua proposta é de um feminismo interseccional, que não invisibilize nenhuma opressão. Conforme o pensamento da autora:

Estas propuestas críticas del feminismo latinoamericano y caribeño son posiciones de oposición al feminismo ilustrado, blanco, heterosexual, institucional y estatal, pero sobre todo un feminismo que se piensa y repiensa a sí mismo en la necesidad de construir una práctica política que considere la imbricación de los sistemas de dominación como el sexismo, racismo, heterosexismo y el capitalismo (CURIEL, 2009, p.3).

O que se percebe no pensamento dessas teóricas feministas é um deslocamento dos pontos de pesquisa, pois o que elas produzem é a partir do contato com um movimento a qual elas fazem parte e suas procuras percorrem sempre dois eixos: o comum e o diverso. Esse movimento nasce de um descolonizar epistêmico do feminismo.

Meu lugar de fala enquanto feminismo visionário

No que diz respeito a pesquisa que tenho encaminhado, ela acontece em uma Casa de Acolhimento para mulheres, na cidade de Porto Alegre. Essa casa existe desde que um imóvel abandonado foi ocupado por um grupo de mulheres pertencentes ao movimento feminista Olga Benario, que passaram a acolher neste espaço mulheres em situação de vulnerabilidade, fornecendo suporte e abrigo à elas. Abrigo para conseguirem sair de casa, onde são vítimas de violência doméstica, e suporte para que não precisem retornar à dependência do agressor.

A investigação ocorre na área de Gastronomia, minha área de formação, como ferramenta acadêmica para esse suporte, a partir da realização de oficinas de culinária e da estruturação de uma cooperativa, que surgiu apoiada na ideia de uma economia solidária feminista visionária. O que faço, enquanto professora da Casa de Referências Mulheres Mirabal, é identificar os saberes culinários adquiridos por elas ao longo da vida e a partir deles, e das demandas que elas trazem, mediar a construção das oficinas. Os encontros, por conta das oficinas, provocou no grupo de mulheres a vontade de empreender a partir das produções culinárias realizadas por elas. A proposta de uma economia solidária feminista visionária pressupõe uma “outra economia”, que fuja da lógica capitalista de produção e exploração e, ao mesmo tempo, reafirma a filosofia feminista, não apenas pela intenção de libertação do grupo de mulheres, mas por ir em busca do comum à todas sem deixar de escutar as individualidades de cada uma, seja nas suas histórias de vida ou no que aspiram a partir da experiência.

A proposta de um *feminismo visionário* surge da ideia de bell hooks¹ de um feminismo pautado na esperança e em um movimento voltado para todos. De acordo com Paulo Freire, ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a

¹ O nome de bell hooks é em letras minúscula para que, como pede ela, a substância do que escreve seja mais importante do que seu nome.

refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar (FREIRE, 2019, p.213). A esperança proposta por bell hooks é posta por Paulo Freire através da ideia de uma pesquisa viva, já o feminismo visionário como uma teoria que não se esgota, mas se refaz a partir de seus próprios agentes. Ele é, portanto, uma maneira de manter a esperança. De acordo com hooks:

O feminismo visionário nos oferece esperança para o futuro. Ao enfatizar uma ética de mutualidade e interdependência, o pensamento feminista nos oferece um caminho para acabar com a dominação enquanto, simultaneamente, mudamos o impacto da iniquidade. Em um universo em que a mutualidade é norma, pode haver momento em que tudo está desigual, mas a consequência dessa iniquidade não será a subordinação, a colonização nem a desumanização (HOOKS, 2019, p. 166).

O que bell hooks sugere com a teoria de um *feminismo visionário* é que ele não deixe de ser uma ferramenta de libertação, para isso deve ser constantemente elaborada e reelaborada, de maneira que se relacione a nós, onde vivemos, em nosso presente (HOOKS, 2004, p. 167). Dessa forma, os saberes que elas trazem são indispensáveis na pesquisa, com eles busca-se a construção de novos conhecimentos. De acordo com Picanço e Tiriba (2004) é preciso sistematizar de forma crítica e prática para que os saberes possam se integrar na formação do empreendimento. Sobre os saberes que precisam ser considerados, compreendidos e analisados para tal construção:

Saberes político-organizativos; associados ao senso de solidariedade; saberes adquiridos na experiência de trabalho relativos às relações de gênero, resultantes da experiência de trabalho, de envolvimento com movimento sociais e da vida comunitária em geral, em que as relações de gênero estão intrinsecamente imbricadas [...] (PICANÇO; TIRIBA, 2004, p. 72).

Dessa forma, trabalhar com a experiência de vida das mulheres envolvidas torna-se um método para não cair no essencialismo, pois é a partir delas que as minhas verdades de pesquisadora estão

constantemente tensionadas, seja no campo culinário ou na epistemologia feminista. Apesar do grupo de mulheres ter em comum a vontade de fazer acontecer a cooperativa, os motivos pelos quais elas estão lá são diversos e as subjetividades que carregam também.

Por uma pesquisa participante emancipatória

Além de entender o contexto no qual a pesquisa está inserida, é preciso transformar em um espaço de transformação e diálogo, numa perspectiva onde a pesquisa será *com* um grupo de mulher, não *sobre* um grupo de mulheres. Segundo bell hooks:

Para que o movimento feminista revitalizado tenha um impacto transformador sobre as mulheres, a criação de um contexto em que possamos entabular diálogos críticos e abertos umas com as outras, onde possamos debater e discutir sem medo de entrar em colapso emocional, onde possamos ouvir e conhecer umas às outras nas diferenças e complexidades das nossas experiências - a criação de um tal contexto é essencial. O movimento feminista coletivo não poderá avançar se esse passo não for dado. Quando criarmos esse espaço feminista onde pudermos valorizar a diferença e a complexidade, a irmandade feminina baseada na solidariedade política vai passar a existir (HOOKS, 2017, p.149).

A partir desse contexto, entendi que a *pesquisa participante* compreenderia melhor o tipo de pesquisa na realidade em que estou inserida, pois o objetivo do projeto está muito mais na procura coletiva do que uma forma exata de pensamento. Para Brandão e Streck (2006), isso torna o sujeito não apenas mais instruído e mais sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, criativo, corresponsável e solidário.

Por isso esse método sugere que a pesquisa seja feita com as mulheres e não sobre as mulheres. Para isso, é preciso abandonar a ideia de uma ciência neutra e objetiva, ela nunca é, e mesmo na tentativa de ser, já assume uma determinada posição específica. No entanto, ela não deixa de ser uma ciência confiável, mas uma ciência que propõe uma ação

pedagógica e de transformação social. Pode ser considerado um método transgressor dentro da ciência tradicional, pois não só permite ir contra as fronteiras, mas além delas (hooks, 2017, p.24). O que acontece nesta pesquisa é a realização de aulas de gastronomia nada tradicionais, primeiro por ter um cronograma aberto e pensado com o grupo o que será trabalhado, ora porque uma lembrou de uma receita que gosta ou faz bem e quer repartir com o grupo, ora porque querem aprender receitas novas ou, ainda, porque querem receitas para fins comerciais. Além disso, são aulas circulares, onde o saber-fazer de todas vai se costurando e, diferente de uma aula tradicional, procuramos fugir dos universalismos culinários. Não há, por exemplo, o molho branco certo, pois existem diversas maneiras de se fazer um. Segundo bell hooks, é esse movimento que transforma a educação na prática de liberdade (hooks, 2017, p.24).

Conforme Brandão e Streck (2006), toda ciência social deveria servir a política emancipatória e participar da criação de éticas fundadoras de princípios de justiça social e de fraternidade humana (BRANDÃO; STRECK, 2006, p.21). Para uma pesquisa emancipatória é necessário alguns tensionamentos sobre as formas de conhecimento, para não escorregar na perspectiva hegemônica do saber, o que seria uma armadilha aos que pretendem trabalhar com *pesquisa participante*. Segundo Nilma Gomes, as formas de conhecimento da modernidade ocidental se dão entre conhecimento-emancipação (trajetória entre um estado de ignorância, denominado colonialismo e um estado de saber, designado solidariedade) e o conhecimento-regulação (trajetória entre um estado de ignorância, denominado caos, e um estado de saber, designado ordem) (GOMES, 2018, p.57).

É no conhecimento-emancipação que apoio a pesquisa com o grupo de mulheres, pois a partir dele é possível trabalhar dentro da dialogicidade, vinculando às práticas sociais, culturais e políticas, na tentativa de ultrapassar a dicotomia entre saber e conhecimento, como sugere Gomes (2018). Segundo a autora, o conhecimento-emancipação foge da lógica de distância do pesquisador, que na ciência tradicional se afasta do mundo

para escrever sobre ele, por isso sua função essencial na *pesquisa participante*. De acordo com Gomes:

No conhecimento-emancipação, o ato de conhecer está vinculado ao saber, sabor, saborear, à sapiência e ao sábio. O sábio não é o cientista fechado em gabinete ou laboratório. Mas é aquele que conhece o mundo através do seu mergulho no mundo. Esse conhecimento pode ser sistematizado em forma de teoria ou não (GOMES, 2018, p. 59).

Para a proposta de emancipação a partir do cozinhar é preciso levar alguns fatores em consideração a respeito da experiência. O que ocorre é que somos todos cozinheiros e cozinheiras, não por um destino biológico atrelado a um certo tipo de “dom”, mas porque cozinhar foi uma ferramenta de emancipação para a própria humanidade. As ciências humanas costumam dividir a alimentação em duas categorias, a primeira é o alimento como provedor de nutrientes, atrelado à sobrevivência, e a segunda é com conotações culturais, como a definição de Roberto da Matta, onde comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere (DA MATTA, 1986, p.56). É preciso, também, pensar quando é que passamos a cozinhar. A medida que conseguimos transformar um ingrediente, seja por meio do fogo ou não, estamos cozinhando. Pois:

O “cozinhar” termina no ato de comer, pois cada indivíduo comerá da sua maneira, sua experiência à mesa será única. Onde começa o “cozinhar”? Se terminar na experiência individual de comer, começa ali também. Comendo aprendemos a transformar e selecionar o que nos é oferecido, aprendemos sobre gosto, texturas, combinações e estabelecemos nossa relação com a comida (FERREIRA; WAYNE, 2018, p.115).

A emancipação através do cozinhar, então, não diz respeito só a relação do indivíduo com essa tarefa, mas com sua experiência de comensal. Claude Fishler (2001) diz que nada é mais vital e mais íntimo do que o ato de comer. No que diz respeito à experiência, ela inicia na forma de

“cozinheira/o passiva/o” e passaria a tornar o sujeito “ativo”, isso não significa que todas e todos deixem de ser passivos para se tornarem ativos na cozinha, mas o que quero dizer é que mesmo em forma de “cozinheira/o passiva/o” se está cozinhando.

Lembro-me de uma experiência que tive com um grupo de mulheres, anterior a pesquisa atual, no qual uma delas não queria fazer as oficinas de culinária de maneira nenhuma, mas aceitou participar das entrevistas, onde conversamos sobre a experiência de cada uma na cozinha. Ela disse que detestava cozinhar (ativamente falando) e todas as suas memórias da infância relativas à cozinha ela respondia com a palavra “necessidade”, a qual ela falou diversas vezes. Ao mesmo tempo, era ela que estava sempre comandando o fogão da casa, e cozinhava muito bem. Compreendi que a experiência dela como “cozinheira passiva” certamente afetou sua experiência enquanto “cozinheira ativa”, ou seja, sua vida de comensal estava atrelada à condição de fome no passado e isso se transpôs para a cozinheira do presente.

É claro que todas as experiências são significadas e podem ser (re)significadas, pois é a capacidade de formação e transformação da experiência que pode levar a conversão de emancipação através dela em grupos sociais. Para Larrosa:

É experiência aquilo que “nos passa”, ou que nos toca, ou que nos acontece, e, ao nos passar, nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação (LARROSA, 2019, p.28).

Considerações finais

O que a Educação Popular, através do conhecimento-emancipação pode fazer na *pesquisa participante* no contexto feminista é, portanto, transformar o grupo de mulheres em sujeitos da sua própria experiência e, através dela caminhar para novas vivências com uma perspectiva emancipatória. É como se todas as ferramentas para isso estivessem sendo carregadas por elas mesmo, só precisassem ficar visíveis e valorizadas.

Paulo Freire (2019) fala de uma ação *transformadora*, onde a ação e a transformação estivessem com os próprios sujeitos. Para ele:

Se o compromisso verdadeiro com eles, implica a transformação da realidade em que se acham oprimidos, reclama uma teoria da ação transformadora, esta não pode deixar de reconhecer-lhes um papel fundamental no processo de transformação (FREIRE, 2019, p.168).

Não é, de maneira alguma, sugerir que a experiência se transforme em um conceito. De outro modo, ela deve ser viva dentro do método de pesquisa e esse é um grande desafio dentro da pesquisa tradicional, conter o anseio por endurecer os processos. A experiência, ao contrário, é tão fluída que não aceita moldes. Segundo Larrosa:

[...]talvez seja preciso pensar a experiência como o que não se pode conceituar, como o que escapa a qualquer conceito, a qualquer determinação, como o que resiste a qualquer conceito que insiste em determiná-la...não como o que é, mas sim como o que acontece, não a partir de uma ontologia do ser e sim de uma lógica do acontecimento. Pessoalmente, tentei fazer soar a palavra existência perto da palavra vida, ou melhor, de um modo mais preciso, perto da palavra existência (LARROSA, 2019, p. 43).

Oscar Jara (2006) propõe uma *sistematização de experiências* como forma de não as deixar escapar e extrair seus conhecimentos. Sistematizar não como uma forma de engessar as experiências, mas de garantir que a pesquisa possa se alimentar delas sem desperdício. A experiência no centro do método de pesquisa não só permite uma pesquisa participante com viés emancipatório, mas inaugura uma nova ordem epistemológica, que traz a própria experiência como forma de práxis. Segundo Larrosa (2019), o sujeito passional tem também sua própria força, e essa força se expressa produtivamente em forma de saber e em forma de práxis (LARROSA, 2019, p. 30). Contudo, é uma maneira distante do saber científico e do saber da informação. Para a tomada de emancipação é preciso buscar um descolonizar da própria ciência, tendo em vista o que ela faz com a experiência dos sujeitos. Conforme Larrosa:

A ciência captura a experiência e a constrói, elabora e expõe segundo seu ponto de vista objetivo, com pretensões de universalidades. Porém com isso elimina o que a experiência tem de experiência e que é, precisamente, a impossibilidade de objetificação e a impossibilidade de universalização (LARROSA, 2014, p. 40).

Considerando as sensibilidades da pesquisa participativa com mulheres no contexto de minha pesquisa e o uso indispensável da experiência no decorrer dela, procuro me apoiar numa epistemologia feminista descolonial. Descolonial por trazer o esforço de deslocar o Sul global para o Centro, entende-se como epistemologias do Sul o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão das muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados (GOMES, 2018, p.54). Feminista por elucidar questões relativas ao gênero e a História das Mulheres. No caso de uma pesquisa sobre cozinhar, por exemplo, é necessário considerar o contexto histórico das mulheres e cruzar questões interseccionais. A partir disso, pensar em uma pesquisa transgressora, que vislumbre a esperança e produza o amor, da maneira bell hooks de amar, onde o amor tem o poder de nos transformar e nos dar força para que possamos nos opor à dominação (hooks, 2019, p.150).

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- BRANDÃO, Carlos; STRECK, Danilo. **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.
- CURIEL, Ochy. **Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe. Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista realizado en Buenos Aires. Buenos Aires, Junio de 2009**.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FERREIRA, Jamile; WAYNE, Lara. A cozinha das mulheres: de espaço de domesticação ao de empoderamento a partir de saberes e fazeres culinários. Revista Espacialidades, Rio Grande do Norte: v. 13, n. 1, jun./dez, 2018.

FISCHLER, Claude. **L'homnivore**. Paris: Poche Odile Jacob, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino n.1. Batalha de Ideias. Brasil, 2011.

GOMES, Nilma. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

_____, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Bhuvi Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JARA, Oscar. Sistematização das experiências: algumas apreciações. In: BRANDÃO, Carlos; STRECK, Danilo. **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. São Paulo: Autêntica, 2019.

MAHMOOD, Saba. **Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito**. Etnográfica, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 121-158, maio 2006. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So873-65612006000100007&lng=pt&nrm=iso. acessos em 19 out. 2019.

PAREDES, Julieta. **El tejido de la rebeldía ¿Que es el feminismo comunitario?** La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2014.

PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia. **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tece-
lões da economia popular solidária**. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

Um olhar de gênero sobre o golpe de 2016

Lígia Maria Ávila Chiarelli

Nessa intervenção analisamos o golpe de 2016, tomando como referência as relações de Gênero. Então, o que seria exatamente um olhar de Gênero sobre o Golpe de 2016? A pergunta é pertinente na medida em que existem vários entendimentos do que é Gênero. Para a finalidade desse estudo, a categoria Gênero é vista a partir das relações socialmente construídas na sociedade, estabelecendo um sistema de valores que permitem distinguir o feminino do masculino, constituindo relações desiguais em todas as esferas da sociedade (VALADARES, 1999). Nesse sentido, se entende que tanto o gênero feminino como o masculino, são construções sociais e históricas produzidas sobre as características biológicas (LOURO, 1997, p. 22). A definição de Gênero é produto do movimento feminista contemporâneo, que vem avançando no entendimento que é preciso pensar Gênero em conjunto com outras duas importantes categorias, nomeadamente: classes sociais e etnia, necessariamente referenciados a sociedade em foco e ao momento histórico (SILVA, 2012).

Ao abordar as questões de Gênero, é preciso destacar que são insuficientes os esforços no sentido de estabelecer políticas públicas de combate às discriminações de Gênero, mesmo quando relacionados à raça e etnia, se não houver uma compreensão mais ampla desses fenômenos. Na reflexão acadêmica, a denúncia é um aspecto importante, mas discutir gênero não se resume a divulgar números e estatísticas. É preciso que as informações e as interpretações geradas a partir da análise desses dados sejam

situadas no contexto e entendidas como processos históricos, sociais e culturais.

Para início de conversa, é necessário que se esclareça que Dilma não foi deposta por ser mulher, mas por ser uma mulher com uma concepção democrática, respaldada num projeto de nação soberana e focada na redução da desigualdade. Dilma defendia um projeto que vinha se gestando em franca contradição com a maioria do Congresso Nacional, que por sua vez representava o crescimento da onda fascista e conservadora que se alastra pelo mundo.

Portanto, o golpe não foi efetivado para depor uma presidenta, nem para impedir Lula de concorrer, foi perpetrado, porque essa foi a solução que o capitalismo encontrou para enfrentar a crise. Essa foi a saída que os setores conservadores puderam articular, naquele momento, na medida em que o projeto entreguista e antipopular que sustentavam, não teve a aprovação dos brasileiros na eleição de 2014. Portanto, o golpe não está circunscrito ao dia 31 de agosto de 2016, dia em que Senado aprova o *impeachment* e Dilma perde o mandato. Já vinha sendo costurado desde 2014, logo após o resultado eleitoral. Nesse sentido, essa intervenção tem um pressuposto: O golpe de 2016 foi antinacional, anti democrático e anti povo, estruturado a partir da misoginia¹.

Foi anti nacional porque teve como alvo desmontar a Petrobrás, entregar o Pré Sal, privatizar a Eletrobrás e suas distribuidoras, seguindo a senda privatista orientada pela agenda neoliberal. Ao mesmo tempo, em que procurou facilitar a entrega dos recursos da floresta, mesmo que isso signifique destruir parte da Amazônia e em que se cogitam medidas que na prática levam a concessão às multinacionais para explorar o Aquífero Guarany. Enquanto o Brasil aprofundava a sua crise, o governo Temer assim que assumiu, tomou medidas para possibilitar que outras nações

¹ Segundo Marcia Tiburi, misoginia pode ser entendida como “discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema da dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas”. VIOMUNDO. TIBURI, Marcia. Presidenta Dilma, politicamente violentada e invejada. 2016. Disponível em <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/marcia-tiburi-presidenta-dilma-politicamente-violentada-e-invejada.html>. Acesso em 23 de março de 2018.

consigam superar as suas próprias crises. E dando continuidade ao governo golpista, Bolsonaro aprofunda mais a entrega da nação e amplia o ataque aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

O golpe, além de ser antinacional, foi antidemocrático, porque depôs uma presidenta eleita por 55 milhões de votos, dentro das regras democráticas. Porque afastou essa dirigente através de instrumento legal no Brasil, ou seja, através de um *impeachment* sem, no entanto, provar que Dilma cometeu crime de responsabilidade. Antidemocrático, porque o novo governo abandonou o Programa que o povo escolheu nas urnas e implantou outro Programa, calcado na perda de direitos, na recessão econômica, na entrega do Brasil. Antidemocrático, porque sua base de apoio no Congresso Nacional se sustentou num consórcio entre setores liberais, conservadores e fundamentalistas, identificados pelo ataque que vem promovendo contra as liberdades democráticas e aos direitos das mulheres, do povo negro, indígena, da população LGBT, de homens e mulheres do campo e das florestas.

Por fim, o golpe foi anti povo, sendo que o viés de classe aparece claramente quando se identificam os esforços empreendidos na destruição da legislação trabalhista e nas novas regras de aposentadoria. Anti povo porque assim que ocupou o poder, Temer atacou um conjunto de políticas sociais que vinham se concretizando desde 2003. Encaminhou Emenda Constitucional ao Congresso Nacional objetivando um equilíbrio das contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos. Aprovada em dezembro de 2016, a Emenda Constitucional nº 95, estabeleceu a redução dos gastos públicos em educação, saúde, assistência social e outras políticas sociais, impondo o congelamento de investimentos por vinte exercícios financeiros, ou seja, pelos próximos 20 anos. A consequência mais imediata dessa iniciativa - o impedimento de investimentos públicos - já se faz sentir, projetando um período de crise prolongada, atingindo especialmente as mulheres, a população negra e pobre e mesmo a comunidade LGBT. E como nenhuma força política perpetra um golpe, para depois devolver o poder aos que foram golpeados, a eleição de 2018,

teve a marca desse processo, garantido a eleição de Bolsonaro através de intensa campanha de *fake news*, sem que o povo tivesse claro o que o novo governo seria capaz.

Esse texto foi elaborado inicialmente para uma intervenção realizada no ano de 2018, fazendo parte de uma palestra denominada “Um olhar de gênero sobre o golpe de 2016”, durante o Curso de Extensão *O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*, organizado por professores da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O texto foi atualizado para a momento atual, já sob o governo de Bolsonaro. Desse modo, esse artigo se propõe a identificar os avanços sociais obtidos pelo movimento organizado, as conquistas decorrentes dessas ações, os ataques sofridos e perda de espaços e direitos decorrentes do golpe de 2016, que afastou a presidenta Dilma, sob a lente de gênero, articulando com aspectos relacionados a classe e raça.

Presença da mulher e de representantes do povo negro

É importante recordar que, até 1978, as mulheres ainda não tinham ocupado cargos nos ministérios. No entanto, mesmo no período ditatorial, a partir de 1979 e até 2016, todos os governos incluíram a participação feminina na equipe ministerial. Recapitulando os últimos governos pós-ditadura, Collor (1990-1992) nomeou apenas uma mulher, Itamar Franco (1992-1995) nomeou duas e FHC (1995-2003) também indicou duas mulheres para o primeiro escalão, em dois mandatos. Pelo Governo Lula (2003-2011) passaram onze mulheres, em dois períodos. No entanto, o maior número de mulheres foi nomeado no Governo Dilma (2011-2016), contabilizando 18 ministras, em cinco anos e meio de governo.

Depois do golpe, como se podia prever, a participação feminina não foi valorizada em termos de liderança institucional. O governo Temer, que assumiu após o impeachment da Presidenta Dilma, apesar de tecer alguns discursos denunciando a condição da mulher na sociedade, nomeou inicialmente entre seus 29 ministros apenas uma mulher, como advogada-

geral da União. No decorrer do seu mandato, ao retornar o status de Ministério à Secretaria de Direitos Humanos, subordinada ao Ministério da Justiça, Temer indica a única ministra negra de seu governo. Posteriormente indicou uma mulher para o Ministério do Trabalho, mas essa teve sua nomeação suspensa, numa situação constrangedora, pois a futura Ministra foi acusada de não garantir os direitos trabalhistas de dois dos seus empregados.

No governo Bolsonaro, a presença da mulher também se manteve reduzida, sendo que foram indicadas apenas duas mulheres. Ao fazer o anúncio, o presidente declarou: *“Pela primeira vez na vida o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso Governo. Temos 22 ministérios, 20 homens e duas mulheres. Somente um pequeno detalhe, cada uma dessas mulheres que estão aqui equivalem por dez homens”*.² A seguir, completou o pensamento, com outra joia do pensamento misógino: *“A garra dessas duas transmite energia para os demais”*.³

É importante lembrar que a ministra das Mulheres, Família e Direitos Humanos, indicada por Bolsonaro, quando assumiu, ainda registrou uma informação incorreta ao declarar que pela primeira vez no país havia um Ministério dedicado exclusivamente às mulheres⁴. Na verdade, a ministra omitiu que nos governos Lula e Dilma existiu a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de Ministério, transformada em Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, na gestão Dilma. Esse Ministério foi extinto no governo Temer, que substituiu a pasta pelo Ministério de Direitos Humanos.

Quanto à presença negra nos Ministérios, só se registra a presença de um Ministro negro, a partir do governo FHC. Já nos governo Lula, foram nomeados cinco ministros negros, sendo três mulheres. Dilma indicou três ministros negros, sendo duas mulheres. O governo Temer

2 O GLOBO. Bolsonaro minimiza baixo número de ministras: 'valem por 10 homens'. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-minimiza-baixo-numero-de-ministras-valem-por-10-homens-23508579>. Acesso em 25 de setembro de 2019.

³ Idem.

⁴ Idem.

inicia sem mulheres nem negros no primeiro escalão. Posteriormente, faz três indicações de mulheres e como já mencionado, uma delas, negra. No Governo Bolsonaro não foi indicado até o momento, nenhum ministro negro.

Portanto, o golpe foi racista e antifeminista e anti-LGBT porque a maioria das medidas adotadas pelos setores conservadores e pelos governos depois da deposição da Presidenta Dilma foi no sentido de reverter conquistas já consagradas na Constituição de 88 e políticas públicas distributivistas e anti discriminatórias, que garantiam direitos para a maioria da população.

O golpe foi homofóbico e misógino, porque se estruturou a partir de sentimentos de repulsa e aversão às mulheres e foi alicerçado a partir de componentes patriarcais, ainda preponderantes nesse país.

Breve histórico dos movimentos

Desde o Brasil Colônia (1500-1822) há registro de mobilização das mulheres por seus direitos e pela soberania nacional. Ainda no século XVII, em 1646, a batalha de Tejucupapo, em Pernambuco foi uma luta travada contra os invasores holandeses, onde se registrou forte presença feminina, pois a maioria dos homens do vilarejo atacado, próximo ao litoral, encontrava-se fora do local. A batalha, pouco conhecida do povo brasileiro somou-se a outras lutas que culminaram com a expulsão dos holandeses do Brasil.

No entanto, falando de modo mais geral, pode-se dizer que ocorreram poucos avanços na luta feminista nesse período, tendo em vista que as mulheres eram tidas como propriedade de seus pais, maridos, irmãos. Após a independência suas lutas se restringiam a direito à vida política, educação, direito ao divórcio e livre acesso ao mercado de trabalho, permanecendo o desejo de se inserir na vida política do país, de votar e ser votada (POLITIZE, 2018).

Desde o período do tráfico de escravos da África para o Brasil, ocorreram rebeliões isoladas ou em pequenos grupos, pela libertação dos negros. O movimento ganha corpo a partir da luta abolicionista, quando negros e mesmo brancos se unificaram pra questionar a senda escravagista. As mulheres também participaram das lutas abolicionistas no decorrer do século XIX. Nas cidades e nos quilombos iniciou-se a resistência. Após a aprovação de algumas leis no século XIX e da Lei Aurea em 1888, novo desafio se colocou para o povo negro: a conquista da liberdade não superou o preconceito e a desigualdade. A luta prosseguiu, foram criados publicações de diversos tipos que tratam da vida dos negros, denunciando preconceitos.

Já no século XX, greves lideradas por mulheres, exigiam a regularização do trabalho feminino, a jornada de oito horas e a abolição de trabalho noturno para mulheres. Tal como vinha ocorrendo em outros países, como Rússia, Reino Unido e EUA, as mulheres também lutaram pelo direito ao voto. No entanto, o sufrágio feminino só foi garantido em 1932, sendo o direito ao voto e à candidatura das mulheres, conquistado de forma plena apenas na Constituição de 1946. Na área de direitos sexuais e reprodutivos, em 1940 o direito ao aborto passa a existir em uma parte especial do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848/1940), quando, no artigo 128 prevê os únicos dois casos de aborto não punível, para salvar a vida da gestante ou quando a gravidez resultar de estupro.

As mulheres também tiveram presença marcante nos períodos ditatoriais resistindo ao autoritarismo, tanto no Estado Novo, como no período da Ditadura Militar. Foi de iniciativa das mulheres, em 1975, a Formação do Comitê Feminino pela Anistia, movimento que, junto como outros movimentos alcançou a Lei da Anistia, em 1979. Essa lei, mesmo limitada e incompleta, garantiu o retorno de exilados e banidos e a libertação de muitos presos e presas políticos, que se somaram a luta pela democracia.

Em meados do século XX, a população negra organizada é influenciada principalmente pelo Movimento dos Direitos Civis americano e contra a segregação racial e pela libertação de colônias africanas. No processo de

redemocratização brasileira crescem os grupos representativos do movimento, levando o governo FHC a criar Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Mas como o tema do racismo não está isolado no Brasil, o movimento negro se fortalece após a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatadas de Intolerância, ocorrida na África, já no novo século. A partir daí muitas políticas públicas foram sendo exigidas e implementadas. Entre os povos não brancos também se registra a luta do povo indígena, sendo que só na Amazônia brasileira, se tem conhecimento de mais de 180 povos indígenas, que de diversas formas se colocam na linha de frente da resistência a destruição da mata e de seus próprios povos. Assim como os camponeses em luta pela terra, do interior do Brasil, organizados no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) pouco se conhece sobre suas lutas e conquistas.

No que se refere à comunidade LGBT, com história mais recente, também houve um crescimento da organização e definição de demandas. Mesmo no período da ditadura militar, juntamente com outros grupos, de feministas e movimentos pela igualdade dos negros, estiveram organizados para atingir seus objetivos e alcançar maior visibilidade. Constituído a partir de 1970, foi se estruturando a partir de meados de 80 até finais dos anos 90, em torno principalmente das questões relacionadas com HIV/AIDS. Na década de 80, tiveram presença, junto a outros movimentos sociais na redação da Constituição. Ainda que a Constituição Federal de 1988 não apresente nenhuma posição expressa em seu texto a respeito dos relacionamentos homo afetivos e da orientação sexual das pessoas e não mencione concretamente a sigla LGBT, no Art. 3º, onde se explicitam os objetivos fundamentais da República, foi incluído um item relativo a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Na década de 70 e até os dias de hoje ocorreram muitos avanços por direitos específicos, sendo que as várias correntes do movimento social organizaram eventos e manifestações. Ao mesmo tempo, Instituições

internacionais também tiveram importante papel na unificação das lutas das mulheres, comunidades não brancas, LGBT e outros setores oprimidos. Mais recentemente, o feminismo, o luta do povo negro e povos indígenas por seus direitos e as pautas LGBT vem sendo também tema da academia.

Conquistas durante os governos Lula e Dilma

Os movimentos de mulheres, negros e LGBT obtiveram conquistas também em outras plataformas, não relacionadas diretamente aos direitos específicos. O Brasil garantiu espaço no cenário internacional e afirmou a soberania nacional; avançou na exploração do Pré Sal. Saiu do Mapa da Fome, segundo dados da própria ONU e permitiu a ascensão social de faixas de renda mais baixas, atingindo principalmente mulheres e a população negra. O Programa Minha Casa e Minha vida, a despeito de muitos erros, como problemas de inserção na malha urbana e segregação espacial e monotonia, possibilitou prioridades na propriedade das unidades habitacionais para as mulheres, assim como nos programas de transferência de renda. Houve aumento de vagas e interiorização das Universidades e Escolas Técnicas e o sistema de cotas e políticas afirmativas nas Universidades abriu caminho para o acesso e permanência de uma parcela de jovens pobres, negros e indígenas.

Durante as gestões Lula/Dilma, o avanço das lutas sociais gerou não só políticas públicas e conquistas institucionais, como a construção de Conferências de Políticas para as Mulheres, nos anos de 2004, 2007, 2011, 2016. Nesse período, em 2005, foi aprovada a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento, o que significou o reconhecimento do Governo brasileiro à realidade de que o aborto realizado em condições inseguras é importante causa de morte de mulheres. Em 2006, foi aprovada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), ampliando o combate à violência doméstica numa perspectiva de gênero. Posteriormente foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 72/2013, conhecida como PEC das Domésticas, regulamentada em junho de 2015, que nivela

os direitos das trabalhadoras domésticas ao de outros trabalhadores. A PEC teve amplo conteúdo democrático, uma vez que a imensa maioria que realiza o trabalho doméstico remunerado (98%) são mulheres e dessas, grande parte são negras. No mesmo período também foi aprovada a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), sancionada em março de 2015.

Conquistas da comunidade pobre, negra e indígena foram garantidas, através de programas de cotas de acesso a Universidade Pública, e outras iniciativas estaduais e municipais. Em 2003, no início do Governo Lula foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR).

Em 2006, no governo Lula, fruto da mobilização dos povos indígenas, foi instituída a Comissão Nacional de Política Indigenista com a finalidade de estabelecer um canal de diálogo entre os diversos órgãos de governo e representantes indígenas de todo o território nacional. Posteriormente em 2015, no Governo Dilma, foi criado o Conselho Nacional de Política Indigenista, dando continuidade às pautas em andamento.

O amadurecimento do movimento LGBT permitiu uma atuação de forma mais organizada, acolhida no Governo Lula, possibilitando o primeiro Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, denominado “Brasil sem homofobia”. O programa enfrentava todas as formas de discriminação e de violência sendo que a promoção dos direitos humanos de homossexuais foi consagrada como um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira. Durante o governo Lula foram desenvolvidos programas como "Apoio a Serviços de Prevenção e Combate à Homofobia" e "Banco de Dados sobre Cidadania Homossexual e Combate à Homofobia". Em 2013, no governo Dilma também foram criadas ações de "Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. No decorrer desse período foram instituídas a Coordenação LGBT, o Conselho LGBT e o Plano Nacional LGBT, o Comitê Técnico de Cultura LGBT do Ministério da Cultura, sendo que a partir de 2007, até 2016, foram convocada três Conferências Nacionais de Políticas Públicas LGBT.

Em 2011, foi aprovado pelo STF no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, o reconhecimento da união homo afetiva como entidade familiar, permitindo assim, consolidar a relação por meio da união estável, equiparando alguns direitos que eram exclusivos de heterossexuais: direito de comunhão parcial de bens; direito a pensão alimentícia no caso de separação; pensão do INSS em caso da morte do parceiro ou parceira; direito de colocar o companheiro ou companheira como dependente em Planos de Saúde; possibilidade de inserir o parceiro ou a parceira como dependente no Imposto de Renda e também o direito a adoção de crianças.

Outro projeto, sancionado por Dilma, ainda em 2016, foi o direito ao nome social de pessoas transexuais, tendo como objetivo proporcionar direito à dignidade da pessoa humana. Ainda no ano de 2018, a Justiça Eleitoral autorizou transexuais e travestis a pedirem a inclusão do nome social no título de eleitor, permitindo a atualização da identidade de gênero no cadastro eleitoral.

Também se constituiu um avanço a criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). Na verdade, a partir de 2003, quando ganharem status de Ministério, os Direitos Humanos, as Políticas de Promoção da Igualdade Racial e as Políticas para as Mulheres foram reconhecidos como parte da política de Estado. Posteriormente, ainda no governo Dilma, esse Ministério foi perdendo importância, sendo substituído, na atualidade pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), com uma formatação diferente da proposta original.

Outro avanço conquistado pela população LGBT foi a introdução de temas específicos na mídia, ainda que essas mesmas referências possam ser criticadas por não abordarem o tema sob a perspectiva de gênero, consagrando estereótipos e estigmatizações sociais (FEITOSA, 2016). Efetivamente, pelo fato de muitos dos movimentos feministas e LGBT serem anti patriarcais, não tem a benção da Rede Globo e suas amigas para aprofundar a discussão de gênero.

Pode-se incluir entre as conquistas mais recentes a criação em outubro de 2015, da UNA LGBT, instrumento de luta pela emancipação política e humana, defendendo ideias no campo da consciência de classe e de garantia de direitos, abordando vários temas como direitos LGBT e LGBTfobia, conjuntura política, feminismo, racismo, opressão de classes.

Antes do golpe

Os ataques aos direitos conquistados nesses últimos quinze anos são mais graves do que se supõe numa primeira mirada. De fato, desde o 11 de setembro de 2001, vinham se criando as condições para o desenvolvimento de uma onda fascista em nível mundial. Os atentados às torres gêmeas justificaram a escalada da Guerra ao Terror, através de as guerras preventivas e os instrumentos jurídicos do *Patriot Act*⁵, situação que teve repercussão mundial. Na contramão desse processo, o Brasil e diversos países da América Latina vivenciavam um processo de redemocratização e de consolidação de garantias individuais. Mas esse quadro, pleno de contradições, deu lugar no Brasil ao pensamento conservador. Se, desde a reeleição da Presidenta Dilma, a imprensa insistia nos ataques caracterizando a presidenta como incompetente e histérica, à medida que o governo vai enfrentando mais dificuldades políticas, o discurso fascista e misógino ganha impulso.

De um lado, a partir da posse de Lula em 2003, é construída uma agenda de gênero e em defesa dos setores mais oprimidos passa a ser incorporada às políticas de Estado. De outro, setores inconformados com o resultado eleitoral de 2014, tomam a ofensiva, desmantelando conquistas e esvaziando espaços antes compartilhados democraticamente. Ai se começa a perceber que, ações e comportamentos conservadores, até pouco tempo inaceitáveis e considerados politicamente incorretos, passam a ser permitidos e até mesmo estimulados.

⁵ O Patriot Act é uma lei, sancionada pelo presidente George W. Bush, em 2001, após os ataques ocorridos em 11 de setembro de 2001, que teve como objetivo melhorar as habilidades da aplicação da lei dos EUA para detectar e deter o terrorismo. Disponível em <https://www.history.com/topics/21st-century/patriot-act>. Acesso em abril de 2018.

Essa conduta coincide com o ataque massivo aos direitos das mulheres, a partir de 2015, principalmente no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos. Inúmeras iniciativas, no parlamento, nas redes, nos meio de comunicação em geral, promovem intensa divulgação sobre os perigos da “*ideologia de gênero*”. Desconsiderando a imprecisão do termo⁶, usam esse argumento para restringir o debate sobre gênero nas escolas e impedir o desenvolvimento de iniciativas relacionadas a igualdade e a diversidade nas políticas públicas. Com esse ataque, pretendem concretamente atacar o conjunto de conquistas e o conhecimento acadêmico referenciado pela igualdade de gênero (BIROLI, 2018).

Ainda no ano de 2015, as mulheres se dedicam em realizar intensas mobilizações contra o Projeto de Lei (PL) 5069/2013, que tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto. Pela atual legislação brasileira, em caso de estupro se admite que uma mulher receba orientações médicas, para, se quiser, realizar a interrupção da gravidez de forma legal. Na prática, essa Lei complica o acesso legal ao aborto em mulheres vítimas de abuso sexual, adicionando etapas e condicionantes ao atendimento. Ao mesmo tempo, busca dificultar o acesso das mulheres vítimas de violência sexual às informações e procedimentos sobre o aborto (FRANCO, 2018). Cria igualmente, dificuldades para a distribuição da pílula do dia seguinte nos centros públicos de saúde. Com a aprovação do PL 5069/2013, em outubro de 2015, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, o projeto ainda deve seguir para o plenário da Câmara.

Também vem sendo discutida a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 181, aprovada em novembro de 2017 em uma Comissão Especial da

6 Castro (2018) alerta para o fato de que gênero não é uma ideologia, enquanto Araújo (2000, p.67) lembra que Marx e Engels entendem ideologia como concepção de mundo. A mesma autora adverte que para Gramsci “a ideologia remete à subjetividade humana, aos valores e formas de perceber e se posicionar no mundo, a partir da condição de inserção dos sujeitos”. ARAUJO, Clara. Gênero, Trabalho e Pobreza: Para além dos direitos iguais. In: Trajetória Teórica e política do Feminismo Emancipacionista. Coletânea de textos: 1954 a 2012. (org) VENTURINI, Mariana de Rossi; ROCHA, Maria Liége Santos, 2018. Concordando com as autoras, é preciso salientar que o que é chamado de “ideologia de gênero” “corresponde ao conjunto de conquistas e conhecimento acadêmico referenciado pela igualdade de gênero” (BIROLI, 2018).

Câmara dos Deputados. Essa PEC atinge diretamente o direito das mulheres à interrupção da gravidez. Mesmo nos casos em que atualmente é permitido, ou seja, em casos de estupro, nos casos de risco de vida para a mãe e nos casos de fetos com anencefalia. A proposta, que originalmente tratava da extensão da licença-maternidade para o caso de bebês nascidos prematuramente, teve um “Cavalo de Troia”⁷ embutido na proposição. Os parlamentares incluíram uma mudança no artigo primeiro da Constituição, destacando “a dignidade da pessoa humana desde a sua concepção”. Como a Constituição está acima de outras leis, esse adendo abre espaço para condenar mulheres que recorrerem ao aborto, mesmo nos casos considerados legais. Dessa forma, o texto que se encontra em andamento é mais retrogrado que o Código Penal de 1940, que não criminalizava a prática do aborto em casos de estupro. Também é um recuo em relação à decisão de Supremo Tribunal Federal (STF), que em 2012 decidiu não criminalizar o aborto em casos de anencefalia. Atualmente a votação da PEC se encontra em andamento, aguardando a criação de uma Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 181-A, de 2015.

Como se depreende o golpe atinge, sobretudo, as mulheres, pobres e a população não branca. Tem também um forte componente homofóbico, ao tentar pautar sua concepção conservadora de família e ao tentar desmontar conquistas já garantidas pela população LGBT. A escalada homofóbica, no entanto, inicia antes mesmo do golpe, sendo que, desde 2013, já começam as negociações a partir da Comissão de Direitos Humanos no sentido de garantir a aprovação da Cura Gay⁸.

É importante lembrar que, em 2015, os parlamentares conservadores tiveram uma grande vitória, quando retiraram as palavras gênero e orientação sexual do Plano Nacional de Educação (PNE), ao mesmo tempo em que as Câmaras de Vereadores em vários municípios reproduziram esse

7 REVISTA FÓRUM. Por que a PEC 181 ganhou o apelido de “Cavalo de Tróia das Mulheres”? Disponível em <https://revistaforum.com.br/blogs/ativismodesofa/por-que-a-pec-181-ganhou-o-apelido-de-cavalo-de-troia-das-mulheres/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2018.

8 Cura Gay é o nome que se dá a uma terapia que promete reverter a orientação sexual de pessoas atraídas pelo mesmo sexo.

debate com desfechos semelhantes⁹. É importante também destacar que, no Brasil, ainda não há um conjunto de leis específicas para o combate da LGBTfobia, sendo a violência praticada, registrada em outros tipos de crimes, como discriminação, injúria ou agressão.

Após o golpe, já são visíveis as consequências do ataque à democracia e aos direitos LGBT, de mulheres e do povo negro e trabalhadoras e trabalhadores do campo. Temer acenou também com a extinção do Ministério da Cultura, que também seria um instrumento de valorização das identidades femininas, negras, camponesas e LGBT. Diante da inconformidade de artistas e intelectuais e parcelas do povo brasileiro, o governo voltou atrás e aproveitou para tentar corrigir o impacto negativo causado pela ausência de mulheres no primeiro escalão anunciado após a posse. No entanto, o governo se deparou naquele momento com a recusa de várias mulheres para dirigir o Ministério da Cultura. Na atualidade, quase diariamente se tem notícias de tentativas de suprimir o Estado laico, além da escalada ancorada em valores retrógrados.

Na continuidade se organiza o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), se impõe a Lei da Terceirização indiscriminada e são subtraídos direitos das mulheres na reforma trabalhista. Ao possibilitar o trabalho temporário e trabalho em regime de tempo parcial, a reforma atinge principalmente mulheres e mais ainda mulheres negras, que são as que mais são forçadas a se submeter a esse tipo de contrato. A mesma reforma determinou que as mulheres grávidas e lactantes voltassem a ser propriedade dos seus patrões, tendo esses o poder de decidir por ela, decidindo se podem ou não trabalhar em locais insalubres. O que a Lei definiu foi tão aviltante que, em maio de 2019, o plenário do Supremo Tribunal Federal entendendo que esses dispositivos da Reforma Trabalhista são inconstitucionais, determinou que mulheres grávidas e que amamentam

9 Na cidade de Pelotas, a LEI Nº 6.245 DE 24 DE JUNHO DE 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2024 não aprovou esse encaminhamento, mantendo entre as diretrizes do Plano: “III - superação de todas as desigualdades, em especial as educacionais, com ênfase na promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial, regional, social, religiosa, de gênero e de orientação sexual”.

não podem desempenhar atividades em ambientes insalubres e não são obrigadas a apresentar atestados.

Igualmente, com a Reforma da Previdência, são retirados direitos, reduzindo benefícios e afetando conquistas importantes de aposentados e pensionistas. Conforme análise de representante da Central de Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil (CTB/RS), diante da conjuntura de avanço do conservadorismo e de perda de direitos sociais e trabalhistas, registra-se um aumento da violência e do controle sobre a vida e o corpo das mulheres, com o aumento do racismo, aumento do feminicídio, da lesbofobia, da bifobia, da homofobia, da transfobia, além da repressão, criminalização aos movimentos sociais e populares e criminalização do movimento sindical e da política (CONTI, 2018).

O ano de 2017 foi caracterizado pelo aumento do extermínio da população LGBT, resultados do desmonte nas políticas públicas do governo Temer, que reduziu verbas, atingindo seriamente o combate à violência contra a população LGBT. Possivelmente esse dados tenham sido decisivos para Portaria do Ministério dos Direitos Humanos, publicada neste dia 15 de maio de 2018, no Diário Oficial da União, instituindo o Pacto Nacional de Enfrentamento à LGBTfobia, ação criada com intenção de seguir tratados internacionais e recomendações das Nações Unidas sobre o tema. Como esperado, o anuncio desse Pacto foi feito oportunisticamente, em data próxima ao Dia Internacional de Combate à Homofobia, que se comemora em 17 de maio¹⁰. Também é importante mencionar o fato de que o documento não prevê um orçamento para as ações contra o preconceito. O fato mais relevante é que, segundo o presidente da UNA LGBT, o movimento não foi ouvido. O representante da entidade destacou que a organização fez duras críticas ao projeto, entre outras coisas, por não definir a forma de financiamento, por ter sido elaborado sem a participação

10 O dia 17 de maio foi consagrado como Dia Internacional de Combate à Homofobia, porque foi num 17 de maio que Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças.

social, sem metas a serem monitoradas. No entendimento do presidente da entidade, é mais uma proposta para inglês ver¹¹.

Essa conduta parece ter sido uma característica do governo Temer, uma vez que em novembro de 2017, a secretária especial de Políticas para Mulheres informou que o governo pretendia criar um Fundo de Combate à Violência contra a Mulher, sem, no entanto especificar concretamente a origem dos recursos. Além disso, desde aquela data, verificou-se que nenhuma ação foi praticada. Esse anúncio aconteceu no mesmo mês que a ONU divulgou ações e recursos para projetos de prevenção e erradicação da violência contra a mulher, o que corrobora a ideia de que o governo esteve mais preocupado em fazer bonito nas Assembleias da ONU, do que realmente enfrentar a superação desses problemas.

O golpe sob o olhar de Gênero

A partir dessa exposição que certamente que não esgota todos os temas relacionados, é importante prosseguir, a partir de agora, na análise do processo de preparação do golpe e o golpe propriamente dito e o pós golpe, sob o olhar de Gênero. E embora gênero e patriarcado sejam categorias diferentes, é necessário interpretar os dados que foram expostos anteriormente tendo como referência essa formação da sociedade. Foram quinhentos anos de opressão contra os 15 anos no século XXI, em que se procurou construir algumas políticas públicas de enfrentamento a essa carga de opressão patriarcal. No entanto, nossa frágil democracia não consolidara os instrumentos necessários para manter muitas dessas conquistas¹².

Então embora seja possível afirmar que Dilma não foi deposta por ser mulher, o fato de ter sido a primeira mulher eleita presidenta em um país de cultura marcadamente patriarcal, criou uma forte contradição, onde é

¹¹ Essa opinião foi manifestada a autora, pelo presidente da UNA LGBT, em 16 de maio de 2018.

¹² Conforme alertaram as debatedoras da palestra “As implicações do golpe nas políticas de ações afirmativas”, durante o curso de Extensão: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil, realizado na UFPel, em maio de 2018.

preciso enfatizar a dificuldade de setores conservadores em aceitar que o poder estava sendo exercido por uma mulher.

Foram avanços enormes e a maioria deles foi estancado, desestruturado ou paralisado. Em momentos de crises, Simone de Beauvoir já disse que os cortes acontecem primeiro nas ações voltadas para a vida das mulheres. Isso porque o patriarcado é o sustentáculo do capitalismo, o sustentáculo das políticas neoliberais (MENICUCCI, 2018)

Com o objetivo de superar o programa eleito pela população brasileira por quatro mandatos, o processo de *impeachment* foi conduzido por homens brancos, todos pertencentes à mesma classe social e aos mesmos grupos de interesse, que para se manter precisam do aparato patriarcal sustentado na subalternidade da mulher e ataque a democracia.

Só como curiosidade, ao percorrer a *internet*, na busca de informações sobre o golpe de 64 e a ditadura militar, verifica-se que, as novas gerações não vão encontrar relatos sobre as ações e histórias de mulheres, negros, indígenas, movimentos LGBT, trabalhadores sem terra. Com exceção das páginas que são editados por partidos do campo democrático e entidades progressistas, nos sites mais populares esses setores são totalmente invisibilizados. Quando se busca pelas expressões “Golpe de 64” e “Ditadura Militar”, as mulheres citadas em quase todos esses sites são as que conduziram, em 64, a Marcha da Família, com Deus pela Liberdade. Sob o olhar de gênero fica claro que foi dada visibilidade a essas mulheres, não pela função que exerceram na sociedade, pois poucos meses após o golpe ninguém mais soube delas, mas pelo papel que cumpriram na consolidação do Regime Militar.

Não se pode deixar de lembrar as batedoras de panelas, que também foram mobilizados num determinado momento para manifestar sua indignação e favorecer o afastamento de Dilma. Mas depois do golpe, acabaram os panelaços. Pra que bater panelas se o golpe já havia se consumado? Quem foram essas mulheres “tão ousadas”, que foram as ruas bater panelas, antes tão elogiadas e agora esquecidas?

Pouca gente conhece o papel que as mulheres e lutadores dos movimentos sociais tiveram na resistência ao golpe de 64. Poucos sabem da coragem de mulheres que enfrentaram o Regime Militar. Desconhecem as humilhações, torturas e agressões sexuais a que foram submetidas muitas dessas lideranças sociais. Poucos sabem da participação de mulheres em ações armadas. Até mesmo desconhecem a presença de mulheres na Guerrilha do Araguaia e na Guerrilha Urbana, na década de 60, em que guerrilheiras lutaram lado a lado dos homens, tendo muitas se destacado por sua coragem e ação na resistência. Foram as mulheres, na década de 70, que deram início, no Brasil a luta pela Anistia, que depois foi incorporadas por amplos setores. De maneira geral, participando de lutas contra a carestia de vida ou por suas questões específicas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, ou pelo fim do Regime Militar, essas mulheres são inviabilizadas pela história oficial. No entanto, cumpriram um importante papel na conquista de direitos que até hoje se mantêm (ainda que fortemente ameaçados) como a liberdade de organização e expressão, e até mesmo de eleições diretas para presidente.

Ao colocarmos o foco sobre o dia da votação do *impeachment*, acaba se observando o mesmo suporte patriarcal que estava presente no golpe de 64. Relembrando a cena do dia da votação do *impeachment*, é possível identificar os mesmos componentes do golpe de 64, quando as forças conservadoras daquele momento se apoiaram na defesa da Família, como destacam Mano e Macedo (2018).

Com um placar final de 367 votos favoráveis e 137 contrários ao impedimento da presidenta, cada voto favorável foi acompanhado de um argumento que respondia às mulheres, trabalhadores/as, negros/as, homossexuais e vários outros grupos marcados como diferentes: “Voltem para seu lugar!”. Para Dilma Rousseff, as placas com a irônica frase “Tchau, querida!” colocavam em evidência o caráter patriarcal, conservador e, acima de tudo, misógino do golpe em sua face mais cruel e repugnante (MANO; MACEDO, 2018).

As mesmas autoras citam: *“patriarcado é o sistema, misoginia é a indicação de sua existência, machismos são seus atos. Na linguagem, no*

simbólico onde circulam informação e poder, encontramos evidências de todos”. (BURIGO, 2016¹³ apud MANO, MACEDO, 2018). Aquele momento que parecia expressar somente o baixo nível dos parlamentares marcando posição durante um processo tão importante revestiu-se mais uma vez, tal qual a Marcha de 64, na defesa da família e da propriedade. Porque a família que era ali mencionada, era aquela em que há subalternidade da mulher, que é tratada, bem como as crianças, como propriedade do homem.

Não, nenhum voto favorável ao impedimento foi declarado por algum parlamentar homem, em defesa de seu companheiro, nem alguma parlamentar mulher homenageou sua parceira. A expressão que mais se ouviu foi exatamente: pela minha mulher, pelos meus filhos. A família ali representada é a instituição que deve ser sustentada pela autoridade do pai/marido (CASTRO, 2018), exatamente aquela compatível com a existência da esposa “*bela, recatada e do lar*”.

Portanto, o cenário montado buscou mais uma vez, assim como em 64, conquistar a população para a naturalização do fato de que aquela mulher não deveria estar onde estava, e que essa ousadia deveria ser punida, pelo fato de ser mulher. Aliás, é bom lembrar que essa mulher desfilou com a filha no dia da posse, porque não tinha marido e não se contentou em cumprir o papel a ela destinado. É importante recordar que a luta contra o sistema patriarcal tem embutida em seu escopo a luta contra a repressão, as desigualdades sociais e a discriminações de várias ordens.

Ao encerrar esse texto, em meio a um processo conturbado do des-governo Bolsonaro e com a recente aprovação da Reforma da Previdência, fica cada dia mais evidente que o golpe não dado para punir as “pedaladas” da Presidenta Dilma. Foi a culminância de um processo que vinha se gestando. No entanto, a perplexidade das ações praticadas diariamente por esse governo, que da continuidade a senda golpista, entra em contradição

13 BURIGO, J. Em meio à crise, o patriarcado contra-ataca. Carta Capital, São Paulo, 20 abr. 2016. Sociedade. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-meio-a-cri-se-o-patriarcado-contraataca>>. Acesso em: 21 outubro de 2017.

com a presença de novos ventos que sopram na América Latina e em vários países do mundo, nesse final de 2019, onde os povos começam a dar uma resposta ao avanço da extrema direita e do fascismo.

Concluo esse artigo, lembrando a vitória recente do candidato indígena na Bolívia, ao mesmo tempo em que verifico os resultados da eleição na Argentina, onde se constata que os setores democráticos garantiram a vitória em primeiro turno e pode servir de exemplo para o segundo turno no Uruguai. E em outros países da nossa Latino América, conquistas democráticas e a presença do povo nas ruas é motivo de inspiração.

O momento exige a união de todos em torno de um projeto comum, de desenvolvimento nacional que aponte para um caminho de igualdade entre homens e mulheres. Sem ter a participação das mulheres, dos negros e negras e da comunidade LGBT, dos povos da floresta e do campo e de amplos setores populares não existirá projeto de desenvolvimento. A análise do processo que culminou com o afastamento de Dilma ainda carece de muitos estudos e interpretações, mas provavelmente esses estudos irão apontar, mais uma vez, para a certeza de que desenvolver o Brasil passa, entre outras questões, pela superação da desigualdade de gênero.

Referências

- BIROLI, Flavia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. Linda Rubim e Fernanda Argolo (Org.). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: EDUFBA, 2018.
- CASTRO, Mary Garcia. O golpe de 2016 e a demonização de gênero. Linda Rubim e Fernanda Argolo (Org.). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: EDUFBA, 2018.
- CONTI, Silvana. As mulheres que ousam sair do armário. Revista Sul 21. Publicado em: março 1, 2018. Acesso em: 23 abril 2018.
- FEITOSA, Cleyton. As diversas faces da homofobia: diagnóstico dos desafios da promoção de direitos humanos LGBT. Revista Periodicus, n. 5, v. 1, maio-out. 2016, p. 300-320.

FRANCO, Marielle. Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasma. 2018
Linda Rubim e Fernanda Argolo (Org.). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador:
EDUFBA, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

MANO, Máira Kubik; MACEDO, Márcia Santos. Direitos reprodutivos, um dos campos de batalha do golpe. Linda Rubim e Fernanda Argolo (Org.). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: EDUFBA, 2018.

MENICUCCI, Eleonora. O golpe e as perdas de direitos para as mulheres. Linda Rubim e Fernanda Argolo (Org.). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: EDUFBA, 2018.

POLITIZE. Movimento Feminista. Disponível em <http://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/?gclid=FAIaIQobChMI2suOrbv13QIViAS-RCHorIQPjEAAYASAAEgIos_D_BwE>. Acesso em: abril 2018.

SILVA, Márcia Alves da. Trabalho de mulher?! Alinhavando, bordando e costurando trajetórias de artesãs. 1. ed. Pelotas: Editora Universitária, 2012. 176p.

VALADARES, Loreta. A controvérsia feminismo X marxismo. In: *Revista Princípios*. Edição 18. Jun/Jul/Ago, 1990. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

Autorxs

Adriana Lessa Cardoso – Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Possui Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG e Graduação em Geografia - licenciatura, na mesma Universidade. cursou pós-graduação lato sensu Mídias na Educação, no Instituto Federal Sul-Riograndense - IFSUL. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, formação de professores, mulheres, gênero, divisão sexual do trabalho, feminismo descolonial, movimentos sociais urbanos, educação ambiental; e experiência em orientação de projetos e trabalhos de conclusão de curso. Atuou como docente na formação de professores, como professora pesquisadora bolsista CAPES no curso de Pedagogia à distância - UaB/UFPEL, principalmente na coordenação de equipes pedagógicas, planejamento, ensino e avaliação de aulas presenciais, orientação de estágios curriculares docentes e trabalhos de conclusão de curso. Também atuou como professora pesquisadora bolsista CAPES no curso de Licenciatura em Filosofia - UaB/UFPEL. Ativista feminista da União Brasileira de Mulheres (UBM / Pelotas). E-mail: adrianalessacardoso@gmail.com

Camila Aguiar Souto - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande - FURG; Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG; Advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 108.516. E-mail: camilaasouto@hotmail.com

Cassiane de Freitas Paixão – Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande, RS. Desenvolve pesquisas sobre a expansão da educação superior no Brasil, questões étnico-raciais no sul do Rio Grande do Sul, ações afirmativas e clubes sociais negros. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (1999), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004) e doutorado em Educação pela Universidade do Vale dos Sinos (2010). Realizou pós-doutorado na Universidade Federal da Bahia, junto ao grupo de pesquisa *A cor da Bahia*, entre 2017 e 2018. E-mail: cassianepaixao@outlook.com

Graziela Rinaldi da Rosa - Militante Feminista. Professora adjunta do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande-FURG-RS, campus São Lourenço do Sul, Brasil. Atuou como professora colaboradora do programa de Pós-Graduação em Educação- PPG-Edu (UNISC). Foi pesquisadora PNPd/Capes, realizando pesquisa de pós doutoramento e

atividades no Grupo de pesquisa: Educação Popular, Metodologias Participativas e Estudos Descoloniais; Grupo de pesquisa Educação, Trabalho e Emancipação; com o projeto de pós doutoramento intitulado: Mulheres nas Fontes Pedagógicas Latino-Americanas: Diálogos entre a Educação Popular e as Epistemologias Feministas (UNISC). Possui graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (2002) e Licenciatura Plena em Geografia (2012), especialização em Metodologia do Ensino de História e Geografia; Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. Atuou como líder do Coletivo Feminista Dandaras; líder do Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena da FURG/SLS; e do Coletivo Pomerano da FURG. Possui experiência de 15 anos na rede básica de ensino. Atua no Grupo do Pesquisa Sexualidade e Escola-GESE/FURG, bem como do D'GENERUS: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero/UFPEL. Desenvolve pesquisa com apoio da FAPERGS junto com mulheres quilombolas. Atua com pesquisa no campo dos estudos de gênero e feministas na Educação e na Filosofia na perspectiva de descolonizar o pensamento pedagógico e filosófico. Trabalha com Epistemologias Feministas, Educação do campo e Filosofia; Relações de gênero na Filosofia e Filosofia da Educação com o olhar para América Latina e a Educação Popular. Integrante da Articulação em Defesa da Educação do Campo no Rio Grande do Sul, AEDOC-RS. E-mail: grazirinaldi@gmail.com

Greice Carvalho de Matos - Enfermeira. Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas/UFPel. Coordenadora do Abrigo Institucional Casa do Carinho - Prefeitura Municipal de Pelotas. Docente da Anhanguera Educacional. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFPel. Membro do Núcleo Pesquisa e Estudos com Crianças, Adolescentes, Mulheres e Famílias - NUPECAMF. E-mail: greicematos1709@hotmail.com

Jamile Wayne Ferreira - Possui Graduação em Gastronomia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos (2016). Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas, na linha de Epistemologias Descoloniais, Educação Transgressora e Práticas de Transformação. Pesquisa sobre o ensino da gastronomia e a história das mulheres. Atualmente é docente do curso de Graduação em Gastronomia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Experiência na área de docência e consultoria. Possui formação em Planejamento Pedagógico pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na área de Pedagogia. Atua como colaboradora no Coletivo Coralinas, onde pesquisam, discutem e escrevem sobre as intervenções da gastronomia na cidade. É membro da equipe que gerencia a página, promovendo cursos, saraus e discussões a respeito de questões de gênero na área da alimentação. E-mail: milewayne.gastronomia@gmail.com

Janine Corrêa Gomes – Licenciada em Educação do Campo – Ênfase em Ciências Naturais e Ciências Agrárias/Universidade Federal de Rio grande/Campus São Lourenço do Sul.

Cursa Pós-Graduação em Educação do Campo, no Polo UNIASSELVI-São Lourenço do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola/GESE-FURG. Líder do Coletivo Feminista Dandaras-FURG/SLS, coletivo este que atua em prol do empoderamento e sororidade entre as mulheres. Mulher militante, oficinaira e voluntária de ações em prol do bem-estar da mulher. Mãe, esposa e artesã autônoma. E-mail: janinegomes-sls@gmail.com

Jéssica Moré Pauletti - Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Foi monitora da Unidade do Cuidado em Enfermagem III. Participou do Projeto de Extensão "Um olhar sobre o cuidador: quem cuida merece ser cuidado" e do Projeto de Extensão "Seja doce com os bebês: implantação da redução da dor nas imunizações". E-mail: jessicam.pauletti25@gmail.com

Juliane Portella Ribeiro - Professora Adjunta da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (FE/UFPEL). Atua como facilitadora na Unidade de Cuidado de Enfermagem VII - Saúde Materno-Infantil. Realizou Estágio Pós-Doutoral pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos com Crianças, adolescentes, Mulheres e Famílias (NUPECAMF/UFPEL), do Grupo de Estudos e Pesquisas em Enfermagem e Saúde da Criança e do Adolescente (GEPESCA/FURG) e do D'Generus: núcleo de estudos feministas e de gênero (UFPEL). E-mail: ju_ribeiro1985@hotmail.com

Kelly Pires do Amaral - Graduanda do 9º semestre da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (FE/UFPEL). E-mail: quelliamaral@hotmail.com

Letícia Mossate Jobim - Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestra em Educação, Especialista em Gestão Educacional, Bacharel e Licenciada em Desenho e Plástica pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora de Arte do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha, câmpus São Vicente do Sul. Foi presidente do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) de 2009 a 2015. Atuou como coordenadora das Ações Inclusivas do campus de 2015 a 2018. Integrou o NUGEDIS (Núcleo de Diversidade Sexual) do câmpus São Vicente do Sul de 2015 a 2019. E-mail: leticia.jobim@iffarroupilha.edu.br

Lígia Maria Ávila Chiarelli - Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Desenvolvimento Social pela Universidade Católica de Pelotas e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas

/ UFPel. Membro do Grupo de Pesquisa D'Generus da UFPel e da União Brasileira de Mulheres - UBM.

Luiza Rocha Braga - Enfermeira. Mestre em Ciência pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas/UFPel. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFPel. Membro do Núcleo Pesquisa e Estudos com Crianças, Adolescentes, Mulheres e Famílias- NUPECAMF. E-mail: luizarochab@gmail.com

Márcia Alves da Silva - Bacharel em Ciências Sociais (1996) e Mestre em Educação (2002) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutora em Educação (2010) pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Pós-Doutora em Educação (2018) pela PUC-RS. É Professora Associada e atua no Programa de Pós-Graduação em Educação, nível mestrado e doutorado acadêmico, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Tem experiência na área de Educação, com diversas publicações em livros e revistas acadêmicas, e atuando no ensino, pesquisa e extensão, principalmente nos seguintes temas: Estudos de Gênero e Teoria Feminista, Epistemologias descoloniais, Narrativas e Histórias de Vida, Educação Popular, Educação Não-Formal e Formação de Professores. Atuou na equipe da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel entre 2014 e 2016, sendo fundadora e coordenadora do Observatório de Gênero e Diversidade da UFPel neste período. É líder do Grupo de Pesquisa D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero, do CNPq. É membro da União Brasileira de Mulheres-UBM/Pelotas. E-mail: profa.marci-alves@gmail.com

Marilu Correa Soares - Enfermeira Obstetra. Doutora em Enfermagem em Saúde Pública pela EERP/USP. Professora Associada da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas/UFPel. Líder do Núcleo Pesquisa e Estudos com Crianças, Adolescentes, Mulheres e Famílias - NUPECAMF. E-mail: enfermeiramarilu@gmail.com

Patrícia Mattei - Licenciada em Ciências Biológicas e mestre em Ciências (Biotecnologia) pela Universidade Federal de Pelotas. Após participar do Projeto Rondon, sentiu a vontade e a necessidade de compreender melhor as relações de gênero e sexualidade, e, apesar de trabalhar em outras áreas do conhecimento, é uma grande entusiasta do tema. Durante a graduação, participou do “Quilombo das Artes”, um projeto multidisciplinar de educação continuada desenvolvido na periferia de Pelotas, conduzindo, em parceria com demais colegas o Grupo de Mulheres, no qual se discutiam temas relativos aos direitos da mulher, saúde e sexualidade, sob orientação do professor Paulo Gaiger. Atualmente é professora da rede municipal de ensino da cidade de Garibaldi e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, na cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. E-mail: patymattei@gmail.com

Paulo Gaiger - Prof. Dr. da Universidade Federal de Pelotas; Coordenador do Grupo de Pesquisa Gênero e Teatro: processos artístico-sociológicos; integrante do Grupo de Pesquisa D'Generus: núcleo de estudos feministas e de gênero; ex-coordenador do Projeto Rondon/UFPel; coordenador do Projeto Quilombo das Artes e do Mutirão das Artes/UFPel; cronista do jornal Diário Popular; cantor, ator e diretor teatral. E-mail: paulogaiger@hotmail.com

Pricilla Porto Quadros - Enfermeira. Especialista em Acupuntura pela Escola Brasileira de Medicina Chinesa. Especializanda em Enfermagem Obstétrica pela UNISINOS. Membro do Núcleo Pesquisa e Estudos com Crianças, Adolescentes, Mulheres e Famílias-NUPECAMF. E-mail: pricillaporto@hotmail.com

Rita de Araujo Neves - É Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), na linha de Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente e Professora Adjunta na Faculdade de Direito (FADIR) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), responsável pelas disciplinas de Direito Processual Penal e Direito da Criança e do Adolescente - atualmente em regime de afastamento integral para qualificação docente. Graduada em Direito e Engenharia Mecânica pela FURG (1999) e pós-graduada, em nível de Mestrado em Educação, pela UFPel (2005), tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Penal, Direito Penal e Direito da Criança e do Adolescente, atuando, principalmente, nos seguintes temas: teorias de aprendizagem, associação teoria/prática, teoria sócio-histórica e Ensino Jurídico. Também atuou, por quase nove anos (2005-2014) como assessora jurídica do Ministério Público Estadual do RGS, em Promotoria de Justiça Especializada na defesa dos direitos das crianças e adolescentes - 2ª Promotoria de Justiça Especializada: Infância e Juventude da Comarca do Rio Grande/RS. Integra o Projeto de Pesquisa *Imagens da Justiça, Representações Curriculares e Pedagogia Jurídica*; e tem interesse nos estudos relacionados às imagens da docência no Ensino Jurídico e ao “Bom Professor” de Direito, além do estudo de imagens relacionadas à violência de gênero às mulheres. E-mail: profarita@yahoo.com.br

Rogério Diniz Junqueira - Bacharel em Comunicação pela Universidade de Brasília, doutor em Sociologia pelas Universidades de Milão e Macerata e pós-doutor em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB. Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Centro de Estudos Multidisciplinares Avançados da UnB. Autor de artigos e livros, dentre eles, o “Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas”, da Coleção Educação para Todos, da Unesco. E-mail: rogeriodinizjunqueira@gmail.com

Susana Cecagno - Enfermeira Obstetra do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas/UFPel. Mestre em Gestão da Qualidade dos Serviços de Saúde pela Universidade

Federal do Rio Grande do Norte- UFRN. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFPel. Membro do Núcleo Pesquisa e Estudos com Crianças, Adolescentes, Mulheres e Famílias - NUPECAMF. E-mail: cecagno@gmail.com

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org